

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO

DANTAS- UNESP, UNICAMP E PUC-SP

Wagner Roveder

Jogos da exclusão: Rio 2016 e o militarismo urbano de uma cidade global de vitrine

Mestrado em Relações Internacionais

São Paulo

2019

Wagner Roveder

Jogos da exclusão: Rio 2016 e o militarismo urbano de uma cidade global de vitrine

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira.

São Paulo

2019

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Roveder, Wagner.

R873 Jogos da exclusão : Rio 2016 e o militarismo urbano de uma cidade global de vitrine / Wagner Roveder. – São Paulo, 2019.  
207 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Paulo José dos Reis Pereira.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –  
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações  
Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2019.

1. Segurança pública – Rio de Janeiro (RJ). 2. Jogos Olímpicos (31. :  
2016 : Rio de Janeiro, Brasil). 3. Policiamento comunitário – Rio de Janeiro  
(RJ). 4. Militarismo – Rio de Janeiro (RJ). 5. Sociologia urbana – Rio de  
Janeiro (RJ). 6. Violência urbana – Rio de Janeiro (RJ). I. Título.

CDD 363.20981323

Wagner Roveder

Jogos da exclusão: Rio 2016 e o militarismo urbano de uma cidade global de vitrine

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Conflitos internacionais e violência nas sociedades contemporâneas”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José dos Reis Pereira.

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Paulo José dos Reis Pereira (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

---

Dr. Tomaz Oliveira Paoliello (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

---

Dr. Samuel Alves Soares (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

São Paulo, 28 de março de 2019.

In memoriam a Almeri Wilson Roveder,  
esta trajetória não é só minha, mas sua também.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

## AGRADECIMENTOS

A pesquisa no Brasil há tempos virou sinônimo de resistência muito mais que meritocracia; resistência a qual não se faz sozinho e neste trabalho não seria diferente;

À minha família minha irmã Cleonice Roveder e minha mãe Noeli Loof Roveder as quais foram por inúmeras vezes pacientes com todo esse processo de escrita, de superação e de adversidades, muito obrigado por serem meus pilares na vida.

Aos meus amigos, Diego e Leandro muito abrigado por toda as conversas e discussões proveitosas não só para uma trajetória acadêmica e da pesquisa, mas também pra vida.

Ao professor Paulo pela orientação e sobretudo pela paciência nos momentos mais difíceis. Aos professores Samuel e Tomaz pelos comentários na banca de qualificação que ajudaram na finalização deste projeto.

Ao Grupo de Pesquisa em Conflitos Internacionais da PUC-SP por me acolher e apresentar a um mundo de novas literaturas que auxiliaram nos questionamentos que permeiam de uma forma ou de outra esta pesquisa.

Às queridas Giovana e Isabela por toda sua presença e ajuda; o Dantas não seria nada sem vocês.

À Graziela que com sua gentileza e inteligência sempre esteve prontamente disponível, com um sorriso no rosto, para o que fosse necessário.

Às amigas do coração Maira, Larissa e Anna do 206, as quais sempre estiveram presentes na torcida pelos melhores resultados dessa trajetória, o meu muito obrigado, dá-lhe!

À Suelen, irmãzona de Andressa, por me receber tão gentilmente em São Paulo para a seleção do processo que resultou neste trabalho, muito agradecido pela sua gentileza.

A essa mesma Andressa meu muito obrigado por todas as palavras gentis e de incentivo que recebi ao longo desses anos, juntos ou separados somos fortes.

À Ingrid e à sua família a qual me receberam e me ajudaram tanto no primeiro ano em São Paulo, nem tenho palavras suficientes para descrever a gratidão que sinto por vocês, muitíssimo obrigado por tudo de coração, eternamente grato.

*Rio 40 graus, 1992*

[...] Rio 40 graus  
Cidade maravilha  
Purgatório da beleza  
E do caos...

Capital do sangue quente  
Do Brasil  
Capital do sangue quente  
Do melhor e do pior  
Do Brasil...

Cidade sangue quente  
Maravilha mutante...

O Rio é uma cidade  
De cidades misturadas

O Rio é uma cidade  
De cidades camufladas  
Com governos misturados  
Camuflados, paralelos  
Sorrateiros

Ocultando comandos... [...]

- *Fernanda Abreu* -



## RESUMO

O Rio de Janeiro inseriu-se, fortemente, nos circuitos internacionais de interesses econômicos e políticos através da possibilidade de sediar megaeventos esportivos de portes globais. Dessa maneira, a “cidade maravilhosa dos encantos mil” precisou modificar-se, adequar-se a modelos e padrões internacionais que possibilitassem essa inserção. Dois grandes projetos se estabeleceram na dinâmica urbana carioca. O primeiro diz respeito à execução de grandes intervenções urbanísticas de transformações e remoções violentas sem precedentes, como no Porto Maravilha, ditadas por um modelo de cidade neoliberal aberta à iniciativa financeira internacional. O segundo é talvez o mais cruel e persistente, a militarização do cotidiano das periferias realizada pelas ocupações militares e, principalmente, pela implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras, que foram orientadas por técnicas de controle e monitoramento de cunho coercitivo e violento. Esses dois projetos instruíram a imagem de uma cidade que, muito além de ser somente atrativa para investimentos, ela se tornaria, primordialmente, segura e ordenada. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo analisar em paralelo a convergência desses dois fenômenos e suas implicações para as dinâmicas urbanas no Rio de Janeiro, as quais tentaram projetar internacionalmente uma imagem de cidade global de vitrine, militarizada, modificada, neoliberal e pacificada, perfeita para ser vendida como sinônimo de desenvolvimento. À princípio, o consenso que se criou no Rio em 2009 projetou um futuro cidadão idealizado muito específico para acomodar os Jogos e o processo de militarização urbana da periferia era parte desse futuro, ou melhor, ele era fundamental para realizar o megaevento de 2016. Novas percepções de (in) segurança foram criadas a partir desses dois movimentos e, assim, um projeto de pacificação espacial se une a um projeto de reurbanização através de expulsões e gentrificação urbana. As intervenções urbanas no Rio 2016 foram em sua maioria concentradas em localidades estratégicas para a realização do evento no que se denominou de clusters olímpicos rodeados por cinturões de segurança obtidos através da militarização e pacificação da periferia. Nesse sentido, a militarização urbana colocou-se como a melhor das alternativas para combater a desordem urbana e pacificar as favelas, visando a um projeto de transformar a cidade em referência internacional de um modelo militarizado de gestão e controle urbano.

**Palavras-chave:** Militarismo urbano. UPP. Rio de Janeiro. Cidade global de vitrine. Pacificação. Intervenções urbanas. Jogos Olímpicos de 2016. Cidade neoliberal.

## ABSTRACT

Rio de Janeiro was strongly inserted in the international circuits of economic and political interests through the possibility of hosting mega sporting events of global size. Thus, the “wonderful city of the thousand charms” had to be modified, adapted to international models and standards that would allow this insertion. Two major projects were established in Rio's urban dynamics. The first concerns the execution of major urban interventions of unprecedented violent transformations and removals, such as Porto Maravilha, dictated by a neoliberal city model open to international financial initiative. The second is perhaps the most cruel and persistent, the militarization of the daily life of the peripheries carried out by the military occupations and, mainly, by the implementation of the Pacifying Police Units, which were guided by coercive and violent control and monitoring techniques. These two projects shaped the image of a city that, far from being just attractive for investment, would become primarily safe and orderly. In this sense, the work aims to analyze in parallel the convergence of these two phenomena and their implications for urban dynamics in Rio de Janeiro, which tried to project internationally an image of a perfect, militarized, modified, neoliberal and pacified, showcase global city to be sold as a synonym for development. At first, the consensus that was created in Rio in 2009 projected a very specific idealized city future to accommodate the Games, and the urban militarization process of the periphery was part of that future, or rather, it was fundamental to the 2016 mega event. Perceptions of (un) security were created from these two movements and thus a spatial pacification project joins a project of reurbanization through expulsions and urban gentrification. Urban interventions in Rio 2016 were mostly concentrated in strategic locations to hold the event in what were called Olympic clusters surrounded by safety belts obtained through the militarization and pacification of the periphery. In this sense, urban militarization has emerged as the best alternative to combat urban disorder and pacify the favelas, aiming at a project to transform the city into an international reference of a militarized urban management and control model.

**Keywords:** New urban militarism. UPP. Rio de Janeiro. Global show-case city. Pacification, Urban Intervention. Olympic Games of 2016. Neoliberal city.

## RESUMEN

Río de Janeiro se insertó fuertemente en los circuitos internacionales de intereses económicos y políticos a través de la posibilidad de organizar mega eventos deportivos de tamaño global. Por lo tanto, la "ciudad maravillosa de los mil encantos" tuvo que ser modificada, adaptada a los modelos y estándares internacionales que permitirían esta inserción. Se establecieron dos proyectos importantes en la dinámica urbana de Río. El primero se refiere a la ejecución de importantes intervenciones urbanas de transformaciones y mudanzas violentas sin precedentes, como Porto Maravilha, dictado por un modelo de ciudad neoliberal abierto a la iniciativa financiera internacional. La segunda es quizás la más cruel y persistente, la militarización de la vida cotidiana de las periferias llevada a cabo por las ocupaciones militares y, principalmente, por la implementación de las Unidades de Policía Pacificadoras, que se guiaron por técnicas de control y vigilancia coercitivas y violentas. Estos dos proyectos configuraron la imagen de una ciudad que, lejos de ser simplemente atractiva para la inversión, se volvería principalmente segura y ordenada. En este sentido, el trabajo tiene como objetivo analizar en paralelo la convergencia de estos dos fenómenos y sus implicaciones para la dinámica urbana en Río de Janeiro, que intentó proyectar internacionalmente una imagen de una ciudad global perfecta, militarizada, modificada, neoliberal y pacificada. para ser vendido como sinónimo de desarrollo. Al principio, el consenso que se creó en Río en 2009 proyectaba un futuro de ciudad idealizado muy específico para acomodar los Juegos, y el proceso de militarización urbana de la periferia era parte de ese futuro, o más bien, era fundamental para el megaevento de 2016. Las percepciones de (des) seguridad se crearon a partir de estos dos movimientos y, por lo tanto, un proyecto de pacificación espacial se une a un proyecto de reurbanización a través de expulsiones y gentrificación urbana. Las intervenciones urbanas en Río 2016 se concentraron principalmente en lugares estratégicos para celebrar el evento en lo que se denominó grupos olímpicos rodeados de cinturones de seguridad obtenidos a través de la militarización y la pacificación de la periferia. En este sentido, la militarización urbana se ha convertido en la mejor alternativa para combatir el desorden urbano y pacificar las favelas, con el objetivo de un proyecto para transformar la ciudad en una referencia internacional de un modelo de gestión y control urbano militarizado.

**Palavras-chave:** Militarismo urbano. UPP. Rio de Janeiro. Ciudad mundial de vitrina. Establecimiento de la paz. Intervenciones urbanas. Juegos Olímpicos de 2016. Ciudad neoliberal.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Estrutura dos planejamentos estratégicos e das respectivas gestões.....	37
Figura 2 –	Linha estratégicas e seus objetivos .....	38
Mapa 1 –	Localização do Porto Maravilha .....	61
Mapa 2 –	Bairros que compõem o Projeto Porto Maravilha.....	65
Mapa 3 –	Favelas com remoção e suas motivações.....	67
Mapa 4 –	Remoções e expulsões.....	70
Mapa 5 –	Desapropriações x Grandes Projetos urbanos.....	72
Gráfico 1 –	Quantidade de projeto ligados às Olimpíadas por região da cidade cari- oca.....	73
Gráfico 2 –	Orçamentos das Olímpicos por componentes (em bilhões de reais) .....	75
Mapa 6 –	Relação dos imóveis públicos na região do Porto Maravilha.....	81
Figura 2 –	Militarização no Rio em números.....	118
Figura 3 –	Orçamento do Governo do Rio.....	119
Mapa 7 –	O Rio de Janeiro dos Jogos da Exclusão.....	127
Figura 4 –	Dados sobre a intervenção no Complexo da Maré.....	136
Mapa 8 –	Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, 2014.....	140
Mapa 9 –	Cinturões da segurança.....	144
Mapa 10 -	Zonas Olímpicas.....	145
Gráfico 3 –	Morte de policiais em áreas de UPP.....	155
Gráfico 4 –	Morte de civis em área de UPP.....	156
Gráfico 5 –	Número de homicídios decorrentes de intervenções policiais por região do estado do Rio de Janeiro entre 2006 e 2015.....	158
Gráfico 6 –	Número de mortes intencionais violentas e homicídios decorrentes de intervenções policiares na cidade do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015 ...	158
Gráfico 7 –	Recorde de roubos na rua.....	161
Gráfico 8 –	Explosão dos roubos de carga.....	161
Gráfico 9 –	Homicídios em alta.....	163

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matriz de Responsabilidade da Olimpíada Rio de Janeiro, agosto de 2015.....	73
Tabela 2 – Orçamento dos Jogos segundo dados oficiais do Governo (R\$ bilhões) .....	77
Tabela 3 – Quadro de divisão dos recursos (em bilhões de R\$) .....	79
Tabela 4 – Orçamentos da segurança pública no Rio.....	120
Tabela 5 – Previsão de Investimentos em Segurança nas Olimpíadas e na Copa do Mundo.....	123
Tabela 6 – Crimes antes e depois da UPP em algumas comunidades entre 2006 e 2011.....	160
Tabela 7 – Número de desaparecidos em favelas antes e depois da implementação das UPPs.....	161

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abin	Agência Brasileira de Inteligência
APO	Autoridade Pública Olímpica
AGLO	Autoridade de Governança do Legado Olímpico
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
BAC	Batalhão de Ações em Cães
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução de Desenvolvimento
BPCHq	Batalhão de Policiamento de Choque
BM	Banco Mundial
BRT	Bus Rapid Transit
CESeC	Centro de Estudos e Segurança e Cidadania
CEPEDOCA	Centro e Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão
CENUEH	Centro da Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
CCPI	Centro de Cooperação Polícia Internacional
CCPCT	Comando Centralizado de Prevenção e Combate ao Terrorismo
CCP	Coordenadoria de Polícia Pacificadora
CICC	Centro Integrado de Comando e Controle
COI	Comitê Olímpico Internacional
CORE	Coordenaria de Recursos Especiais
COR	Centro de Operações Rio
Cepacs	Certificados de Potencial Adicional de Construção
DEA	Drug Enforcement Administration
EUA	Estados Unidos da América
ECO 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
FBI	Federal Bureau of Investigation
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FIIPM	Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha
FIFA	Fundação Internacional de Futebol
Firjan	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

GPAE	Grupo de Policiamento em Áreas Especiais
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GSJ	Gabinete de Segurança Institucional
IPTU	Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana
ISP	Instituto de Segurança Pública
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ISDS	Israel Security and Defense Systems
IETS	Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade
LCBD	Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem
LAAD	Defence and Security International Exhibition
MEPC	Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura
OTT	Onde Tem Troteiros
OUP	Operação Urbana Consorciada
PECRJ	Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro
PURBRIO	Plano Urbanístico da Cidade do Rio de Janeiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROAP	Programas de Urbanização de Assentamento Populares do Rio de Janeiro
PPP	Parceria Pública-privada
PM	Polícia Militar
PMRJ	Polícia Militar do Rio de Janeiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PMD	Partido do Movimento Democrático
PLC	Projeto de Lei da Câmara
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SESEG	Secretaria de Estado de Segurança
SEDEC	Secretaria de Estado de Defesa Civil
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SSEGEV	Subsecretaria Extraordinária de Grandes Eventos
SICC	Sistema Integrado de Comando e Controle
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Secovi Rio	Sindicato de Habitação do Rio

ONU-HABITAT	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIFEST	Universidade Federal de São Paulo



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>DA CIDADE MARAVILHOSA À CIDADE DOS JOGOS DA EXCLUSÃO: RIO DE CONSENSOS EM 2009.....</b>	<b>26</b>
2.1	Rio 2016 e processos globais de intervenção urbana: um projeto de cidade global de vitrine.....	32
2.2	Porto Maravilha: um Rio de remoções aliado a um projeto vitrine do amanhã	54
2.3	Muito além de números: a privatização dos “(des)legados” dos Jogos e sua localização estratégica no Rio de 2016.....	72
<b>3</b>	<b>“DESLEGADOS” DA CIDADE OLÍMPICA 2016: A MILITARIZAÇÃO DA PERIFERIA .....</b>	<b>82</b>
3.1	Tecnicidades militarizadas de controle e vigilância: um processo global da indústria da segurança.....	101
3.2	Gastos com segurança e a periferia como inimigo interno: uma justificativa perfeita.....	115
<b>4</b>	<b>UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA: CLUSTERS OLÍMPICOS E CINTURÕES DE SEGURANÇA.....</b>	<b>140</b>
4.1	Estatísticas do processo de militarização, violações de direitos e das UPPs	153
4.2	A lógica do mercado sob a égide das UPPs: PACificação e a invasão de serviços nos territórios reconquistados .....	164
4.3	A falência das UPPs (?):um sonho que vê seu fim.....	186
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>188</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>193</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O panorama dos estudos de Segurança Internacional era composto, primordialmente, por áreas tradicionais relacionadas a conflitos interestatais. Ao longo dos anos este panorama se modificou em virtude das novas configurações de conflitos que se estabeleceram. Configurações as quais dizem respeito a novas dinâmicas de segurança e dentre essas o presente trabalho tomará como ponto de referência análises pertinentes às cidades e ao meio urbano. Lançar-se-á a mão da tentativa de analisar dois grandes processos, unindo intervenções e militarização urbana, estabelecidos durante a preparação da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Visto a importância para a área dos estudos de segurança, principalmente, aqueles que se comprometem a estudar as relações entre dinâmicas urbanas e de segurança que transpassam o nível doméstico e interagem com a conjuntura internacional. Esses estudos correspondentes ao espectro urbano condicionaram-se a estudar fenômenos em separado, o que obviamente é totalmente compreensível, entretanto, a proposta é analisar o que até então era considerado movimentos distintos e buscar as suas conexões existentes.

Existia uma lacuna na área de Relações Internacionais referente a análises de nível doméstico tocantes à segurança a qual está progressivamente sendo ocupada por estudos que transpassam as relações internacionais e percorrem o doméstico em busca de parâmetros de relação entre o local e o global. A fronteira do conhecimento esbarrava no entendimento das relações internacionais ser majoritariamente pensada como relações entre Estados soberanos em um sistema anárquico. Contudo, com as modificações dos conflitos e suas relações tornou-se necessário rever esses parâmetros e pensar como o contexto interno e o externo estão conectados no que tange as lógicas de insegurança.

Perante estas perspectivas, a proposta da pesquisa é investigar e compreender as intervenções urbanas e militares na cidade do Rio de Janeiro desde a sua vitória como cidade-sede dos Jogos Olímpicos até o seu real acontecimento, em 2016. Para tanto os megaeventos esportivos desempenharam um papel fundamental na mobilização dos recursos em escala global. Em um momento no qual determinadas cidades se inseriram em circuitos internacionais pela disputa de sediar esses eventos, pode-se ser observados grandes processos com impactos locais. No caso da cidade do Rio de Janeiro essa lógica não seria diferente, a partir de 2009 com a vitória de cidade-sede olímpica, o Rio perpetuou seu ingresso em um ciclo de eventos internacionais de grandes proporções, os quais demandaram várias intervenções na cidade maravilhosa para acomodar as determinadas demandas desta lógica. Assim, a cidade antes de ser

vendida mundo afora como lugar atrativo, a estrutura urbana precisava se adequar aos “padrões internacionais” de consumo e às dispendiosas exigências de cada um desses eventos. No sentido de estabelecer a cidade dos encantos mil como uma cidade de ideários globais, o corpo governamental carioca estabeleceu diretrizes e criou um imaginário nacional no qual o Rio passou a ser divulgado e considerado como um ambiente apto a competir por investimentos estrangeiros e, principalmente, seguro e pacífico para tais objetivos, ou seja, “O Brasil ganhou definitivamente sua cidadania internacional”<sup>1</sup> como declarou o ex-presidente Lula no momento da vitória do Rio em sediar as Olimpíadas.

Por consequência é necessário olhar para a cidade a qual tem a capacidade de trazer um foco nos lugares, escalas e nos significados diversos do nacional que ajudam a explorar tipos de práticas de pesquisa e teorização que não costumam ser incluídas no estudo do global. Esse tipo de foco permite abrir a possibilidade de uma análise de níveis subnacionais os quais passariam a ter relevância para o processo de constituir formas sócias globais, ele proporcionaria uma ponte analítica entre a escala global e local. (SASSEN, 2010, p. 17). Primeiramente, ao estudar qualquer dinâmica global ou processos por si só, acarreta-se um foco não apenas naquilo que é identificado como global, mas também em práticas e condições de escala local as quais são articuladas com a dinâmica global<sup>2</sup>. Assim, exige-se um foco na multiplicação de conexões transfronteiriças entre localidades em que certas condições se repetem e se reproduzem continuamente.

Para se ter uma noção da importância de incluir as cidades e seus fenômenos nas análises de Relações Internacionais e de Segurança Internacional é demonstrada através dos números assustadores de urbanização mundial. Entre 1957 a 2007 a população mundial quadruplicou. Em 2007, metade dos 6,7 bilhões poderia ser classificada como cidadina, ou seja, habitante de uma configuração urbana. Conforme avançamos no que convencionou a chamar de “século urbano”, o mundo caminha-se cada vez mais para uma população concentrada no urbano. Em 2007, 1,2 milhões de pessoas se juntaram semanalmente à população global, em

---

<sup>1</sup> “Para Lula, sediar Olimpíada dá ‘cidadania internacional’ ao país”. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/para-lula-sediar-olimpiada-da-cidadania-internacional-ao-pais-343086.html>. Acessado em: 22/12/2018.

<sup>2</sup> O enfoque nesses processos e dinâmicas subnacionais da globalização exige do pesquisador metodologias e teorizações que envolvem não apenas escalonamentos globais, mas escalonamentos subnacionais como componentes de processos globais. Essa justaposição tem o efeito de desestabilizar conceitualmente o modelo principalmente implícito de hierarquia escalar concentrado no Estado. Os estudos de processos e condições globais que se constituem em âmbito subnacional têm certas vantagens sobre estudos da dinâmica de escala global, mas também trazem desafios específicos. (SASSEN, 2010, p. 21).

2025, de acordo com as estimativas da UN-Habitat<sup>3</sup> (2007, p. 04) facilmente se chegará a 5 bilhões de urbanoides, e em 2030, a Ásia sozinha irá ter 2,7 bilhões de indivíduos, 2 bilhões a mais do que acomodam hoje, em 2050, 75% dos estimados 9,2 bilhões de habitantes terrestres estarão localizados em cidades. Ou seja, o mundo caminha para uma configuração de vida urbanizada e reclusa em cidades, logo, as dinâmicas e processos que transpassam essa configuração serão sobremaneira alvos de interesses. Em algumas décadas a Terra vai acomodar a maioria esmagadora das pessoas em cidades ao redor do mundo, e pelas projeções essas cidades são aquelas em franco desenvolvimento em megacidades<sup>4</sup> da Ásia, África e América Latina, ou seja, o Sul Global, o qual acolherá uma explosão populacional urbana sem precedentes na história da humanidade.

Dessa maneira, as cidades abrigarão a maioria das dinâmicas interpessoais da humanidade nos próximos anos. As dinâmicas de segurança não ficarão de fora desse fenômeno, violência, militarização, repressão, monitoramento, vigilância e pacificação de espaços e corpos estarão cada vez mais presentes no cotidiano das populações citadinas. O entendimento deste fenômeno vai além da simplicidade da dicotomia entre interno e externo, passa a requerer um entendimento de processos mais amplos e transnacionais. Processos globais que são moldados por interesses de grandes circuitos internacionais econômicos e políticos.

As cidades e os processos globais vistos paralelamente apresentam uma enorme capacidade de fluir pelas mais variadas esferas públicas e privadas ao redor do mundo. Consoante com o que menciona Eslava (2014, p. 260), cada vez mais as dinâmicas atuantes demonstram que não é apenas o internacional chegando às camadas mais interiores do Estado, mas também, o próprio interior do Estado se empurrando para fora, ou como Strange (1995, p. 56) classificou como a “fuga” de poder do estado territorial o qual questiona a tipificação das questões como meramente nacionais ou internacionais. Nesse sentido, as cidades se configuram como um grande cenário dos mais variados tipos de operações e fenômenos em diversas áreas (SASSEN, 2005), logo, as cidades globais ultrapassam as hierarquias de escala (global, regional, nacional) e políticas adentrando a soberania do Estado. (ACUTO, 2013, p.159).

As cidades emergem, progressivamente, como espaços nos quais uma multiplicidade de processos de globalização assume formas concertas e localizadas, são espaços estratégicos

---

<sup>3</sup> UN-Habitat, State of the World's Cities 2007/7 (Nairóbi, UN-Habitat, 2007).

<sup>4</sup> Tóquio é hoje a cidade mais populosa do mundo com 37 milhões de pessoas, seguida por Nova Deli com 29 milhões e Xangai com 26 milhões. A Cidade do México e São Paulo completam o top cinco com cerca de 22 milhões de habitantes cada uma. Cairo, Bombaim (Índia), Pequim (China) e Daca (Bangladesh) têm quase 20 milhões de habitantes. Cidades com mais de dez milhões de pessoas são classificadas como megacidades.

onde ocorre uma série de conflitos e contradições. Advindo do final do século XX, um novo período da internacionalização do capital possibilitou uma nova fase na acumulação em nível global, com o surgimento da associação do desenvolvimento das telecomunicações e da tecnologia da informação, juntamente, com a desregulamentação econômica promovida pelo neoliberalismo. É percorrendo este caminho o qual estudo da urbe em diferentes escalas é fundamental para entendermos como os novos fenômenos de uma urbanização militarizada se manifesta nas cidades como *locus* de práxis de intervenção, e constroem um imaginário de fragilidade para com as cidades. Esta urbanização militarizada é aquela à qual Graham (2016) destaca em seus estudos e diz respeito às técnicas militarizadas de rastreamento e de triagem que se tornam cada vez mais presentes na paisagem urbana, à dinâmica de doutrinas e a conceitos e técnicas que tratam da “guerra urbana” e foram desenvolvidos para controlar as massas do dito “sul global” e se identificam como mecanismos de controle de determinados grupos. Os quais, segundo Graham (2016, p. 76), fortalecem as “ideias autoritárias e militarizadas do papel do Estado para manter a ordem”, e que são observadas no uso de diferentes tecnologias como satélites, câmeras de monitoramento, fiscalização biométrica, entre outros. O novo urbanismo militar também está ligado à economia política, os “complexos industriais multinacionais que se estendem para além dos setores militar e de segurança para abranger as indústrias da tecnologia, da vigilância e do entretenimento”, os quais emergem mesmo num mundo em crise como soluções pensadas no âmbito da segurança para problemas sociais (GRAHAM, 2016, p. 37)

Para a discussão desse urbanismo miliar é importante o debate do processo de globalização e interconectividade entre países. Ademais o processo de rápida urbanização do mundo é um elemento também de fundamental importância, no que se refere à percepção de uma consolidação de um capitalismo neoliberal – com seus pilares de privatização, abertura do mercado para o capital estrangeiro, mercantilização e financeirização de diferentes esferas e os poucos investimentos em políticas sociais. A militarização da urbe é um mecanismo de controle social através do espaço físico e da securitização do cotidiano, juntamente, com práticas discursivas que fazem referência a uma guerra como metáfora dominante capaz de descrever a condição das sociedades urbanas, em “guerras”, como aquelas contra às drogas, ao terror, e até contra a própria insegurança. E também é o conjunto de ideias, doutrinas e estratégias por meio das quais a polícia e as Forças Armadas dos governos e dos Estados tentam condicionar determinadas áreas urbanas estratégicas ao controle social e político. Para Graham, não há um único processo de militarização urbana, pelo contrário existem vários, os quais são decididos por características próprias das cidades, e assim para o autor, “certamente,

não há um modelo único de novo urbanismo militarizado. Diferentes cidades têm diferente dinâmicas [...]” e que há um esforço das elites dominantes em ressignificar as próprias cidades como localidades seguras para o consumo internacional de turistas e de investidores<sup>5</sup>.

O mundo é um constante processo de transformação, no qual a globalização<sup>6</sup> afirma-se como uma tendência irreversível. A sociedade urbana se produz em parte de modo real e concreto e em parte virtual, constitui-se enquanto mundialidade, apresentado uma grande tendência a um processo de homogeneização e ao mesmo tempo uma diferenciação. E com o advento da urbanização em grande escala e o fim, em parte, dos conflitos caracterizados como interestatais, ou seja, entre países soberanos, as cidades são agora o grande palco da interação dos conflitos que assolam as percepções de segurança. Em outras palavras, as cidades se tornaram o cenário de conflitos e embates entre diferentes grupos sociais em diferentes panoramas. Seja nas periferias de Cabo Verde, nos guetos de Nova Orleans, nos bairros excluídos de argelinos nos arredores de Paris, ou mesmo nas favelas cariocas no Brasil, as percepções de (in) segurança se movem para compreender a sua existência através da necessidade de garantir a tão sonhada e idealizada visão de segurança por meio da militarização urbana e da vida cotidiana de milhares de pessoas.

Logo, no Brasil não seria diferente, e talvez, o caso do Rio de Janeiro seja o mais emblemático pelo seu apelo internacional como cidade modelo aos interesses exteriores e nacionais. Em outras palavras, a cidade maravilhosa é o exemplo de uma cidade com configurações de um projeto de cidade global de vitrine<sup>7</sup>, a qual além de ser atrativa economicamente e financeiramente às grandes movimentações da economia globalizada e seus interesses, ela também é, sobretudo e sobremaneira, uma cidade segura, pacificada, ordenada e pronta para esta

---

<sup>5</sup>“Como o ‘novo urbanismo militar’ está redesenhando as grandes cidades”. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2016/08/06/Como-o-%E2%80%98novo-urbanismo-militar%E2%80%99-est%C3%A1-redesenhando-as-grandes-cidades>. Acesso em: 22 fev. 2019.

<sup>6</sup> Globalização aqui no sentido de como um processo que afetou e ainda vem afetando todas as instâncias da vida, assim como logicamente os meios urbanos. Dessa forma, a população encontra-se voltada para o consumo, o ócio, a cultura e o turismo e, mesmo que as cidades possuam raízes, históricas, sociedades e governos diferentes, elas vivem hoje um processo de transformação muito similar que produz paisagens e territórios estandardizados territoriais muito similares. A sociedade não se volta mais para o consumo do lugar, mas para o consumo da imagem concebida para a cidade, por paisagens que independem do lugar e que não se baseiam na sociedade, na cultura ou no meio físico em que se encontram.

<sup>7</sup> As políticas urbanas começaram a sofrer mudanças essenciais a partir da década de 1980. Se, anteriormente, as intervenções urbanas eram concebidas com uma maneira de regenerar o espaço público, hoje elas se encontram em um discurso de inserção das cidades no mercado de consumo e da produção global. Assim menciona Muñoz (2008, p. 55), que no processo de venda da imagem das cidades elementos selecionados da cidade e da sua beleza tornaram-se fundamentais para que houvesse um desenvolvimento tanto econômico e político, e assim, uma clara competição por capital entre os grandes centros urbanos estabeleceu uma grande vitrine ao redor do mundo.

lógica. O período compreendido entre 2011 e 2016 é marcado no Brasil pela realização de megaeventos internacionais (Jogos Mundiais Militares em 2011, Conferência Rio + 20 em 2012, Jornada da Juventude e da Copa das Confederações da FIFA em 2013, Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016), o que passou a orientar as políticas públicas no preparo do país e sobretudo do Rio de Janeiro.

Em 1993, os agentes governamentais por trás da cidade carioca almejavam uma maior relevância e competitividade no contexto internacional, e assim, a Prefeitura do Rio de Janeiro, a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Federação das indústrias do Rio de Janeiro assinaram um acordo para promover o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1994, 46 empresas constituem o Consorcio Mantenedor do Plano Estratégico da Cidade (bancos, canais de comunicação, empresas, algumas personalidades do mundo dos negócios) que investiu uma quantidade considerável de capital para construir o Plano Estratégico, elaborado através da uma consultoria catalã, sob o lema “construa uma cidade competitiva para encontrar um lugar no espaço global”. (GUANAIS; FISCHER, 1999).

Quando o Rio de Janeiro apresentou a sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, uma série de promessas foram feitas como parte dos legados dos jogos, incluindo a geração de melhores condições de segurança para todas as pessoas na cidade, no estado e no país. As autoridades também disseram que o planejamento de segurança pública já tinha começado com os Jogos Pan-Americanos em 2007 e com a Copa do Mundo em 2014, e segundo a própria comissão de organização dos Jogos. O Rio se preparou para um trabalho em conjunto transformar a cidade maravilhosa em uma “cidade segura e agradável”<sup>8</sup> para os Jogos. Por meio da promessa de melhoria que as Olimpíadas trariam ao Rio de Janeiro, ou seja, o megaevento seria o grande catalizador para uma bonança carioca em forma de legados olímpicos através, é claro, das grandes intervenções urbanas. A tal “experiência” da cidade do Rio com outros eventos internacionais, o know-how adquirido seria muito bem utilizado em 2016, e as

---

<sup>8</sup> Esses predicativos podem ser vistos no seguinte trecho: “Os três níveis de governo trabalharão em conjunto para garantir um ambiente seguro e agradável para os Jogos Olímpicos. Os Jogos Olímpicos funcionarão como um catalisado de melhorias de longo prazo nos sistemas de segurança do Rio de Janeiro, representado uma oportunidade real de transformação, através de um processo que começou com os Jogos Pan-Americanos em 2007 e tem evoluído com os preparativos para a Copa do Mundo e 2014. O planejamento da operação de segurança da Olimpíadas foi baseado em uma avaliação completa da segurança e riscos em conjunto com autoridades brasileiras competentes ... A experiência brasileira em garantir a segurança de grandes eventos realizados na cidade ... assegurará a entrega de uma operação bem-sucedida e hospitaleira. A população em geral já está recebendo os benefícios do projeto Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro implantado com base em um planejamento responsável e cuidado”. Disponível no site oficial dos Jogos Olímpicos, pergunta nº 23 sobre a segurança nos Jogos Olímpicos em: <http://secure.rio2016.com/en/transparency/frequently-asked-questions>. Acesso em 22 dez. 2017.



unidades pacificadoras estarão presentes em vários discursos e planejamentos, inclusive, de candidatura para sediar os Jogos, não é pôr a caso que o projeto pacificação está relacionado, em medida, ao Rio 2016 e seus jogos.

Esse mesmo Rio de Janeiro, experiente no quesito de segurança, tem um histórico malvisto em relação ao uso das forças armadas e outras forças de segurança federais para realizar tarefas relacionadas à segurança pública e policiamento nas favelas. Exemplo disso e em 14 de junho de 2008, militares sequestraram três adolescentes da favela da Providência e posteriormente os entregaram a membros de gangues criminosas de uma favela rival que, em seguida, os mataram. Essas mesmas tropas foram enviadas ao Moro da Providência a fim de policiar a favela durante a implementação de um projeto de urbanização (ANISTIA INTERNACIONAL, 2009).

Em 2016, em meio a um aumento dos crimes violentos e de uma crise econômica que se aprofundava, as autoridades brasileiras pretendiam garantir a segurança durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Com uma mobilização de mais de 85 mil pessoas em militares e policiais, as autoridades montaram um esquema de ocupação temporária de várias favelas<sup>9</sup>, num esforço para manter as quadrilhas do crime organizado afastadas, nessas áreas, durante os jogos<sup>10</sup>. Contudo o clima na imprensa nacional e internacional e na percepção dos moradores e turistas era que a crise financeira e econômica, o não pagamentos dos agentes da segurança pública carioca, e aumento dos homicídios em 15%<sup>11</sup>, sem contar com o aumento de 28% no número de mortes vinculados a assaltos no primeiro trimestre de 2016<sup>12</sup>, mancariam o panorama de percepção negativamente o ano do Rio 2016 na cidade maravilhosa.

Diversos planos e programas de retorno aos centros consolidados das cidades foram e vêm sendo desenvolvidos. Por meio da criação de modelos estandardizados de intervenção urbana, de conjunto padronizados, ou seja, modelos a serem replicados de reabilitação do espaço e requalificação urbana, visando ao reaproveitamento das áreas urbanas devolutas ou

---

<sup>9</sup> “Exército deve ocupar seis favelas durante a Olimpíada do Rio, em agosto”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1770856-exercito-deve-ocupar-seis-favelas-durante-a-olimpiada-do-rio-em-agosto.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2018.

<sup>10</sup> “O Brasil se prepara para uma Olimpíada militarizada”. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/o-brasil-se-prepara-para-uma-olimpiada-militarizada/>. Acesso em: 26 dez. 2018.

<sup>11</sup> “Homicídios no RJ aumentam 15% nos quatro primeiros meses de 2016”. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/homicidios-do-rj-aumentam-15-nos-quatro-primeiros-meses-de-2016.html>. Acesso em: 23 dez. 2018.

<sup>12</sup> “Mais três são mortos em tentativas de assalto no Rio”. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-06-22/mais-tres-sao-mortos-em-tentativas-de-assalto-no-rio.html>. Acesso em: 24 dez. 2018.

simplesmente subutilizadas, portadoras de potências econômicas e urbanísticas. Estas áreas, após sua almejada reabilitação, deixam seus aspectos de abandono e degradação, passando a imprimir uma imagem imaginária de desenvolvimento à cidade, contribuindo, assim, com a reutilização de espaços mais centrais e com a suposta melhoria da qualidade de vida da sociedade. Porém, é preciso compreender que existem outros interesses na utilização desses instrumentos urbanísticos que, acima de tudo, visam inserir à urbe em um processo de intensa competição econômica internacional.

Um exemplo da tentativa de competir globalmente e adquirir referências de projetos bem-sucedidos<sup>13</sup> é o Projeto Porto Maravilha o qual buscou através das remoções de diversas famílias à “revitalização da zona portuária carioca”. Construiu-se no local uma área a qual foi modificada para servir de interesses político-econômicos. O Porto Maravilha se tornou uma enorme vitrine do amanhã que se estende na baía de Guanabara em contraste com a região antiga revitalizada e é o resultado de ambições antigas, porém, somente realizadas por consequência dos Jogos como legitimador de gastos bilionários.

Percebeu-se que grandes eventos, sobretudo, esportivos, de paixões nacionais, tinham a grande qualidade de serem popularmente aceitos e suas ações assim legitimadas. A ideia era associá-los às obras de requalificação urbana desejadas, assim, ao redor de um grande estádio, de um pavilhão de exposições, começaram a ser erguidos centros de negócios, bairros de alto padrão e outras lógicas que seguem um suposto desenvolvimento econômico. Os Jogos Olímpicos passaram a serem disputados ferozmente pelas cidades, e assim, o direito de sediar este evento seria uma justificativa de inquestionável popularidade em dispor de rios de dinheiro público em nome da modernização da cidade, alavancando negócios milionários para o setor privado.

Aliado às intervenções, de cunho urbanístico de construção e revitalização, uma intervenção na segurança pública se produziu e se preparou no Rio de Janeiro, em 2009, com o

---

<sup>13</sup> São notórios a ação do poder público e o interesse do poder privado, em prol de intervenções urbanas nos países de primeiro mundo. Há muitos casos internacionais nos quais áreas degradadas, áreas em desuso, áreas de antigos portos, áreas com fábricas abandonadas foram requalificadas, ganharam novos usos, novas caras. Nesse sentido, no Brasil, assim como na maioria dos países, ocorre também o interesse em reabilitar e produzir novos espaços. Nos anos 1990, a receita espalhou-se pelo mundo desenvolvido, o que alguns autores apontaram para uma hegemonização de um pensamento único sobre cidades. (ARANTES, 2002). Em suas pretensões globais, as “wannabe world cities” (SHORT, 1999) passaram a dispor aos fluxos de capitais financeiros, multiplicam-se as obras simbólicas e assinadas por grandes arquitetos. Incontáveis exemplos de renovações realizadas segundo essa receita de um “urbanismo do espetáculo”, no qual a imagem e a percepção valem muito mais que a realidade concreta. O aspecto central, desse movimento, se demonstra a partir do comprometimento de recursos públicos serão justificados pela necessária “nova competição global”.

anúncio da vitória da cidade como cidade-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Além de um processo de militarização urbana, por meio das ocupações militares e policiais nos morros, a implementação a partir de 2008 das unidades pacificadoras<sup>14</sup> demonstrou um grau de militarização do território além das favelas com efeitos por toda a cidade e para além dos lugares da política de pacificação. Nesse caso, os dispositivos de controle e disciplina-mento e as políticas de segurança pública implementadas nas distintas favelas fazem parte de um projeto mais amplo de renovação urbana, o qual visou prepara-la para o Rio 2016.

O urbanismo militarizado tem sido abastecido e perpetuado pelas extremas desigualdades que se multiplicam nos últimos anos pela globalização neoliberal, como uma constelação de ideias, técnicas e normas de segurança e doutrina militar as quais passam a ser implementadas em cidades e contextos sociais e culturais distintos. São estilos de vida que se fundem com toda a cultura popular, em objetos de entretenimento eletrônico e em novas tecni-cidade de controle e monitoramento de origem militar (GRAHAM, 2014). De outro lado, estas constelações se relacionam com a proliferação de grupos de resistência, que se aproveitam desses novos dispositivos das cidades e suas circulações como meio de iniciar a sua violência.

Este quadro recoloca a discussão da militarização em outro patamar, e nesse sentido, que os conflitos não podem mais ser reduzidos ao modelo clássico de guerra, com exércitos convencionais e batalhas decisivas, mas segundo novas linhas de força que se desenham em modulações de guerra e paz no mundo contemporâneo com o reino da imagem, a aparição das vítimas, o fluxo da mundialização de riquezas e de populações e a multiplicação de violências unilaterais. Essas modulações apontam que o fim da guerra não significa hoje a instituição de uma era de paz, mas o advento de um tempo indefinido de insegurança. Não há guerras, nem paz, há um estado de violência constante. Deste modo a guerra é utilizada de modo recorrente como metáfora dominante para descrever a condição prolongada e ilimitada das sociedades urbanas<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Dessa maneira, desde de dezembro de 2008/2009, começaram a ser instaladas as UPPs, as quais, segundo Cunha e Mello (2011, p. 371), constituem discursivamente como uma forma de ocupação por um determinado contingente policial com a finalidade de garantir a segurança local e cessar a criminalidade violenta ligada ao tráfico de drogas nesses espaços. O Rio como cidade-sede teve como consequências imediata uma série de propostas de políticas de renovação urbana. De um modo geral, os projetos de intervenção tiveram como alvo privilegiado áreas urbanas consideradas estratégicas pelo poder público por seus potenciais econômicos e turísticos. Contudo, esses espaços coincidem com espaços de habitação popular, particularmente as favelas, o que justificaria as ações diretas estatal nestes locais (CUNHA e MELLO, 2011, p. 372).

<sup>15</sup> A “metáfora da guerra” já é utilizada há algum tempo como representação que produz efeitos nas representações da violência urbana no Rio de Janeiro e nas políticas estatais (LEITE, 2014, p. 201).

Neste panorama no qual a cidade maravilhosa, Rio de Janeiro, de 2009 a 2016 apresentou complexas intervenções na sua preparação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, intervenções de cunho urbanísticos, no sentido de grandes revitalizações e reurbanizações em localidades estratégicas, e de cunho policial-militar, no tocante às ocupações das favelas ou na implementação das unidades pacificadoras. Assim, pergunta-se; essas intervenções estão conectadas? Como se apresentaram no contexto de preparação do projeto para sediar os Jogos Olímpicos? Por que essas duas dinâmicas acontecem no Rio simultaneamente? Elas possuem relação? Elas resultam em algo maior? É a partir disso que se pretende analisar, em conjunto, estes dois grandes processos de intervenções, suas lógicas, desdobramentos e seus “deslegados” olímpicos até o Rio 2016.

Para responder a estas questões, a presente dissertação está dividida em três grandes momentos. No primeiro capítulo abordar-se-á os processos globais de intervenções os quais se utilizam das cidades como palco para transformações urbanas profundas. Das lógicas de remoções e expulsões resultantes desses processos, principalmente, no tocante ao Projeto Porto Maravilha e suas consequências à cidade carioca como a privatização de espaços públicos, bem como um demonstrativo de dinâmicas economicistas advindas de circuitos internacionais de interesses. Ademais, as convergências e os consensos acomodaram-se na cidade dos encantos mil e transformaram-na em um projeto de cidade global de vitrine no qual a união entre intervenções urbanas e militares, juntamente, com a implementação das unidades pacificadoras possibilitaram uma projeção internacional como um falso símbolo de sucesso urbano.

No segundo capítulo apresentar-se-á a militarização urbana da periferia carioca, o processo de criação de um inimigo interno na cidade do Rio de Janeiro, o qual auxiliou a execução das ações do projeto Rio 2016, executando tecnicidades em modalidades de monitoramento, vigilância e controle social. Aliado ao processo de militarização urbana os gastos com segurança pública no contexto dos megaeventos esportivos demonstraram uma intimidade com uma indústria de segurança de espectro global, juntamente, com uma cooperação internacional com atores privados e governamentais estrangeiros a qual marcou várias ações de segurança no contexto dos Jogos Olímpicos. Ademais, a militarização da periferia foi estrategicamente localizada, visto a distribuição das zonas olímpicas no Rio em bairros cariocas específicos.

No terceiro capítulo analisar-se-á o papel das Unidades de Polícia Pacificadoras no contexto do Jogos e do processo de militarização urbana. As unidades apresentaram-se como a melhor alternativa para ordenar e pacificar territórios estratégicos para os intuitos olímpicos do Rio 2016 e, principalmente, para uma lógica econômica no sentido de reurbanização das

favelas na intenção de levar a cidade para as comunidades e invadi-las com prestações de serviços públicos e privados, regulamentação fundiária e especulação imobiliária. Além disso, as unidades ficaram distribuídas em um perímetro de atividades e influência dos Jogos, que se denominou de zonas olímpicas, ou como chamar-se-ão neste trabalho; os clusters olímpicos, constituindo os cinturões da segurança que se posicionaram no entorno destes clusters para a sua proteção.

À guisa de conclusão o panorama das olímpiadas modificou a cidade, mudou suas lógicas, expulsou e removeu pessoas, deslocou sonhos e sobremaneira militarizou o cotidiano de milhares de pessoas periféricas. Diferentes lógicas e intervenções que até então pareciam distintas convergiram para um grande objetivo, um objetivo de transformar a cidade em algo maior, em um “legado olímpico”, não para os moradores, mas um legado de prerrogativas a intervenções mais profundas e distantes, um precedente, uma vitrine de cidade global a qual mostraria as possibilidades que a cidade estaria disposta a pagar para adentrar aos circuitos internacionais de interesses econômico-políticos, mesmo que significasse violar, remover e militarizar espaços e milhares de vidas inocentes.

## **2 DA CIDADE MARAVILHOSA À CIDADE DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS: RIO DE CONSENSOS EM 2009**

A euforia<sup>16</sup> pela conquista do direito de sediar um megaevento esportivo, em 2009, fez a cidade carioca sonhar com transformações. Os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 representariam um divisor de águas, um marco para a transformação da “cidade-problema” e “cidade-violenta”, seria um retorno ao seu predicativo mais conhecido mundo afora: “cidade-maravilhosa”. O ambicioso legado prometido foi repleto de “encantos mil”, ia de instalações esportivas e melhorias no espaço urbano, incluía à redução das desigualdades sociais e de mais segurança, tudo isso legitimado, é claro, pelo estímulo à prática de atividades esportivas. Na época, predominava o senso comum de que sediar megaeventos esportivos ofereceria diversas vantagens à cidade acolhedora, sobretudo na atividade econômica, tais como: melhorias na infraestrutura urbana, no transporte e no aquecimento da economia provocado pelo aumento do fluxo de turistas e pelas oportunidades apresentadas aos setores da construção civil, das telecomunicações e do entretenimento.

União dos povos, legado para a cidade e prática de esportes são entre os preditivos mais comuns associados aos Jogos. Contudo, a realidade da cidade do Rio de Janeiro é diferente disto, ela remete a um conceito oposto a estes valores caindo em lógicas de exclusão e expulsão de milhares de pessoas. Durante o processo de implementação das obras, que modificaram a cidade, observou-se a violação sistemática de direitos e o crescimento de um projeto direcionado a interesses econômicos. Essa lógica gerou um grande número de excluídos do direito à moradia, à cidade e até mesmo à prática esportiva. E para afirmar este projeto, a militarização nas favelas foi reforçada elemento que colaborou com a exclusão e expulsão de forma “pacífica” destinando a esses territórios um controle excessivo de corpos, mentes, espaço, e sobretudo da violência cotidiana.

---

<sup>16</sup> Em clima de final de Copa do Mundo, os cariocas foram à Praia de Copacabana. A Orla foi tomada de pessoas vestidas de roupas com as cores verde e amarelo, rostos pintados e bandeirinhas. De acordo com a PM, 30 mil pessoas estavam no local na hora do anúncio de que o Rio sediaria as Olimpíadas. Durante a festa, uma bandeira com cerca de dois mil metros quadrados foi estendida sobre o público na areia, nela, havia a frase “Rio loves you”. (O Globo, 03 out. /2009, p.15).

Foi em 2009 o marco do surgimento de um imaginário ideal político no Rio de Janeiro que através de consensos executaria um projeto que há décadas os administradores no Rio pretendiam realizar e que em parte já realizavam com outros megaeventos que passam pela cidade. Esse exato momento foi ideal e mais favorável para a execução desse projeto devido à formação de uma conjuntura política e econômica mais estável e mais favorável. Dessa maneira, o aplaudido por todos à época o alinhamento das três esferas de poderes (municipal, estadual e federal) e uma união suprapartidária serão os pilares para a garantia de investimentos públicos e privados na cidade e que possibilitariam a implementação do projeto. Uma aliança entre o PT, representado pela figura do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o PMDB, com o governador Sérgio Cabral, e o prefeito Eduardo Paes foi fundamental para esse momento histórico.

Para que o cenário de investimento se concretizasse, seria necessária também uma aliança público-privada, no intuito de retratar a cidade do futuro unida pelo progresso, a super coalização se intitulou “Somos um Rio” e foi vencedora com grande apoio nas urnas. Essa lógica a qual possibilitou a realização de grandes intervenções urbanas, segue a exemplo de qualquer outra cidade no mundo, não seria novidade para a cidade carioca, como mostra Castells e Borja (1994, p. 156), em um projeto de transformação urbana a sensação de crise, a negociação entre atores locais, privados e públicos e a vontade conjunta de um consenso público são essências para realizá-lo.

Contudo, para o consenso público era necessário um inimigo em comum para unir forças, ele foi encontrado, “acabar com desordem e a crise no Rio de Janeiro” seria o objetivo perfeito para uma coalização com a população e legitimação da execução dos possíveis projetos de intervenção urbana e na segurança pública. Nesse sentido e segundo a publicação da municipalidade carioca, Rio-Gestão de Alto Desempenho<sup>17</sup>, de 2012, a prefeitura passou as últimas décadas com o orçamento estrangulado e descuidou as áreas importantes, como os serviços de conversação da cidade. De acordo com o documento, essa conjunção de fatores afetou autoestima do carioca, a população teria se habituado a “conviver com a desordem”. Em 2006, uma pesquisa realizada pelo IETS em parceria com a Macroplan mostrou que 63% da população acreditavam que o Rio estaria muito pior em 20 anos. Em outra pesquisa, encomendada em 2008 pela ONG Rio Como Vamos, 36% dos cariocas afirmaram não ter orgulho de morar no Rio de Janeiro,

---

<sup>17</sup> Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104305/RioGestaoAltoDesempenho.pdf>,  
Acessado em: 22 nov. 2018.

e 61% acreditavam que na sua qualidade de vida havia piorado em relação ao ano anterior<sup>18</sup>. Tal cenário impôs uma série de desafios à gestão da prefeitura iniciada em 2009.

A segurança e a redução da violência são elementos centrais na construção do cenário de crise que se abateu sobre o Rio de Janeiro. Os grandes projetos e eventos servem como uma espécie de marketing urbano para promover o orgulho por parte da população em pertencer a uma cidade que atingiu o caráter global, capaz de atrair investimentos e os olhares do mundo todo. As radicais transformações urbanas do Rio de Janeiro encontram um grande apoio popular na medida em que apareceram como fundamentais para preparar a cidade para o extenso calendário de eventos em poucos anos: Copa das Confederações 2013, Jornada Mundial da Juventude 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Contraditoriamente, os megaeventos, que ao mesmo tempo obtinham enorme aprovação no primeiro momento e aparecem como uma solução para muitos problemas da cidade, são exatamente as justificativas do Estado para cometer transgressões aos direitos dos cidadãos à cidade. Menos de uma semana depois do anúncio de que o Rio de Janeiro como sede oficial dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, uma matéria do jornal Folha de São Paulo (08/09/2009), anunciava a realização dos Jogos no Rio e previa a remoção de mais de 3.500 famílias de seis favelas na Zona Oeste e Norte da cidade<sup>19</sup>.

No caso do Rio de Janeiro, os megaeventos têm desempenhado um papel fundamental na mobilização dos recursos, a partir de 2007, a cidade ingressou em um ciclo de eventos internacionais de grandes proporções e esses eventos demandaram várias intervenções na cidade maravilhosa para acomodar as determinadas demandas desta lógica. Assim, a cidade antes de ser vendida mundo afora como lugar atrativo, a estrutura urbana precisava se adequar aos “padrões internacionais” de consumo e às dispendiosas

---

<sup>18</sup> “Como o carioca vê o Rio, 2008”. Disponível em:

<http://www.riocomovamos.org.br/portal/content.php?cc=269&mn=3>. Acesso em: 12 dez. 2018.

<sup>19</sup> A ausência de uma política habitacional adequada dos governos, em todas as suas instâncias, para entender à demanda de moradias de uma parte considerável da população gerou um aumento constante das favelas por todo o país. Segundo dados do censo do IBGE, entre 2000 e 2010, o crescimento de residentes em assentamentos precários do Rio de Janeiro foi de 27,65%. A cidade contava com 1.020 aglomerados subnacionais, representado acerca de 1,4 milhão de habitantes ou 23,6% da população carioca. E não é à toa, portanto, que esses espaços têm sido foco de uma série de intervenções. As UPPs são colocadas nesse enredo como propulsora das transformações nas favelas e de inserção no mercado. Através da ação repressora e disciplinadora, o Estado, como grande apoio da opinião pública, comunica ao mercado que aquela área também está aberta para sua atuação.



exigências de cada um desses eventos. E desde então a premissa de orientação pró-mercado é que o espaço da cidade não seja mais pensando na coletividade, mas sim em atuações de forma localizadas e pontuais.

A solidez da economia brasileira e o apoio total e unificado dos três níveis de governo e da sociedade foram importantíssimos para viabilizar os Jogos, e a partir de um orçamento sólido e conservador foi constantemente reafirmado. A candidatura de Rio 2016 se destacou por ser um projeto coeso e integrado que beneficiária a cidade e o país de forma duradora. O legado, supostamente alinhado aos planos de desenvolvimento a longo prazo, reforçaria o tecido social e ambiental do Rio e do Brasil, satisfazendo as necessidades da população carioca, que passaria a usufruir de uma infraestrutura modernizada. A perspectiva de se constituir o Brasil como uma inspiração de país incentivador do esporte para todo o contingente jovem e promissor foi apresentada como uma oportunidade. (COMITÊ, 2016).

Segundo Faulhaber e Azevedo, (2015, p. 29-30), diferente de outras candidaturas do Rio de Janeiro, como a que se deram na tentativa de sediar o Olimpíada de 2004, o projeto vencedor em Copenhague tinha como centralidade: a Barra da Tijuca. O bairro recebeu a maior parte das modalidades esportivas e foi lá que se ergueu o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas. Desde a década de 1970 a Barra da Tijuca se consolidou como área de expansão de alta renda da cidade do Rio de Janeiro, marcada por incorporações de luxo com base em condomínios fechados. Ainda segundo os autores (2015, p. 30) dois atores se destacam nesse sentido, o primeiro, Carlos Carvalho<sup>20</sup> o qual integrou a delegação brasileira que esteve em Copenhague em 2009, o segundo é Pasquale Mauro<sup>21</sup>, proprietário de terras beneficiado pela expansão da cidade em direção à região da Barra da Tijuca.

---

<sup>20</sup>“Carlos Carvalho, o dono da Barra da Tijuca”. Disponível em:

<https://exame.abril.com.br/revista-exame/carlos-carvalho-o-dono-da-barra-da-tijuca/>. Acesso em: 02 dez. 2018. Suas terras e seus empreendimentos se encontram principalmente na zona de Av. Abelardo Bueno – também chamado eixo Olímpico – e nas avenidas que cortam, limite entre Barra da Tijuca e Jacarepaguá, onde se efetivaram as principais intervenções urbanas para o Rio 2016 e se ergueu o Parque Olímpico.

<sup>21</sup> “Pasquale Mauro é alvo de dezenas de processos em que é acusado de posse ilegal na região da Barra”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pasquale-mauro-alvo-de-dezenas-de-processos-em-que-acusado-de-posse-ilegal-na-regiao-da-barra-2720984>. Acessado em 02/12/2018. Proprietário de terra beneficiado pela expansão da cidade em direção à região da Barra da Tijuca. O Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens de 2009 e as obras de infraestrutura realizadas no primeiro mandato de Eduardo Paes garantiam a ele uma sobrevalorização dos terrenos do Grupo Rio Mar, localizadas nessa região da Baixada de Jacarepaguá.

Ambos fazem parte de uma lista de quatro grandes proprietários que despontavam como os donos da Barra na década de 1980 e, quase 40 anos depois, ainda mantêm latifúndios urbanos de atividades especulativas na região. Durante todo esse período a concentração fundiária se manteve praticamente inalterada, fato que fez com que o bairro se mantivesse ocupado pela população de maior poder aquisitivo da cidade, público preferido pelos empresários nos lançamentos imobiliários. No processo de preparação para as Olimpíadas, os dois se aliaram a maiores empreiteiras do país<sup>22</sup>, possibilitando a entrada das mesmas no mercado local. Proprietários de terra e empreiteiras foram diretamente beneficiados pelos bilhões de reais investidos pela prefeitura do Rio justificados pela realização da Olimpíada. (FAULHABER e AZEVEDO, 2015, p.31).

Os Jogos Rio 2016 foram o ápice da promoção da concentração de grandes investimentos públicos na implantação de projetos urbanos na valorização imobiliária. Pós-Olimpíada, este processo foi temporariamente suspenso em meio à grave crise política, institucional e econômica no estado do Rio de Janeiro. Os megaeventos certamente não inauguram processos de segregação socioespacial a periferização, mas acentuaram a aceleração dos mesmos, assim como colaboraram para legitimar e consolidar as exceções à legislação e outras vantagens concedidas aos operadores privados do ambiente construído, abrindo precedente urbanístico, política e jurídico para a reprodução das práticas de planejamento e intervenção urbana excludentes aplicadas ao Rio de Janeiro, nesse sentido, os Jogos passaram e os impactos ficaram.

A construção da ideia de Legado Olímpico foi estratégica e necessária para a legitimação da Olimpíada frente à sociedade e à opinião pública. Afirmando o discurso que “os Jogos Olímpicos frente à cidade”, Eduardo Paes inaugurou em outubro de 2010, com grande cobertura midiática; o Legadômetro<sup>23</sup>. Com a função de avaliar os impactos de cada obra olímpica sob o aspecto econômico, urbanístico, social e ambiental, o ins-

---

<sup>22</sup> É o caso da Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário, que inaugurou sua regional carioca em abril de 2010. Seu primeiro residencial foi lançado em junho de 2011 no Recreio dos Bandeirantes, local que antes só permitia a construção de casas. Outras empresas que atuam em todo o país e que aproveitaram o momento de expansão da Barra foram a Odebrecht Realizações e a Andrade Gutierrez. Até o início de 2012, a Odebrecht Realizações tinha três empreendimentos comerciais lançadas na região da Av. Abelardo Bueno, a mesma do Parque Olímpico. Já a Andrade Gutierrez fez parte do Consórcio Rio Mais, responsável pela construção do Parque Olímpico, junto com a Odebrecht e a Carvalho Hosken. As últimas duas também fecharam parceria para a construção do super condomínio Ilha Pura, a Vila dos Atletas da Rio 2016.

<sup>23</sup> “Legadômetro do Rio dará notas de 1 a 5 a projetos de 2014 e 2016”. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2010/10/prefeitura-do-rio-lanca-legadometro-para-avaliar-os-projetos-de-2014-e-2016.html>. Acesso em: 22 dez. 2018.

trumento online de “transparência e acompanhamento” deveria orientar as intervenções vinculadas aos Jogos Rio 2016. Quando já não era possível ou interessante evidenciar e quantificar os legados ou a ausência deles, o Legadômetro foi simplesmente retirado do ar, sem cobertura da imprensa.

A contradição entre discurso oficial apresentado sobre os Legados Olímpicos com a evidente realidade materializada no Rio de Janeiro, tanto durante a preparação dos Jogos Rio 2016 quanto no momento pós-olímpico, reclama uma análise crítica do Plano de Legados apresentado no Dossiê de Candidatura encaminhado ao COI em 2009. A alteração deliberada das nomenclaturas dos equipamentos olímpicos e as notícias propositalmente desencontradas, veiculadas sistematicamente ao longo do tempo, tornaram a tarefa ainda mais desafiadora. As promessas contidas no Dossiê reiteradas quando a cidade foi nomeada sede olímpica, mas abandonadas ao longo do processo, e as intervenções que não tiveram o seu escopo integral realizado ou então que sua concretização gerou impactos negativos para a cidade, constituindo o que podemos chamar de “deslegados” olímpicos.

A releitura do Dossiê de Candidatura parece se tratar de outra cidade, de outro país, o que se agrava com o impacto de milhares de famílias que tiveram suas vidas afetadas pelos Jogos Rio 2016. Com todas as discrepâncias entre promessa e realidade, a APO acabou alegando à época que o Dossiê se apresentava como um projeto conceitual e que foi definido pelo COI como indispensável, embora isso não se confirme em nenhum momento nas mais de 600 páginas de documento, distribuídas em 3 volumes<sup>24</sup>. O critério para estabelecer prioridades ficou incógnito, mas os impactos da política urbana legitimada pelos megaeventos permanecem e os “deslegados” são evidentes e demonstram um projeto maior de uma cidade global de vitrine, em imagem internacional, e não de resultados e legados legítimos para a cidade e seus moradores.

---

<sup>24</sup> O Dossiê de Candidatura é composto por 17 temas estabelecidos pelo COI, que são considerados essências para a realização dos jogos Rio 2016. O Plano de Legado dos Jogos Olímpicos possui quatro prioridades dos Jogos Rio 2016 integradas ao longo prazo da cidade 1) transformação da cidade, 2) inserção social, 3) participação da juventude e educação, 4) esportes. Disponíveis em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/4>. Acesso em 23 nov. de 2018.

## 2.1 Rio 2016 e processos globais de intervenção urbana: um projeto de cidade global de vitrine

As cidades adquiriram, ao longo do tempo, um protagonismo que vai além do aspecto econômico, atingindo o social, cultural e político, estabelecendo-se como um centro de conexões, fluxos, relações e problemáticas. Logo, as cidades se tornam um grande cenário no qual este trabalho se apresenta, no qual determinados processos globais de segurança se manifestam concretamente ou subjetivamente por meio de determinadas dinâmicas urbanas. Essas cidades conhecidas a ser denominada de cidades globais<sup>25</sup> são os planos de fundo no qual múltiplos processos globalizantes adotam corpo e forma concretos e locais. Esses espaços urbanos globalizados são a localização estratégica exata de toda uma nova lógica e dinâmica de operações políticas, econômicas, culturais e subjetivas (SASSEN, 2009, p. 60), e indo além elas se tornam um local estratégico para um urbanismo militar contemporâneo de atuação global, de cunho securitário e desenvolvimentista, levando a um nexo segurança-desenvolvimento urbano, no qual a segurança se torna uma exigência indispensável para o capital para que o fluxo de acumulação tenha continuidade e nesse sentido as cidades são parte de um processo no qual elas competem entre si, cabendo a elas dar o máximo de garantias ao capital.

O debate acerca da globalização<sup>26</sup> remete-se a uma discussão do mercado mundial e traz consigo um fundamento de análise e considerações entre as novas relações de tempo e, principalmente, espaço. Esse cada vez mais é construído como uma articulação entre o local e o mundial, visto que, contemporaneamente, o processo de reprodução das

---

<sup>25</sup>A globalização econômica promove alterações em diferentes níveis, dos Estados nacionais às cidades e regiões transnacionais. E nesse sentido, e a partir do estudo da cidade como local no qual processos globais estão acontecendo que Sassen (1998) tenta definir novos conceitos para a compreensão da intersecção entre o global e o local. O conceito de cidade global é proposto por Sassen para estudar o fenômeno da localização dos processos globais em territórios nacionais. O conceito pressupõe que processos globais podem ser analisados a partir de formas pelas quais se materializam em diferentes lugares. Assim, a globalização econômica, segundo Sassen (2007), partindo dos lugares estratégicos nos quais se materializam os processos globais e que vínculos que os conectam.

<sup>26</sup>Ulrich Beck (1999) afirma que a globalização não é somente uma variedade de conexões e de relações entre Estado e sociedade em todas as dimensões, mas também, mudanças de um conjunto das suposições dito, pelo autor, como fundamental sob o qual todas as sociedades até hoje se organizaram e vieram nas suas condições. Para Beck (1999, p. 49), a globalização é o significado de um desmanche da unidade do Estado, nas novas relações de poder e de concorrência, dos novos conflitos e incompatibilidades entre atores e unidades do Estado nacional e de outro lado atores, identidades espaços e processos transnacionais. Logo, o autor alimenta a ideia de que a globalização não é unilateral, automática e unidimensional, mas sim de uma nova consideração do elemento local.

relações sociais dar-se-á fora das fronteiras de um lugar específico. Logo, novas atividades criam-se no berço de profundas transformações produtivas, em novos comportamentos sendo constituídos em bases de novos valores.

Sassen (1991) observa a transformação do sistema global através da formação e expansão de assemblagens, ou seja, pedaços de território, de autoridade e de direitos pelo mundo. Inicia-se um fenômeno paralelo ao efeito causado pela globalização em desestabilizar uma organização do Estado-nação em benefício ao mercado, como instituição global, aquele que é caracterizado pela constituição de assemblagens, sejam elas nacionais, regionais ou globais, no intermeio de uma estrutura estatal muito formalizada. Sendo assim, a economia global parece ser estruturada dentro do nacional, e por outro lado, o espaço e outros fatores são reestruturados no formato de assemblagens em novas configurações globais as quais pressionam uma reconsideração das hierarquias espaciais, entre local/global nas relações de política e econômica, e indo além dessa percepção da autora, as relações de segurança, sincronicamente com as político-econômicas, passam a ser reescaladas.

As intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro e o discurso da cidade carioca de uma cidade global no sentido de estrategicamente preparada e segura são materializadas no planejamento estratégico, que se apropria da cultura ressemantizada do culturalismo ao mercado (ARANTES, 2002), em outras palavras, um exemplo de cidade-emprego que subordina seu espaço público a atores privados e, nesse mesmo movimento, disciplina sua segurança ao controle do privado. Para Arantes (2002, p. 36),

[...] redesenha-se o local; programam-se eventos culturais. Abre-se um café ou coisa que o valha igualmente, completando-se o serviço com uma pequena horda de segurança [...] até se alcançar quem sabe toda a cidade que importa, seu enclave propriamente global.

Nesse sentido, a cidade se torna seu próprio enclave de ditados globais, ou seja, ela se torna um “enclave global” pois além de refletir as nuances nacionais ela também reflete tendências e processos internacionais, que de uma forma ou de outra, estão presentes na massiva maioria dos países ao redor do mundo. A cidade com cara de global estrategicamente pensada para o mercado e para a segurança que alia acumulação capitalista<sup>27</sup> e à exploração da propriedade do solo. Nessa cidade-empresa, o processo de

---

<sup>27</sup>Na concepção de David Harvey (2003b) a emergência das economias políticas do capitalismo contemporâneo faz surgir processos denominados por ele de “acumulação por espoliação”,

privatização da segurança pública<sup>28</sup> e os espaços nos quais atuam uma estrutura de segurança remetem-se à lógica de organização e reprodução do espaço urbano capitalista neoliberal.

Dessa maneira, um cenário se forma dentro da lógica urbana o Estado neoliberal dissemina uma sociedade regulada pelo mercado, emundada pela concorrência e lucro, que vê uma possibilidade em controlar populações e territórios problemáticos, mas que precisa de técnicas e mecanismos que assegurem uma livre circulação de mercadorias e capitais, logo, nasce à união de um urbanismo militarizado, representado pelas relações público-privadas de um complexo industrial militar, no sentido de uma governança empresarial, dão cara a um projeto de cidade semelhante (FERRAZ et al, 2017, p. 22).

Esse projeto de cidade, segundo Ferraz et al (2017, p.23), é tido com atenção com a projeção dos megaeventos que atrai olhares de investimentos de todo o mundo. Enquanto os olhos do mundo estavam voltados para o Brasil, durante os megaeventos, poucos metros dos locais de evento, cercados de forte segurança, populações marginalizadas permaneciam sob o medo constante da repressão violenta da polícia militar, a gentrificação acontecia a poucos metros do megaevento, a periferia era removida dos locais desejados pelos Planos dos Jogos Olímpicos. As dinâmicas, durante e após esses eventos, juntamente, com as Unidades de Política Pacificadora apresentam-se como soluções para problemas de segurança os quais demonstram um “projeto militar-empresarial”, ou seja, uma dinâmica que unifica a iniciativa privada nos seus mais variados âmbitos a uma lógica de militarização da vida cotidiana.

Um projeto maior é estabelecido, tem-se como objetivo transformar a cidade carioca como a Cidade Maravilhosa de um cartão postal bem aceita aos circuitos interna-

---

pelos quais ativos públicos e comuns são cerceados, permitindo o uso privado, excludente e lucrativo dos recursos. Movimentos de privatização e a liberalização do mercado foi o grande mantra do neoliberalismo, o resultado foi a transformação de políticas de Estado em expropriação de terras comuns e a concessão a um capital privado. Propriedades do Estado ou destinadas ao uso partilhado da população e geral são entregues ao mercado para alocar o capital sobre acumulado, para investir, valorizar e especular. (HARVEY, 2003b, p. 130 - 131). E nesse sentido, projetos voltados para o “desenvolvimento” envolvem concessões, aquisições e arrendamento de terras, e empresas públicas têm sido privatizadas. Para Vainer (2010) a gestão das cidades, nesse contexto, se volta para a atração de capitais, passando a funcionar de forma análoga a de uma empresa em busca de oportunidade lucrativas, logo para o autor, cria-se uma cidade de modelo de exceção para uma negociação flexível.

<sup>28</sup> Para Ferraz et al (2017) a privatização da segurança no Rio de Janeiro é um panorama que favorece a Operação Segurança Presente, um programa gourmetizado, com numerosos postos da polícia parecidos com food trucks nos espaços públicos, principalmente, nas áreas nobres e centrais.

cionais, e apresentá-la ao mundo para a sua venda como uma “cidade global de vitrine”. Logo, duas ideais de tendências internacionais que transpassam qualquer fronteira se convergem e encontram-se, por um lado, tem-se uma cidade orientada pelo mercado, e por outro lado, uma controlada pela presença enorme e progressiva de técnicas e tecnologias militarizadas, de coerção, controle, monitoramento e principalmente de pacificação da população periférica, negra e pobre, formando assim, uma cidade global de vitrine, uma falsa cidade ordenada do progresso econômico.

Para chegar nessa conceitualização é necessário revisitar a conceitualização de cidade global, para tal Sassen (1998) buscou interpretar a intersecção entre o global e o local, e assim, a cidade global foi pensando como um dos novos conceitos para o estudo da localização dos processos globais em territórios nacionais. Este conceito infere que os processos globais podem ser analisados a partir das formas pelas quais se materializam em diferentes lugares. E ele traz uma nova abordagem para o processo de globalização para compreender os lugares estratégicos materializados através dos processos globais e os vínculos que os conectam.

Entretanto, o conceito abrange somente as funções econômica e política que caracterizam o espaço urbano, aqui o conceito de cidade global de vitrine já se difere, pois logo a materialização do mesmo se dá em um intuito de se projetar internacionalmente como uma cidade global, porém sem as fundações necessárias, e sobremaneira, para tentar legitimar uma imagem no exterior de cidade capaz, funcional e apta a entrar e permanecer nos circuitos internacionais de interesses. A cidade global de vitrine também leva em consideração um modelo de cidade como mercadoria e é um reflexo das lógicas alimentadas pelas agências multilaterais e pelos consultores internacionais, no qual se passou a dominar um discurso homogêneo de práticas de administração das cidades mundo afora. A unificação em torno de um consenso de partidos e lideranças, e logo, uma gestão empreendedorista das cidades se apresenta no panorama urbano. Ela pressupõe não apenas a presença de um governo local, mas uma coalização de forças dentro de uma dinâmica de governança urbana, incluindo a iniciativa privada e da sociedade civil. Indo além, a mercantilização padronizada de um modelo de cidade se une a práticas militarizadas de espaço urbano, garantindo que o modelo se constitua como um padrão a ser seguido (MASCARENHAS, 2014, p. 52).

Esta cidade é a mercadoria por essência padronizada e segura a ser mostrada e seguida por outros países, e a sua íntima relação entre um urbanismo militar e as relações econômicas de pretensões globais constroem esse modelo de cidade global de vi-

trine. Os jogos Olímpicos do Rio em 2016 ajudaram a estabelecer uma dimensão de ascensão da cidade-espetáculo, no sentido de produzir espaços urbanos que se oferecem como uma vitrine global para o consumo turístico, para a atração de investimentos e interesses internacionais. (MASCARENHAS, 2014, p. 53). Logo, a cidade se torna a cidade produto (SÁNCHEZ, 1999, p.118), segura e viável aos investimentos internacionais, a cidade cartão postal<sup>29</sup> se torna realidade.

A cidade do Rio de Janeiro com o acontecimento dos megaeventos buscou um modelo de cidade global orientado pelo neoliberalismo<sup>30</sup> atrativo a investimentos internacionais. Cidades como a carioca procuraram adotar um modelo empresariado de gestão urbana através das relações público privadas, no que passou a ser chamado de “planejamento estratégico<sup>31</sup>”. Segundo Ferraz et al (2017, p.24) esse conceito é difundido entre agências multilaterais na América Latina e de consultorias internacionais, é a definição do planejamento empresarial aplicado ao urbano.

Durante a sua história a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu diversas etapas na sua lógica de planejamento urbano, consideração em menor ou maior grau as políticas promocionais urbanas, no sentido, de criar ícones e visibilidade internacional, principalmente, com a contratação de consultores europeus. Nesse sentido, Abreu (1987, p. 86) menciona que já em 1930 iniciou-se o Plano Agache elaborado pelo arquiteto francês Alfred Hubert Donat Agache que tinha como meta “ordenar e melhorar a cidade segundo critérios funcionais”. Para tal objetivo foram realizadas grandes obras de embelezamento que previam desde sua formulação mudanças profundas no espectro urbano as

---

<sup>29</sup> Rio cidade “cartão-postal mundial”, a cidade carioca recebeu em 2012 o título de Patrimônio Mundial como paisagem cultural, concedido pela Unesco. Para a ex-presidente Dilma Rousseff, “o título chega num momento em que o Rio mostra competência e capacidade de gestão para sediar eventos nacionais e internacionais” (O Globo, 02 mai. 2012).

<sup>30</sup> Entende-se como neoliberalismo o que Brenner e Theodore (2002) propõem entender o neoliberalismo como um projeto geoeconômico e geopolítico que opera em múltiplas escalas e que atuou fortemente nas dinâmicas das transformações urbanas na América do Norte e na Europa Ocidental, e como as cidades se tornaram estrategicamente espaços cruciais para o projeto neoliberal. Essa análise vai a encontro com as posições de Harvey (1996) na perspectiva do neoliberalismo e a questão urbana, para o autor este período inaugura um processo de luta pela transformação dos espaços a fim de os tornarem cada vez mais atraentes para o capital privado.

<sup>31</sup> Para Mascarenhas (2014, p. 55), essa concepção de pensar a cidade vai na contramão do tradicional planejamento físico-territorial, e passa a enfatizar a implementação dos grandes projetos de desenvolvimento urbano como vetores de privilégios e estruturantes do desenvolvimento. Permeada de operações emblemáticas, voltadas para a monumentalidade espetacular de projeção da cidade, acompanhada das parcerias pública-privadas, da desregulamentação edfílica e privatização dos espaços urbanos.



quais “previam a vocação do Rio de Janeiro para majestosa metrópole” (RIO ESTUDOS, 2005, p. 01).

Nos anos 1960, o Plano Doxiadis<sup>32</sup>, executado durante o governo Lacerda<sup>33</sup>, surgiu no panorama brasileiro e na década seguinte o Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (PURBRIO) foi formado. O Plano era criticado pelas suas características de mentalidade colonialistas e dos projetos internacionais em detrimentos aos nacionais (PIRES, 2010). Já nos anos 1990 é implementado o planejamento estratégico na cidade carioca, a qual se tornou a primeira cidade latino-americana a organizar um plano desta ordem<sup>34</sup>. Essa mudança foi resultado de contexto no qual as cidades se inseriam na competitividade mundial por investimentos, tornando e iniciando a cidade como produto através de ferramentas de promoção urbana (LOPES, 2003).

O primeiro plano carioca é de 1995, durante a gestão de César Maia, chamado Rio sempre Rio, logo em seguida surge o As Cidades da Cidade, de 2004, e na gestão de Eduardo Paes foram mais dois volumes, 2009 e 2013. Como pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 01 - Estrutura dos planejamentos estratégicos e das respectivas gestões



Fonte: (PASQUIOTTO, 2016, p. 130).

<sup>32</sup> Alusão ao arquiteto e urbanista grego Constantino Doxiadis.

<sup>33</sup> Carlos Frederico Werneck de Lacerda, governador do estado da Guanabara de 1960 a 1965.

<sup>34</sup> Outras cidades do continente americano paralelamente ao Rio estavam em processo de finalização e término, Rosário, Montevideú, Bogotá, Caracas e algumas cidades na Colômbia. (PASQUOTTO, 2016, p. 129).

O Rio sempre Rio foi um consórcio caracterizado pela participação ativa de atores sociais do setor público e privado, numa tentativa de desenvolvimento local (GUA-NAIS; FISCHER, 1999, p. 39). Consórcio o qual tinha como objetivo elaborar um plano para a cidade a partir do ano de 1993, com uma metodologia de pensamento catalão, da consultoria TUBSA cujos diretores aplicariam a mesma metodologia de Barcelona dos Jogos Olímpicos de 1992, orientando a um plano que atendesse às necessidades de adequação das metrópoles contemporâneas aos desafios trazidos pela globalização (CA-MARGO, 2011, p. 16).

O Rio sempre Rio, dentre seus objetivos, previa a integração da cidade com o exterior, para tal linhas estratégicas foram estabelecidas objetivos como podem ser observadas na figura 02 a seguir:

Figura 02 – Linhas estratégicas e seus objetivos

Linhas Estratégicas	Objetivos
1. O Carioca do Século XXI	- Serviços básicos e de desenvolvimento para a população.
2. Rio Acolhedor	- Preservação do meio ambiente; - Integração da cidade.
3. Rio Participativo	- Diversificar a estrutura da administração municipal; - Formação da cidadania; - Segurança da cidade.
4. Rio Integrado	- Comunicação rápida entre si; - Tecido urbano homogêneo.
5. Portas do Rio	- Interligação com o entorno (sistema viário, de comunicações, etc.)
6. Rio Competitivo	- Atrair investimentos (melhorar a infraestrutura)
7. Rio 2004	- Tornar a cidade um polo regional, nacional e internacional; - Desenvolvimento da cultura.

Fonte: MAIA, César. Encontro Internacional para a Integração das Mercocidades no Âmbito da Ciência e da Tecnologia, realizado no Teleporto do Rio de Janeiro nos dias 6 e 7 de maio de 1996.

Como pode ser visto nos objetivos da linha estratégica Rio 2004 o marking urbano já se apresentava como uma ferramenta indispensável para o posicionamento internacional da cidade. Segundo o PECRJ (1995, p. 30-31), a imagem da cidade era o “produto Rio” atrativo para sedes de organizações e de associações através de ações de incentivos público-privada. Já na linha estratégica Rio Integrado, o objetivo era a “normalização” da cidade por meio da incorporação das comunidades à cidade (PECRJ, 1995, p. 26). Nesse sentido, criou-se o programa Favela Bairro<sup>35</sup> o qual atuou em 19 favelas consolidando um “padrão mínimo em seu entorno” (ZEIN, 1996). Por outro lado, o plano As Cidades da Cidade, da gestão Maia, apresentou vários objetivos dos

<sup>35</sup> Programa de Urbanização de Assentamento Populares do Rio de Janeiro (PROAP) teve início em 1995 através de iniciativas do BID e parcerias com a Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2010 se transformou em Marar Carioca, na gestão de Eduardo Paes.

quais enfatizavam as relações de intercâmbio, negociação e colaboração por meio de diversos segmentos da sociedade (PECRJ, 2004, p. 18).

A partir de 2009, a gestão de Paes ressaltou fortemente um discurso urbano de marca e imagem da cidade. Paes no seu Plano Estratégico para a cidade do Rio de Janeiro promove a requalificação urbana de determinados bairros e logo em 2010 é lançado o Plano de Promoção e Marketing de Interação com o plano Turista, no qual é descrito “a cidade carece de um calendário anual de ventos esportivos internacionais de grande porte” (PECRJ, 2009).

Já o PECRJ de 2013-2016 foi o da convergência de dois megaeventos esportivos, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, e conteve requisitos das gestões passadas em criar uma imagem da cidade maravilhosa em uma cidade global de vitrine contendo os principais centros políticos e culturais do cenário global. Esse plano foi elaborado com a ajuda de uma consultoria estratégica McKinsey & Company<sup>36</sup>, uma das maiores empresas de consultoria empresarial do mundo, o planejamento estratégico carioca precisava se inserir mundialmente através de uma divulgação de suas ações. As conquistas do Rio, segundo esse plano, são a consagração da cidade como palco de grandes eventos, como a jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa de 2014, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e o processo de recuperação de áreas degradadas, como a Região Portuária através do projeto Porto Maravilha. Segundo o documento, o objetivo do plano era transformar o Rio na melhor cidade do Hemisfério Sul para se viver e trabalhar, ou seja, “Cidade Maravilhosa: a melhor cidade do Hemisfério Sul para se viver, trabalhar e conhecer” (PECRJ, 2013, p 15).

A nova questão urbana se apresenta com o nexos central a problemática da competitividade urbana pelo investimento de capital, tecnológico e qualidade de serviços (VAINER, 2002), mas também, como uma corrida por segurança para que essa competitividade possa ser executada sem maiores problemas. Neste contexto, os megaeventos criam a oportunidade de alavancar essa ideia de competição internacional através de um fortalecimento da cidade marca e, progressivamente, o desenvolvimento das técnicas e a mundialização da economia e das cidades facilitam grandes operações urbanas em pouco tempo (BOTTURA, 2014, p.65).

O Rio depois da sua primeira candidatura aos Jogos Olímpicos (2004), contou com uma consultoria catalã com o objetivo de uma nova Barcelona (VAINER, 2011),

---

<sup>36</sup> Para maiores informações acessar: <https://www.mckinsey.com/>.

desde logo, foi palco de grandes eventos como a Jornada Mundial da Juventude de 2013, a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. A cidade carioca ilustra o que David Harvey (1989) chamou de “empresariamento urbano” e que teve lugar, principalmente, na década de 1980 nos países mais desenvolvidos, em uma transição entre o modelo de produção fordista-keynesiano de acumulação para um regime mais flexível aberto geograficamente e calcado no mercado. Nesse sentido, com o capital transnacional a escala do nacional estaria perdendo importância em detrimento da conexão, sem intermediadores, entre as escalas global e local.

Para o empresariado urbano, a cidade deve funcionar como uma empresa de gestão eficiente, e cabe ao Estado costurar pactos locais ajudando a criar um bom ambiente de negócios (SOUZA, 2006, p.129). Além de ser uma mercadoria a cidade deve ser um mercado de concorrência, logo, ela deve ser amigável e orientada por ele (VAINER, 2011). Nesse sentido, esse marketing urbano<sup>37</sup> foca nos atributos de valorização de insumos derivados pelo capital internacional e, dentro dessa lógica, o empreendedorismo urbano é buscar melhoras à competitividade da região com a relação à divisão espacial do consumo, e com essa divisão espacial uma relação securitária é necessária para dividir e requalificar o espaço.

Os riscos, dentro da lógica da cidade empreendimento, são assumidos pelo setor público enquanto que o privado auferir às vantagens. Os grandes projetos de reestruturação urbana permitiram a mobilização de recursos em grande escala. Para Vainer (2011, p. 09) essa lógica competitiva e estratégica se estabelece na cidade um estado de emergência dentro de uma lógica de exceção, o que o autor denomina de cidade de exceção. Essa conceitualização é interessante para a reflexão acerca da segurança, ela pressupõe uma crise urbana e se constitui em uma nova forma de regime urbano em que, embora as instituições estejam funcionando, progressivamente, o Estado abdica de parcela de suas atribuições e poderes para o mercado, isso não seria diferente ao tocante à segurança pública (VAINER, 2011, p. 10).

No sentido de estabelecer a cidade maravilhosa como uma cidade de ideários globais o ex-prefeito carioca Eduardo Paes em uma cerimônia<sup>38</sup>, na qual assinou uma

---

<sup>37</sup> A cidade se torna lugares inovadores, excitantes, criativos e “seguro” para viver e consumir, e os consumidores desse produto cidade são, entre outros, os investidores internacionais (CASTELLS e BROJA, 1996).

<sup>38</sup> “Prefeito e governador acompanham anúncio de novos investimentos da GE no Rio”. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1291634>. Acessado em 12 ago. 2018.

parceria com a General Eletric para investimentos no setor tecnológico para pesquisa e desenvolvimento, mencionou que o Rio passou por um período sem investimentos, sem geração de perspectivas em relação ao futuro, porém para o ex-prefeito o “Rio é a cidade global do Cone Sul” e que possui relação direta com uma nova economia e com setores mais sofisticados da área econômica, cultural e do turismo. Ainda para ele o “Rio de Janeiro Rio de Janeiro tornou-se uma cidade global, apta a competir por investimentos estrangeiros<sup>39</sup>”. É nesse sentido que para Paes o Rio foi “descoberto” através dos mega-eventos esportivos e que criou uma oportunidade única para a cidade e na criação de um ambiente de negócios e investimentos<sup>40</sup>.

A ascensão da economia dos serviços especializados, particularmente, o novo complexo de serviços financeiro e corporativo, gerou o que pode ser visto como um novo regime econômico, pois, embora esse setor represente apenas uma fração da economia da cidade, ele se impõe sobre a economia. Dessa maneira, as cidades globais são locais estratégicos para valorização das novas formas de capital cooperativo global. As empresas estrangeiras e os executivos internacionais estão entre os novos “usuários da cidade” (MARTIONOTTI, 1993) que marcam profundamente a paisagem urbana.

A soberania e integridade territorial inviolável dos Estados são questionadas no início do século XXI. Para Sassen, (2001) é essencial o entendimento da formação de um sistema de poder transnacional através da globalização econômica, constituindo um processo de reescalonamento do Estado dentro da esfera do poder. Dessa maneira, Sassen (1999) nega a ideia que a globalização tornou os espaços do nacional e do global excludentes, assim, a mundialização está calcada em parte no nacional, nas cidades globais e necessita que o Estado regule certos aspectos específicos de seu papel em nível nacional.

Essa mundialização é um campo de transações estratégicas transfronteiriças que estabelece e necessita de interações específicas entre atores privados e estatais, logo, há uma dinâmica de reconfiguração do espaço com a relação desses atores a qual modifica a soberania dos Estados com novos assuntos e espacializações jamais vistas (SASSEN, 1999). Os setores considerados estratégicos como tecnologia, energia e finanças operam num patamar tão complexo e em domínios cada vez mais numerosos entre atores priva-

---

<sup>39</sup> “Um minuto com Eduardo Paes prefeito da cidade do Rio de Janeiro”. Disponível em: <http://rio-negocios.com/um-minuto-com-eduardo-paes-prefeito-da-cidade-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>40</sup> Idem

dos de cunho transnacional e agências públicas, a exemplo disso observa-se a dispersão geográfica da produção ao redor do mundo ditada pela expansão da econômica mundial.

É evidente que as atividades transnacionais, conjuntamente, com a grande quantidade de atores mundiais operantes fora do sistema interestatal e o domínio cada vez mais institucionalizado e imerso no desenvolvimento de mecanismos de governos privados afetam as capacidades de intervenções dos Estados. Nesse sentido, as cidades globais são partes de uma rede mundial de pontos estratégicos que evidenciam essas atividades e atores através de processos definidos. Para Sassen (2010) a cidade global é uma materialização estratégica das localidades múltiplas, ela é o terreno de uma multiplicidade de processos de globalização que assumem formas concretas e localizadas. A enormidade da experiência urbana, a presença avassaladora de arquiteturas imensas e infraestruturas densas, bem como a irresistível lógica da utilidade que organiza grande parte dos investimentos das cidades de hoje, geram deslocamento e estranhamento entre muitos indivíduos e comunidades inteiras.

O espaço urbano constituído pela malha mundial de cidades globais, um espaço com novas potencialidades econômicas e políticas, talvez seja um dos espaços mais estratégicos para a formação de novos tipos de políticas, identidades e comunidades, incluindo aquelas transnacionais. Esse espaço é centrado no lugar, no sentido que está enraizado em locais específicos e estratégicos e transterritorial no sentido de que conecta locais que não são geograficamente próximos, mas que estão intensamente conectados.

A centralidade do lugar no contexto de processos globais leva a uma abertura econômica e política transnacional na forma de novas reivindicações e, assim, na constituição de direitos. A cidade global emerge como um local para novas reivindicações, do capital global, dos novos usuários da cidade e dos setores da população em situação de desvantagem. A desnacionalização do espaço urbano e a formulação de novas reivindicações centradas em atores transnacionais e envolvendo a contestação constituem a cidade global como uma zona de fronteira para um novo tipo de relação (SASSEN, 2010, p.117).

Considerando a globalização como um processo dialético entre o global e o local e a sociedade global como o resultado desse processo, e nas palavras de Giddens (1994, p.19) a globalização é a intersecção da presença e da ausência, do entrelaçar de eventos sociais à distância, mas que mantem as suas contextualidades locais. Logo, a globalização não significa o fim do local, ela é de fato uma intensa e forte conexão entre o local e

o global, associada a um conjunto de transmutações da vida quotidiana, afetando as práticas sociais, modos e comportamentos existentes.

Robertson (1992) utiliza-se do termo glocalização<sup>41</sup> enquanto processo em que o local e o global se entrosam para constituir o que ele designa como glocal. Duas noções integram o conceito do autor, a primeira sobre a noção de globalização integrada à ideia de interpenetração do global e local, e a segunda acerca do universalismo e particularismo, em outras palavras, a noção de localidade é concorrente ao produto de ideias globais, embora, seja errôneo concluir que todas as formas de localidades sejam homogêneas. Nessa sociedade da informação do digital, o local e o global são facilmente interconectados e interdependentes. É nesse sentido que Robertson (2003) defende que a rede de interconexão entre localidade deve ser parte constituinte da própria noção de globalização como um processo integrado da relação entre global-local, ou seja, o local tem sido globalizado, tanto quanto o global tem sido localizado.

O conceito de cidade global está relacionado a impactos causados nas metrópoles pela globalização econômica, principalmente, pelo incremento das tecnologias de informação e comunicação. Nesse sentido, as empresas globais passam possuir uma maior flexibilidade para lugares estratégicos para suas sedes, seja pelo valor desses lugares ou pela sua localidade. Para Sassen (2001, p. 57) essas cidades globais são a mudança no perfil das metrópoles quando elas passam pela substituição às atividades industrial para a prestação dos serviços do terceiro setor. Logo, para autora, cidades globais são as configurações de pontos nodais entre a economia nacional e a mundial, e assim, as “novas geografias da centralidade” são locais aos grandes centros financeiros e comerciais internacionais.

Os processos e as formações globais desafiam a hierarquia escalar centrada no Estado nacional e, logo, a dinâmica de reescalonamento atravessa o tamanho institucional e os limites institucionais do território produzidos pela formação dos Estados nacionais. Esse reescalonamento não significa que as antigas hierarquias desapareceram, mas

---

<sup>41</sup> Robertson (2000) cria as expressões glocal e glocalização para expressar a grandes influências dos aspectos globais trazidos pelo incremento da tecnologia da informação e comunicação. Para o autor, a globalização é um processo muito antigo, e logo, ela não é um fenômeno novo, mas um processo crescente de unificação de padrões culturais e de eclosão de particularidades, ou seja, o global, não é contraposto ao local, pelo contrário, o local é geralmente entendido no contexto do global. Para o autor, a superação do antagonismo proporcionado pela relação entre global-local é reconhecer as interconexões. As particularidades e as singularidades se manifestam tomando-se crescente institucionalizadas e globalmente difundidas, gerando intercâmbio, interconexões e diálogo.

que os novos processos de escalonamento emergem juntamente com os antigos, e que aqueles podem muitas vezes prevalecer sobre estes. As antigas hierarquias escalares constituídas como parte do desenvolvimento do Estado-Nação continuam a operar, mas um campo muito menos exclusivo do que no passado recente.

Ao olhar a cidade observa-se um caráter multiescalar de diversos processos globais, ou seja, que não “respeitam” uma escala fixa. Como, por exemplo, um centro financeiro que em uma cidade é uma entidade local, que também faz parte de um mercado eletrônico de escala global. Do outro lado, as entidades internacionais com um caráter global se tornam ativas quanto inseridas nos contextos nacionais dos Estados e, assim, pode ser concebida como um caso em que o global. Esse sistema opera entre as escalas e não ascendendo ou descendendo na escala como um resultado de suas capacidades (SASSEN, 2010, p.20).

Para Sposito (2011, p. 128) a escolha da sociedade ocidental e os esforços políticos e ideológicos para a imposição de seus valores sobre todos os outros têm acarretado em, em termos espaciais e temporais, elementos e condições de impor e contrapor uns aos outros padrões que permeiam da escala internacional à escala interurbana. Dessa maneira, dentro desse movimento e da unicidade temporal entre as diferentes localidades, que haverá “uma unicidade do tempo, o acontecer local sendo percebido como um elo do acontecer mundial” (SANTOS, 2017, p.27). Na realidade contemporânea dentro de novos contextos de articulação entre escalas, modos, intensidade e arranjos, há a necessidade da ampliação das escalas segundo as quais as dinâmicas e processos se desenvolvem combinando interesses e conflitos os quais não se restringem a um aparcela do espaço. Logo, progressivamente o local e todos os níveis intermediários são determinados pelos interesses da escala global (SPOSITO, 2011, p. 130).

Dentro dos estudos em segurança internacional, segundo Loader e Percy (2012, p. 124-125), é errôneo não reconhecer que as problemáticas de segurança na atualidade não admitem distinções artificiais, e assim, binarismos entre o interior e o exterior, ou o local – internacional. Apesar que cada área de investigação, mesmo olhando para mesmos objetos de pesquisa, possuam suas singularidades, paradigmas e quebra-cabeças. Nesse sentido, segundo os autores, a distinção recebida entre o interior e o exterior segundo os autores não reconhece que a segurança é uma mercadoria fluida e contestada, e que atores podem acessá-la através de outros atores estatais, subestatais e de empresas transnacionais. Para os autores o esforço concentrado para discutir segurança como algo



fluido e em termos empíricos permanece raro assim como os esforços para abordar seriamente os aspectos teóricos e desafios metodológicos envolvidos em fazê-lo.

A redução progressiva dos riscos sociais e o desfoque de limites entre as nações internas e externas de segurança pintam o cenário dos estudos de segurança atualmente nas Relações Internacionais. Para Aas (2012 p. 236-237) as várias formas de conectividade transfronteiriças trazem uma nova importância para as análises. Assim, a globalização expande, significativamente, a escala e o escopo da interação social, incluindo, inclusive, conflitos, tanto quanto o controle e estratégias de segurança. Segundo Aas (2012, p. 237), esses processos são descritos no cenário emergente de “security-at-a-distance” no qual, anteriormente, fenômenos locais e nacionais são transformados por novas formas de conectividade transnacional.

Aas (2012, p.238) concluiu que a distinção entre segurança nacional e internacional ficou turva. A autora argumenta que a noção de distância entre essas duas esferas mudou devido a processos globalizados com o aumento de conexões transnacionais, visto que surgem “riscos” sem forma territorial e temporal preestabelecida. Nesse sentido, para a autora os novos padrões de (in) segurança exigem uma desvinculação da segurança do Nacional, logo, há um desafio a ordem organizada territorialmente em unidades delineadas descritas como a ordem westfaliana, e quando se trata de segurança a principal questão é a proeminência da escala nacional como principal local de análise e intervenção. Nesse sentido, uma análise da condição social num panorama global exige, não apenas uma visão global, mas também uma melhor constituição das categorias entre global, nacional e local, logo, há uma necessidade de ter a consciência do caráter multi-escalar de várias globalizações. Dessa maneira, Aas (2012) e Holmqvist (2012) levam em considerações os desafios de examinar uma mudança na paisagem de segurança a partir de uma disciplina única, um desses desafios é o colapso da distinção entre interior e exterior e, conseqüentemente, o colapso do lugar nos quais essas ameaças começam e quem deveria lidar com elas.

Quando atividade econômica se torna globalizada, ela reformula parcialmente as ordens existentes e contribuiu para a formação de novas ordens. Isso ocorre pela prática de atores econômicos, do desenvolvimento de determinados regimes de valor. A cidade global tem uma arquitetura conceitual e demonstra que as cidades constituem espaços de poder que contêm as capacidades necessárias para operações globais de diversos atores, sejam eles econômicos ou políticos. Essa conceitualização atravessa a geografia de centralidade entre o Norte-Sul, logo, incorporando as cidades do Sul global, nesse sentido,

essa nova geografia é o terreno em que diversos processos da globalização assumem formas materiais e localizadas.

Sassen (2010) chama a intensidade das transações entre as cidades de um sistema urbano transnacional aquele que é parte de uma estrutura de transações transfronteiriças. Essa dinâmica envolve uma gama de domínios, políticos, culturais, sociais e criminais. Existem diversas referências empíricas para essas formas não estatais de articulação, que podemos desagregar em componentes específicos. Assim, cada vez mais há um número crescente de cidades que desempenham um papel mais importante em conectar diretamente suas economias e sociedades nacionais aos circuitos globais. Nesse sentido, as cidades são um sucesso de tempos de trabalho, à medida que a história se forma, a configuração territorial é determinada pelas obras humanas, que por sua vez tendem a negar a natureza natural substituindo por uma natureza humanizada, assim, Foucault (2008, p. 148) lembra que o significado real da cidade e, sobretudo, da urbanização contemporânea transcende em muito aquilo que é visto e oferecido pela observação dos aspectos físicos.

Dentro de uma mesma equação, proporcionalmente, à medida que as transações aumentam as redes que conectam certas configurações de cidade também aumentam. O resultado desse fenômeno é o reescalonamento de lugares estratégicos que se articulam com o novo sistema que se forma (HARVEY, 2005, p. 57). Paralelamente à desvinculação parcial do nacional como unidade espacial única, abrindo caminho para a ascensão de outras unidades e escalas espaciais (BRENNER, 2012 p, 33).

A grande importância que os lugares estratégicos como as cidades globais têm para entender os processos globais e a possibilidade de as localidades interagirem diretamente com as redes globais são caos que problematizam a noção de dualidade global-nacional. Logo, os processos globais não precisam atravessar as hierarquias de Estados nacionais, eles podem se articular diretamente com certos tipos de localidades e atores locais.

Na lógica de um mundo globalizado, é de fato importante destacar o papel do crescimento dos fluxos transterritoriais<sup>42</sup> de transferência de tecnologias, do capital es-

---

<sup>42</sup> Nesse sentido, Harvey (1996) aponta para quatro elementos que interferem nas dinâmicas urbanas e que estão ligados à questão do desenvolvimento. Primeiro, a especialização do produto de bens e serviços. Segundo a especialização no consumo, algo relacionado a fazer do meio urbano um espetáculo e mercadoria para usuários solventes. Terceiro, a atração de funções de comando e controle ligadas ao governo, serviços financeiros, organizações não go-

peculativo e investimento produtivo, residentes em um panorama de uma dinâmica interurbana em escala crescente global caracterizada pela alta mobilidade geográfica. A iniciativa privada é concebida como um agente importante e responsável pelas mudanças urbanas, por ser considerada mais dinâmica e com produtividade e investimentos maiores que o setor público para a oferta de bens e serviços, dessa maneira, o bem-estar dos indivíduos e de comunidade é balizado pelo mercado, logo, predicativos são colocados as intervenções nas cidades como “revitalização”, “regeneração” e “estratégico” (KÖHLER, 2014, p.71).

Pensando na concepção de um planejamento urbano Judd (1995) demonstra a ideia de padronização das soluções e equipamentos criados nas grandes cidades norte-americanas para atrair investimentos, ou seja, a criação de um “pacote” de infraestrutura e equipamentos nessas cidades. Esse pacote é um conjunto de obras monumentais que atesta sua relação ao futuro das cidades, cheio de hotéis renovados, shopping centres, centros de convenções, torres de escritórios etc. Dessa forma, Harvey (1996) classifica como a criação de espaços urbanos “padrões” os quais são implantados com o objetivo de se tornarem grandes atrações das cidades, um padrão que se torna tendência internacional.

Nesse sentido, é observado que as dinâmicas econômicas vêm (re)estruturando o espaço, essa dinâmica de cunho global é possibilitada pelo forte estímulo das políticas de desregulação, privatização e liberação dos mercados, pelo aumento da oferta de capital, que migra das atividades produtivas (SANTORO, 2011, p. 92), alimenta a financeirização da econômica mundial e possibilita investimentos em terra e imóveis (MATOS, 2007 p. 82), ou seja, em espaço físico. Portanto, essas novas dinâmicas refletem-se no território, ou às vezes apenas na imagem que se constrói dele, nas mais variadas escalas, não apenas na global e local, mas também na regional e, essencialmente, na intraurbana<sup>43</sup>.

Essas dinâmicas tendem a se apresentar através das intervenções urbanas, as quais podem ser conceitualizadas através dos estudos de planejamento urbano, assim, a segurança é inserida nas intervenções físico-urbanísticas<sup>44</sup>, na escala chamada de “dese-

---

vernamentais e organismos internacionais, além de sedes de firmas multinacionais e transnacionais. Quarto, a busca de financiamentos e transferências governamentais.

<sup>43</sup> A escala intraurbana, aqui, relaciona-se aos loteamentos fechados e condomínios fechados, dos enclaves dentro da própria cidade.

<sup>44</sup> Dentro da literatura acerca das intervenções urbana, teorias consolidadas na área tomam como referência ao tema espaço e segurança, ou seja, as configurações físico-urbanísticas e as di-

no urbano”. Essas intervenções estão intimamente relacionadas aos comportamentos humanos em geral, se direcionam direta ou indiretamente às configurações físicas do espaço, aos dispositivos, mecanismos ou formas que prometem ampliar o grau de segurança em determinados lugares da cidade. O leque variado de intervenções socioespaciais consolidadas na pauta internacional não se esgota no simples exemplo da instalação de todo um aparato nas localidades mais pobres dentro das cidades, pelo contrário, existe todo um arcabouço desenvolvido a partir dos anos 1970 que faz referência às relações de configuração espaciais e seus dispositivos.

Nas ações de reestruturação urbana, as intervenções no espaço são guiadas por uma política de uma única fórmula, vendendo uma cidade modelo em desenvolvimento e segura. A cidade se estabelece uma marca, que está à venda, a cidade mercadoria, que é destinada a uma certa classe social e econômica e a um certo capital: o internacional. Além disso, ao incentivar a reestruturação da cidade em uma inscrição mundial de padrão de desenvolvimento e segurança, produz, automaticamente, um modelo de cidade e seu urbanismo militarizado com resultados os quais contribuem para aspectos socioeconômicos de desigualdade nas mais variadas esferas.

Para Rolnik (2015) o mundo passa por uma era de transformações na organização do capitalismo sob a égide da colonização das finanças, o império do capital financeiro globalizado sobre o capital produtivo, no qual a terra se transforma em ativo financeiro, e dentro dessa lógica, a terra urbana é o principal objeto do circuito financeiro nacional e internacional de valorização. Nesse sentido, a terra passa a ser, ainda mais, um título capitalizado e com registro nos portfólios das grandes empresas e cooperações financeiras internacionais, e assim, o espaço passou a ser a maior das garantias para o capital dentro de um determinado tempo. O capital se relaciona ao espaço e às suas outras dinâmicas, como no caso da segurança, de maneira apenas circular, ou seja, ele é desenraizado e descomprometido com as consequências para com o local.

A linguagem que circula dentro dos circuitos globalizado, segundo Rolnik (2015) é a remoção massiva de pessoas para transformar as reservas de terras para a ex-

---

nâmicas de (in)segurança, assim estabelecem o entendimento das relações de um projeto com determinadas maneiras para inibir a localização de certo tipo de delitos e aumentar a sensação de segurança (RAU, 2003, p. 26). Dessa maneira, essas teorias resultam de um pensamento que se articula com as mesmas variáveis: configuração físico-urbanística e existência de perfis de comportamento determinados pelas configurações espaciais específicas. Dentro dessa linha de raciocínio, há o surgimento de uma concepção de “espaços urbanos seguros” faixas estabelecendo o limite de zonas seguras de zonas inseguras, ou seja, zonas onde o comportamento e o espaço são mais “inseguros”.

pansão do capital financeiro global que procura, permanentemente, novos espaços. Nesse sentido, os grandes projetos urbanos se transformaram exemplo desse processo, não somente no ponto de vista de expansão física das fronteiras das cidades, mas também, na expansão interna capturando espaços organizados, o que se pode dizer dos espaços públicos que são privatizados. Assim, as cidades se tornam a reserva de terra para a expansão do capital internacional globalizado do complexo imobiliário financeiro.

As iniciativas urbanas são evidenciadas diante das percepções de possibilidades de inserção global advindos da implantação de grandes empreendimentos de base territorial e da promoção de investimentos nos setores de tecnologia avançados. Nessas iniciativas urbanas a criação de equipamentos, instrumentos, os quais requalificam o espaço e constroem um ambiente com vasto meios coletivos de produção e consumo que irão absorver o capital excedente (HARVEY, 2011, p.75). Ao mesmo tempo, as iniciativas são vislumbradas em formas complexas de articulação de atores públicos e privados que reestruturam o espaço urbano, essas iniciativas são apresentadas pelas intervenções urbanas ou operações as quais são instrumentalizadas no sentido de renovação ou modernização de determinados trechos da cidade que supostamente permitiriam custear os investimentos com recursos arrecadados entre seus beneficiários, mas que na verdade somente regiões da cidade nas quais há interesses imobiliários realmente acontece algum tipo de modificação, logo, existirá uma concentração de investimentos em poucos trechos da cidade.

Na atualidade, um dos traços mais importantes dentro das intervenções e, consequentemente, na (re)produção do espaço é a rapidez com que as transformações urbanas e a profundidade das marcas que deixam no cotidiano da metrópole. Assim, é necessário reconhecer que a produção do espaço, engloba variadas dimensões e encerra inúmeros processos. Lefebvre (1996) depois, David Harvey (2008) e Neil Brenner (2012) ressaltam a capacidade dinâmica, material e estrutural como elementos fundamentais para a consolidação das cidades como localidades de processos de acumulação, gerenciamento e distribuição de capital, logo, como espaços para a instalação do capital hegemônico. Em uma conjuntura internacional com a integração entre global e local faz-se necessário cada vez mais a consolidação de uma agenda de pesquisa que una essas escalas no entendimento da posição central das cidades nos processos de acumulação e gerenciamento das dinâmicas que fluem e influem pelas redes globais. Nessa maneira, os espaços urbanos são essências para compreender as consequências e causas das dinâmicas de segurança internacional que exponencialmente se manifestam no cenário das cidades,

logo, para Aas (2012, p.236-237) os processos de globalização afirmaram uma gramática sobre risco e segurança que não mais se configura através da proximidade geográfica, logo, o controle destes riscos introduzem igualmente constelações marcadas pela conectividade transnacional.

Dentro de um aspecto econômico, Harvey direciona a sua atenção para a relação entre capitalismo e urbanismo (HARVEY, 2008, p. 28). O autor explica que o núcleo da urbanização contemporânea sob o capitalismo são os processos de deslocamento de capital o que ele chama de acumulação por espoliação (HARVEY, 2008, p.34). Logo, a urbanização é um mecanismo facilitador de absorção do produto excedente do sistema capitalista (HARVEY, 2008, p. 25). Deste processo de urbanização é o observado a criação de novas infraestruturas e mecanismos de financiamento movidos por interesses da elite, entretanto, as consequências destas ações são suportadas pelos pobres e marginalizados. O resultado desse processo é a criação de forças motrizes que desencadeiam em “zonas urbanas divididas e propensas a conflitos” (HARVEY, 2008, p. 32). Com o neoliberalismo e a transformação dessa elite possibilitou a surgimento de novas formas urbanas espaciais as quais possuem características globais e tendem à ubiquidade que consiste em fragmentos fortificados de condomínios fechados e espaços públicos privatizados mantidos sob vigilância constante.

Diferente das cidades do passado as transformações urbanas orientadas pelo capital financeiro criam direções para os investimentos em uma forma avançada de capital que se utiliza o território das cidades como ambiente favorável ao negócio em áreas seletivas, “estratégicas”, que geram lucros e juros aos agentes produtores do espaço urbano, os quais muitas vezes se falem das parcerias público-privadas. Esse fenômeno resulta em uma “higienização” de determinados locais no entorno do empreendimento e, sobremaneira, a militarização do espaço urbano ao entorno, logo, essa zona “estratégica” da cidade é transformada em uma prisão a céu aberto devido ao grande aparato de segurança mobilizado (SANTOS, 2017, p. 166).

O neoliberalismo se manifesta na cidade por uma elite político-econômica pequena que tem a capacidade e posição para moldar o meio urbano a bel-prazer (HARVEY, 2008, p. 38). Esse fenômeno é a consequência do sucesso do neoliberalismo contemporâneo na sua reprodução global da estrutura ideológica hegemônica do capitalismo. Aliado a isso, as estimativas<sup>45</sup> de urbanização parecem corroborar com a ideia que o

---

<sup>45</sup> No relatório da UNHABITAT – World Cities Report 2016, estima-se que 54% da população mundial viva em áreas urbanas ao redor do mundo (UNHABITAT, 2016, p. 02).

palco para os maiores acontecimentos, sejam eles econômicos-sociais, políticos ou de segurança, serão as cidades influenciadas pelos processos globais.

Ademais, uma fusão entre atores estatais e privados com atores ou organizações internacionais está ligada a uma lógica das chamadas “cidades-modelo” e, logo, intimamente ligado a um modelo de “cidade global de vitrine”, visto que a manutenção de uma imagem de possibilidades e oportunidades internacionais se dará por intermédio da configuração e união desses atores. Essas cidades são a presença construída pela ação combinada de governos locais, junto a atores hegemônicos com interesses localizados, agências multilaterais<sup>46</sup> e redes mundial de cidades. Segundo Sánchez, (2001a, p. 31), centros de decisão e comunicação em vários fluxos e interações parecem moldar um campo político de alcance global.

Quando essas cidades são tomadas isoladamente aparentam um estatuto de modelos com resultados de desempenho de governos locais, de “boas práticas”, em ações urbanísticas, ambientais e nas práticas de gestão das cidades, em outras palavras, elas aparentam um processo o qual se daria majoritariamente de dentro para fora. Contudo, além dos atores locais, há um conjunto de agentes e estratégias territoriais interescolares colabora para emergir uma “cidade-modelo” a qual quando descoberta evidencia um complexo mercado no qual as imagens são construídas e postas em circulação em variadas escalas com influências mútuas (SÁNCHEZ; MOURA, 1999).

Ao analisar documentos e publicações de agências de cooperação e instituições multilaterais com a difusão de modelos e seu ideário, como é o exemplo de Barcelona, o chamado “modelo-Barcelona”, segundo Sánchez (2001a, p. 32), está presente na obra “Barcelona: um modelo de transformación urbana” publicada pelo PNUD e pela Oficina Regional para América Latina e Caribe, juntamente com o Banco Mundial. A autora afirma que essa mesma lógica pode ser observada em Curitiba, no caso “modelo-Curitiba”, pois é notável a sequência de premiações outorgadas a Prefeitura Municipal pelas mesmas agências, além de destaques em seus relatórios anuais e numerosos artigos de difusão internacional elaborados por consultores do BM e da ONU (SÁNCHEZ, 2001b).

Nesse sentido, como já mencionado anteriormente, as cidades, inclusive o Rio de Janeiro, passam a compor um circuito internacional de reestruturações urbanas e da

---

<sup>46</sup> Agências são organismos de caráter internacional e ação global, que operam como centros e pensamentos, difusão e financiamento de políticas públicas: BID, BIRD, Banco Mundial, a ONU e suas agências como HABITAT, CENUEH. Seu poder política está associada à atuação simultânea em diversas escalas: nacional e supranacional, regional e local.

necessidade de uma inserção mais competitiva por capitais das mais variadas formas. Essas transformações vieram acompanhadas por uma significativa mudança na linguagem do planejamento urbano que ademais comporta o pensamento das dinâmicas segurança pública. Como claramente menciona Oliveira (1999, p. 141) “as metáforas e analogias próprias do novo discurso se destacam pela grande potência que têm mostrado no sentido de imprimir novas direções ao pensamento e às experiências na gestão”. Logo, a gestão da cidade se direciona a moldes que se encaixem aos moldes internacionais e à gestão das (in)seguranças não seria diferente, porque quando se olha para as dinâmicas de urbanização e, principalmente, para aquelas de intervenções urbanas, as quais acarretam remoções e deslocamentos e a construção de enclaves globais urbanos, também fala-se de segurança e sua percepção de gerenciamento.

A busca incessante por segurança está alinhada a essa nova retórica de um projeto dominante de modernização urbana, se estabelece uma equação perfeita, modernidades viram sinônimos de segurança e desenvolvimento. Esse projeto é ditado por uma reestruturação das cidades com um imperativo do mundo globalizado e, assim, a cidade tem imbricações com as metáforas e analógicas que ordenam uma determinada visão de mundo (OLIVEIRA, 1999, p. 154). Nesse sentido, segundo Sánchez (2001a, p. 33-34), o mercado mundial de cidade é motivado por alguns outros mercados;

a) o mercado para empresas com interesses localizados: empresas e corporações avaliam detalhadamente pequenas diferenças entre lugares para tomar decisões locais; b) o mercado imobiliário, a crescente mobilidade do capital imobiliário permite a fluidez no agenciamento de grandes operações localizadas mas com capital internacional; c) o mercado de consumo: a consagração e circulação de imagens de “cidades-modelo” tende a agilizar os fluxos internos e externos de diferentes tipos; d) o mercado do turismo, tem fortes imbricações com o mercado de cidades, o turismo urbano, turismo de negócios entre outros tantos; e) o mercado das chamadas “boas práticas”, as agências multilaterais, sob manifestações objetivos técnicos procuram difundir uma imagem no contexto internacional das “cidades-modelo”, mediante a legitimação de “gestões estratégicas e competitivas”; f) o mercado de consultoria em planejamento e políticas públicas, a exportação de experiências de sucesso e de know-how.

Indo além das implicações e conclusões da autora, acrescentar-se-ia um ponto a mais nesta dinâmica, o mercado de segurança, no qual atores privados e públicos, nacionais e internacionais, vendem a necessidade da segurança a todo custo econômico e



social, a mercantilização da segurança através de um mercado que se nutre das percepções de insegurança.

Esses processos estimulam a formação de uma ilusão de “fabricação da cidadania”, a ilusão de uma aparência natural ajustada ao projeto, como um de seus principais pilares políticos, visando a garantir a ordem social na cidade. Foi o estímulo a essa condição cidadã fabricada o motor do projeto de Barcelona no período olímpico e pós-olímpico, em 1986, constituindo a “Barcelona competitiva” (SÁNCHEZ, 2001b, p. 41). O orgulho da cidade dos encantos mil e da garota de Ipanema, da cidade cartão postal mundial é uma grande vitrine para o mundo afora. Os cidadãos, nos momentos iniciais das obras para o Rio 2016, sentiam-se participes e beneficiados por essas políticas, não obstante que assistiam a um espetáculo de transformações para o qual são convidados num lugar aparentemente preferencial, mas que resultou ser apenas parte de um grande cenário da cidade global de vitrine, os cidadãos contemplam a cidade modernizada como “figurantes em um grande anúncio de grife urbanística” (SÁNCHEZ, 1997, p. 44).

No caso da cidade do Rio de Janeiro, nota-se ainda um vigor ao projeto de cidade de razão dos megaeventos que marcara a militarização na cidade maravilhosa, o projeto de cidade ainda persiste em ser um caráter excludente, violento e provedor de lucros. Conseqüentemente, no final de 2017, sob a iniciativa da Rede Globo, foi organizado um seminário intitulado “Reage Rio<sup>47</sup>”. Tratou-se de uma tentativa de incentivo aos novos empresários e investidores retomassem a confiança para investir na cidade maravilhosa. Na ocasião o foco do programa era para o turismo e para a cidade negócio, encontrava-se no evento o empresário Roberto Miranda, do Rock in Rio, e no timbre de “mudar a cidade” também estavam presente o governador Pezão, o prefeito Marcelo Crivella, o General Sérgio Erchegoyen – ministro de gabinete de segurança institucional, e o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Moreira Franco, o que demonstra indícios das aspirações cidade global de vitrine, unindo a cidade-negócio à segurança como indissolúveis.

---

47 'Reage Rio!': ideias a favor da cidade são apresentadas no seminário.” Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/reage-rio-ideias-favor-da-cidade-sao-apresentadas-no-seminario-23043924>. Acesso em: 26 ago. 2018.

## 2.2 Porto Maravilha: um Rio de remoções aliado a um projeto vitrine do amanhã

O Projeto Porto Maravilha é um exemplo claro desta dinâmica de aspirações a uma cidade global de vitrine, o Porto é a vitrine do amanhã, talvez ele seja nada mais nada menos que um dos manequins da grife urbanística Rio 2016 na sua preparação para aos Jogos Olímpicos. Nesse sentido, desde da década de 1990, um modelo específico de planejamento está presente no panorama brasileiro. Na literatura crítica brasileira, esse planejamento tem três fatores: a) sensação de crise, b) negociação entre poder público e agentes econômicos, c) consenso público em prol de um projeto de cidade. Este modelo coloca as cidades como protagonistas em um sistema globalizado e na competição em um mercado mundial. Logo, ele coloca o governo local no papel de promotor da cidade, criando condições de “cooperação” entre o poder público e privado, criando uma imagem simbólica de cidade (VAINER, 2005).

As cidades assumem um funcionamento igual a de uma empresa, “a cidade deve ser entregue a quem entende dos negócios ... chamar os empresários para dirigi-la ...” (VAINER, 2005, p.138). O Rio de Janeiro contemporâneo ilustra bem o que Harvey chamou de “empresarialismo” urbano, uma mudança teria como origens as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas desde a recessão de 1973, o que levou a uma crescente ênfase nos poderes locais como Harvey, (1989, p.05) afirma:

A maior ênfase na ação local para combater os danos da recessão também parece ter algo a ver com o declínio do poder dos estados nacionais de controlar os fluxos multinacionais de capital de forma que o investimento cada vez mais assume a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais fazendo o melhor que podem para maximizar a atratividade do local como isca para o desenvolvimento capitalista.

Se antes a questão urbana envolvia debates como o do crescimento desordenado, da reprodução da força de trabalho, dos serviços e equipamentos sociais, a problemática da nova questão urbana em um contexto globalizado é a competitividade da cidade pelo investimento de novos capitais, pela atração de novas indústrias e negócios, pela atração turística etc.

Para os empresarialistas urbanos, uma cidade deveria funcionar tal qual uma empresa, concorrendo como outras cidades para atrair capitais, na base de uma governança [...]. A premissa implícita é de que o que é bom para as empresas faz bem para a população em geral. Des-

se ponto de vista, ao Estado está reservado o papel de costurar pactos e consensos locais, ajudar a criar um bom ambiente de negócios e promover a imagem da cidade no país e no mundo (SOUZA, 2007, p. 129).

A metáfora da cidade-empresa não é exatamente algo novo, mas agora a empresa não é tomada enquanto unidade de produção, mas unidade de gestão de negócios, o que faz com que cidade seja concebida “como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações” (VAINER, 2002, p. 86). Assim, a cidade se torna amigável ao mercado e orientada ao mercado (VAINER, 2011, p. 02).

Por tanto, vários expedientes são empregados: são introduzidos instrumentos que permitem a negociação pelo Estado, em troca de contrapartidas financeiras ou outras, de exceções pontuais (de gabarito ou uso do solo) em zoneamentos, assim, realizando uma certa “desregulamentação” da gestão do uso do solo; “privatização” e “terceirização” da gestão do espaço urbano; generosos incentivos fiscais são concedidos; farta infraestrutura e outras vantagens são oferecidas aos investidores (SOUZA, 2006, p. 129).

A cidade-empresa propõe a despolitização da cidade, sua negação enquanto espaço público, pois nela impera o pragmatismo. Os defensores do empresarismo falam da necessidade de construção de um consenso, que parte da percepção de uma crise que é capaz de gerar as condições para a trégua os conflitos internos da sociedade e a construção do consenso no qual o projeto possa prosperar (VAINER, 2002, p. 83). Basta lembrar que o projeto olímpico foi apresentado como um “sonho coletivo” da população carioca, tentando produzir um consenso perante a sua necessidade. Além disso, vale lembrar que o prefeito Eduardo Paes pretendia encarnar com o slogan de sua campanha à reeleição em 2012 do “Somos um Rio”<sup>48</sup>.

Para Vainer (2011, p. 09-10), esse planejamento urbano pós-moderno, competitivo e estratégico sinaliza a emergência do que, inspirado em Agamben, o autor denomina de cidade da exceção. Essa cidade pressupõe uma crise urbana e se constitui em nova forma de regime urbano, livre de burocracia e controle político. A realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos na cidade carioca constitui o ápice dessa con-

---

<sup>48</sup> Para entender mais ver o vídeo promocional da campanha, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OhdNrIwUHhA>. Acesso em: 12 nov. 2018.

cepção de cidade e planejamento urbano, sendo a nova emergência que faz aparecer exceção e ilegalidade. No Plano Diretor de 2010, a prefeitura e a Câmara Municipal articularam novas regras com isenções e favores fiscais e urbanísticos para o grande capital, transformando a exceção urbanística em regra (VAINER, 2011, p. 11). O que vai muito de encontro o que Barreira (2013) menciona na lógica dos megaeventos e planejamento urbano para recebe-los:

O cronograma olímpico exige do poder público não apenas uma postura permissiva, mas um verdadeiro engajamento na elaboração dos mecanismos de exceção, como obras sem licitação que atropelam as legislações ambientais e burlam a regulamentação jurídica da ocupação da cidade. O espaço urbano também se submete a leis de exceção para contratos e eventos sejam viabilizados e os orçamentos não modificados, conforme as determinações do obscuro “Comitê Olímpico Internacional” ou “Fifa”, que informalmente, têm poder para definir e orientar os gastos públicos (BARREIRA, 2013, p. 160).

A Barra da Tijuca no Rio de Janeiro é um exemplo desta lógica de exceção, na proliferação de espaço de consumo fechados e diferenciados aparentam ser as contradições da cidade, reforçando o isolamento dos que permanecem alijados do modelo de vida baseado no consumo. Por outro lado, cria-se arquiteturas de fantasia, seguindo padrões de consumo de uma cultura globalizada.

O Rio de Janeiro a partir dos anos 1990, durante a administração de César Maia (1993-1997, 2001-2009), foi a porta de entrada para uma tendência do planejamento estratégico difundido pelas Américas através de agências de cooperação, instituições multilaterais e de consultores internacionais, especialmente de Barcelona. O objetivo foi claro, superar o estigma de cidade desorganizada e violenta das últimas décadas, ingressando no circuito internacional de capitais. E nesse sentido, o Rio passou por vários programas de embelezamento da cidade, como o Rio Cidade<sup>49</sup> e a Favela Bairro<sup>50</sup>. Al-

---

<sup>49</sup> Programa urbanístico do Rio de Janeiro durante a gestão de César Maia (1993-1996), o qual teve como objetivo diversas intervenções urbanas na cidade carioca.

<sup>50</sup> Esse programa será de suma importância para o entendimento da alocação das UPPs em favelas e na periferia carioca estrategicamente. Para Fridman e Siqueira (2003, p. 34), destacam-se dois projetos no sentido de um modelo de cidade global carioca. O projeto “Rio Cidade” ou o projeto “Favela Bairro”, em 1992, com objetivos de revalorizar a cidade e reestruturar sua imagem através de intervenções em áreas estratégicas de comércio, restabelecer padrões de conforto, segurança e “disciplina dos usuários”, para os autores, uma análise superficial dos projetos apresenta claros padrões de intervenção urbana no sentido da criação de programas de embelezamento.

gumas políticas de revitalização de cartões-postais do Rio podem ser observadas na prática como o embelezamento da Orla na zona sul, a despoluição das praias e medidas de limpeza e iluminação pública. Revitalização que segundo Eduardo Paes “significa o reencontro do Rio com sua história”, mostrando o futuro da cidade com a construção de uma nova cidade (O Globo – 22/03/2015). É nesse período no qual nasceu a vontade de candidatar a cidade para sediar os Jogos Olímpico, ainda em 2004, a qual contou com uma consultoria catalã e com o desejo de transformar o Rio em uma nova Barcelona (VAINER, 2011, p. 02).

O Rio diferentes, de cidades europeias ou norte-americanas, foi buscar nos fluxos globais de capital um resgate da sua vocação de cidade maravilhosa, perdido nos anos 1970. E logo, segundo Barreira, (2013, p. 137), as intervenções urbanas formam no sentido de estabelecer uma “ordem urbana”, priorizando uma modernidade da cidade. Para Freeman (2012, p. 97) o ápice desse fenômeno foi na escolha da cidade sediar parte da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, e assim;

Megaeventos internacionais, tais quais as Olimpíadas, são vistos como uma forma de exibir a cidade, uma espécie de festa de debutante, que consolidará a marca daquela cidade e deixará uma impressão dourada para o mundo que atrairá capital nos anos vindouros. O subtexto é que tais eventos também constituem uma oportunidade para investimentos massivos em infraestrutura e especulação imobiliária que ultrapassa os processos políticos normais [...].

Os megaeventos criam oportunidades de investimentos visto que o marketing dos jogos, a Copa ou as Olimpíadas, gera uma lucratividade muito grande, por exemplo na Copa Mundial de 2014, a FIFA auferiu lucro recorde de R\$ 16 bilhões (CHADE, 2015). O risco era que a realidade da cidade maravilhosa destruísse esse projeto de promoção de uma marca, visto que dias depois do anúncio da cidade como sede dos Jogos Olímpicos, em 2009, traficantes derrubaram helicóptero no Morro dos Macacos<sup>51</sup> ocasionando toda uma repercussão e refletindo na preocupação do COI com as unidades pacificadas nas avelas, no quesito segurança, que inclusive para o presidente do comitê,

---

<sup>51</sup> “Em 2009, três PMs morreram após helicóptero que sobrevoava Morro de São João ser derrubado”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/em-2009-tres-pms-morreram-apos-helicoptero-que-sobrevoava-morro-sao-joao-ser-derrubado-22152301>. Acessado em: 26 dez, 2018.

à época, “a segurança era prioridade número um no planejamento dos jogos”<sup>52</sup>. Em 2014<sup>53</sup>, em reunião do planejamento o COI novamente reforça que a segurança era essencial para os Jogos, visto que neste mesmo ano houve uma onda de ataques as UPPs instaladas nas favelas, assim, demonstra que a imagem da cidade como segura para receber os Jogos era a prioridade para as autoridades nacionais e internacionais.

A cidade do Rio de Janeiro está inserida na lógica dos Plano Estratégico do Rio de Janeiro durante as várias gestões públicas desde Cesar Maia. Plano o qual foi então elaborado por consultores catalães que traziam consigo o portfólio de experiências da remodelação de Barcelona para receber os megaeventos esportivos. Desde então, a cidade carioca tem sediado de grandes eventos internacionais, especialmente de temática esportiva, que são parte de uma inserção no circuito mundial competitivo de grandes cidades.

O Brasil passou a fazer parte de um circuito internacional de grandes eventos, alguns dos quais usados como justificativa para grandes obras no Rio de Janeiro, que implicam na extinção de comunidades pobres. A cidade sediou os Jogos Pan-americanos de 2007, os Jogos Militares em 2011, a Conferência da ONU (RIO+20) em 2012, além da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude em 2013. Neste ano de 2014 realizam-se a Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, os Jogos Olímpicos, comandados pelas instituições privadas Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA17 e o Comitê Olímpico – COI. Com o Apoio da grande mídia, são difundidos na população sentimentos de “patriotismo” e “orgulho” pela cidade ter sido escolhida na população sentimentos de “Patriotismo” e “orgulho” pela cidade ter sido escolhida para sediar os jogos (GALIZA, VAZ, SILVA, 2014, p.10).

Necessária para essa dinâmica de acomodar grandes eventos, os grandes projetos de intervenção são planejados para criar esse sentimento de legitimidade, ou seja, grandes obras serão justificadas pela grande oportunidade de sediar os eventos, e sem elas esses megaeventos não poderiam acontecer, logo, é necessário intervir. Assim, junto à realização de grandes eventos internacionais, tem-se o Projeto do Porto Maravilha como um grande exemplo de intervenção. Este projeto é uma das estratégias de renovação urbana para o aumento da competitividade do Rio de Janeiro em âmbito mundial, que se

---

<sup>52</sup> “Presidente do COI diz que segurança é prioridade nº 1 na Rio 2016”. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101231\\_rio\\_comite\\_olimpico\\_jc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101231_rio_comite_olimpico_jc). Acessado em: 25 dez. 2018.

<sup>53</sup> “Ataques às UPPs são tema de reunião do COI no Rio”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/ataques-upps-sao-tema-de-reuniao-do-coi-no-rio.html>. Acessado em: 22 dez. 2018.

propõem a realizar grandes transformações urbanísticas na antiga zona portuária da cidade. Este projeto é um caso exemplar da utilização de dispositivos institucionais para alterar configurações espaciais do ambiente construído para atender às exigências do capital. Como ferramenta administrativa que dialoga com a prática do zoneamento urbano, este projeto utiliza-se do instrumento de OUC<sup>54</sup>, presente no Estatuto da Cidade, que se destaca atualmente por ser o meio principal de atuação do Planejamento Estratégico nas grandes cidades brasileiras.

O Projeto Porto Maravilha<sup>55</sup> foi apresentado como uma das iniciativas estratégicas do Planejamento Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro, na sua versão 2013-2016 traz na capa o texto “Pós 2106- Rio Mais Integrado e Competitivo”. De acordo com o documento o projeto “irá recuperar 5 milhões de m<sup>2</sup> da área central da cidade, há anos abandonada em estado de decadência”. Está área dita como abandonada é a região do porto da cidade, que compreende grande parte a norte do centro expandido, e engloba os bairros tradicionais como Gamboa, Santo Cristo e Saúde, compõe um dos espaços mais antigos da cidade do Rio de Janeiro. Lugar de um inequívoco valor para o patrimônio cultural e histórico por ser o principal ponto de chegada de escravos negros durante o Império colonial português. No século XIX, na região foi localizado o demonizado Complexo do Valongo, que correspondia às casas de armazém e comercialização de escravos, bem como o cais pelo qual passaram, entre 1881 e 1831, mais de um milhão de africanos, Daflon, em um artigo para a Carta Capital, descreve bem a importância do local para a história carioca e brasileira:

O Cais do Valongo foi o maior porto negreiro das Américas e, segundo o historiador Manolo Florentino, esteve em atividade nas últimas décadas do século 18 até final de 1830, ocupando uma área entre os bairros da Gamboa, da Saúde e do Santo Cristo. Nele desembarcaram mais de 700 mil escravos, vindos, sobretudo, do Congo e de Angola – pode-se dizer que o Valongo foi o ponto de convergência de 7% de todos os cerca de 10,7 milhões de escravos traficados às terras do No-

---

<sup>54</sup> O OUC é o instrumento presente no Estatuto das Cidades (decreto-lei nº 10.257, 2001) que se apresenta como um possibilidade de intervenção do Poder Público em parceria com o setor privado em uma área específica da cidade a fim de aprimorar a sua estrutura urbana e valorizá-la dentro do mercado imobiliário-financeiro. Para a sua viabilidade financeira, é posto à venda o direito de construir para além das restrições da lei de zoneamento, por meio da outorga onerosa. Neste âmbito, surge o Certificado de Potencial Adicional de Construção (CE-PAC), que de maneira simplificada, define-se como títulos desde direito a serem leiloados para empreendedores, emitidos pela administração pública e vinculado à área da OUC. No entanto, de acordo com Fix (2009), as OUC favorecem o circuito de reinvestimento em regiões já favorecidas, sendo contrárias às políticas de distribuição de renda, democratização do acesso à terra e aos fundos públicos.

<sup>55</sup> Disponível em: [http://portomaravilha.com.br/projetos\\_basicos](http://portomaravilha.com.br/projetos_basicos). Acessado em: 16 nov. 2018.

vo Mundo. Pelo menos mais 700 mil foram traficados para outros pontos do litoral do estado do Rio de Janeiro (DAFLON, 2016, s/p.)<sup>56</sup>

É nesse sentido que a região portuária é formada e conhecida por um conjunto de bairros urbanizados na primeira metade do século XIX para atender às demandas oriundas da transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808. No decorrer desse século, essa área chegou a abrigar 42% da população que vivia em cortiços no Rio de Janeiro e é alvo de intervenções e operações de remoções desde 1893. Região a qual também se solidificou a primeira favela do Rio de Janeiro chamada de Morro da Providência que a partir de 1897 abrigou soldados oriundos de Canudos. Essa região do porto permaneceu até os dias de hoje como predominantemente residencial, com alto índice de moradias populares e algumas ocupações em prédios públicos abandonados. No mapa 01 pode ser observado a localização do Projeto Porto Maravilha, nota-se a sua localização estratégica entre o aeroporto internacional Santos Dumont e a região do Maracanã.

---

<sup>56</sup> “O Porto é Negro” – Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-porto-maravilha-e-negro>. Acessado em: 04 dez. 2018.



Mapa 01 – Localização do Porto Maravilha

## LOCALIZAÇÃO DO PORTO MARAVILHA



Fonte: Nexo Jornal

Conseqüentemente, os planos de “requalificação” do espaço através do Projeto Porto Maravilha<sup>57</sup>, cujo objetivo era inserir a região em uma dinâmica econômica de valorização para os setores turísticos e culturais, a qual é baseada em ações de remoções e expulsões da população que habita a localidade. O projeto foi levado a cabo através da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio<sup>58</sup>. No âmbito dessa operação, a primeira etapa, orçada em aproximadamente R\$ 350 milhões serão pagos com dinheiro da Prefeitura e do Ministério do Turismo e realizada pelo Consórcio Saúde-Gamboa, que

<sup>57</sup> Projeto encaminha para a Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro pode ser consultado aqui:

[http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/porto2009/aud\\_public\\_porto\\_maravilha.pdf](http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/porto2009/aud_public_porto_maravilha.pdf)  
f. Acessado 04 dez. 2018.

<sup>58</sup> “Consórcio assume responsabilidade por serviços públicos em parte da Zona Portuária”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/consorcio-assume-responsabilidade-por-servicos-publicos-em-parte-da-zona-portuaria-2876146>. Acesso em: 08 dez. 2018.

incorpora as empresas Construtora OAS Ltda, Empresa Industrial Técnica S.A., Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S.A. A segunda fase foi licitada para o Consórcio Porto Novo, composta por Noberto Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia, as quais ficarão responsáveis pelos serviços de manutenção e conservação da região, tais como coleta de lixo, iluminação, pavimento e limpeza das ruas.

Segundo o edital de leilão dos Cepacs<sup>59</sup>, o FGTS assumiria compromisso de arcar com o investimento de 8 bilhões de reais ao longo de 15 anos. Como recompensa pelo risco assumido, o fundo ganharia preferência na compra dos terrenos públicos na área do Projeto. Nesse sentido, a operação urbana conseguiu arrecadar em uma única transação todo o financiamento necessário para sua realização conforme previsto em orçamento, enquanto o FGTS assumiu todas as Cepacs – certificados de potencial adicional construtivo, ou seja, certificados de liberação a construção - e passa a negociá-las com os investidores, evitando possíveis prejuízos dos municípios com a incerteza das vendas. Assim, foi criado o FIIPM<sup>60</sup> para gerir as operações financeiras.

Segundo Rolnik<sup>61</sup> (2011), a maior parte dos terrenos pertencentes da operação urbana Porto Maravilha é oriundo de terra pública e soma-se uma área de 5 milhões de m<sup>2</sup>, das quais foram transferidos da União para a Prefeitura do Rio de Janeiro. A Caixa Econômica Federal, através do FIIPM<sup>62</sup>, adquiriu um lote único, com recursos do fundo, ao custo de R\$ 3,5 bilhões, na tentativa de vender os Cepacs para investidores no mercado imobiliário. Em outras palavras, a operação Porto Maravilha foi executada por empresas privadas, pelos consórcios de parceria público-privada, mas financiada com recursos públicos em terrenos públicos. A Caixa Econômica Federal vem incentivando a ocupação na área do Porto Maravilha por empreendimentos de luxo. O FIIPM tem fei-

---

<sup>59</sup> Edital do leilão pode ser conferido no site do Projeto Porto Maravilha da Prefeitura do Rio de Janeiro, no seguinte endereço:  
[http://portomaravilha.com.br/conteudo/canal\\_investidor/suplemento/edital.pdf](http://portomaravilha.com.br/conteudo/canal_investidor/suplemento/edital.pdf). Acessado: 02 dez. 018.

<sup>60</sup> Esse fundo foi criado o FGTS e administrado pela Caixa Econômica Federal, segundo o site do Projeto Porto Maravilha. Disponível em:  
<http://portomaravilha.com.br/artigosdetalhes/cod/10>. Acessado em: 02 dez. 2018.

<sup>61</sup> “Porto Maravilha: custos públicos e benefícios privados?”. Disponível em:  
<https://raquelrolnik.wordpress.com/2011/06/13/porto-maravilha-custos-publicos-e-beneficios-privados/>. Acessado em: 01 dez. 2018.

<sup>62</sup> “Caixa arremata títulos do Porto do Rio por R\$ 3.5 bilhões”. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2011/06/929213-caixa-arremata-titulos-do-porto-do-rio-por-r-35-bilhoes.shtml>. Acessado em: 02 dez. 2018.

to parcerias e se tornou investidor junto às incorporadoras, como é o caso das torres comerciais de alto padrão da Tishman Speyer<sup>63</sup>.

O formato do leilão realizado foi direcionado para que apenas grandes agentes financeiros pudessem cumprir suas exigências e com isso participar desta negociação. Esta estrutura financeira do Projeto é bastante significativa para suas consequências na cidade, tendo em vista que a combinação entre fundos públicos e grandes volumes de capital, que decorre em uma distância o espaço da tomada de decisão dos territórios físico e financeiros. Esse deslocamento territorial de divisão corre junto à busca por grandes lucros, utilizando-se da especulação imobiliária. Diante do conjunto de ações, o Projeto criou um cenário especulativo e fragmentado, o qual acompanha as obras urbanas previstas pela OUC e seguindo um ritmo imposto pela realização dos megaeventos esportivos, especialmente os Jogos Olímpicos de 2016 (COMITÊ, 2015, p. 19). Esse ritmo das obras urbanas não foi acompanhado pelos investimentos privados em edificações, mesmo com as grandes expectativas criadas, poucos edifícios novos foram construídos, vide o caso exposto anterior das torres comerciais de alto padrão.

Como uma das características inerentes ao Planejamento Estratégico desenvolvido pela cidade carioca fica claro o alinhamento do Estado com as ações empreendidas pelo capital privado. A segregação e privatização urbana se dá não só pela ausência de projetos habitacionais para as diversas camadas sociais, mas também direta e incisivamente com a massiva remoção forçada de moradores da zona portuária do Rio de Janeiro. Essas remoções, especificamente, ocorrem num contexto mais amplo de grandes remoções justificadas pela realização de grandes intervenções urbanísticas. De acordo com os levantamentos realizados pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas a partir dos dados apresentados pela Prefeitura do Rio de Janeiro, 22.059 famílias foram removidas na cidade do Rio de Janeiro, cerca de 77.206 pessoas, entre 2009 e 2015 (COMITÊ, 2015, p. 20).

Na zona portuária, o projeto de urbanização em desenvolvimento do Morro da Providência, incluso no Programa Morar Carioca desenvolvido pela Secretaria de Habitação da Prefeitura do Rio de Janeiro, destaca-se tanto por ter sido um dos primeiros do Programa em realizar as suas intervenções previstas, o projeto une um elevado percentual de remoções previstas e implantação de um teleférico com uma infraestrutura de

---

<sup>63</sup>“Caixa fecha primeiro negócio com Cepacs do Porto Maravilha”. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/1134758/caixa-fecha-primeiro-negocio-com-cepacs-do-porto-maravilha> e <https://www.valor.com.br/empresas/2669538/fibra-fecha-parceria-com-fundo-imobiliario-do-fgts>. Acessado em: 10 dez. 2018.

alto custo e com grande apelo turístico que se une também à abertura de novos espaços para visitação. Segundo a Prefeitura foram removidas ser de 380 famílias em área de risco e de 291 famílias em virtude do teleférico, sendo realizado em 2015 a total remoção, mesmo após inúmeras lutas e entraves (COMITÊ, 2015, p. 26).

Outro processo de remoção direta na região portuária é causado pelo próprio desenho de umas das políticas de provisão habitacional, o Projeto Novas Alternativas<sup>64</sup> que prioriza a escolha de imóveis públicos, em especial casarões abandonados e em ruínas na área central de cidade, suas ações têm sido orientadas por critérios que as fazem disputar o espaço com as moradias promovidas por grupos periféricos que ocupam o lugar, por vezes articulados em uma esfera maior de mobilização dos movimentos sociais urbanos. Esta disputa ocorre pela permanência desses grupos com forte pressão contrária dos grandes agentes do espaço urbano, grupos os quais em sua maioria possuem pouquíssima resistência contra o despejo forçado.

Essa disputa está muito relacionada com alguns fatores que impossibilitam a permanência delas nesses locais e para além dos impactos diretos das intervenções, o elevado valor do solo urbano, que se agrava levando em conta o tipo de padrão de produção e implementação dos projetos, principalmente, o Porto Maravilha, visando à valorização imobiliária. Considerando os anos de 2013, 2014 e 2015 quando o Brasil sediou a Copa do Mundo e ano pré-olimpíadas o metro quadrado dos imóveis para venda subiu 29,4% na cidade do Rio de Janeiro. Olhando para os dados entre 2008 até 2015, a maioria dos bairros que engloba a região central da cidade e o porto tiveram uma valorização superior a 300% como no caso do bairro tradicional de Gomboá que atingiu os 401,4%. (COMITÊ, 2015, p.30).

Para as autoras, Galiza, Vaz e Silva (2014), o Projeto Porto Maravilha é parte de um processo de segregação espacial e elitização da cidade, que leva a um agravamento das disparidades sociais existentes. Esse processo é evidente quando se nota os vetores de deslocamento causados pelas remoções forçadas que parte das regiões centrais, da zona sul e norte da cidade para as áreas de periferia, principalmente, a zona oeste, como pode ser observado no mapa 02, englobando alguns bairros mais antigos e centrais do Rio e de grande importância histórica escravocrata brasileira, além de estarem localiza-

---

<sup>64</sup> Para maiores conhecimentos acessar o site da Prefeitura do Rio de Janeiro sobre o programa, disponível em: [http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/novas\\_alt.htm](http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/novas_alt.htm). Acessado em: 12 nov. 2018.

dos nesse perímetro o Morro da Providência e da Pedra Lisa, grandes favelas do Rio de Janeiro, as quais contêm um contingente enorme de pessoas.

Mapa 02 - Bairros que compõem o Projeto Porto Maravilha



Outro seguimento de oportunidades de investimentos está na própria preparação da cidade para os megaeventos. Mas os grandes beneficiados dessas obras, mais do que a população, são as maiores empreiteiras do Brasil. O projeto Porto Maravilha<sup>65</sup> foi exemplo disso, 5 milhões de metros quadrados foram concedidos ao consórcio Porto Novo, formado pelas empresas Odebrecht, Carioca Engenharia e OAS, em um parceria público-privada de quinze anos. Segundo Freeman (2012, p.110), o consórcio foi responsável pela revitalização de uma cidade privada dentro da própria cidade.

A maior parceria público-privada (PPP) do país é para a criação do novo porto e sua manutenção. 2009 marcou o início da transformação da zona portuária no Rio de Janeiro, mas também o fim de uma proposta de transformações da região com participa-

<sup>65</sup>“Veredores do Rio aprovam projeto de revitalização do porto”. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1360248-5606,00EREADORES+DO+RIO+APROVAM+PROJETO+DE+REVITALIZACAO+DO+PORTO.html>. Acessado em: 02 dez. 2018.

ção popular. A União era peça chave para a reestruturação urbana da área por ser dona de mais de 60% dos terrenos na região com potencial de construção. Confirme levantamento feito por Mariana Werneck, apenas 25% da área da região era de terrenos privados. Estado e município detinham proximamente 6% cada um, todo o restante pertencia à União, como pode ser observado no mapa 06. Por isso, com a criação do Ministério das Cidades em 2003, abriu-se um novo capítulo dessa história. Primeiramente o projeto era a revitalização da zona do porto através de um programa de moradias, mas acabou se tornando um consórcio público dentro de uma lógica de Operação Urbana Consorciada, a proposta que está em vigor hoje é a elaborada pelas empreiteiras em um modelo de adoção baseado na comercialização de Cepacs. Após a operação no porto, a prefeitura carioca pretende expandir o modelo de PPP em grandes operações urbanas para outras regiões. Já há planos para replicar o modelo na zona oeste, em uma área que corresponde a quase um quarto do Rio de Janeiro. O Porto Maravilhosa virou vitrine, uma vitrine do amanhã<sup>66</sup>.

Durante a gestão do prefeito Eduardo Paes, do PMDB, o Rio de Janeiro viu um ciclo de remoções massivas sem precedentes na história. Sua real dimensão ainda é desconhecida. A penas em julho de 2015, ano anterior aos Jogos Olímpicos, segundo a prefeitura: entre 2008 e 2015 foram reassentadas 22.059 mil famílias no Rio. A grande maioria dos removidos foi avisado do despejo por empregados da prefeitura, que disseram claramente se tratar de obras relativas aos Jogos Olímpicos.<sup>67</sup>

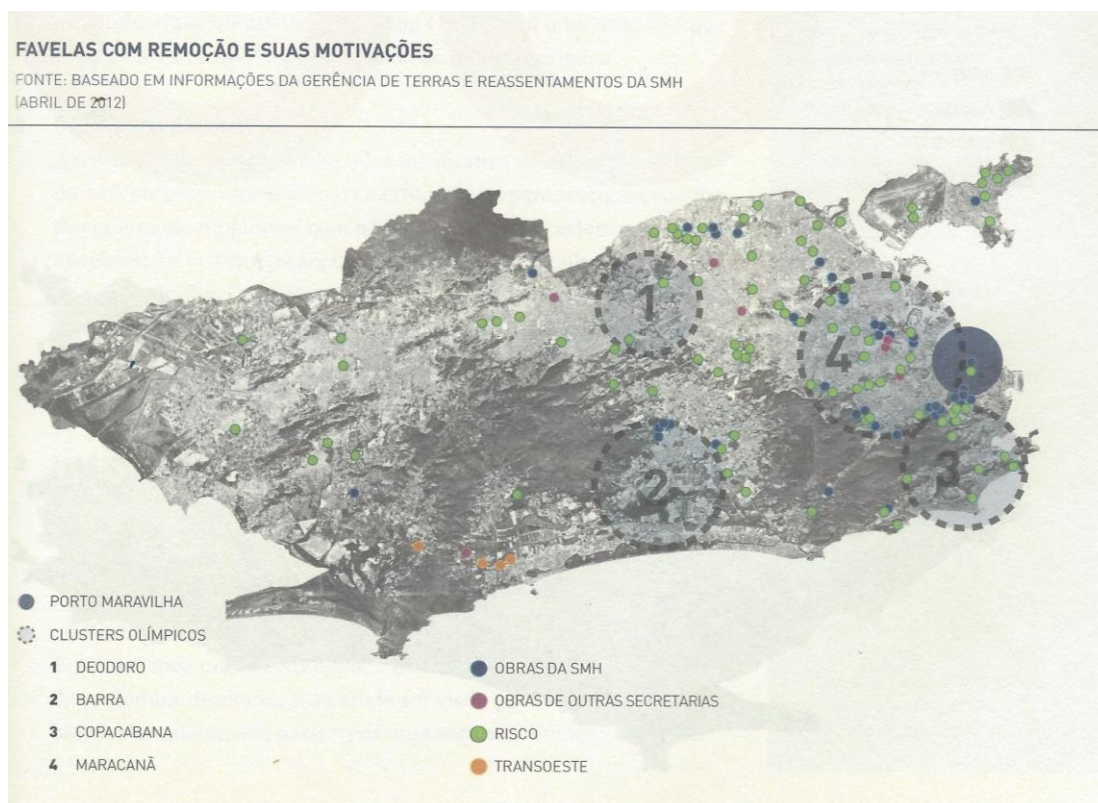
Tentando reorganizar o espaço urbano do Rio de Janeiro, a prefeitura, através da ação de suas secretarias, aponta a alternativa de remoção das camadas mais pobres como preceito para a valorização do território. O planejamento estratégico é evocado para substanciar este argumento através de suas metas e projetos elencados. Os corredores viários, a construção de parques, as intervenções na área portuária, a instalação e requalificação de equipamentos esportivos, e sobretudo, a eliminação de ocupação de áreas de risco são os argumentos mais utilizados para Estado para promover essas remoções, dessa maneira, no mapa 03 as motivações para as remoções são as mais variadas, mas o principal motivo que é atribuído ao “risco”.

---

<sup>66</sup> “De vitrine política ao debate sobre o papel do poder público. O que é o Porto Maravilha”. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/07/16/De-vitrine-pol%C3%ADtica-ao-debate-sobre-o-papel-do-poder-p%C3%BAblico.-O-que-%C3%A9-o-Porto-Maravilha>. Acessado em: 01 dez. 2018.

<sup>67</sup> “As expulsões olímpicas deixaram um legado difícil de esconder”. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/07/27/as-expulsoes-olimpicas-deixaram-um-legado-dificil-de-esconder/>. Acessado em: 22 dez. 2018.

### Mapa 03 – Favelas com remoção e suas motivações



Fonte: (FAULHABER; AZEVEDO, 2015, p. 41)

É nesse sentido que as intervenções e suas remoções foram o grande exemplo das ações para transformar a cidade carioca nas cidades “ideal” do projeto aprovado pelo COI, na sua candidatura a sede dos Jogos Olímpicos. Desde 2009, ano no qual a cidade foi escolhida para sediar os Jogos, estima-se que mais de 77 mil pessoas perderam suas casas no Rio. Alguns casos de remoção tornaram-se símbolos de um movimento de resistência, a favela Metrô Mangueira foi removida por estar a menos de 1 km do Maracanã, ao lado do Parque Olímpico a Vila Autódromo foi reduzida de cerca de 600 casas para apenas 20<sup>68</sup>. A construção da TransOeste, por sua vez, levou a destruição completa da Vila Recreio II e da Vila Harmonia, que juntas somam mais de 350 famílias removidas. Como pode-se ser observado no mapa 03, o qual indica a localidade das remoções advindas pelos projetos de intervenção dos Jogos Olímpicos. As remoções, seguindo a lógica do mapa, se concentram nas vias dos BRTs, fortemente na região do Porto Mara-

<sup>68</sup> “Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio”. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946\\_363539.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html). Acessado em: 22 dez. 2018.

vilha, e nas localidades da Barra e do Maracanã, locais de concentração das atividades esportivas ou administrativas dos Jogos: os clusters olímpicos.

Essa dinâmica é vista pelo discurso de risco que as remoções são tratadas, a naturalização da necessidade de expulsar moradores das áreas consideradas de “risco” e “inseguras”, como pode ser observado a seguir:

[...] a Secretaria Municipal de Habitação já relacionou 119 favelas que serão removidas integralmente pela prefeitura até o fim de 2012, por estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos. Com pelo menos 12.196 domicílios, essas comunidades ocupam 2,34 milhões de metros quadrados – uma área maior do que o bairro do Leblon. O secretário Jorge Brittar informou que trechos não urbanizáveis de outras favelas, que ainda estão sendo levantados, também serão desocupados.<sup>69</sup>

Fortes ações de remoções na lógica de uma urbanização excludente aplicado à cidade do Rio de Janeiro têm sido reforçadas desde os anos 2000. Os locais de remoções concentram-se em áreas de maior interesse do mercado imobiliário tendo em vista a sua expectativa de valorização promovida pelas grandes obras urbanas. A zona portuária destaca-se neste contexto com a implementação do Projeto Porto Maravilha, ao mesmo tempo em que se tem um alinhamento de ações dos movimentos sociais urbanos. Entre 2005 e 2008 estabeleceram-se na zona portuária importantes espaços de ação direta destes movimentos: as ocupações colocam-se como ações de resistência contra o padrão de urbanização em curso.

Para Vaz, Galiza e Silva (2014, p. 02) o deslocamento forçado da população mais pobre dos locais por meio de expulsões, despejos judiciais e remoções, apesar de ganhar novas dimensões e visibilidade com o Rio de Janeiro como cidade sede de megaventos, são parte de uma política historicamente permanente, o que as autoras chamam de “cultura da remoção”. As autoras trazem um marco inicial para essa cultura, o período de grandes reformas urbanas do governo de Pereira Passos, no final do século XIX, entre os anos 1962 e 1974, as fortes remoções em favelas na cidade carioca são observadas, correspondendo a 139.218 moradores distribuídos entre conjuntos habitacionais em áreas periféricas à malha urbana. A nova conjuntura dos anos 2000, com ideais

---

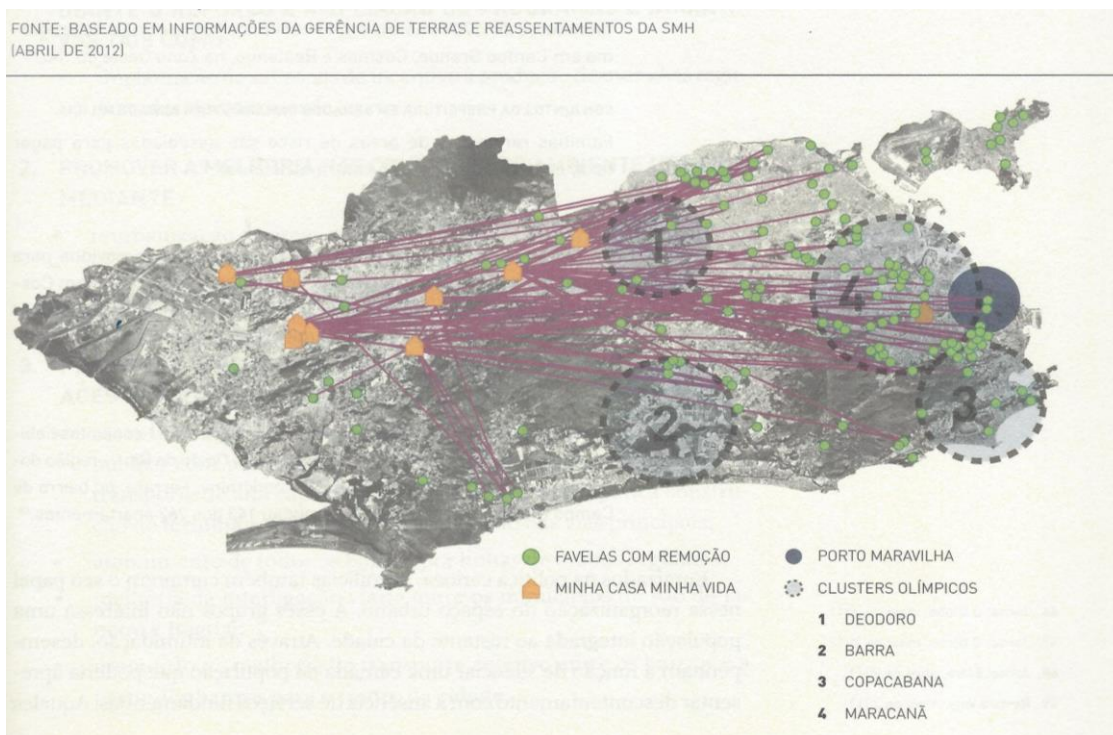
<sup>69</sup> “Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>. Acessado em 11 nov. 2018.



neoliberais impressos em um modelo de planejamento estratégico, inseriu o país, e principalmente, a cidade maravilhosa no circuito mundial de cidades globais.

No mapa 04 é representado uma síntese de dados obtidos através da Gerência de Terras e Reassentamentos da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), observando as suas motivações oficiais. O que se percebe é uma grande concentração de remoções localizadas em uma área mais valorizada ou com potencial de valorização devido ao aporte de recursos investidos. Nesse sentido, o direcionamento das ações do Estado sobre determinada região vem especialmente ao encontro dos interesses da construção civil. As favelas e ocupações, cuja permanência resistiu à lógica imobiliária formal por todos esses anos, agora sofrem novamente uma fortíssima intervenção. Coincidentemente ou não, os assentamentos que representam o maior risco geotécnico e que também recebem obras de infraestrutura são exatamente aqueles que estão nas zonas de influência dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo. Além disso, nota-se pelo mapa que as famílias são removidas para locais distantes (através do programa da Minha Casa Minha Vida) de seus locais de origem, essas remoções indicam um processo de expulsão na cidade maravilhosa.

## Mapa 04 - Remoções e expulsões



Fonte: (FAULHABER; AZEVEDO, 2015, p. 67).

A forma que apropriação do espaço como se deu nos projetos de intervenção no Rio pelas camadas de renda mais baixas ocorre de forma muito particular desde o aparecimento da primeira favela. Diferentes de outros lugares, a periferação na cidade se deu nas encostas dos morros da região central e mais valorizada, visto que nessas regiões a oferta de emprego era elevada e, assim, surgem as favelas nessas zonas de moradias populares e de várias ocupações em terrenos e prédios do poder público ou privada sem sua utilização social. Essas áreas por estarem em regiões de alta especulação imobiliária, os moradores desses assentamentos acabaram disputando espaço com a população de classe mais alta e que enxergavam as favelas como uma ameaça. Hoje e no passado a eliminação das favelas significa liberar terrenos e dispor de áreas para que se possa construir, urbanizar ou valorizar para utilização futura (VALLADARES, 1980, p. 33).

Por conseguinte, as favelas pacificadas, localizadas preponderantemente na Zona Sul e arredores da Tijuca regiões de grande interesse imobiliário, sofreram com um intenso processo de remoção com o aumento do valor da terra e com a chegada de determinadas taxas das concessionárias com as quais os moradores muitas vezes não têm condições de arcar. Mesmo denunciada, não é possível quantificar esse tipo de remoção,

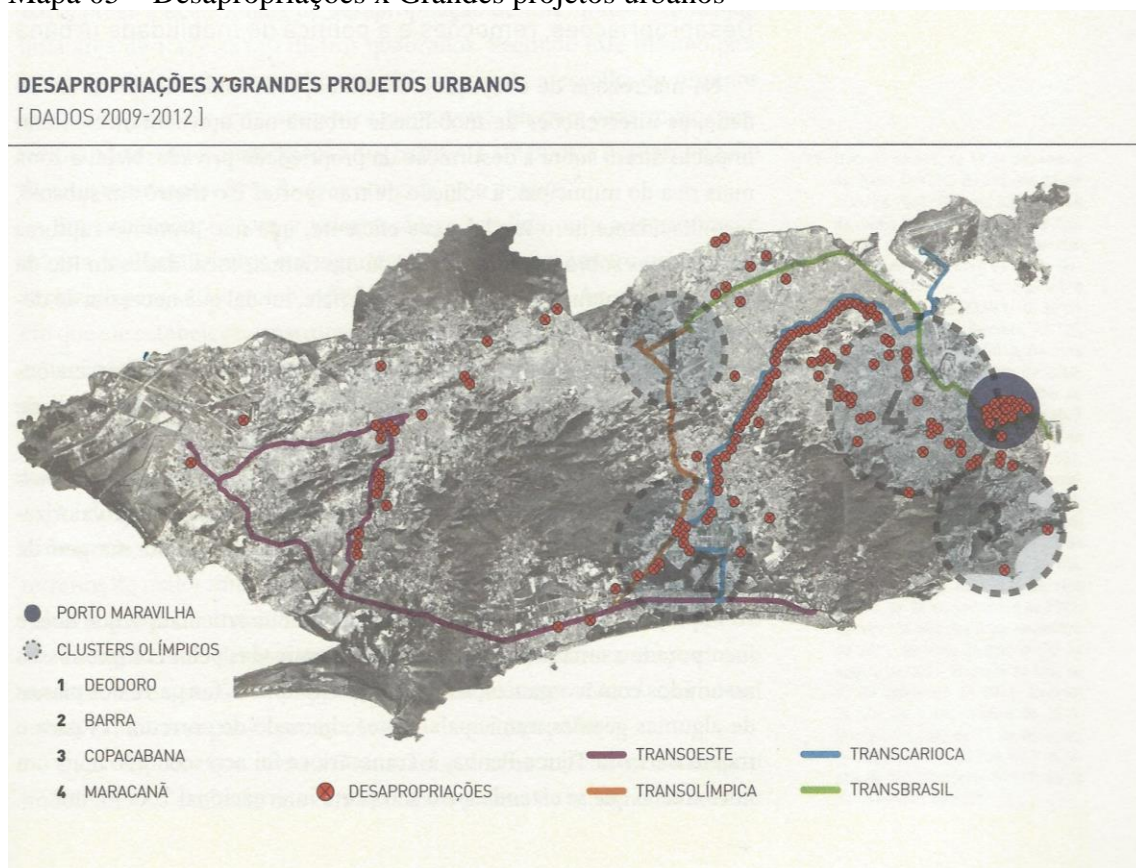
que aparece como o lado mais perverso de uma política pública que se pretende inclusiva. As intervenções e as remoções são legitimadas pelo discurso do projeto olímpico, pelos seus legados, pela infraestrutura urbana, pelo discurso da violência e da insegurança. Rolnik (2015, p. 245) menciona este fenômeno ao remeter-se a um projeto que demanda por espaço para construir, para modificar e acomodar as atividades referentes aos Jogos, logo,

Em muitas cidades, é no período que transcorre entre a designação da cidade anfitriã e a realização do evento que essas transformações são implementadas. Expulsões e despejos forçados são características comuns dos preparativos para os megaeventos. O aumento da demanda por espaço para construir locais esportivos, alojamentos e vias públicas canaliza-se mediante projetos de reabilitação existentes e a abertura de espaços para novas obras. A importância que se concede à criação de uma nova imagem internacional da cidade como parte integrante da preparação dos jogos supõe a eliminação de manifestações de pobreza e desenvolvimento (ROLNIK, 2015, p. 245).

Esses clusters seriam regiões de alta concentração de interesse das atividades dos Jogos Olímpicos, mas observa-se que eles vão além disso, estão presentes em uma lógica de intervenção não só urbanística de reurbanização, mas também de intervenção militar. A militarização urbana nesses locais através de ocupações militares das favelas e da implementação das unidades pacificadoras é reveladora mostrando o grande projeto de cidade, a qual alia intervenções urbanas com intervenções militares em localidades especificadas da cidade seguindo um projeto de cidade global de vitrine que além de revitalizada é segura. As desapropriações e quais projetos foram a causa delas podem ser observadas no mapa 04 a seguir, importante apontar a altíssima concentração de remoções na região do Porto Maravilha e na região central carioca nos perímetros do estádio do Maracanã.

Os clusters são estes aglomerados os quais concentram os locais e as atividades pertinentes aos jogos olímpicos, perante uma lógica de concentração das ações desempenhadas pelo projeto Rio 2016, são áreas localizadas em 4 regiões estratégicas: na Barra, no Maracanã, na Deodoro e em Copacabana. Não é por coincidência que foram escolhidas essas regiões para receberem os Jogos e suas atividades administrativas, são locais estratégicos de alta valorização dos últimos anos. O mapa 05 é revelador, a relação perversa entre desapropriações e os grandes projetos se dá pelos pontos vermelhos no mapa, observa-se a alta concentração nas regiões e proximidades dos clusters olímpicos e, principalmente, da região do Projeto Porto Maravilha.

### Mapa 05 – Desapropriações x Grandes projetos urbanos



Fonte: (FAULHABER; AZEVEDO, 2015, p. 41).

### 2.3 Muito além de números: a privatização dos “(des)legados” dos Jogos e sua localização estratégica no Rio 2016

O projeto cidade global de vitrine vai além das implicações da construção do Porto Maravilha e das suas remoções vai de encontro com aspirações de atores econômicos e políticos, no sentido de obter um maior espaço da cidade carioca a partir da privatização de localidades específicas, as quais foram essenciais para a relação do megaevento. Assim, os Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro concentraram-se em quatro regiões, Barra, Deodoro, Maracanã e Copacabana. A maioria dos investimentos e modalidade ocorreu na região da Barra e de Jacarepaguá, localizada na Zona Oeste da cidade e palco das maiores transformações urbanas recentes e da concentração dos clusters olímpicos do projeto Rio 2016. Como pode ser observado no quadro abaixo das informações do relatório de 2015:

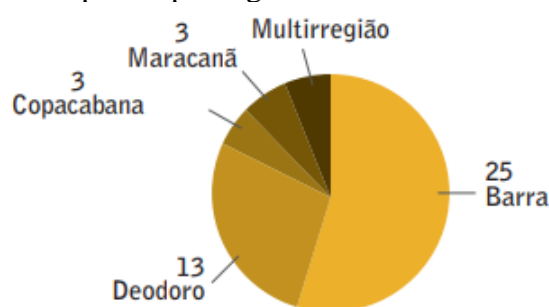
Tabela 01 - Matriz de Responsabilidade da Olimpíada Rio de Janeiro, agosto de 2015

Região	Barra da Tijuca	Deodoro	Maracanã	Copacabana	Valor Total (milhões)
Valor	5.650,662	846,31	98,5	74,3	6.669,772
%	84,72	12,69	1,48	1,11	100

Fonte: [http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/\\_arquivos/matriz-de-responsabilidades-versao-3-agosto-2015.pdf](http://www.portaldatransparencia.gov.br/rio2016/_arquivos/matriz-de-responsabilidades-versao-3-agosto-2015.pdf)

A Matriz de Responsabilidade da Olímpica é composta por 46 projetos divididos entre as regiões da Barra da Tijuca (25), Deodoro (13), Copacabana (3), Maracanã (3) e Multirregião (2). Como visto na tabela, anterior, a distribuição de recursos é ainda mais concentrada que localiza determinados projetos. Enquanto a Barra da Tijuca concentra mais de 84% do orçamento, Deodoro receberá pouco mais de 12% e as regiões de Copacabana e Maracanã ficam com apenas 2% cada. Dentro dessa repartição o orçamento de R\$ 6,67 bilhões é dividido entre o setor público, responsável por R\$ 2,43 bilhões, divididos entre o governo federal de R\$ 1,74 bilhões, o governo municipal 685,6 milhões e o setor privado ficou responsável por R\$ 4,24 bilhões. O gráfico 01 a seguir, advém dos dados do relatório de 2016, e ele demonstra como a concentração de projetos se localiza na região da Barra do Rio de Janeiro. O gráfico 01 a seguir colabora com ao quadro anterior que ilustra bem a situação que se desenhou dentro da realização das ações de intervenção e privatizações dos espaços públicos.

Gráfico 01 - Quantidade de projetos ligados às Olimpíadas por região da cidade carioca



Fonte: “Rio 2016 Jogos Olímpicos e Legado” – Cadernos de Políticas Públicas – Rio de Janeiro (2016, p. 05).<sup>70</sup>

<sup>70</sup> Rio 2016 Jogos Olímpicos e Legado” – Cadernos de Políticas Públicas – Rio de Janeiro. Disponível em:

O orçamento oficial soma R\$ 39,07 bilhões, divididos em R\$ 7,4 bilhões do Comitê Organizador; os R\$ 24,6 bilhões do Plano de Políticas Públicas e Legado e da Matriz De Responsabilidades que conta com R\$ 7,07 bilhões. O orçamento oficial, de 2016, das Olimpíadas somava R\$ 39,07 bilhões, no entanto o gasto ultrapassou os R\$ 40 bilhões, segundo o Comitê Organizador<sup>71</sup>. No relatório de 2015 em comparação ao de 2016, o que chama atenção, na Matriz de Responsabilidade, é a participação do poder público aumentar, a qual passou de 36% em agosto de 2015 para 40,1 %. O somatório dos recursos privados nos três componentes dos orçamentos é de R\$ 22,26 bilhões, o que corresponde a 56,9% do orçamento total previsto, de acordo com dados oficiais do governo do Estado do Rio de Janeiro<sup>72</sup>.

Em 2015, a APO lançou a terceira versão da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, prevendo o custo de R\$ 6,67 bilhões em itens essenciais ao evento. Além disto, estão orçados R\$ 7,4 bilhões de gastos do Comitê Organizador<sup>73</sup> e mais R\$ 24,6 bilhões em gastos do Plano de Políticas Públicas. Nesse sentido, o orçamento atual da Olimpíada Rio 2016 alcançaria o valor de R\$ 38,7 bilhões, superando em mais de R\$ 10 bilhões do orçamento da Copa do Mundo. Por outro lado, em relatório do ano de 2017, a AGLO, ficou em R\$ 7,23 bilhões, R\$ 137 milhões a mais do que a versão anterior do ano de 2016. A diferença se refere aos custeios de água e luz durante a competição, dessa forma, o gasto total ficou em R\$ 41,03 bilhões<sup>74</sup>.

Os gastos com os Jogos Olímpicos podem ser divididos em três grandes áreas. A primeira diz respeito à Matriz de Responsabilidade e está relacionada ao montante a ser

---

[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016\\_estudos\\_PORT.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf).  
Acessado em: 02 nov. 2018.

<sup>71</sup> “Gatos com Rio 2016 ultrapassa os R\$ 40 bilhões”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/olimpiada/noticia/2017/03/gasto-com-o-rio-2016-ultrapassa-os-r-40-bilhoes-9749566.html>. Acessado em 11/11/2018.

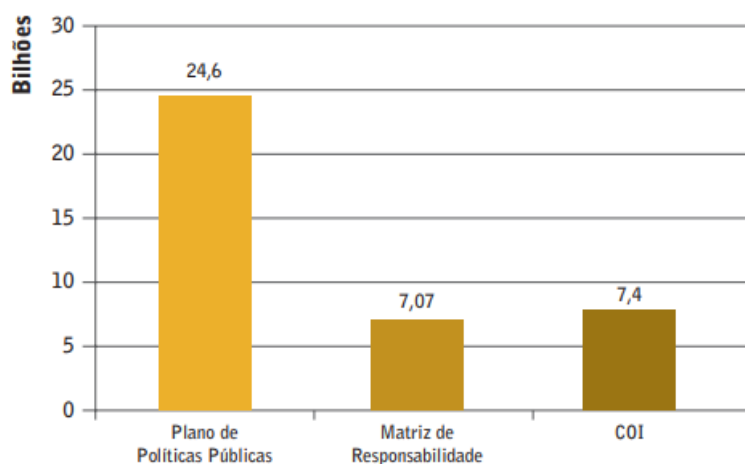
<sup>72</sup> “Rio 2016 Jogos Olímpicos e Legado” – Cadernos de Políticas Públicas – Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016\\_estudos\\_PORT.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf). Acessado em: 02 ago. 2018.

<sup>73</sup> O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 é uma associação civil de direito privado, com natureza desportiva, sem fins econômicos, formada por Confederações Brasileiras Olímpicas, pelo Comitê Olímpico Brasileiro e pelo Comitê Paraolímpico Brasileiro. Cf. <https://br.fsc.org/sobre-o-comit-organizador-rio-2016.311.htm>. Acessado em setembro de 2015

<sup>74</sup> “Custos dos Jogos Olímpicos do Rio é atualizado e chega a R\$ 41 bilhões”. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/custo-dos-jogos-olimpicos-do-rio-e-atualizado-e-chega-a-r-41-bilhoes.ghtml>. Acessado em: 03 out. 2018.

gatos basicamente com as arenas olímpicas. Na segunda estão as despesas operacionais do evento são de responsabilidade do Comitê Organizador, uma associação privada, com receitas oriundas de patrocínios, orçamento do COI, da venda de ingressos e de patrocinados internacionais, as despesas com as cerimônias, acomodações entre outros. E por fim, o orçamento do Plano de Políticas Públicas, o qual inclui as obras de infraestrutura, das políticas públicas em mobilidade urbana, meio ambiente, urbanização, educação e cultura. Dos R\$ 24,6 bilhões, R\$14,34 bilhões são do governo municipal, R\$ 10 bilhões do estadual e R\$ 264 milhões do governo federal<sup>75</sup>. Esse panorama de orçamentos por divisão em áreas pode ser observado no gráfico 02 a seguir, e nota-se que a maior quantidade de gastos está localizada no Plano de Políticas Públicas que possui maior impacto direto à cidade carioca e aos seus moradores.

Gráfico 02 - Orçamento das Olimpíadas por componentes  
(em bilhões de reais)



Fonte: “Rio 2016 Jogos Olímpicos e Legado” – Cadernos de Políticas Públicas – Rio de Janeiro (2016, p. 05)<sup>76</sup>

Segundo a própria Prefeitura do Rio, os jogos Olímpicos de 2016 foram os Jogos do Legado. Para cada R\$ 1 investido em equipamentos olímpicos, outros R\$ 5 seriam usados para obras de legado, assim, para melhorar a cidade na sua infraestrutura do cotidiano como a mobilidade. Porém, obras que poderiam constar na Matriz de Respon-

<sup>75</sup> “Plano de Políticas Públicas” ver mais em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/plano-de-politicas-publicas>. Acessado em: 03 dez. 2018.

<sup>76</sup> “Rio 2016 Jogos Olímpicos e Legado” – Cadernos de Políticas Públicas – Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016\\_estudos\\_PORT.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf). Acessado em: 02 de. 2018.

bilidade como o viário do Parque Olímpico, a requalificação urbana do entorno do Estádio Olímpico, o Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem e outros locais, que serviram para os treinamentos oficiais dos jogos constam como o Plano de Legado, aumentando o valor consideravelmente em relação as obras diretamente relacionadas aos Jogos.

O Plano de Políticas Públicas, que é chamado pela Prefeitura de Plano de Legados, representa 63% do orçamento total da Olimpíada e tem a maior conexão com a cidade, dentro das lógicas das intervenções. No caso dos Jogos Olímpicos de 2016, identifica-se 27 projetos em desenvolvimento que são considerados oficialmente parte do “legado”. Dentro desse legado de intervenções, a construção do Parque Olímpico, a expansão do metrô, a criação dos sistemas de BRTs, e a reestruturação da Zona Portuária tomados individualmente são intervenções incapazes de alterar significativamente a dinâmica urbana na cidade, mas se tomadas juntas, fazem parte de um projeto específico de cidade, que visivelmente beneficia certas áreas em detrimentos de outras (COMITÊ, 2015, p. 142).

Plano de Políticas Públicas revela que, somente, o setor público é responsável por R\$ 14,03 bilhões, enquanto o privado com R\$ 10, 57 bilhões que conta com a maior parte dos recursos privados vinculado às parcerias público-privadas. A execução de maior parte do Plano de Políticas Públicas<sup>77</sup> é de competência do Município, com R\$ 14,3 bilhões, divididos em 14 projetos entre mobilidade (31,76%), meio ambiente (5,58%), renovação urbana (62,44%) e desenvolvimento social (0,22%). Por outro lado, os R\$ 8,2 bilhões do projeto Porto Maravilha e a construção do VLT, ambos no Centro, os quais representam significativos recursos para a renovação da Zona Portuária. Claramente, retirando o VLT, os projetos de mobilidade urbana têm como objetivo final promover a integração da Barra da Tijuca ao restante da cidade, assim, os BRTs (Transolímpica e Tranoeste) e a duplicação do Elevado do Joá e o Viário do Parque Olímpico atuam nesse sentido. A tabela 02 demonstra o orçamento dividido entre setor privado e setor público, segundo dados oficiais da Prefeitura do Rio, e demonstra os valores que cada setor desembolsou para realizar os projetos do Rio 2016, entretanto, esses números não estão levando em consideração alguns fatores que serão analisados a seguir.

---

<sup>77</sup> “Plano de Políticas Públicas”. Ver mais em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/legado/plano-de-politicas-publicas>. Acessado em 21 nov. 2018.



Tabela 02. Orçamento dos Jogos segundo dados oficiais do Governo (R\$ bilhões)<sup>78</sup>

<b>Orçamento</b>	<b>Setor Público</b>	<b>Setor Privado</b>	<b>Total</b>
<b>Matriz de Responsabilidade</b>	2,84	4,24	7,08
<b>Comitê Organizador</b>	0	7,40	7,40
<b>Plano de Políticas Públicas</b>	13,96	10,62	24,60
<b>Total segundo o Governo</b>	16,87	22,26	39,07
<b>% segundo o Governo</b>	43,04%	56,96%	100%

Fez parte de uma estratégia midiática afirmar que as obras serão entregues no prazo e não serão “elefantes brancos” no sentido de não serem mais utilizadas para nada após os Jogos, nem que haverá aumento do custo das mesmas. Além da defesa que o evento exaltaria sempre que a possível participação da iniciativa privada, muito superior ao setor público, o que os dados mais recentes não colaboram com essa afirmação, demonstrando que o setor público teve maior participação do que o privado. Ao mesmo tempo, veem-se excluídas as isenções fiscais que beneficiam as entidades promotoras dos megaeventos esportivos. Essas isenções fiscais são concedidas pelos três entes federativos, como por exemplo, a lei municipal nº 5.230/2010 - que dispõe sobre incentivos e benefícios fiscais relacionados à realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – garante isenções do pagamento de IPTU, ITBI, bem como perdão de dívidas e redução da alíquota do ISS durante a construção de hotéis-residências localizados na área do Porto Maravilha e demais hotéis, pousadas, resorts e albergues em serviços relacionados a esses megaeventos.

No cálculo, anterior, não estão inclusas as contrapartidas do setor público nesse contrato de PPP<sup>79</sup>, que é o caso do Porto Maravilha, no qual o contrato prevê a contrapartida pública mensal de R\$ 10 milhões durante 15 anos. Ou no caso do Parque Olím-

<sup>78</sup> “O que escondem os gastos dos Jogos” – E-Paper do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS – Caio Lima e Julia Bustamante – Editado pela Fundação Heinrich Boll Brasil, junho de 2016, página 07. Disponível em:

[https://br.boell.org/sites/default/files/boll\\_esconde\\_os\\_jogos\\_1.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/boll_esconde_os_jogos_1.pdf). Acessado em: 12 dez. 2018.

<sup>79</sup> “Prefeitura do Rio exagera participação privada nas contas olímpicas”. Disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2015/08/22/prefeitura-do-rio-exagera-participacao-privada-nas-contas-olimpicas/?mobile&width=320>. Acessado em: 02 out. 2018.

pico, pelo contrato de PPP prevê a contraprestação pública de R\$ 538 milhões, pago em parcelas ao longo de quinze anos, e mais um terreno de 800 mil m<sup>2</sup>.

Além disso, a Lei Geral das Olimpíadas (PLC 02/2016) abre margem para as áreas de interesses do evento, trazendo em seu artigo 9º - a proibição da comercialização de marcas que não sejam patrocinadoras do evento e a para a repressão aos trabalhadores informais. Entretanto, as isenções e renúncias não são a única omissão de recursos públicos no orçamento oficial, também, não são contabilizados gastos com móveis na Vila Olímpica, custeio de órgãos criados para os Jogos, e até mesmo, com a indenizações paga aos moradores removidos, além de outras obras dos equipamentos olímpicos, esses gastos “secretos” totalizam R\$ 409 milhões<sup>80</sup>.

A terceira omissão é na apresentação das Parcerias Público-Privadas do Brasil, mais especificamente do Porto Maravilha e do Parque Olímpico. Nos dados oficiais, não aparecem as contraprestações públicas obrigadas por contrato, no caso do Parque Olímpico, não é monetizado o valor do terreno público cedido como contraprestação, de 1,18 bilhões de metros quadrados.

Na tabela a seguir, observa-se os valores omissos do orçamento oficial. O valor total continua na casa dos R\$ 40 bilhões, entretanto, fica claro que a maior parte dos gastos advem do setor público. O resultado só é possível em virtude de alguns fatores: da isenções e renúncias fiscais concedidas de investimentos públicos vinculados ao evento não contabilizados; das contraprestações públicas, tanto monetárias como dos terrenos cedidos, vinculados às Parcerias Público-Privadas do Porto Maravilha e do Parque Olímpico.

---

<sup>80</sup> “Custo de arenas olímpicas chega a R\$ 7 bi; documento segue ocultando gastos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/01/1734896-custo-de-arenas-olimpicas-chega-a-r-7-bi-documento-segue-ocultando-gastos.shtml>. Acessado em: 02 ago. 2018.

Tabela 03. Quadro de divisão dos recursos (em bilhões de R\$)

<b>Orçamento</b>	<b>Setor Público</b>	<b>Setor Privado</b>	<b>Total</b>
Matriz de Responsabilidade	2,84	4,24	7,08
Plano de Políticas Públicas	13,96	10,62	24,58
<b>Itens não incluídos</b>			
Custos Públicos não incluídos na Matriz de Responsabilidade	0,5 <sup>1</sup>		0,5
Contraprestação Pública da PPP do Porto Maravilha	1,21 <sup>2</sup>		1,21
Contraprestação Pública em dinheiro da PPP do Parque Olímpico	0,53		0,53
Contraprestação Pública em terreno da PPP do Parque Olímpico	2,7 <sup>3</sup>		2,7
Isonções e Renúncias Fiscais	3 <sup>4</sup>		3
Gastos com Segurança Pública (Ministérios da Justiça e da Defesa)	0,93		
<b>Total</b>	<b>25,67</b>	<b>14,86</b>	<b>40,53</b>
<b>%</b>	<b>63,33%</b>	<b>36,67%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: E-paper – PACS – “O que escondem os gastos dos Jogos” (2016, p. 09).<sup>81</sup>

Outro dado interessante que pode ser relevante para a análise é a contratação das empreiteiras para a construção das obras públicas previstas. Levando-se em consideração as maiores obras públicas previstas na Matriz de Responsabilidades e no Plano de Políticas Públicas, percebe-se a participação de grandes conglomerados econômicos que se repetem na execução dessas obras.

As informações mostram uma forte concentração dos contratos em algumas grandes empreiteiras brasileiras, com destaque para a Odebrecht, com oito contratos, em seguida, a Andrade Gutierrez, Carioca Engenharia, Carvaho Hosken, Queiroz Galvão, OAS, Invepar e CCR, cada um deles envolvendo grandes projetos. Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Mais Democracia, realizado no ano de 2013, chamada de “Donos do Rio – Quem são os proprietários do Brasil?”<sup>82</sup>, existiu uma concentração de quatro empreiteiras que dominam o cenário no país, são elas: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e a Camargo Correa (PINTO, 2013).

A privatização das intervenções patrocinadas por dinheiro público em sua grande maioria abre para questionamentos no sentido de perguntar-se a razão do privilégio a

<sup>81</sup> O que escondem os gastos dos Jogos” – E-paper do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS – Caio Lima e Julia Bustamante – Editado pela Fundação Heinrich Boll Brasil, junho de 2016. Disponível em:

[https://br.boell.org/sites/default/files/boll\\_esconde\\_os\\_jogos\\_1.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/boll_esconde_os_jogos_1.pdf). Acessado em: 12 dez. 2018.

<sup>82</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/13506/>. Acessado em: 04 nov. 2018.

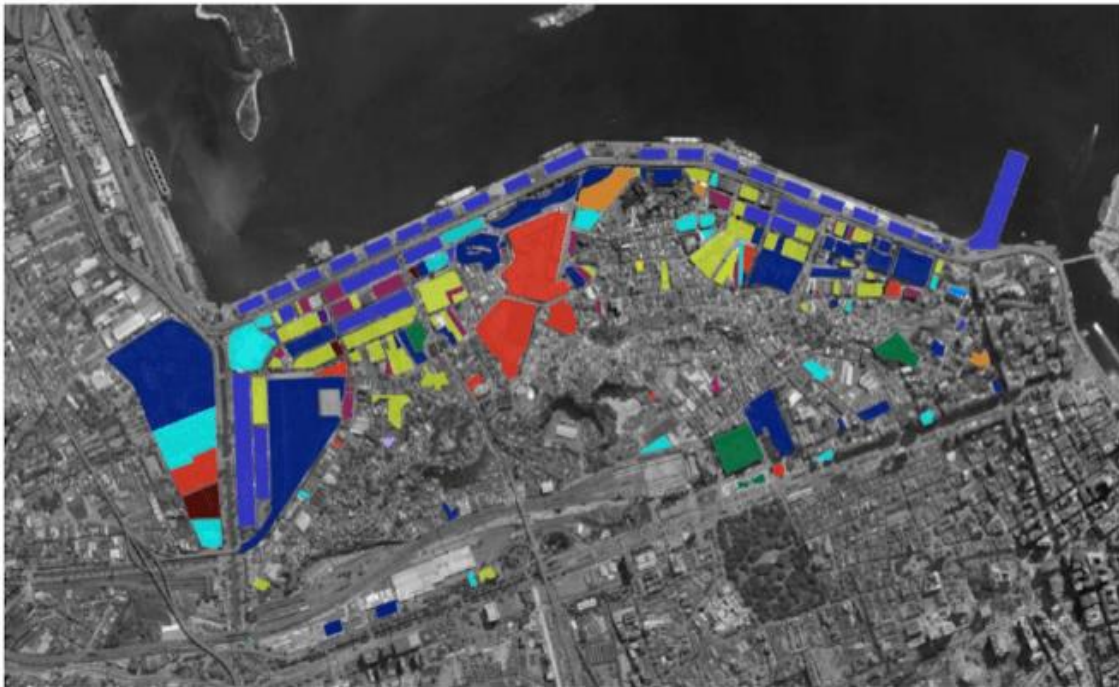
grandes empresas e no contexto da promoção de um megaevento como um negócio privado envolvendo recursos públicos, interesses e lucros para seus empreendedoras. Dessa forma, caberia aqui indagar se essas intervenções relacionadas à Olimpíada não expressariam a transferências de recursos públicos para certos grupos privados, que seriam protagonistas de um projeto neoliberal de cidade, e assim, a privatização do espaço, antes público e bem localizado, se mostraria eficaz para assumir a cidade global de vitrine como um lugar amigável aos investimentos privados estrangeiros.

Dessa maneira, olhando para o caso do Porto Maravilha, visualizado através do mapa 06, a concentração de privatização, ou seja, concessões do poder público municipal e da união em relação aos terrenos dispostos na região do Projeto Porto Maravilha, observa o retrato da situação fundiária antes do porto mostra a predominância de imóveis públicos na região. Apenas 25% da área eram terrenos privados. Estado e município detinham aproximadamente 6% cada um, todo o restante pertencia à União. O mapa e os dados foram compilados por Mariana Werneck na pesquisa “Porto Maravilha, agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro”<sup>83</sup>, como pode ser observado no mapa a seguir no qual mostra-se claramente essa alta concentração de terrenos públicos, os quais foram doados ou vendidos através dos leilões à iniciativa privada.

---

<sup>83</sup> “Porto Maravilha: o fracasso de um projeto bilionário que excluiu os menos favorecidos”. Disponível em: <http://observatoriodasmetroles.net.br/wp/porto-maravilha-o-fracasso-de-um-projeto-bilionario-que-excluiu-os-menos-favorecidos/>. Acessado em: 11 ago. /2018.

Mapa 06 - Relação dos imóveis públicos na região do Porto Maravilha



## SITUAÇÃO FUNDIÁRIA (2008)

	Exército
	Privado - Pessoa Jurídica
	União
	Companhia Docas
	INPI
	Estado
	INSS
	IRGE
	Privado - Pessoa Física
	INCRA
	Privados
	Município
	Banco Central
	IBAMA

Fonte: (WERNECK, 2016, s/p)<sup>84</sup>

<sup>84</sup> “A outra história do Porto Maravilha”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/558873-a-outra-historia-do-porto-maravilha>. Acessado em 22 nov. 2018.

### **3 “DESLEGADOS” DA CIDADE OLÍMPICA 2016: A MILITARIZAÇÃO DA PERIFERIA**

Além dos “deslegados” das intervenções urbanas e suas promessas, os Jogos Olímpicos afloraram dinâmicas nos mais variados sentidos no que tange a cidade carioca e seu projeto de cidade global de vitrine. Uma delas, em especial, é a questão da segurança e sua relação com o espaço, seja ela no quesito de remoções ou no quesito de um processo de militarização urbana, de um urbanismo militarizado principalmente nas favelas ou em áreas localizadas e privilegiadas nas quais integraram o projeto de intervenções para os Jogos. Se no capítulo anterior a grife da vitrine global da cidade carioca era a cidade-negócio e cidade-modelo de sucesso em gestão pelas intervenções e planos estratégicos, aqui a grife é a militarização urbana e as ocupações armadas nas favelas são os manequins da cidade-marca dos encantos mil.

A dimensão urbana nos conflitos contemporâneos é fundamental para entender como funciona o nexos entre a cidade e as (in)seguranças que permeiam o imaginário da população. Em outras palavras, as cidades surgem como espaço nos quais os desafios de segurança residem, elas marcam a centralidade e ao mesmo tempo a marginalidade das lógicas contemporâneas, as quais inauguram uma nova potencialidade de conflito. (SASSEN, 2009). Um processo do militarismo urbano é estabelecido a partir de lógicas de controle social e vigilância urbana, através do emprego de tecnologia de ponta e na transformação das lógicas de segurança pública e internacional, bem como na atuação indistinta entre polícias e militares. Muito mais que este militarismo urbano o processo de criação de inimigos constantes nos espaços urbanos é a característica central das dimensões internacionais das dinâmicas urbanas de segurança (GRAHAM, 2011, p. 148). Assim, com o processo de urbanização exponencialmente crescente um novo e não tão definido conjunto de fenômenos permeiam o tecido e a vida urbana. Os processos que constituem esse fenômeno são nutridos e continuados pela extrema desigualdade social multiplicada pelos efeitos da globalização neoliberal<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> O modelo buscado pelo neoliberalismo tem como uma de suas facetas moldar a cidade na forma de uma empresa, e o outro lado é o urbanismo militar, a extensão de um ideário de eficiência militar aplicada no cotidiano. A militarização da segurança, nas cidades, vai muito além de uma estrutura militarizada da polícia, para Cerqueira (1996, p. 140), seria um processo muito mais profundo e amplo de emprego de modelos, métodos, conceitos e doutrinas. Nesse mesmo sentido, para Sozzo (2012) a militarização é a modelação da norma, da organi-

Consequentemente, o novo urbanismo militar é um conceito analítico que abrange uma constelação de ideias, técnicas e normas de segurança e doutrinas militares presentes, principalmente, no quesito espaço urbano e segurança internacional. Esse processo é furtivo e trabalha em sintonia para construir uma noção de vida urbana “normal”, ou seja, dar um caráter de normalidade às consequências destes fenômenos. Nesta sintonia atuam a criminalização do dissenso, da perda dos direitos civis, e na obsessiva securitização da vida quotidiana para suportar sociedades cada vez mais desiguais, logo, surge um caráter da “urbanização” da guerra na contemporaneidade no sentido das dinâmicas urbanas cotidianas da sociedade se encontram a dinâmicas de segurança antes exclusivas de confrontos bélicos entre Estados.

Para Melgaço e Botello, (2015, p.150) tanto Graham (2011) quanto Souza (2008) apontam para um urbanismo militarizado no qual técnicas, doutrinas, regras e exercícios próprios das forças militares são usados para gerenciar riscos e perigos, crime e violência, ou até mesmo em atos terroristas no espaço urbano. Graham (2016, p.124) define o urbanismo como um processo no qual é dado, sobretudo, pela transferência dos aparatos de guerra cada vez mais caros as cidades, ou seja, algo como do campo de batalha para as cidades<sup>86</sup>. Já Souza (2008, p. 140) descreve como militarização da questão urbana o avanço das práticas repressivas dentro do espaço urbano, ele destaca que a militarização urbana se enquadra tanto em práticas quanto em ações, promovidas pelos diversos agentes de produção do espaço, os quais ampliam as técnicas policiais na gestão urbana.

A consequência deste projeto de militarização apresenta variações de acordo com as suas particularidades sociais, econômicas, ambientais e dos aparatos militares escolhidos, contudo, características transpassam as particularidades dentro de uma tendência global e como o avanço do estado de exceção<sup>87</sup> que se apresenta comum nas di-

---

zação, da cultura. Graham (2010) sinaliza para a militarização da sociedade civil, Souza (2010) aponta para a militarização da questão urbana, fazendo referências a narrativas de guerras como metáforas fazem parte das sociedades urbanas, na atualidade.

<sup>86</sup> Para Graham (2011, p.233) o novo militarismo urbano impõe ao espaço urbano as técnicas que anteriormente foram usadas em guerras contra outras nações, para o autor, a permissão dessa transferência de um aparato militar é a conquistada de acordo com cada país, estado, região e cidade, sendo determinadas pelas suas necessidades. Logo, apresentam-se as formas de contenção do terrorismo, dos crimes violentos e da violência urbana.

<sup>87</sup> O conceito de estado de exceção utilizado e defendido por Agamben (2004; 2007), o qual apresenta a exceção como uma espécie de exclusão. Para o autor o que caracteriza a exceção não é aquilo fora da normal geral, mas aquilo que está na forma de suspensão. Logo, o militarismo urbano provoca diversas formas de concretização de uma exclusão inclusiva a determinados habitantes da cidade, e assim, faz com que alguns indivíduos estejam dentro e fo-

ferentes cidades do globo. Tomando as cidades como oportunidade de estudo numa perspectiva conceitual e teórica, e observando os debates acerca das interseções entre as cidades e a segurança e, assim, analisando o direcionamento do discurso de cidades dentro de uma “onda de vigilância” urbana e uma proliferação ampliada da violência intrastatal, possibilita uma amplitude analítica que ajuda a revelar as maneiras pelas quais o discurso das cidades enquanto espaços inseguros e patológicos de violência são desempenhados. Mostra, dessa maneira, uma necessidade a qual é compreender a pesquisa urbana crítica sobre os processos específicos pelos quais os espaços e dinâmicas urbanas locais são militarizados e securitizados por um processo advindo muito além de qualquer fronteira nacional (MELGAÇO, 2010, p. 145).

A temática do policiamento e da ocupação militarizada nas favelas do Rio de Janeiro é uma temática tão antiga quanto a história da cidade. Desde os cortiços a questão de controlar áreas com uma população não desejada parecia carente e foi tema recorrente de políticas de intervenções as quais terminaram por transformar esse espaço. As primeiras menções às favelas datam no início do século XX, especificamente, relatos de policiais em relação ao morro da Providência, os quais segundo Zaluar e Alvito, (2006, p. 10) mencionam que naquele lugar era impossível ser feito o policiamento e que se tornava necessário a demolição de todos, para que evitasse a favela em se transformar em um lócus de produção e reprodução de bandidos.

Para exemplificar isso é interessante olhar para a empiria, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) em 2016 o Rio de Janeiro vivenciou um salto de mortes causadas pela polícia de 645 mortes em 2015 para 925 em 2016. Os dados pintam um cenário assustador no qual as operações militares antes, depois e durante a Copa e Olimpíadas tenham se configurado como um treino de militarização do cotidiano<sup>88</sup>. Tiroteios na cidade maravilhosa devido ao confronto entre forças policiais ou Forças Armadas contra traficantes é corriqueiro, um exemplo claro e que mostra um abismo de contradições na cidade foi um tiroteio durante grande evento musical na cidade maravilhosa, o Rock in Rio, em 2017, enquanto o evento acontecia na Barra da Tijuca na cha-

---

ra da lei e da cidade ao mesmo tempo. Apesar de os esforços da militarização se direcionarem para setores específicos da sociedade é um erro acreditar que os demais indivíduos estão livres desse processo. Ao reconhecer que o militarismo abre espaço para um estado de exceção e se torna regra, todos os habitantes da cidade estão suscetíveis as anomalias que impediram na exceção.

<sup>88</sup> “O golpe se aprofunda: a intervenção no Rio de Janeiro e a militarização da vida”. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/2018/02/16/o-golpe-se-aprofunda-a-intervencao-no-rio-de-janeiro-e-a-militarizacao-da-vida/>. Acessado em 13 out. 2018.



mada Cidade do Rock, a programação na favela da Rocinha<sup>89</sup>, no caminho para o evento, era o confronto entre o Exército e os traficantes. A autoestrada Lagoa-Barra fechou, as Forças Armadas subiram o morro, reforçando a presença policial, as trocas de tiro foram constantes, igual ao som no Rock in Rio embalado por Bom Jovi. A cidade do Rio de Janeiro parece viver de um transtorno bipolar<sup>90</sup>, o choque de duas realidades é evidente, o morro e o asfalto, ou nesse caso a Cidade do Rock e a favela da Rocinha. Quem vai à cidade carioca para um dos maiores eventos musicais do mundo não tem a noção de como as realidades no Rio são abissais nas suas diferenças, é um verdadeiro “purgatório da beleza e do caos” contrastantes, ou seja, da beleza dos looks do evento à chuva de chumbo no morro.

As estimativas da Anistia Internacional, em relatório anunciando em 2016, foram acertadas. Segundo Atila Roque, diretor-executivo da Anistia, as preocupações eram a violência policial e a repressão nas manifestações durante os Jogos Olímpicos no Rio. Segundo o relatório, durante a Copa o aumento dos homicídios decorrentes de intervenções da polícia foi de 39,4% em relação ao ano anterior<sup>91</sup>. Ainda nesse sentido, o ISP revelou que nas vésperas dos jogos a média era de 17 pessoas mortas por dia no estado do Rio. De janeiro a maio foram registrados 2508 homicídios, latrocínios, autos de resistências<sup>92</sup> e lesões seguidas de morte. Em maio de 2016, foram 472 mortes por arma de fogo, 40 dessas foram em decorrência de intervenção policial, um aumento de 135% em relação ao ano anterior. No mês de abril vários homicídios foram registrados em favelas de diferentes regiões da cidade. Em 15 dias, policiais mataram pelo menos 25 pessoas em Acari, Jacarezinho, Mangueira, Turano, Complexo do Alemão e nos morros da Coroa, São João, Macacos e Babilônia<sup>93</sup>.

---

<sup>89</sup>“Rock in Rio em dias de guerra na Rocinha”. Disponível em:

<https://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,rock-in-rio-em-dias-de-guerra-na-rocinha,70002012191>. Acessado em: 20 set. 2018.

<sup>90</sup>“Cidade dividida entre a alegria do Rock in Rio e tiros na Rocinha”. Disponível em:

<https://vejario.abril.com.br/cidades/cidade-dividida-entre-a-alegria-do-rock-in-rio-e-tiros-na-rocinha/>. Acessado em: 23 set. 2018.

<sup>91</sup>Anistia afirma temer aumento de violência policial nos Jogos Olímpicos. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/06/1777324-anistia-afirma-temer-aumento-de-violencia-policial-nos-jogos-olimpicos.shtml>. Acessado em 13 ago. 2018.

<sup>92</sup> Autos de resistência são a redefinição pela PM nos casos de homicídios por policiais militares, ou seja, mortes em virtude da oposição à intervenção policial.

<sup>93</sup>“Violência bate recordes na cidade olímpica”. Disponível em:

<https://medium.com/@jogosdaexclusao/viol%C3%Aancia-bate-recordes-na-cidade-ol%C3%ADmpica-d5576205c8a6>. Acessado em 16 set. 2018.

O crescente processo de militarização da segurança pública, com objetivo de controle de populações das favelas, se amplifica na realização dos megaeventos, nesses momentos, dos autos de resistências, renomeados pela Secretaria de Segurança Pública de homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial. Foi em 2007, nos Jogos Pan-Americanos, com recorde de assassinatos por forças policiais. Naquele ano, 1.330 pessoas foram mortas por agentes de segurança, sendo 902 somente na capital, com uma taxa de letalidade de 14,6 por 100 mil habitantes. Em 2009, há uma pequena queda nos números de homicídios. Em 2014, após uma fase de baixa nas estatísticas, voltam a subir com a realização da Copa do Mundo, e prosseguiram num crescente até as Olimpíadas de 2016, ano que ocorreram 925 mortes decorrentes de ação policial<sup>94</sup>.

Para Miklos e Paoliello (2016, p. 546), o impacto da escalada desta violência urbana em diferentes partes do globo torna-se relevante ao passo que é notado em virtude das consequências dela em locais nos quais não apresentariam situações de guerras tradicionais ou convencionais. Por conseguinte, uma conceitualização de “cidade frágil” é proposta na necessidade de compreender esse fenômeno, estando relacionado aos estudos de estados frágeis, no sentido, do reconhecimento de uma possível condição frágil nas estruturas de autoridade e das possíveis consequências desse fenômeno poderiam representar aos níveis, nacional, regional e global. Nesse sentido, o contexto das cidades frágeis como locos de instabilidade e fragilidade e na compreensão destas cidades como cenários de crises humanitárias e ameaças regionais e até globais, a ajuda humanitária encontra um novo viés que segundo Miklos e Paoliello (2016, p. 561) é representado em dilemas na comunidade internacional e abre caminho para analogias que possibilitariam uma decisão de intervenção nesses territórios, ou seja, intervenções humanitárias nessas cidades fragilizadas. Visto que para os autores “as intervenções humanitárias em ambientes urbanos replicam muito dos mesmos dilemas encontrados nas intervenções sob a lógica do estado frágil” (MIKLOS; PAOLIELLO, 2016, p. 561).

As cidades em crescimento do mundo são espaços-chave para o entendimento de um novo panorama que surge no pós-Guerra Fria com o advento de todo um aparato tecnológico e da modificação dos conflitos belicistas, nas quais as áreas urbanas se tornaram os para-raios da violência política do planeta. Segundo Graham, (2016, p. 66)

---

<sup>94</sup> “Dez anos depois da Chacina do Pan, moradores do Complexo do Alemão vivem sob violência cotidiana da Polícia”. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/dez-anos-depois-da-chacina-pan-moradores-complexo-alemao-vivem-sob-violencia-cotidiana-da-policia/>. Acessado em 12 nov. 2018.

guerra, como todo o resto, está sendo urbanizada, as grandes disputas geopolíticas atuais estão se reduzindo as cidades contemporâneas.

No processo de guerras dentro de nações e guerras entre nações se tornaram radicalmente indistintas, tornando os consagrados pares binários militar-civil cada vez menos úteis (APPADURAI, 2006, p.01). A devastação proposital dos espaços de existência urbana, por atores estatais ou não, continua acelerada. Ela é alimentada por transformações múltiplas e paralelas que definem o mundo pós-colonial e pós-guerra Fria. Nesse momento, determinados fatores e acontecimentos mostram a essencialidade do entendimento da militarização de atores urbanos. Na África, por exemplo, tem havido uma rápida urbanização, hiper concentração social, proliferação de grupos armados, conflitos por recursos naturais a níveis globais e com a perda do monopólio tanto da violência quanto de território, a coerção se torna um commodity a ser comprada e vendida. “A mão de obra militar é comprada e vendida em um mercado em que a identidade dos fornecedores e compradores não significa quase nada”, menciona Mbembe (2003, p. 32).

Assim como nos Bálcãs no começo dos anos 1990, a violência genocida contemporânea é muitas vezes atacada com tentativas deliberadas de urbecídio: a matança de cidades e a devastação de seus símbolos e arquiteturas de pluralismo e cosmopolitismo (BEVAN, 2006). Então, com muita frequência, as heterogeneidades e a fluidez da vida nas cidades atuais entram no escopo de um amplo espectro, conseqüentemente, esses fatores estão forçando o que o antropólogo Arjun Appaduri chama de “implosão de políticas globais e nacionais no mundo urbano”, um processo que levou a uma proliferação de guerras belicistas, violentas e, essencialmente, urbanas. Muitas delas, por sua vez, estimularam a construção de campos de refugiados equivalentes a cidades para acomodar as populações deslocadas (AGIER, 2002, p. 322).

“Os processos de destruição crítica movidos econômica, política e socialmente por meio do abandono e do remodelamento”, sugere Harvey (2003a, p. 26), muitas vezes são atos de guerra tão destrutivos quanto arbitrários. Para Graham (2016) boa parte de Baltimore contemporânea se equivale a uma zona de guerra comparável a Sarajevo. Dentre os teóricos urbanos o consenso que a mudança da operação de combate urbano moderno vai se tornar um dos principais desafios do século XX, nesse sentido, Kelly

Houlgate (2004) afirma que entre 1984 e 2004 dos 26 conflitos<sup>95</sup> que as forças armadas estadunidenses lutaram, 21 envolveram cidade e 10 deles foram exclusivamente urbanos. O foco das Forças Armadas estado-unidenses em operações na esfera urbana doméstica também está sendo fortalecido pela chamada Guerra ao Terror (CANESTRO, 2003) – que designa cidade dentro e fora dos EUA e suas principais infraestruturas como “campos de batalha”, vide os protestos de Los Angeles de 1992.

Relatos de “lições aprendidas” elaboradas depois do envio de militantes com o objetivo de conter os protestos em Los Angeles em 1992, por exemplo, atribuem o sucesso da missão ao fato de que o inimigo, a população local, foi facilmente manipulável dadas suas táticas e estratégias de batalha simples (COWEN, 2007, p. 01). As lógicas de instrumentos de alta tecnologia como drones eram, anteriormente, restritas a terra distantes, começam cada vez mais colonizar espaços domésticos da nação (GORMAN, 2008). A doutrina militar, de determinados países, também, passou a tratar lógicas de grupos armados criminosos como “insurgência urbana” ou “guerra de quarta geração”, fazendo referência fortemente ao que acontece nas ruas de Cabul ou Bagdá.

Assim, de modo importante, os paradigmas militares estado-unidenses de controle, monitoramento e reconfiguração violenta do urbano hoje em dia transpõem o binário tradicional interior/exterior de cidades dentro dos EUA versus cidades no resto do mundo. Em vez disso, as preocupações com “segurança”, que até recentemente dominavam discussões de política externa, agora emergem em espaços urbanos habituais, o que antes eram preocupações de segurança internacional tornam-se de segurança doméstica (WOOD; COAFFE, 2006, p. 503).

O militarismo urbano é um processo complexo e multidimensional e que envolve a normalização dos paradigmas militares de pensamento, de disciplinar agressivamente corpos e espaços considerados não adequados com noções masculinizadas e interconectadas de nação ou corpo. Esse militarismo urbano junta e embaralha os usos civis e militares das tecnologias de controle e monitoramento. Visto que as tecnologias de controle cujo objetivo original era o uso militar se tornaram fundamentais ao cotidiano e do consumo urbanos em cidades industriais desenvolvidas e, por outro lado, modificações comerciais dessas mesmas tecnologias estão sendo amplamente apropriadas pelos militares.

---

<sup>95</sup> Para Graham (2016) exemplos não faltam, as operações no Kosovo 1999, Beirute 1980, e diversas operações no Caribe e na América Central: Cidade do Panamá 1989, Granada em 1983, Porto Príncipe 1994, em Sarajevo – 1992 1995, na Geórgia e na Ossétia do Sul, 2008, em Israel e Palestina a partir de 1947.

Segundo Graham (2016, p. 126) cada vez mais por trás de cada momento social atua uma vasta gama de cálculos computadorizados<sup>96</sup> dispersos por uma matriz global de computadores, buscando padrões de comportamentos. Estes dispositivos criados estão a todo momento analisando comportamentos na tentativa de controle social por meio de sistemas tecnológicos que atravessam tempo e espaço. Segundo Méndez (2002), tem sido comum, desde o começo da Guerra Fria, para os EUA dedicar 80% de todos os gastos governamentais em pesquisa e desenvolvimento tecnológico para “defesa”, e assim:

Tecnologias como internet, realidade virtual, viagens a jato, mineração de dados, circuitos internos de segurança, engenharia espacial, controle remoto, micro-ondas, radar, posicionamento global, computadores em rede entre outros os quais facilitam as relações cotidianas, foram criadas com parte da elaboração de sistemas de controle militar (GRAHAM, 2016, p. 127).

Para Graham (2016, p. 127), esses exemplos de sistemas e técnicas demonstram uma insígnia militar manifestada em espaços urbanos globais. A cidade global não seria uma cidade global sem estar profundamente imersa nesses processos (BISHOP, s/d, p. 61). O novo urbanismo contemporâneo é que a destruição do distanciamento de binarismo tradicionais e antigos dos estudos de segurança, os binarismos dão lugar a sistemas sistemáticos colonizadores de segurança.

Taylor, (2004), menciona que resultado disso são as fronteiras em rápida militarização entre o Norte e Sul, uma “rede urbana mundial”, o complexo transnacional de cidades estratégicas, partes de cidades e infraestrutura destinadas a serem delimitadas, cercadas e reconstruídas como terrenos globais. Nessa lógica, a militarização urbana ocasiona em um urbicídio das cidades, eliminar e matar as cidades é uma consequência e ao mesmo tempo um objetivo para transformar espaços de mistura cosmopolita em locais homogêneos, demonizar locais, como não modernos, bárbaros, violentos, inseguros e patológicos da violência, para legitimar intervenções localizadas em prol da segurança.

---

<sup>96</sup> A permeabilidade das cidades contemporâneas à circulação transnacional significa que o sistema de controle eletrônico se torna as novas arquiteturas estratégicas da vida cotidiana. Esses suplantam cada vez mais, sem substituir totalmente, as arquiteturas confinadas ou os “espaços disciplinares”, prisões, escolas, clínicas, fábricas, asilos, quartéis, como Foucault. Em contraste, Gilles Deleuze atestou que, como os dispositivos de monitoramento e o controle eletrônico em rede hoje estão dispersos por toda a sociedade, a vida urbana cotidiana é regulada por uma noção de vigilância, escrutínio e cálculo eletrônico onipresentes. As sociedades contemporâneas, para ele, são sociedade de controle (DELEUZE, 1992, p. 03-07).

Logo, essa eliminação de pessoas e locais é um traço extremamente comum, ainda que muitas vezes ignorado, em áreas urbanas do Sul global, que as elites políticas e econômicas locais buscam reformar como “cidades globais” para transformá-las em uma Xangai, e assim legitimar esse planejamento como destruição (KIPFER e GOONEWARDENA, 2005). Acessórios supermodernos, estádios esportivos, complexos de apartamentos de luxo são inevitavelmente considerados mais adequados ao status global do que as favelas dilapidadas, construídas pelos moradores e muitas vezes “ilegais”, que abrigam os pobres urbanos. Ainda para esses autores, a proliferação contemporânea do urbidídeo reflete a mudança para um mundo em que a política da cidade é totalmente central para a produção e constituição de relações sociais. Em um mundo majoritariamente urbano, “a luta pela cidade agora coincide cada vez mais com luta por ordem social” (GEONEWARDENA e KIPFER, 2006, p. 28).

Conseqüentemente a isso, a arquitetura e o urbanismo emergem não apenas como um elemento-chave nos esforços, imperiais, neoliberais, cooperativos ou militantes, para produzir ou reorganizar o espaço urbano, mas também nas resistências e contra geografias que emergem em reação a tais intervenções. Pessoas não são números, elas têm cor, idade, gênero, histórias interrompidas a tiras e famílias desmanteladas pela violência policial. São, em sua maioria, tomando como referência o ano de 2014 no levantamento do ISP; homens 88,2%, jovens 33,5% que têm entre 18 a 29 anos, negros, pardos, que somados perfazem 67,7%. O Atlas da Violência de 2017 sobre os homicídios de negros destaca que:

De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras, jovens e do sexo masculino que continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra. [...] A partir de análises econométricas com base nos micro dados do Censo Demográfico do IBGE e do SIM/MS, mostraram que a tragédia que aflige a população negra não se restringe às causas socioeconômicas. [...] O cidadão negro possui chances 13,55 maiores de sofrer assassinato em relação a cidadãos de outras raças/cores, já descontando o efeito de idade, sexo, escolaridade, estado civil e bairro de residência ... A cidade do Rio de Janeiro é partida não apenas pela dimensão econômica entre ricos e pobres, ou na dimensão geográfica, mas também pela cor da pele ... Os negros respondem por 78,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo dos 10% com mais chances de serem vítimas fatais (IPEA, 2017, p. 30-31).

O estado do Rio de Janeiro mergulhou em uma crise financeira e política, em escândalos de corrupção do ex-governador Sérgio Cabral, denúncias contra Luiz Fernando

Pezão, atrasos de meses no pagamento de servidores, universidades sem recursos, hospitais fechando e ainda assim a área de segurança pública conseguia recursos para a manutenção de uma lógica bélica contra a população<sup>97</sup>, que é o caso das unidades de polícia pacificadora que será melhor trabalhado no capítulo seguinte. Na época a justificativa para a instalação desse programa era o combate ao crime organizado e ao terrorismo como prioridade, através da utilização pesada de forças e armamentos militares como suporte a ação da polícia. Para Azzi (2017, p. 594), o estabelecimento das unidades foi uma clara ação de reclamar a “soberania” nas favelas, e assim, estabelecer a presença do Estado. Segundo a autora, o discurso foi de estabelecer uma agenda de “segurança nacional” e fazer do caso uma oportunidade para a manutenção doméstica da integridade e proteção de ameaças externas dentro de uma retórica de pacificação.

Aqui, pacificação refere-se a um processo de colonização ou a uma operação militar com o objetivo de assegurar uma cooperação pacífica com a população de uma determinada área (NEOCLEOUS, 2011a, p. 33). Bem como, um papel social exercido pela polícia visando a uma população na implementação de práticas avançadas que permitem a construção de uma ordem social produtiva associada à manutenção da paz e na garantia da segurança (NEOCLEOUS, 2011a, p. 34).

Pacificação como termo foi utilizado pela primeira vez, nos Editos de Pacificação<sup>98</sup> de 1563 e 1570 e nos Editos de Nantes<sup>99</sup> de 1598, fazendo referência a um tipo de “ordem ou decreto promulgado por um monarca ou estado para pôr fim a conflitos ou descontentamentos” ou “uma instância para alcançar ou restaurar a paz; uma reconciliação, uma trégua, um tratado de paz” (OSCAN; RIGAKOS, 2014, p. 01). Em outras palavras, a pacificação tinha como significado uma ordem para acabar com descontentamentos e estabelecer a paz por decreto.

A pacificação nesse sentido foi amplamente utilizada no período da expansão colonial do século XVI e XVII para substituir a ideia de conquista. As preocupações dos impérios, à época, sobretudo pelo português e espanhol, em suas ambições de expansão territorial e, assim, passou-se a termo tomou proporções de uma forma de ganhar cora-

---

<sup>97</sup> “Rio De Janeiro tem quatro governadores presos e passa por crise na economia e na segurança”. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2018/11/rio-de-janeiro-tem-quatro-governadores-presos-e-passa-por-crise-na-economia-e-na-seguranca-10654094.html>. Acessado em: 10 nov. 2018.

<sup>98</sup> Também conhecido como edito de Amboise, assinado por Catarina de Médici e Carlos IX de França, para por um fim nas guerras Religiosas Francesas.

<sup>99</sup> Tratado assinado pelo rei da França Henrique IV para pôr garantir a liberdade religiosa aos huguenotes.

ções e mentes das populações e territórios conquistados (OZCAN; RIGAKOS, 2014, p. 01). Desta maneira, a ela é uma forma de poder de polícia, de “assegurar as inseguranças da ordem capitalista”. Essa concepção ajuda a entender as constantes de “guerras” ocasionadas, como já mencionado, por vários fatores inclusive a militarizada urbana. Assim, ela torna-se um conceito crucial para entender-se a segurança tanto na esfera doméstica quanto na internacional (NEOCLEOUS, 2011b, p. 191).

O ganho analítico que esse conceito traz é fundamental para entender as UPPs e a “guerra no Rio”, a configuração do estado e a política de gerenciamento das inseguranças. Nessa maneira, a pacificação pode ser um possível fio conector das ações do poder colonial com táticas de contra insurgência. Essa lógica pacificadora mostra que a dinâmica na guerra vai muito além da questão estratégica-militar, ela trabalha em duas frentes, ao mesmo tempo e sem sequência, agindo brutaemente no combate ao inimigo e, posteriormente, na forma de polícia, na forma de um projeto de segurança voltado à construção de uma nova ordem. Por isso Neocleous (2011b, p. 08) afirma que a pacificação é um movimento muito mais próximo à (re)construção de que a destruição, logo, ela deve ser entendida como uma grande engenharia social para (re)construir uma ordem social.

É nesse caminho que a pacificação se configura como uma tecnologia política para organizar a vida cotidiana da população em torno da produção e da reorganização do ideal capitalista de sistema (NEOCLEOUS, 2011b, p. 198). O conceito tem papel fundamental para compreender a força produtiva que a violência implica em assegurar o capital e as suas lógicas, a propriedade privada, a liberdade, a independência, e sobremaneira as percepções de segurança. Ainda para o autor a pacificação é uma forma de poder de polícia securitizando a segurança da ordem capitalista. A necessidade de “secure insecurity” é fundamental para o espectro capitalista, e a segurança é importantíssima para a ideia de pacificação, uma equação diretamente proporcional (NEOCLEOUS, 2011b, p. 193).

Talvez um dos mais importantes elementos na consolidação de um projeto de segurança através da pacificação é a polícia e o seu papel na manutenção da ordem social burguesa (NEOCLEOUS, 2000, p. 09). O poder de polícia vai muito além de unicamente na prevenção do delito mediante a aplicação da lei, ele é empregado de forma muito mais ampla do que a atuação na esfera criminal. Na verdade, ideia de poder polícia deve ser pensada como um conjunto de tecnologias e dispositivos utilizados para garantir a manutenção da ordem social burguesa (NEOCLEOUS, 2000, p. 92).



Um desses dispositivos utilizados pela polícia é a sua capacidade de atuar na prestação de serviços. A grande maioria das demandas da ação policial não são relacionadas ao delito e as atividades criminais, mas sim a prestação de serviços<sup>100</sup>. Assim para o autor tão importante quanto usar a força é prover os serviços que são considerados essenciais na administração da sociedade civil. Tanto a ideia de “serviço social”, como “Força policial”, serve para a manutenção da ordem, sendo que prover os serviços também é prover um tipo de ordem. Neste aspecto, Neocleous destaca que o debate sobre o sistema de polícia trata de maneira distinta e independente o entendimento sobre força/poder de polícia e serviço policial faz parte de uma falsa dicotomia. Esses dois mandatos, o da força de polícia e o de serviços fazem parte do mandato de manutenção da ordem (NEOCLEOUS, 2000, p. 94).

É dessa maneira que a criação da SESGE<sup>101</sup>, em virtude dos eventos que a cidade do Rio de Janeiro sediou em 2014 da Copa do Mundo e em 2016 dos Jogos Olímpicos, marcou uma nova etapa das atualizações produtivas no interior de engrenagem estatal para a preparação do país para os megaeventos e nessa lista adicionamos a elaboração de novas legislações ou de modificações da legislação vigente, como a Portaria Normativa nº 3461 do Ministério da Defesa ou as chamadas “Leis antiterrorismo”<sup>102</sup>.

Nesse contexto, o Ministério da Defesa está autorizado a realizar o planejamento para o emprego temporário das Forças Armadas para atuar: nas áreas de Defesa Aeroespacial, de Controle do Espaço Aéreo, de Defesa de Áreas Marítima, Fluvial e Portuária, de Segurança e Defesa Cibernéticas, de Preparo e Emprego, de Comando e Controle, de Defesa e Contra Terrorismo, de Fiscalização de Explosivos, Radiológicos ou Nucleares; em ações complementares, quando for o caso; e

<sup>100</sup> Mark Neocleous apresenta alguns números que sustentam essa ideia. Para o autor, em média, apenas entre quinze e vinte por cento de todas as chamadas para a polícia são sobre crimes e o que o público relata como crime no começo geralmente não são considerados crimes por parte da polícia que respondem. Estudos demonstraram que menos de um terço do tempo de serviço é dedicado a tarefas relacionadas ao crime; que, de acordo com os mesmos policiais, cerca de oito dos dez incidentes tratados pelas patrulhas de diferentes estações de polícia são considerados não-criminais; que a porcentagem de iniciativas policiais dedicadas às questões tradicionais de direito penal provavelmente não exceda dez por cento; que o tempo dedicado aos incidentes que são considerados "criminosos" representa apenas seis por cento do tempo do patrulheiro; e que a própria polícia só detecta um mínimo de crimes (NEOCLEOUS, 2000, p. 94).

<sup>101</sup> Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, criada em 2011 através do decreto nº 7.538. Para maiores informações acessar: <http://www.justica.gov.br/institucional/institucional>.

<sup>102</sup> Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33\\_m\\_10\\_glo\\_1\\_ed2013.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf). Acessado em: 22 dez. 2018.

em outras atribuições constitucionais das Forças Armadas, tem todas as cidades-sede, durante os Grande Eventos. [...]. Com base na Lei nº 12.663, de 5 de julho de 2012, que dispõe sobre as medidas relativas À Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo da FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude de 2013, que serão realizadas no Brasil, o Ministério da Defesa poderá autorizar o uso de Aeródromo Militares para embarque e desembarque de passageiros e cargas, trânsito e estacionamento de aeronaves civis, mediante Termo de Cooperação próprio, que deverá prever recursos para o custeio das operações aludidas (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2012).

Durante o ano de 2013 foram atualizadas diferentes técnicas de repressão de manifestações, em especial aquelas realizadas em territórios de favelas e periféricas dos grandes centros urbanos, como em São Paulo<sup>103</sup>. O Rio de Janeiro é cenário privilegiado para destacar casos emblemáticos deste tipo de repressão, especialmente em função da sistematicidade dessas ações pautadas pela violência institucional nas áreas que configuram o corredor de segurança para os megaeventos na cidade, através do qual definidas as instalações de um número significativo de UPPs.

A repressão militarizada dos protestos protagonizados pelos moradores das áreas, nas quais foram instaladas as unidades pacificadoras, a repressão foi marcada pela conjunção da utilização de armamento letal e armamento dito não letal ou menos letal. Este último, quando não fornecido aos agentes pela repartição na qual atuam, vem sendo adquirido inclusive por meio próprios por aqueles policiais que consideram tal equipamento indispensável para a atuação nas favelas ocupadas. Nessas operações repressivas são acionadas as unidades de polícia que, a princípio, não fazem parte da composição original da ocupação militarizada dos territórios nas favelas onde as unidades estão instaladas. Tanto o Batalhão de Operações Especiais, como o Batalhão de policiamento de Choque, o Batalhão de Ações com Cães ou batalhões por área, ou de unidade da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro como a CORE, vem sendo utilizados nesses tipos de situações.

Segundo Daiene Mendes, moradora do Alemão, a uma reportagem para o jornal *The Guardian*<sup>104</sup> menciona o seguinte:

<sup>103</sup> “junho de 2013: as manifestações nas manchetes do G1”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/junho-de-2013-as-manifestacoes-nas-manchetes-do-g1.ghtml>. Acessado em: 03 dez. 2018. e “Protestos e repressão acirram tensão em São Paulo”. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130604\\_protestos\\_saopaulo\\_mdb\\_dt](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130604_protestos_saopaulo_mdb_dt). Acessado em: 03 dez. 2018.

<sup>104</sup> “A visão das favelas: ‘O legado para Rio deveria ser paz, mas estamos em guerra’”. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2017/aug/19/a-visao-das-favelas->

Depois das Olimpíadas, eu e os moradores do Complexo do Alemão, convivemos com 218 dias pensando em alternativas para que o terror acabasse, 218 dias sentindo medo de realizar uma ação cultural na praça, reunir as pessoas fora de suas casas e um intenso tiroteio acontecer sem aviso prévio, sem a chance de se proteger. Foram 218 dias de medo. O Brasil teve os olhares e investimentos do mundo inteiro quando sediou, em um intervalo de 10 anos, três megaeventos esportivos, mas fracassou na proposta de legado que foi feita para os jogos Pan-Americanos, em 2007, para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Eu ouvi muitas vezes que a segurança e a paz seriam um legado eterno para a cidade do Rio de Janeiro, mas não ouvi dizer sobre o quanto a ideia de trazer paz, por meio da guerra, prejudicou a vida das pessoas que moram nas favelas.

As operações das Forças Armadas<sup>105</sup> vêm diminuindo seu intervalo de tempo, observando que em 10 anos houve 12 operações realizadas e sempre como alvo de favelas cariocas. As operações para garantir a ECO-92 em 1992, realizado pelo Comando Militar do Leste para realizar a segurança de chefes de Estado estrangeiros e participantes dos eventos. Depois da ECO-92<sup>106</sup> houve a Rio I em 1994 e a Rio II em 1995<sup>107</sup>, e de lá pra cá foram mais 4 operações entre 1997 e 2007. Após esse período o esforço se concentrou nas instalações das UPPs, depois Copa do Mundo e Olimpíadas, chegando em 2010 e 2012, com a emblemática ocupação do morro do Alemão e da Penha, a Operação Arcaño<sup>108</sup> a qual deu vez a mais prolongada ocupação militar urbana da histórica brasileira.

Em dezembro de 2007 quando centenas de homens do Exército instalaram-se no morro da Providência para cumprir um “convênio” ou “acordo” entre os Ministérios da

---

rio-de-janeiro-olimpicos-o-legado-para-rio-deveria-ser-paz-mas-estamos-em-guerra. Acessado em: 01 dez. 2018.

<sup>105</sup> Rio I e II, 1994 e 1995, nessas duas operações “o Exército empregou nas favelas cariocas a tática conhecida no jargão militar como a do martelo e da bigorna, que consistem em cercar o inimigo com tropas e pressioná-lo com a ação de grupos de elite da corporação, além do trabalho da inteligência militar, que seleciona os alvos preferenciais, 13 favelas foram ocupadas” (Jornal o Globo, 15 mai. 2006).

<sup>106</sup> Relembra ações das forças armadas no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/relembre-algumas-acoes-das-forcas-armadas-no-rio-de-janeiro-4583428>. Acessado em 02 set. 2018.

<sup>107</sup> Para maiores informações das operações Rio I e Rio II acessar: “A história das operações e planos de segurança no Rio: três décadas de fracassos.” Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632\\_353673.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632_353673.html). Acessado em 01 set. 2018.

<sup>108</sup> Para entender mais sobre essa operação, ver: <https://www.defesa.gov.br/noticias/93-trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alemao-e-exemplo-de-devocao-a-cao-publica-diz-amorim>. Acessado em 23 dez. 2018.

Defesa e das Cidades que visava oferecer “garantias” à execução de um projeto de reforma de casas denominado “Cimento Social”, vinculado ao pastor e senador da República Marcelo Crivella (PRB-RJ). Pouca visibilidade obteve o ocorrido, apesar de várias denúncias por parte dos moradores de violações de direitos fundamentais e de iniciativas de questionamento por parte de entidades políticas ou figuras públicas a respeito da constitucionalidade e do significado da inusitada participação do Exército.

Neste mesmo sentido, uma “indústria da insegurança” surge e se alimenta dos riscos do capitalismo globalizado. Consequentemente, o controle social hightech começa a se tornar parte dos gastos públicos com gestão de segurança e privatização dos serviços de vigilância, monitoramento e gestão da informação. Não é por falta de coincidência que esses fenômenos florescem paralelamente através das difusões de noções fundamentais de organização social, econômica e política diária, a hiper-desigualdade e a militarização urbana sustentadas pela neoliberalização urbana são mutuamente reforçados. Assim, enfrentamos uma securitização urbana como lógica de vitrine de loja para os florescentes mercados de segurança, cercados de uma poderosa união entre as relações público-privado ou até mesmo uma privatização das dinâmicas de segurança urbana dentro de um panorama que não encontra barreira entre local e global (GRAHAM, 2009, p. 145-147).

Para Caldeira (2000) o medo da violência ou inseguranças promove a criação de formas urbanas voltadas não apenas para proteger, mas também, para segregar. Como exemplo disso, os espaços comunitários, “zonas residências” no México (ZAMORANO; CAPRON, 2013, p.145), ou os “barrios cerrados” na Argentina são considerados pelos muros altos que “protegem” a propriedade, assim, como o controle de acesso baseados em tecnologias de vigilância por vídeos, sistema de impressões digitais e cartões de identificação. Arquitetura desses espaços é de homogeneidade e fortemente influenciada por um padrão exterior, essencialmente, norte-americano dos modelos de subúrbios de classe média, assim, a importação não é somente de um modelo físico, mas também, sociológicos. Esse fenômeno pode ser compreendido como expressão política quase militar ou quase feudal (ARTEAGA, 2011).

Cerqueira (2015, p. 198) afirma que as formas urbanas securitizadas<sup>109</sup> são um reflexo da codificação da segurança nas cidades neoliberais e da pressão de um “medo”

---

<sup>109</sup> Dentro desta ideia, o espaço e sua configuração serão um grande indicador de processos globais securitários que se manifestam nas dinâmicas urbanas de forma clara e concreta, nesse sentido, os enclaves residências, associados aos shopping centers, complexos de escritórios e

no setor imobiliário para oferecerem propriedades securitizadas e para a autora se as instituições não têm condições para bancar a segurança aos cidadãos, eles acabam por bancar sua própria segurança, seja por meio de condomínios fechados, companhias de segurança privadas ou sistemas de vigilância. As cidades estão se tornando cada vez mais vigiadas e segregadas, com a propagação de tecnologias de vigilância pelo tecido urbano. Essa vigilância se tornou uma lógica do planejamento predatória, lógica ligada a uma militarização privada e a securitização (CERQUEIRA, 2015, p. 199). Assim, certas cidades são imunidades por um incremento radical das técnicas de rasteio, vigilância e monitoramento centrados tanto nas arquiteturas de circulação e mobilidade, infraestrutura, como nos espaços da vida cotidiana (GRAHAM, 2011, p. 21).

A difusão de novas práticas securitárias é, frequentemente, interpretada com a possível reação à violência nas grandes cidades. A partir dessa percepção de um aumento (real ou simbólico) da violência nas grandes cidades, a segurança se torna uma mercadoria a qual é consumida e adquirida. Para Melgaço (2010) essa difusão é um processo de implantação de mecanismo e formas urbanas visando alguma forma de segurança. Além da simples proteção através de barreiras físicas há todo um aparato tecnológico a fim de controlar os espaços urbanos, nesse sentido, o discurso securitário emerge como um objeto proeminente de promoção imobiliária nas metrópoles, e argumentos são articulados a uma “psicoesfera do medo” segundo Melgaço (2010, p.105) e legitimam o controle, aliado ao discurso da promoção da segurança.

Os projetos securitários agem como uma resposta ao medo e muitas vezes a desinformação que fortalecem as condições de segurança, e desse modo, gera uma indiscriminada multiplicação do discurso e da midiática das representações de insegurança. (BILLARD et al, 2005). A criação do imaginário coletivo permeia a retórica de combate à insegurança e contribui para a mercantilização do medo, mais do que uma securização concreta de espaços um sentimento de segurança, de uma garantia diante dos riscos; o que Caldeira (2000, p. 336) chamou de “obsessão por segurança”.

---

outros ambientes com controle privado, mostram-se como uma nova organização diferenças dentro de uma lógica de segregação. Segundo Caldeira, (1997, p.164), esses enclaves residenciais, conceito da autora, se apresentam por meio de instrumentos tais como: grandes barreiras físicas que separam e criam espaços vazios, sistemas privados de segurança baseados no controle e vigilância para garantir a homogeneidade social e o isolamento, o desenho e organização excludentes voltados para o privado e o interno negando a vida pública do resto da cidade, dessa forma, os enclaves privados e a segregação produzem a negação da urbe como espaço público.

Segundo Amar (2013), nas conjunturas urbanas atuais e nos grandes centros há a presença de “arquipélagos de segurança” compostos de áreas consideradas seguras, como os condomínios de luxo fechados, aliados as práticas e táticas modernas de controle e vigilância da modernidade tecnológica. As cidades do medo<sup>110</sup> possibilitaram a legitimação de várias medidas de repressão, policia ostensiva, etc. (AMAR 2013, p.134). E nesse sentido, desde os anos 1990, várias dinâmicas urbanas conflituosas tomam conta do panorama nacional e internacional, as quais estimularam o crescimento de análises por parte de uma literatura especializado interdisciplinar e multidisciplinar, como por exemplo, os estudos de violência nas áreas urbanas ligadas a dimensões transterritoriais e fronteiriças (GRAHAM, 2011). A necessidade de articular esses variados níveis de análise dando ênfase na centralidade do aspecto urbano, e da preocupação crescente da segurança internacional em combater às “inseguranças urbanas”, como possível fonte desestabilizadora de uma ordem, seja ela, nacional ou internacional (SASSEN, 2010).

O novo militarismo urbano trabalha com uma grande capacidade de erodir os binarismos legais e geográficos que separam o interior e o exterior das nações, escalas locais de escalas globais e da distinção entre policiamento, mobilização militar e serviços de inteligência, assim, procura integrar e interagir a dinâmica urbana do cotidiano com dinâmicas do exterior, confundindo os dois meios em um só pela justificativa da necessidade de combater os, assim, estabelecidos inimigos à segurança. Dessa maneira, os modelos militarizados sustentam cada vez mais novas concepções de doutrina e tecnologia de aplicação da lei, bem como vigilância, treinamento, simulação e assistência a desastres (KRASKA, 2001). Seguindo nessa mesma ideia a doutrina militar começa a estabelecer distintas classificações aos iminentes conflitos que ocorrem no meio urbano; “guerra urbana”, “operações militares em terreno urbano”, “operações irregulares”, “conflitos de baixa intensidade” entre outras tantas demonizações, logo, como Peters (1997, p. 51) coloca que o futuro da “warfare” reside nas ruas, nos parques, nas avenidas, ou seja, nas cidades.

Para Graham (2015, p.70), a militarização e a securitização urbana sustentada pelo neoliberalismo se retroalimentam, fenômeno que pode ser evidenciado mais claramente com o a proliferação de corporações militares privadas e mercenárias. A chamada

---

<sup>110</sup> Percepções do medo que permeiam as relações sociais dentro das cidades, a criação e vinculação de errôneas percepções de insegurança ou até mesmo falsas, moldam as cidades, também, estão ligadas a generalização da violência urbana num contexto de sensacionalismo midiático criado por dinâmicas inerentes ao capital, ou seja, generaliza-se determinados acontecimentos alocando a atenção para algo, que muitas vezes, não procede na realidade.

“indústria de pacificação<sup>111</sup>” no Rio de Janeiro é vislumbrada, principalmente, a partir da implementação das UPPs que traduzem a imagem de segurança como ataque e brutalidade levada às favelas. Recentemente, determinadas políticas neoliberais privatizantes se traduzem, primordialmente, na segurança pública pelas PPP. Para Ferraz et al (2017) e Graham (2016) são modelos internacionais de privatização de guerras (não no sentido interestatais, mas no sentido de conflitos belicosos) reproduzidas de alguma forma em âmbito urbano local, logo, esse processo de militarização do urbano é visualizado em alterações na organização como um todo.

Dessa maneira, a partir dos anos 2000 com as repercussões dos processos econômicos e sociais em relação às potências globais, estratégias militares de grandes corporações de segurança, importadas do mercado internacional foram aplicadas em nível local. Esse movimento foi possibilitado pela globalização, as estratégias de terceirização nos campos de batalha, de privatização dos serviços de informação e é o que possibilita suporte à aplicação da mesma lógica na organização dos mercados de segurança e proteção nas metrópoles mundiais.

### 3.1 Tecnicidades militarizadas de controle e vigilância: um processo global da indústria da segurança

A realização de um megaevento internacional necessariamente implica no estabelecimento e no esforço de uma série de fluxos de troca e circulação, de pessoas, mercadorias, capitais, expertises, riscos e muitas promessas. Desde os acontecimentos dos 11 de setembro de 2001 há um grande aumento no padrão de fluxos no campo da segurança (GIULIANOTTI e KLAUSES, 2009), e uma ênfase na aquisição de tecnologias de informação e comunicação utilizadas em infraestruturas de controle, vigilância e monitoramento (SAMATAS, 2011).

---

<sup>111</sup> Tendo em vista os desdobramentos contemporâneos da atuação do mercado de segurança global, Graham (2015) chama esse modelo militar-privado de indústria da pacificação, com o maior exemplo no caso do Rio de Janeiro com as UPPs. Dessa forma, exemplo dessa reorganização estrutural é o aumento do número de empregados envolvidos na segurança particular nas cidades. Olhando para o quantitativo entre o público e o privado, há uma clara estratégia global de terceirização e regulamentação aos contingentes envolvidos na segurança.

Para exemplificar esse panorama que se criou, em abril de 2017, o Rio de Janeiro sediou a LAAD Defense & Security conhecida como a mais importante feira de defesa e segurança da América Latina, a qual contou com a presença de mais de 600 marcas expositoras de armas, equipamentos bélicos e outras tecnologias destinadas às Forças Armadas, Forças Policiais e Especiais, e para consultoria, segurança corporativa e agências governamentais. Além disso, a cidade possui uma representação direta da DEA, a agência estadunidense de combate ao tráfico de drogas. Esses dois fatos isolados parecem dizer nada, porém, juntos colocam a cidade do Rio de Janeiro em destaque em uma dinâmica global de reprodução de um modelo militar de segurança nos territórios da cidade (MENDES, 2017).

No ano dos Jogos Olímpicos foi realizada a LAAD no Rio de Janeiro com o seminário intitulado “Segurança Integrada”. Segundo a própria organizadora do evento e em seu site<sup>112</sup>, o evento contou com mais de 8 mil visitantes, 115 marcas expositoras de 12 países, 157 congressistas, 32 palestrantes e mais de 400 autoridades nacionais, 10 delegações oficiais da América Latina, e 116 jornalistas. Países como Argentina, Chile e Colômbia estiveram entre as delegações oficiais. Os dados apresentados pela organização mostram que do total de visitante, 22% eram das Forças Armadas, 28 % da Segurança Pública, e 31% da Segurança Privada. Dos dados disponíveis sobre o interesse dos visitantes pela feira internacional de segurança é bastante nítido a procura por munições e armamentos com 62%, das respostas, porém o dado mais pertinente é o da procura por treinamento e consultoria que chegam a 32%<sup>113</sup>.

A cada ano o tema sofre revezamento entre edições de “defence”, com maior presença de fabricantes de armamento e veículos de guerra, e “security”, menor e mais focada em soluções tecnológicas e vigilância para a segurança pública. A LAAD de 2016 foi realizada no Rio De Janeiro – com o tema Segurança Integrada, fazendo clara referência ao Plano de Políticas de Segurança Integrada lançado pelo governo federal para os esquemas de ações durante os Jogos. Fábio Teixeira<sup>114</sup> acompanhou a LAAD em 2016 e relatou que “pessoas faziam fila para fazer selfies com armas, um fabricante

---

<sup>112</sup> Para maiores informações acessar:

[http://laadsecurity.com.br/files/images/psr/PSR\\_Infografico\\_PT\\_low\\_site.pdf](http://laadsecurity.com.br/files/images/psr/PSR_Infografico_PT_low_site.pdf).

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> “Reconhecimento facial e redes sociais monitoradas: as armas da ABIN contra a ameaça do Estado Islâmico ao Brasil?”. Disponível em: [https://www.vice.com/pt\\_br/article/pgewgb/reconhecimento-facial-e-redes-sociais-monitoradas-as-armas-da-abin-contra-a-ameaca-do-estado-islamico-ao-brasil](https://www.vice.com/pt_br/article/pgewgb/reconhecimento-facial-e-redes-sociais-monitoradas-as-armas-da-abin-contra-a-ameaca-do-estado-islamico-ao-brasil). Acessado em: 02 dez. 2018.



brasileiro mostrava soluções ecológicas para lidar com o acúmulo de projéteis em estantes de tiro”. Segundo ainda o repórter, a grande tendência da feira naquele ano era o reconhecimento facial, varredura de mídias sociais, interceptação e extração de dados de celular. Como por exemplo o Command Central Aware Social<sup>115</sup>, da Motorola Solutions que varre constantemente a internet em busca em todas as publicações públicas do Twitter, Facebook, Instagram etc, ele filtra e elenca em um mapa as postagens através de um sistema geolocalizado num mapa. Outro sistema é o Brief Cam Syndex<sup>116</sup>, que tem a capacidade de localizar um suspeito através de uma roupa de determinada cor e formato através das câmeras disponíveis no sistema. O Neo Face Watch sistema de reconhecimento facial a partir de uma ferramenta de verificação da face e que procura em um determinado banco de dados, como em redes sociais ou até mesmo na Deep Web. O software pega a foto da pessoa e transforma ela em um código digital de matrizes e vetores, então vare a rede atrás daquela codificação procurada.

Na LAAD de 2016, a cidade palco dos megaeventos, também tentou visualizar os próximos eventos internacional que a mesma possa sediar. Nessa mesma cidade de eventos esportivos para o mundo, os casos de homicídios cometidos pela polícia em serviço chegam a ser 20% do total, segundo dados da Anistia Internacional. O evento contou com 600 expositores diferentes de todo o mundo no ramo de armas, equipamentos bélicos e outras tecnologias para o fomento de negócios junto às Forças Armadas, Forças Policiais e Especiais., consultorias, segurança corporativa e agências governamentais. Segundo Maren Mantovani (INSTITUTO PACS, 2017, p. 11), coordenadora de relações internacionais da campanha Stop the Wall (campanha pelos direitos da população da Palestina), possíveis conexões podem ser feitas com a cidade e os processos globais; 1) o treinamento de forças especiais como o BOPE, 2) a venda de armas e tecnologias para as polícias e 3) a estruturação do controle e da vigilância da cidade como um todo.

Maren lembra que os centros de controle e comando são modelos seguindo experiências que se tem em Gaza, na Palestina. Centros de monitoramento foram instalados no Brasil para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos e em 2013 o Rio venceu o prêmio Wolrd Smart City 2013, segundo Cecília Oliveira, jornalista e especialista em segurança pública, vê com cuidado a cidade ser cada vez mais vigiada, sem nenhuma

---

<sup>115</sup> Para ver mais acessar: [https://www.motorolasolutions.com/en\\_xu/products/command-center-software/command-and-control/commandcentral-aware.html#taboverview](https://www.motorolasolutions.com/en_xu/products/command-center-software/command-and-control/commandcentral-aware.html#taboverview).

<sup>116</sup> Para maiores informações ver: <https://www.briefcam.com/>.

transparência sobre isso. Não se sabe o que, como, nem quando está sendo vigiado e nem o que está sendo feito com os dados obtidos com isso (INSTITUTO PACS, 2017, p. 12).

Ainda segundo Maren (INSTITUTO PACS, 2017, p.12), essas tecnologias de controle e repressão são testadas em lugares como Palestina e Bagdá, para depois serem usadas em territórios de “guerra de baixa intensidade” como no Rio e em outras cidades. Segundo ela, as tecnologias e ideologias utilizadas são as mesmas encontradas em Londres, Bruxelas, Paris, Baltimore para reprimir movimento da população excluída e suas reivindicações. Exemplo disso, foi em 2013 uma arma sônica que causava dores nos ouvidos e que foi utilizada contra indígenas que se recusavam a deixar a Aldeia Maracanã na cidade do Rio de Janeiro. Exemplo disso também é que em março de 2016<sup>117</sup>, a polícia militar de São Paulo, pela primeira vez utilizou blindados israelenses para reprimir manifestantes. 14 blindados israelense que eram previstos para combater e conter os atos violentos durante a Copa do Mundo, em março de 2015<sup>118</sup>. Por coincidência ou não, momentos como a feira LAAD são ocasiões-chave para a troca de informações e tecnologias globais de repressão. Para corroborar com a afirmação olhando para a programação da feira realizou palestra e treinamento sobre o monitoramento e combate ao terrorismo e danos patrimoniais e discussões sobre modelo mundial de integração em segurança pública.

A LAAD pode representar uma consequência e exemplo de uma lógica que Graham denomina de “efeito bumerang” a partir do aporte de Michael Foucault na obra *Em Defesa da Sociedade* – na qual explora a colonização em curso, explica por qual forma a formação das colônias envolveu uma série de experimentos políticos, sociais, geográficos que, depois, frequentemente foram usados no Ocidente (GRAHAM, 2015, p. 67). Graham argumenta que um novo conjunto de efeitos bumerangues está permeando o tecido das cidades e da vida urbana. Operações em segurança nos megaeventos esportivos internacionais ou em cúpulas políticas servem como espaços de treinamento e testes de tecnologias e técnicas, as quais serão comercializadas para o mercado de segurança global. Os modelos colônias de militarização, controle e pacificação, desenvolvi-

---

<sup>117</sup> “Pela 1ª vez, PM usa blindado com jato d’água para dispersar protesto em SP”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/pela-1-vez-pm-usa-blindado-com-jato-dagua-para-dispersar-protesto-em-sp.html>. Acessado em 01 nov. 2018.

<sup>118</sup> “PM terá blindados com jatos d’água, gás e até tinta em manifestações” por Kleber Tomaz. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/pm-tera-blindados-com-jatos-dagua-gas-e-ate-tinta-em-manifestacoes.html>. Acessado em: 02 dez. 2018.

dos para os territórios do Sul Global chegam às cidade das terras capitalistas do Norte; a ação agressiva e militarizada da polícia contra manifestações sociais em Londres, Toronto, Paris ou Nova Iorque usam as mesmas armas “não letais” que exércitos israelenses em Gaza ou Jenin; a construção de “zonas de segurança” ao redor de centros financeiros estratégicos em Londres e Nova Iorque ecoam medidas usadas na Zona Verde em Bagdá ou na Cisjordânia estão sendo vendidos ao redor do mundo como soluções de segurança (GRAHAM, 2015, p. 68).

Com novo urbanismo militar, Graham (2016) propõe explorar esse novo urbanismo como uma constituição dos cotidianos seja nos grandes centros metropolitanos no Ocidente quanto nas cidades das fronteiras coloniais no Sul Global. Para o autor a militarização da sociedade civil seria a extensão das práticas militares para espaços e circuitos sociais cotidianos, fazendo a guerra e a preparação para ela fatos normalizados. Trata-se, segundo Souza (2008), uma militarização da questão urbana, que se difundiu usando a metáfora de guerra como dominante nas narrativas sobre as sociedades urbanas: guerra contra às drogas, contra o crime organizado, contra o terror, etc. na cidade do Rio de Janeiro esse clima social belicista é bastante comum e há tempos marca presença na cidade maravilhosa.

Drones israelenses<sup>119</sup> passaram a ser usados por polícias em várias partes do mundo; operadores das prisões estadunidenses de segurança máxima se envolveram na organização do encarceramento e tortura que tiveram origem na “guerra ao terror”; corporações militares privadas monopolizam os contratos de “reconstrução” tanto no Iraque quanto em Nova Orleans pós-Katrina<sup>120</sup>. Especialistas israelenses em controle populacional são procurados por aqueles que planejam operações de segurança para grandes eventos; mísseis guiados e exercícios privados de segurança para grandes eventos como as Olimpíadas, Copa do Mundo, reuniões do G20 e encontros políticos; e até políticas do “atirar para matar” desenvolvidas para confrontar riscos de atentados suicidas em Tel Aviv e Haifa são utilizadas por forças policiais em outras cidades, procedimento

---

<sup>119</sup> O governador eleito do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), deve ir para Israel para conhecer tecnologias que utilizam drones capazes de efetuar disparos. A ideia de Witzel é trazer essa tecnologia para a segurança pública do estado. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/03/witzel-deve-ir-a-israel-conhecer-tecnologia-de-drones-que-efetuam-disparos.ghtml>. Acessado em: 16 dez. 2018.

<sup>120</sup> Para Graham (2011, p. 62), uma das principais características do militarismo contemporâneo da vida urbana é a extensão sem precedentes em que os usos de tecnologias civis ou militares para controle e vigilância se confundem, tornando a fronteira entre civil e militar cada vez menos clara

que inclusive levou a morte do brasileiro Jean Charles em Londres em 2005 (GRAHAM, 2015, p. 68).

O Brasil contou, durante os Jogos Olímpicos, com a ajuda de um satélite de tecnologia israelense chamado de Eros-B com capacidade de definição de imagem de até 50 centímetros do solo em um espaço de 450 quilômetros quadrados. Segundo o ex-ministro da Defesa e o ex-ministro da Segurança Pública Raul Jungmann, o satélite iria operar durante os jogos em uma altitude de 450 mil metros, para monitorar objetos, pessoas, automóveis, mercadorias e deslocamentos de veículos suspeitos. Segundo o acordo entre Brasil e Israel o satélite ficaria disponível para o uso brasileiro durante seis meses e, futuramente, apoiaria à fiscalização das fronteiras<sup>121</sup>.

Nessa perceptiva, a Israeli Security and Defense Systems (ISDS) presta treinamentos para agentes de forças policiais e militares ao redor. No caso brasileiro, dentro dos participantes está o Batalhão de Operações Policiais Especial do Rio de Janeiro (BOPE). A empresa foi fornecedora oficial dos Jogos Olímpicos 2016, através de um contrato com o Comitê Organizador Rio 2016, a empresa utiliza do evento como vitrine para seus negócios, ela tinha espaço para propagandear suas técnicas e tecnologias para todo o mundo em troca de fornecimento de equipamentos de segurança. No caso da América Latina, nos anos 1980, a ISDS foi fundada por agentes do serviço secreto israelense e foi acusada de ter treinado militares durante as ditaduras em Guatemala e El Salvador e os contra nicaraguenses, no México, fornecera treinamento antiterrorista a uma força especial policial. Em 2016, no contexto das Olimpíadas mostrou-se uma vitrine global de promoção e repressão, seja na Palestina, seja na América Latina, ou das favelas do Rio de Janeiro à Nicarágua. Segundo Thiago Mendes, a ISDS é um símbolo de uma dinâmica de troca de experiências globais entre as forças militares e policiais mais brutais do mundo, segundo o autor, é a globalização da repressão (MENDES, 2017).

Além disso, outro exemplo é a empresa Academi, antiga BlackWater, a qual treinou policiais militares brasileiros e agentes da Polícia Federal, sendo que a empresa havia ficado conhecida por agir como exército estadunidense nas Guerras do Iraque e do Afeganistão, envolvida com polêmicas e acusações de homicídios civis (MELLO, 2014). O curso para os brasileiros foi bancado, segundo Valente (2016, p. 126), pelo governo dos EUA como parte de um programa de intercâmbio entre as forças policiais

---

<sup>121</sup> Satélite vai ajudar na segurança dos Jogos Olímpicos”. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-06-21/satelite-vai-ajudar-na-seguranca-dos-jogos-olimpicos.html>. Acessado em: 12 ago. 2018.

dos dois países. Dessa maneira, a indústria da segurança é destacada pois o fato de que as mesmas empresas de segurança frequentemente vendem, estabelecem e operam as técnicas do novo urbanismo militar tanto nas zonas de guerra quanto nas cidades. Exemplo disso é a G4S<sup>122</sup> a maior companhia de segurança privada, com mais de 600 mil empregados e que faz segurança desde prisões e centros de detenção a embaixadas e aeroportos, operando em 125 países. Em 2008, o grupo comprou a companhia mercenária Armor Group e passou a realizar operações no Iraque; em 2012 foi a principal contratada para a segurança das Olimpíadas de Londres, que inclusive, segundo Booth e Hopkins (2012) foi considerada um fracasso tendo que as forças britânicas de segurança a necessidade de intervir no evento.

A ação integrada para a segurança nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos é formada por três eixos; segurança pública, defesa e inteligência, as quais são baseadas no Plano Estratégico de Segurança Integrada<sup>123</sup>. Neste plano, o esquema contou com 88 mil profissionais que participaram nos dias de jogos e eles foram responsáveis pela segurança das instalações de competição, hospedagem e de comunicação. O número inclui ainda 18.500 policiais militares e 1.822 policiais civis do Rio de Janeiro, além das Forças Armadas com 41 mil militares. O Plano publicado em 2015 possui os principais cenários de riscos como; ações violentas praticas durante manifestações sociais, criminalidade e violência urbana, comprometimento do sistema de mobilidade, comprometimento aos serviços essenciais, ataques cibernéticos, fenômenos naturais, além de incidentes e catástrofes<sup>124</sup>. Para reforçar a segurança, policiais estrangeiros estiveram no Brasil, mais de 250 policiais de 55 países trabalharam em Brasília e no Rio de Janeiro, no âmbito do Centro de Cooperação Policial Internacional<sup>125</sup> (CCPI) chefiado pela Polícia Federal<sup>126</sup>.

---

<sup>122</sup> Para saber mais, acessar: <http://www.br.g4s.com/pt-br/a-g4s/g4s-no-mundo>. Acessado em: 01 nov. 2018.

<sup>123</sup> Disponível em: <http://www.abin.gov.br/grandes-eventos/olimpiadas-rio-2016/plano-estrategico-de-seguranca-integrada-pesi/>. Acessado em 01 dez. 2018.

<sup>124</sup> “Segurança par aos Jogos Olímpicos terá 88 mil agentes”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-08/seguranca-para-os-jogos-olimpicos-tera-88-mil-agentes>. Acessado em 12 dez. 2018.

<sup>125</sup> O CCPI faz parte do Sistema Integrado de Comando e Controle implementado pela Secretaria Extraordinária de Segurança para os Grandes Eventos (SESGE). Durante os Jogos Olímpicos, o trabalho do CCPI foi conduzido pela Polícia Federal contando com mais de 250 policiais de 55 países. “Segurança Centro de Cooperação Policial Internacional”. Disponível em:

<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2016/08/pf-inaugura-centro-de-cooperacao-policial-internacional.1>. Acessado em 12 dez. 2018

O Plano de Segurança Integrada inclui ainda um Centro Integrado de Antiterrorismo<sup>127</sup> (CIANT), um novo centro de enfrentamento ao terrorismo o qual é resultado da maior operação policial no combate ao terrorismo brasileira. A participação do Brasil começou em 2015 quando o mesmo iniciou suas atividades no Programa de Observadores no qual observaram e se capacitaram em eventos anteriores aos Jogos, como nos Jogos Europeus no Azerbaijão. Ainda o CCPI, legado da Copa do Mundo de 2014, colaborou com as ações para evitar ações terroristas durante os jogos, contando com mais de 50 países e instituições multilaterais como a Interpol. E na área de Defesa as ações de antiterrorismo<sup>128</sup> tiveram a ação do Comando Centralizado de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT), além da ajuda do Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros (CISE), que contou com a representação dos serviços de inteligências de cerca de 100 países, incluindo o CIA, dos Estados Unidos da América<sup>129</sup>.

Ainda nesse sentido, durante a realização dos Jogos Olímpicos agentes de 70 países foram à cidade carioca. Nesse movimento, países como os Estados Unidos da América formam escritórios no Rio, israelenses, franceses, russos e americanos estavam no Centro de Inteligência dos Jogos e tiveram informantes nas ruas cariocas. A Polícia Militar recebeu um curso de treinamento de como aumentar a percepção para casos que chame a atenção na rua, ministrado pelos EUA. Aliado a isso o FBI teve importante par-

---

“Polícia Federal intensifica ações de cooperação policial internacional”. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2018/08/policia-federal-intensifica-acoes-de-cooperacao-policial-internacional>. Acessado em: 12 dez. 2018.

“Polícia Federal inaugura Centro de Cooperação Policial Internacional”. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/policia-federal-inaugura-centro-de-cooperacao-policial-internacional>. Acessado em: 09 dez. 018.

<sup>127</sup>“Cooperação internacional e destaque na segurança da Olimpíada”. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/cooperacao-internacional-e-destaque-na-seguranca-da-olimpiada>. Acessado em: 10 dez. 2018.

<sup>128</sup> Na euforia da escolha da cidade como a sede das Olimpíadas – o governo do estado gastou em torno de R\$ 71,7 milhões em projetos para melhorar a segurança pública. O principal deles é a construção do Centro de Comando e Controle Integrado, com um sistema de mais de mil câmeras. Outros projetos que, segundo a Secretaria de Segurança, ainda dependem da liberação de recursos em convênios com a União são a instalação de um simulador de tiros com ambientes virtuais, o controle informatizado das armas da PM, uma nova escola de inteligência para formar especialistas, a criação da Universidade da Polícia, a modernização e o reaparelhamento do setor médico da PM, a reforma da Companhia de Cães e a reestruturação do modelo de ensino das polícias Civil e Militar. (O Globo, 10 out. /2009, p. 19).

<sup>129</sup> “Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros começa a funcionar no RJ”. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/centro-de-inteligencia-de-servicos-estrangeiros-comeca-a-funcionar-no-rj/>. Acessado em: 07 dez. 2018.

ticipação Operação Hastag<sup>130</sup>. Uma dessas operações, foi a qual prendeu 10 pessoas suspeitas de ligação com o terrorismo na operação batizada pela Polícia Federal de “Hastag”, deflagrada 15 dias antes dos Jogos no Rio em 2016, em sete diferentes estados brasileiros<sup>131</sup>.

Na edição de 2019<sup>132</sup>, do LAAD, haverá o VI Seminário de Defesa e terá a apresentação de alguns temas como: a) a atuação das Forças Armadas na Garantia de Lei e da Ordem (GLD); b) Guerra Híbrida<sup>133</sup> no contexto brasileiro; c) estratégia para a implementação de acordos de compensação (offset) nas aquisições internacionais, em proveito de indústria nacional; d) o braço empresarial das Forças Armadas e o papel da indústria de Defesa na economia globalizada. O evento também contará com seminário com o seminário o VIII Seminário de Segurança, serão abordados temas como: a) gestão em sistema prisional: estruturação, modernização e profissionalização; b) o combate a grupos organizados, manifestações, terrorismo e danos ao patrimônio; c) a tecnologia para o aumento de eficiência do trabalho policial; d) ferramentas de gestão em segurança corporativa.

Todo esse aparato e mobilização em torno de dinâmicas de segurança, que megaeventos internacionais atraem, lembra que a globalização produziu governmentabilidades e uma dessas expressões podem ser vista nas relações entre a certas dinâmicas urbanas e às concepções de segurança, ou seja, na racionalidade criada a partir de uma reformulação de uma governmentabilidade, oriunda de uma tendência internacional, que determinou quais seriam as percepções de (in)segurança contemporâneas (LARRINAGA & DOUCET, 2014, p. 50). Nesse sentido, as mudanças provocadas por essa globalização não se restringiram apenas ao mundo econômico, mas sim, afetam toda uma estrutura de produção e reprodução do espaço urbano, dessa forma, observa-se uma profusão internacional de projetos urbanísticos, pelas cidades globais, que se propagam e se

---

<sup>130</sup>“Rio inicia hoje a sua maior ação militar em grandes eventos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/07/1794738-rio-inicia-hoje-a-sua-maior-acao-militar-em-grandes-eventos.shtml>. Acessado em: 23 set. 2018.

<sup>131</sup> “PF prende 10 pessoas suspeitas de ligação com terrorismo”. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/07/ministro-da-justica-anuncia-aco-es-antiterror-15-dias-da-olimpiada.html>. Acessado em 09 dez. 2018.

<sup>132</sup> Para maiores informações ver: <http://www.laadexpo.com.br/>.

<sup>133</sup> Não há em lugar algum a definição que os organizadores entendem acerca de Guerra Híbrida, mas a conceito é utilizado para descrever uma dinâmica complexa e flexível do espaço de batalha, no qual haverá uma estratégia militar que mesclaria átics de guerra política, convencional e irregular, com ciberguerra de informação.

apropriam de uma aspiração mercantil, no sentido de privatização do público, e de um crescente urbanismo militarizado.

Consequentemente, as cidades se transformam em locais estratégicos, palcos de grandiosas operações com influência em diversas áreas (SASSEN, 2007; ACUTO, 2015), absorvendo um poder de influenciar as dinâmicas internacionais e provavelmente o próprio sistema internacional. Visivelmente, as cidades assumem um “espaço do global” e às vezes ultrapassando o “espaço do nacional” (SASSEN, 2007, p. 102). Segundo Calder e Freytas (2009, p. 81), o poder econômico das cidades globais<sup>134</sup> ultrapassa o seu poder político em termos de afirmação no sistema internacional. Apesar dos fluxos de capital, bens e serviços, entre cidades, não serem um fenômeno novo, é fato que alcançam um lugar de centralidade dentro do sistema interestatal, dado o contexto que os articuladores desses processos eram os Estados nacionais (SASSEN, 2005, p. 27).

Algumas das principais condições observadas atualmente nas cidades desafiam as formas vigentes de teorização para compreender muitos dos novos aspectos da condição urbana, principalmente, aquelas ligadas às dinâmicas globais e tendências internacionais que influenciam o local e são influenciadas pelo global. Logo, ao pensar os estudos urbanos na questão de segurança outro imperativo está conectado: o nexos segurança-desenvolvimento. Essa lógica implica que a falta de segurança impede os esforços de desenvolvimento, enquanto inversamente a falta de desenvolvimento gera maior insegurança local e global, ou seja, nesse sentido a segurança e o desenvolvimento são inseparáveis. Essa dinâmica de governamentalidade permitiu o desenvolvimento de um conjunto complexo de lógicas que, por sua vez, garantiu mudanças de policiamento e governança de segurança a serem associadas à excepcionalidade das intervenções internacionais que se destinam a operar no terreno da (in)segurança (LARRINAGA & DOUCET, 2014, p. 56).

Dessa maneira, observa-se uma ligação entre as cidades como meio de manifestar as consequências do nexos entre segurança e controle e monitoramento social (gerenciamento espacial) através do estabelecimento de assemblages de segurança que modificam a governamentalidade<sup>135</sup> das concepções de (in)segurança no meio urbano. Esse

---

<sup>134</sup> A conceitualização de cidade global de Sassen (1991, 2001, 2012) surge da relevância que as cidades emergem mais uma vez como locais estratégicos quando a era global começa, um local de inovações e transformações em vários domínios institucionais, logo, vários componentes da globalização econômica concentram-se nas cidades.

<sup>135</sup> O trabalho de Foucault ganhou espaço nas Relações Internacionais nos anos recentes e, especificamente, em relação às questões de governança, segurança e desenvolvimento. Dos prin-



processo de intervenção vem pelo meio da intervenção no campo autodefinido como o de “segurança” em nome de resolver problemas de “desenvolvimento” que são vistos como fundamentais para combater a (in)segurança (LARRINAGA & DOUCET, 2014, p. 63).

Dito isso, Sassen argumenta que a globalização contemporânea é melhor compreendida como a rearticulação de estruturas globais e nacionais. No centro desses processos, ditos pela autora, de “disassembling” dos estados nacionais (SASSEN, 2006, p. 234) e o conseqüente desenvolvimento das novas “global assemblages”. Esse processo de mão dupla entre a remontagem global e uma poderosa desmontagem do estado é uma chave analítica que permite analisar a privatização da segurança e para suas implicações para a governança de segurança contemporânea. Ao situar o surgimento assemblages globais de segurança<sup>136</sup> dentro de transformações inter-relacionadas como a privatização da segurança, coloca-as como parte de uma reestruturação e reconfiguração das relações público-privadas e globais-locais em jogo (ABRAHAMSEN & WILLIAMS, 2009, p.03).

Nesse sentido, as assemblages operam e inserem-se dentro de um processo/fenômeno transfronteiriço ou até mesmo transterritorial vinculadas de diversas maneiras a uma gama de localidades estratégicas, nas quais funcionam um grande núcleo de capital, pessoas e informações e se caracterizam como uma rede e desterritorializam qualquer problemática envolvida. Segundo Nasser (2014, p.279), as dinâmicas globalizadas possuem potências de transformação dentro do nacional, ou seja, a globalização está arreigada ao nacional através da, constante, substituição ou eliminação de instrumentos nacionais. Em outras palavras as atividades de atores transterritoriais funcionam como segmento do global, e que estão exponencialmente apropriando as funções de governo, neste caso aquelas que se envolvem com a segurança em diferentes patamares, e acrescentando novos elementos a essa lógica.

---

cípios fundadores do liberalismo ao estabelecimento de uma forma de governo estabelecendo os marcadores entre o permitido e o inadmissível. Foucault (2008, p. 64) via o estabelecimento do governo liberal através da liberdade dependente de limitações, controles, formas de coação e obrigações como parte de um processo de definir o que é ou não é permitido.

<sup>136</sup> Abrahamsen e Williams introduziram o conceito de global security assemblages que representam arranjos complexos e multifacetados em vários contextos ao redor do mundo, nos quais o capital global, a segurança privada transnacional, as autoridades estaduais, a polícia local e os conselheiros policiais internacionais estão integrados no planejamento e provisão de segurança.

Enquanto os espaços e sistemas cotidianos urbanos são colonizados por tecnologias e práticas militares e por noções de policiamento e guerra, um grande complexo industrial convergente e abrangente de vários setores da sociedade como academia, setor de tecnologia militar e de vigilância toma espaço entre o imaginário social acerca das dinâmicas de (in)segurança cotidianas e personificadas através de inimigos. Desse modo as novas tecnologias se direcionam para um governo da população e da administração da vida, logo, o poder disciplinar, a governamentalidade e o biopoder<sup>137</sup>, em conjunto, constituem um ambiente de análise e tomam conta do mundo social disponíveis a uma gestão produtiva por parte de instituições e pelos governos, assim, há um processo histórico, que ainda não se completou, da universalização e da disseminação das técnicas de governo (FOUCAULT, 2008).

Esse processo pode ser observado na incursão da vida e da política pelo âmbito da segurança em algo como a sociedade punitiva ou sociedade de controle e, mais especificamente, quando há um investimento privado e público na dimensão do controle social pela via da obsessão por segurança nas suas mais variadas formas. Para Leite (2014; 2015), a metáfora a qual apontaria uma suposta guerra permanece com um dispositivo-matriz, nos termos de Foucault por uma construção de práticas engendradas nas favelas da cidade e direcionadas aos seus moradores. Dessa maneira, as representações da ideia de pacificação como modalidade específica de paz que tem por permissa esse cenário de controle das classes perigosas, ou seja, da periferia, se atualiza com os novos e notificados recursos, mas, ao fim, repete a lógica do disciplinamento dos moradores.

No caso do Rio de Janeiro, a militarização da periferia no contexto dos Jogos Olímpicos para ser o que segundo Jorge Melguizo, ex-secretário de Cultura de Medellín, menciona “[o Rio] é um laboratório permanente [...] temos que nos perguntar o que está errado, o que não estamos entendendo, porque estamos fracassando. Vai dar errado

---

<sup>137</sup> O conceito de biopoder foi utilizado por Foucault (2008) para designar o que ele entendia como poder, o qual se dividiria entre dois: o poder disciplinar, e a biopolítica. O poder disciplinar é direcionado à sujeição e à disciplinarização dos corpos, e por outro lado, para o controle das populações, isto, se referindo à figura do Estado tem-se a biopolítica. Assim, o biopoder é aquele poder que é exercido sobre a vida, seja direta ou indiretamente, individual ou coletivamente. Para Foucault (2008) fica clara a identificação da superação da “sociedade da disciplina” para a “sociedade do controle”, ao ponto que as técnicas disciplinares se aperfeiçoaram tanto e foram apoiadas, conjuntamente, com a extensão do conhecimento e o emprego das novas tecnologias de informação, da estatística informatizada que monitoram e quantificam as relações de padrão-desvio. Logo, a sociedade do controle se apoia fortemente na dimensão da política voltada ao condicionamento corporal (biopolítica) o qual o quesito de segurança será direcionado no sentido do papel estratégico dado pela estrutura de poder e do comportamento, por meio da ampliação de mecanismo de persuasão, de vigilância e de controle.

muitas vezes e temos que aprender a partir de cada fracasso...<sup>138</sup>. É nesse sentido que o novo militarismo urbano trabalha com uma grande capacidade de erodir os binarismos legais e geográficos que separam o interior e o exterior das nações, escalas locais de escalas globais, e da distinção entre policiamento, mobilização militar e serviços de inteligência, assim, procura integrar e interagir a dinâmica urbana do cotidiano com dinâmicas do exterior, confundindo os dois meios em um só pela justificativa da necessidade de combater os, assim, estabelecidos inimigos à segurança e assim criar um laboratório. Inclusive, perguntado sobre a situação do Rio de Janeiro, Michel Temer afirmou que o Rio se tornou “uma espécie de vitrine” e que “as coisas que acontecem no Rio são refletidas nos outros estados brasileiros”<sup>139</sup>. O que se produz e testa na cidade do Rio de Janeiro, no quesito segurança, é refletido não só para outros estados brasileiros, mas também pra o mundo todo, positivamente ou negativamente, vide as repercussões das ocupações militarizadas nas favelas<sup>140</sup> e a implementação das unidades pacificadoras.

Nesse sentido, a militarização e interesse econômico caminham juntos sob a égide neoliberal, estala-se, assim, uma equação perfeita, a segurança começa a ser vista não somente como práticas dentro de dinâmicas interpessoais, ela passar a ser uma mercadoria garantida por operações e intervenções urbanas. Segundo Neocleous, a segurança deve ser pensada, dentro do sistema capitalista, como uma mercadoria, e como toda mercadoria, precisa ser produzida e desenvolvida dentro de uma indústria e não de uma forma mística ou transcendental (NEOCLEOUS, 2007, p. 339).

Na dinâmica de uma indústria de segurança, o desejo de segurança não é algo que de alguma forma emerge espontaneamente das necessidades das pessoas, mas é algo ofertado em produtos de segurança adaptados ao consumo, cria-se além da oferta a demanda por consumidores de (in)segurnças (NEOCLEOUS, 2007, p. 340). Sendo a

<sup>138</sup>“Ex-secretário de Cultura de Medellín lamenta situação do Rio”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/musica/ex-secretario-de-cultura-de-medellin-lamenta-situacao-do-rio-22722323>. Acessado em: 22 ago. 2018.

<sup>139</sup>“Temer diz que Rio é ‘espécie de vitrine’ para outros estados”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/temer-diz-que-rio-especie-de-vitrine-para-outros-estados-22443376>. Acessado em: 10 dez. 2018.

<sup>140</sup> Em 2010: “Imprensa internacional repercute ocupação do Complexo do Alemão”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/imprensa-internacional-repercute-ocupacao-do-complexo-do-alemao-2918553>. Acessado em 11 dez. 2018. Em 2011, “A imprensa internacional repercute a ocupação da Rocinha”. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/a-imprensa-internacional-repercute-a-ocupacao-da-rocinha/>. Acessado em: 22/12/2018. Ou ainda em 2012, “Imprensa internacional repercute ocupação da polícia no Rio”. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/10/imprensa-internacional-repercute-ocupacao-da-policia-no-rio.html>. Acessado em: 22 nov. 2018.

segurança uma mercadoria, o setor de segurança deve ser lido por meio da lógica de mercantilização e fetichismo. Para Neocleous (2007, p. 349-350), a segurança para ser produtiva para o capital deve ser reificada universalmente, ela é transformada num objeto místico, um objeto satisfazendo uma necessidade humana a qual tem vida própria, personifica-se. O fetiche da segurança a transforma em uma commodity e como qualquer commodity se tornará em algo lucrativo.

Neste sentido, a indústria da segurança se constitui da mesma forma como qualquer outra indústria ou atividade econômica (NEOCLEOUS, 2000, p. 144). Por conseguinte, a indústria da segurança precisa dos agentes produtores da (in) segurança da mesma forma que precisa dos agentes produtores do fetiche da segurança, como acadêmicos e think tanks, por exemplo. Para o autor o fetiche da segurança possibilita um engajamento da academia e do estado numa agenda de segurança que busca produzir novas formas de conhecimento, construir novas categorias e redefinir a realidade social de acordo com as demandas de o próprio poder estatal com objetivo de administrar a sociedade civil, em prol de algo que remonte à ideia pré-estabelecida de segurança (NEOCLEOUS, 2000, p. 144).

As propagações dos processos econômicos e sociais das potências globais, estratégias militares de grandes corporações de segurança, importadas do mercado internacional, foram aplicadas em nível local. A globalização protagonizou, durante muito tempo, às explicações para a expansão de uma exportação de tecnologia e estratégias de segurança. Nesse sentido, muito das estratégias de terceirização nos campos de batalha e da privatização dos seus serviços secretos de informação, que dispõem como desdobramentos, no quadro da globalização, são os suportes para uma aplicação da mesma lógica na organização dos mercados segurança<sup>141</sup> e proteção às metrópoles mundiais. Logo, as violências e a segurança em diversos níveis e campos têm se mantido na ordem do dia, tanto internacional, quanto local.

---

<sup>141</sup> A Blackwater em 1996 pretendia fornecer armas e fogo e centro de treinamento terceirizado às forças de segurança públicas norte-americanas, ampliou seu nicho de atuação no mercado da segurança após 11 de setembro, o que catalisou a implementação da agenda de privatização iniciada na década anterior (SCAHILL, 2008). A empresa privada de segurança parece se alimentar de guerras mundo afora. Essa empresa, em questão, se beneficia com os desdobramentos contemporâneos de atuação do mercado de segurança global, podemos dizer que esse preço tem sido bem alto em troca de uma dita “liberdade” que figura, atualmente, nos discursos que lucram com a guerra, seja de forma política ou monetária.

### 3.2 Gastos com segurança e a periferia como inimigo interno: uma justificativa perfeita

As intervenções militarizadas por excelência adotam uma lógica bélica e que pressupõe a existência de um inimigo. No caso dos países que travam guerras com outras nações, esse inimigo é externo, em casos como o do Brasil, o inimigo é interno. Seja ela qual for e em qual época for, terá várias facetas e identidades, mas sempre serão aqueles perseguidos, criminalizados e duramente violentados pelas forças policiais. Durante os megaeventos esta lógica bélica e punitiva de se gestar principalmente os pobres tornou-se ainda mais violenta. O recrudescimento da violência policial, a ampliação da militarização da segurança, as chacinas e a repressão dos protestos tornam-se emblemáticos.

Claramente, uma das temáticas principais para os organizadores dos megaeventos, de uma forma geral, é a segurança pública, seja uma Copa do Mundo, ou um evento internacional como a Rio+20, o megaevento reúne importantes autoridades e chefes de Estado de diversos países, centenas de milhares de turistas internacionais e nacionais, equipes com atletas multimilionários, repórteres e jornalistas de diversos canais de comunicação, produtores entre outros. Segundo o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014, p.137- 140) as estimativas era que o aparato de segurança armada da Copa do Mundo custaria mais de R\$ 2,1 bilhões e envolveria 53.000 novos agentes, para se ter uma ideia esse montante é mais do que o dobro gasto na última Copa, aquela realizada na África do Sul. O país sede é o garantidor da segurança durante o evento, bem como o Artigo 40 da Lei Geral da Copa<sup>142</sup> menciona que a União arcaria com custos em várias áreas, inclusive a segurança, sem qualquer custo ao Comitê Organizador.

No caso da cidade maravilhosa, a segurança pública relacionada aos megaeventos, como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, reproduz uma lógica usual do sistema penal, a utilização de medidas baseadas em armamentos pesados, na importação de tecnológicas de última geração e na centralização de comando e controle visando a vigiar as zonas turísticas e as infraestruturas voltadas para os eventos. E a maior parte desses gastos são com salários, gratificações, treinamentos, uniformes, combustível e na administração e coordenação de estruturas temporárias.

---

<sup>142</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/old-documentos/institucional/SF/OAS/CONLEG/arquivos/seminarios-workshops/dialogo-legislativo-lei-geral-da-copa-2014-alexandre-sidnei-guimaraes-12-4-2012>. Acesso em: 22 nov. de 2019.

O Rio de Janeiro como cidade-sede possui características próprias em relação as outras cidades, uma delas é a presença das UPPs na cidade, ou melhor, na periferia, nas favelas. A implementação do programa de pacificação representa o maior gasto do Estado sem segurança pública. Em 2014 antes dos Jogos Olímpicos, o custo foi de R\$ 720 milhões, com um efetivo de 12 mil agentes policiais<sup>143</sup>. Segundo o Governo do Estado, as unidades pacificadoras são inspiradas no conceito de policiamento comunitário as quais têm como estratégia a busca de uma parceria entre população e as instituições de segurança. Seu objetivo anunciado é de “levar paz às comunidades”, pela ocupação de territórios supostamente dominados há décadas pelo comércio varejista de drogas e da promoção de políticas sociais.

Ao olhar a distribuição das instalações das unidades pacificadoras realizadas posteriormente as competições Olímpicas, na cidade do Rio de Janeiro, as quase 18 unidades instaladas todas foram em favelas existentes nas regiões mais nobres da cidade formando um cinturão associado explicitamente às áreas dos Jogos Olímpicos. Em um artigo para a revista *Le Diplomatique* em 2013<sup>144</sup>, o coronel Robson Rodrigues, agente de destaque das operações de pacificação menciona “realmente são as Olimpíadas que ditam nossas escolhas. Eu diria até que, sem esse evento [Jogos Olímpicos], a pacificação nunca teria acontecido”. Até a Copa do Mundo a meta do governo do estado do Rio era de instalar 40 unidades pacificadoras na cidade, com 8 mil soldados, e um custo de R\$ 480 milhões por ano, e conta com o apoio de empresas privadas. Inclusive, do empresário Eike Batista eram 20 milhões por ano até 2014<sup>145</sup>.

No Brasil, frequentes questionamentos aos gastos com esses megaeventos tinham como alvo as despesas com a construção ou reforma de grandes projetos arquitetônicos, junto às grandes empreiteiras que figuram entre as maiores empresas do país. Contudo, muitos outros contratos de valores importantes foram realizados, a construção e a operacionalização dos grandes sistemas de tecnologia de segurança inserem empresas na própria arquitetura de governo e funcionamento do Estado. Dessa maneira, agentes do

---

<sup>143</sup> “Gastos com UPPs no Rio de Janeiro passa de 720 mi”. Disponível em:

<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/gasto-com-upps-do-rio-no-ano-da-copa-de-r-720-milhoes-20111210.html>. Acessado em: 15 dez. 2018.

<sup>144</sup> VIGNA, Anne. “UPP: o poder simplesmente mudou de mãos?”. Disponível em:

<https://diplomatique.org.br/upp-o-poder-simplesmente-mudou-de-maos/>. *Le monde Diplomatique*. Acessado em: 12 nov. 2018.

<sup>145</sup> “Eike anuncia doação de R\$ 20 mi para UPPs no Rio”. Disponível em:

<https://exame.abril.com.br/negocios/eike-anuncia-doacao-r-20-mi-upps-rio-590747/>. Acessado em: 11 dez. 2018.

setor privado passam a cooperar e a participar ativamente com os principais instrumentos de ação e organização no campo de segurança (CARDOSO, 2016, 2013).

Para Cardoso (2016), no caso dos megaeventos no Brasil, os investimentos conferem centralidade à construção do SICC, Sistema de Comando e Controle<sup>146</sup>, responsável pela articulação coordenada de diferentes órgãos públicos de defesa, segurança pública ou defesa civil. Segundo o autor, no discurso o legado dos megaeventos no âmbito da segurança era esse sistema integrado e junto a isso as empresas passaram a ter um papel mais atuante na operacionalização de ferramentas para as forças de segurança. Nesse sentido, segundo o autor, o legado dos megaeventos pode ser sintetizado em alguns pontos; uma estrutura tecnológica e de obras, protocolos operacionais, uma arquitetura institucional, um modelo gerencial-militarizado e por um reaparelhamento das forças de defesa e segurança.

O SICC se consistiu em 12 Centros Integrados de Comando e Controle (CICC) constituídos em cidades brasileiras, além de um 13º em Brasília onde se tem a supervisão e coordenação dos demais. Segundo Cardoso (2016) após a Copa do Mundo o governo vem inaugurando CICCs em todas as capitais, que constituem além dos prédios, trabalhadores, infraestrutura tecnológica, possuem caminhões com câmeras em plataformas elevadas, helicópteros e ônibus que funcionam como delegacias móveis, e especificamente na cidade do Rio de Janeiro foi implementado o Centro de Operações Rio (COR). Esses centros eram compostos por um conjunto de várias agências brasileira, incluindo polícia e o exército, e tem acesso à transmissão de pelo menos 3.200 câmeras de vigilância fixas e móveis, e o COR, um centro municipal, fornece dados de 560 câmaras à polícia.

Além disso, a polícia contou com pelo menos 27 CICCs móveis, equipados com seis câmeras móveis e vigilância de áudio. O Rio também comprou quatro “balões de monitoramento”, com 13 câmeras cada um, que enviam imagens ao CICC à longa distância. Os balões funcionavam a 200 metros acima do nível do mar e cobriam uma área de 10 Km<sup>2</sup>, permitindo que a polícia examine multidões com facilidade<sup>147</sup>. Somado a

---

<sup>146</sup> Sistema desenvolvido para coordenar os Centros de comando e controle durante os eventos.

<sup>147</sup> “As Olimpíadas estão transformando o Rio em um Estado de vigilância e repressão”. Disponível em: [https://motherboard.vice.com/pt\\_br/article/ezbj9w/as-olimpiadas-estao-transformando-o-rio-em-um-estado-de-vigilancia](https://motherboard.vice.com/pt_br/article/ezbj9w/as-olimpiadas-estao-transformando-o-rio-em-um-estado-de-vigilancia). Acessado em: 12 ago. 2018.

isso, a Anatel aprovou o eventual bloqueio de sinais de rádio por parte do exército<sup>148</sup>, durante os Jogos Olímpicos. A regulamentação tramitou em sigilo, mas o uso de dispositivos de captação de IMSI - feitos pela empresa multinacional Harris Coporation<sup>149</sup> – que simula uma torre de celular e se conecta com telefones para obter a localização do usuário e interceptar comunicações<sup>150</sup> foram amplamente divulgados. E o que mais chama atenção é que o Brasil abriu precedente em escala de aparelhamento estatal por setores ligados à vigilância e mesma a perseguição a indivíduos. O uso dos bloqueadores do celular compartilha de ferramentas de vigilância o fato de ser equipamento relativamente pequeno e barato, adquirido em tempos de emergência e posteriormente usado em situações onde não são necessários ou proporcionais, ou não seguem o devido processo legal ao ser utilizado sem mandado judicial<sup>151</sup>.

Com isso o objetivo era de maximizar a eficiência das ações em segurança e defesa a partir do compartilhamento de informações, da ação conjunta e da tomada de decisões apoiada em análise situacional e objetivos estratégicos. Posto esses objetivos, o funcionamento desse sistema cria protocolos de ação que tendem a ser repetido em situações semelhantes as quais passam a ser gerida por um padrão baseado na “eficiência” das operações. Os efeitos desse padrão estão dentro de um urbanismo militar caracterizado pela propagação de definições de uma organização militariza do espaço urbano (GIULIANOTTI e KLAUSER, 2009) e pelo crescente uso de tecnologias de comando e controle e pela normatização de paradigmas militares de ação e pensamento.

---

<sup>148</sup> “Forças Armadas confirmam que podem bloquear celulares na Rio 2016”. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2016-04-30/celular-vai-ser-bloqueado-em-caso-de-acao-terrorista-durante-a-olimpiada.html>. Acessado em: 11 out. 2018.

<sup>149</sup> A empresa responsável pela fabricação e utilização é a conhecida Harris Corporation por interferir nos pedidos da Lei de Liberdade de Informação nos EUA. Maiores informações em: “Cell-Site Simulators/IMSI Catchers”. Disponível em: <https://www.eff.org/sls/tech/cell-site-simulators/faq#faq-How-have-manufacturers-of-cell-site-simulators-influenced-the-spread-of-the-technology-and-the-secrecy-around-it?>. Acessado em: 22 dez. 2018.

<sup>150</sup> O dispositivo se chama Stingrays e um caso notório do uso extensivo foi pela polícia da cidade de Baltimore, no estado de Maryland – EUA – admitiu ter usado mais de 4.300 vezes de 2007 a 2016. A cidade de Baltimore foi epicentro de grandes manifestações contra a violência policial e racial contra a população negra, desde a morte de Freddie Gray em 2015. Para maiores informações acessar: “No more secret surveillance on Baltimore citizens”: <https://www.baltimoresun.com/news/opinion/oped/bs-ed-stingray-baltimore-20160824-story.html>. Acessado em: 11 nov. 2018.

<sup>151</sup> “Olímpiadas no Brasil premiam a indústria da vigilância”. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/olimpiadas-no-brasil-2016premiat201d-a-industria-da-vigilancia>. Acessado em: 11 nov. 2018.



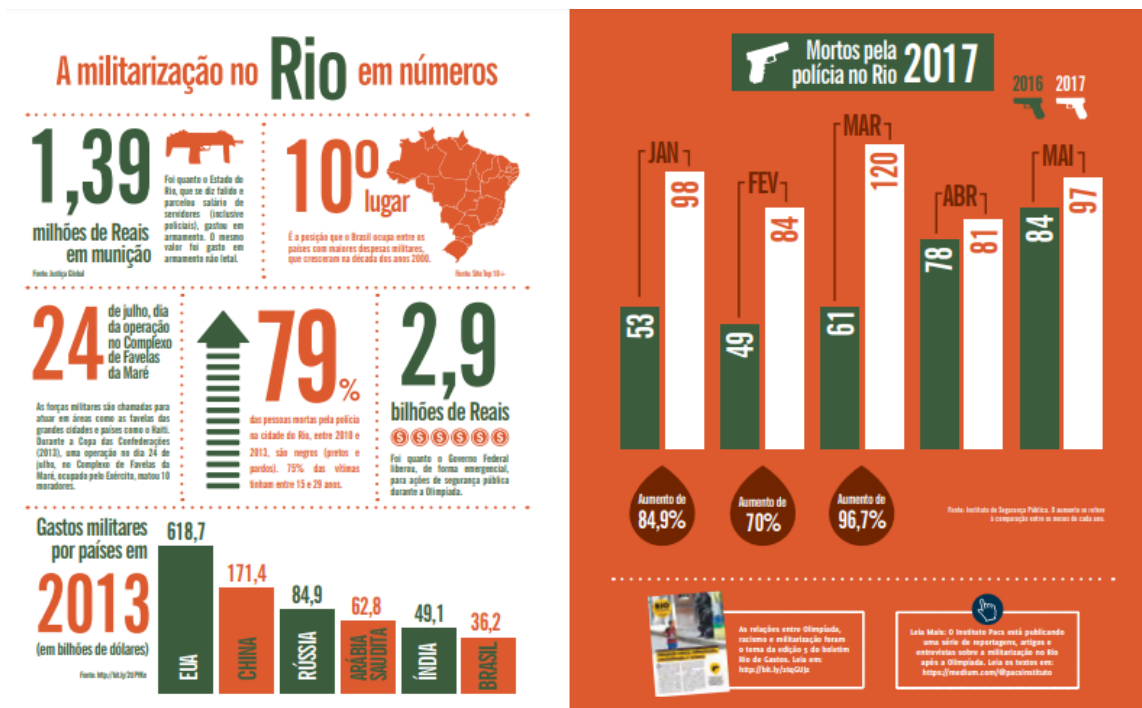
O sistema que fez parte dessa rede de controle, durante a realização dos Jogos Olímpicos e no âmbito dos CICC's, foi chamado Sistema de Comando e Controle Pacificador, desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), em apoio às ações de segurança e defesa conduzidas pelo Comando Geral de Defesa Área (CGDA), instalado no Rio de Janeiro. O “Pacificador” possibilitou o monitoramento e controle das ações realizadas durante os eventos a partir de cartas disponíveis no Banco de Dados Geográficos do Exército (BDGEx) e também o sistema possibilitou o rastreamento de smartphones. Durante os jogos o sistema gerenciou cerca de 7.600 usuários e permitiu o cadastramento de 640 incidentes, 12.000 relatos e 36.000 ações<sup>152</sup>.

Outros dados marcantes acerca da militarização da segurança pública estão visualizados na Figura 02. Os gastos com munição superam a casa de R\$ 1 milhão, bem como os gastos do governo federal emergenciais para as Olimpíadas em R\$ 2,9 milhões. Os dados também demonstram que as mortes por polícias aumentam entre 2016 e 2017, e 79% destas mortes são de negros, jovens e periféricos.

---

<sup>152</sup> “Sistema Pacificador garantiu segurança e defesa dos jogos Rio 2016”. Disponível em: [http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/sistema-pacificador-garantiu-seguranca-e-defesa-dos-jogos-rio-2016](http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/sistema-pacificador-garantiu-seguranca-e-defesa-dos-jogos-rio-2016). Acessado em: 11 dez. 2018.

Figura 02 – Militarização no Rio em números



Fonte: Qual o legado um ano depois dos jogos? Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – Pacs. Rio de Janeiro, julho de 2017, p. 30-31.

O Governo do Rio de Janeiro, como pode ser observado na Figura 03, gastou com segurança pública no Rio o dobro da educação ou da saúde, ao mesmo tempo que a dívida pública foi crescendo, as estimativas são que ela cresceu cinco vezes em 11 anos. Dentre os gastos com segurança pública pode-se destacar a compra de equipamentos, tanques de guerra, torres de controle nas favelas e muros que dividem a favela do resto da cidade. Foram mais de dez anos de megaeventos que trouxeram grandes impactos à população pobre e favelada da cidade do Rio de Janeiro. Durante esse período, a mesma população sofreu com as remoções, incursões policiais, controle com a presença das Forças Armadas como o Exército da Maré e com o aperfeiçoamento das UPPs e suas formas de controle. É crise econômica, é a retirada de direitos fundamentais, é a naturalização da criminalização da pobreza e o controle urbano da população pobre cada vez mais especializado na repressão através da militarização e gastos em segurança pública exorbitantes.

Figura 03 – Orçamento do Governo do Rio



Fonte: Qual o legado um ano depois dos jogos? Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS. Rio de Janeiro, julho de 2017. (p. 32-33).



Seguindo esta lógica de gastos do governo do Rio, nos últimos 10 anos o orçamento da segurança pública carioca cresceu em 136%, dados da Secretaria da Fazenda do Estado apontam que o volume saltou de R\$ 5,2 bilhões, em 2008 para R\$ 12,2 bilhões em 2017 como pode ser visto na Tabela 04<sup>153</sup>.

<sup>153</sup> “Em 10 anos, dinheiro para segurança no Rio dobrou: por que a violência aumentou? Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/03/05/em-10-anos-dinheiro-para-seguranca-no-rio-dobrou-por-que-a-violencia-aumentou.htm>. Acessado em: 11 dez. 2018.

Tabela 04 – Orçamento da Segurança Pública no Rio

Orçamento da Segurança Pública no Rio

	Orçamento *
<b>2008</b>	R\$ 5.201.585.143,00
<b>2009</b>	R\$ 4.095.559.954,40
<b>2010</b>	R\$ 4.888.440.231,03
<b>2011</b>	R\$ 5.593.935.941,78
<b>2012</b>	R\$ 7.182.978.855,52
<b>2013</b>	R\$ 9.170.994.303,71
<b>2014</b>	R\$ 9.571.063.736,53
<b>2015</b>	R\$ 11.088.595.387,40
<b>2016</b>	R\$ 11.544.022.988,89
<b>2017</b>	R\$ 12.252.118.842,00
<b>2018</b>	R\$ 11.561.124.588,00

\*dotação atualizada

Fonte: Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro Arte/UOL

Governo federal investiu cerca de R\$ 2.9 bilhões<sup>154</sup>, R\$ 2.5 bilhões foram os gastos previstos, acabou que se gastou mais que o planejado na estrutura de segurança dos Jogos Olímpicos de 2016. Segundo o coordenador da Comissão de Segurança das Olimpíadas, Régis Limana, seria o maior investimento em segurança já feito num evento deste tipo. A promessa de aplicar volume tão expressivo de recursos teria ajudado a convencer a comissão técnica do COI a dar vitória ao Rio. A ordem era zelar pela imagem do país no exterior, e a comissão pretende gastar o dinheiro na compra dos mais modernos equipamentos de segurança e inteligência, no reaparelhamento da polícia e em treinamento. E nesse sentido, o treinamento antiterrorismo foi oferecido também aos cidadãos comuns e não apenas para os agentes de segurança. Para o COI era importante que quanto maior o número de pessoas engajadas na segurança, melhor<sup>155</sup>.

<sup>154</sup> “Governo federal libera R\$ 2, 9 bilhões para segurança na Olimpíada”. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/politica/2016/06/21/noticiaspoliticas,3626786/governo-federal-libera-r-2-9-bilhoes-para-seguranca-na-olimpiada.shtml>. Acessado em: 14 ago. 2018.

<sup>155</sup> “Injeção federa de R\$ 2,5 bi promete fazer os Jogos mais seguros do mundo”. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/injecao-federal-de-r-25-bi-promete-fazer-os-jogos-mais-seguros-do-mundo-347024.html>. Acessado em: 11 nov. 2018.

Inclusive, profissionais da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) treinaram cidadãos comuns e intensificam a vigilância e o monitoramento de brasileiros com potencial de fornecer abrigo ou apoio logístico para grupos terroristas<sup>156</sup>. Maior evento esportivo do planeta, os Jogos do Rio mobilizaram cerca de dez mil atletas de 206 países, atraindo milhões de turistas ao Brasil. Orientados pela Abin, os responsáveis pela segurança do evento já analisaram o perfil de todos que trabalharam dentro de instalações olímpicas e nos hotéis que hospedarão delegações e também voluntários dos Jogos. Passaram por treinamento funcionários da rede hoteleira, de aeroportos até taxistas. Enquanto a Marinha ficará responsável pelo reforço no policiamento da Zona Sul, o Exército cuidará do patrulhamento do Maracanã, de Deodoro e da Barra da Tijuca, locais onde foram realizadas provas e cerimônias da Olimpíada. O esquema de segurança do evento contou, no total, com 85 mil agentes. No Rio de Janeiro, foram 67 mil, sendo 20 mil das Forças Armadas e 47 mil da Força Nacional, policiais Federal, Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros (O Globo, 05/07/2016).

Além disso, a coordenadora regional do escritório de Combate ao Terrorismo dos Estados Unidos, Shiari Villarosa reuniu-se com o Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, para tratar sobre o assunto. Nesse encontro segundo Jailton de Carvalho para O Globo, as autoridades brasileiras formaram redes de cooperação antiterrorista com outros países, principalmente aqueles mais visados. O encontro entre Barreto e Shiari fez parte dos preparativos para a Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. E como informado pela organização a superestrutura de segurança os agentes de empresas privadas receberão tarefas importantes. Eles ficarão encarregados principalmente de conter distúrbios nos estádios. Espalhados na multidão, como torcedores comuns, eles terão como tarefa alertar os acionar a polícia se perceberem situações de risco. Pelo planejamento inicial, os policiais deverão ficar em alas atrás das arquibancadas. A ideia era que permanecer em bases estratégicas de intervir com rapidez em tumultos em qualquer lugar (O Globo, 10/10/2009).

Observa-se os legados do militarismo em moldes da vigilância e monitoramento, na Copa do Mundo de 2014, os quais permaneceram para os Jogos de 2016, um projeto de longo prazo foi estabelecido para acomodar as atividades dos megaeventos esportivos na cidade do Cristo Redentor. As marcas da militarização da segurança pública se

---

<sup>156</sup> “Brasil faz treinos antiterror para a Olimpíada 2016”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/11/brasil-faz-treinos-antiterror-para-a-olimpiada-2016-4904201.html>. Acesso em 12. jan. 2019.

espalham pelas cidades-sedes da Copa seguindo a lógica de gestão populacional através do conceito de lei e ordem e da prerrogativa de guerra às drogas. Segundo a SESGE<sup>157</sup>, o investimento total do governo na área de segurança é de R\$ 1,170 bilhão, e dentro dessa compra de 2.691 kits com armas de balas de borracha e munição para distribuir a policiais para combater protestos na Copa do Mundo. A partir de um modelo de gestão urbana orientado pela lógica bélica, ações e intervenções governamentais demarcam a continuidade do genocídio da população negra que ocorre nas periferias e favelas, a criminalização da pobreza e, mais recentemente, a repressão policial diante das grandes manifestações.

O governo pretendia investir R\$ 80 milhões em câmeras de segurança nos estádios, onde as tecnologias de segurança têm finalidade de vigiar e controlar o torcedor e os cidadãos. Como pode-se observar na tabela a seguir, os megaeventos estão associados a grandes trocas em termos de táticas e tecnologias de policiamento, com pode ser observado no quadro sobre a previsão de gastos em segurança elaborado pelo governo do Rio de Janeiro. Gastos com a segurança pública para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro superaram a marca de R\$ 1 bilhão. O Ministério da Justiça investiu R\$ 350 milhões, enquanto o da Defesa R\$ 854,4 milhões, totalizando R\$ 1,2 bilhão. Segundo o Ministério da Justiça o dinheiro foi empregado na aquisição de equipamentos, na capacitação de policiais, bombeiros e guardas municipais e na ampliação do sistema de monitoramento, e a preparação e operação das tropas militares<sup>158</sup>.

Na tabela 05 a seguir a previsão de gastos em segurança pública, investimentos os quais não estão na conta do governo federal muito menos relacionado aos gastos diretos dos Jogos Olímpicos. Observa-se que o montante chega na casa de R\$ 471 milhões, e entre os itens previstos estão capacitação policial, treinamento e capacidade de vigilância.

---

<sup>157</sup> “Para Copa, governo compra 2.691 armas de balas de borracha. Gasto: R\$ 30 mi.”. Disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2014/03/11/para-copa-governo-compra-2-691-armas-de-balas-de-borracha-gasto-r-30-mi/>. Acessado em: 12 out. 2018.

<sup>158</sup> “Este é o plano do Brasil para manter a Rio- 2016 segura”. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/gastos-com-seguranca-publica-da-rio-2016-passam-de-r-1-bi/>. Acessado em 11 out. 2018.

Tabela 05 – Previsão de Investimentos em Segurança Pública nas Olimpíadas e na Copa do Mundo

**· Previsão de Investimentos em Segurança Pública nas Olimpíadas e na Copa do Mundo.**

<b>Previsão de Gastos em Segurança Pública, Olimpíada 2016</b>	<b>(em R\$ milhões)</b>
Aumento das Tropas da Polícia Militar	115,2
Aumento do Treinamento e da Produtividade da Polícia Civil	10,75
C3 e Capacidade de Vigilância	6
Gestão Operacional e Administrativa da Polícia Civil	11,7
Financiamento do Programa de Melhoria Psicológica e Física da Polícia Militar	9,6
Instalação dos Postos Médicos Legais	23,6
Introdução das Bolsas Pronasci	6,77
Melhoria da Prevenção Criminal	40
Melhoria dos sistemas de Treinamento da Polícia	6,84
Projeto Cidade da Polícia	100
Projeto Gênesis	129,5
Treinamento Intensivo da Polícia Militar	11,92
<b>Total</b>	<b>471</b>

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/rio2016/seguranca>

O show do megaevento não pode acontecer hoje em dia sem o show da segurança. A realização de um megaevento é um momento propício para o país-sede mostrar ao mundo que é capaz de garantir a segurança em seu território, tornando-se atraente para empresas de diversas partes do mundo, só que nas áreas de consumo de eventos a força das armas não pode ser mostrada, visto que ela interfere negativamente na experiência do consumidor. Durante o ano de 2012, foi elaborado um plano institucional que ditou o ritmo dos eventos esportivos no Rio de Janeiro. Em 31 de maio de 2012 foi instalada oficialmente a Subsecretaria Extraordinária de Grandes Eventos (SSEGEV) da Secretaria de Estado de Segurança (SESEG). A função do novo setor era de coordenador o trabalho da secretaria com os órgãos subordinados, no caso a PM a PC do Estado do Rio

de Janeiro, para atender as demandas de atuação durante os grandes eventos internacionais<sup>159</sup>.

Segundo O Globo (05/07/2016), pontos turísticos como o Cristo Redentor e o Pão de Açúcar, terminais de passageiros, shoppings, hotéis e barcas, além de outros lugares de grande movimentação na Zona Sul e no Centro foram alvos de uma campanha de conscientização antiterror iniciada esta semana por militares das Forças Armadas. Agentes estavam distribuindo panfletos que explicam como a população pode ajudar a identificar a presença de um criminoso. O auxílio dos moradores da cidade contra possíveis ameaças foi considerado fundamental na prevenção de uma ação terrorista. Consultor em segurança nas áreas de planejamento e normatização, inteligência, segurança pessoal e treinamento, Vinícius Cavalcante afirma que a população tem todas as armas para contribuir com a segurança dos Jogos. Segundo ele, é “preciso desconfiar de pessoas com roupas destoantes com o nosso clima, como jaquetões, e casacos compridos, ou levando grandes bolsas que possam esconder armas de fogo, como fuzis, espingardas e submetralhadoras”. Também eram suspeitos veículos de fora do rio estacionados em local proibidos ou abandonados em pontos com grande número de turistas. Pode-se observar pela fala do consultor que a criação de uma percepção de (in)seguranças não encontra limites nos imaginários de atores e agentes, públicos ou privados.

Os holofotes centram-se na cidade do Rio de Janeiro quando o assunto nacional é a segurança pública, apesar de que em outras unidades da federação as taxas de homicídios sejam inclusive maiores, segundo os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Durante ao menos três décadas, às vezes com maior ou menor intensidades, o Rio vem sendo palco de fracassadas operações. Uma vez ou outra também aparecem por aqui as Forças Armadas, seja nas ruas da nobre Zona Sul para dar uma sensação de maior segurança, seja para dar apoio as operações policiais. Grandes planos para conter a violência no Rio foram anunciados, sendo o último deles o das unidades pacificadoras.

É nessa dinâmica que a lógica bélica nos períodos dos megaeventos vem representando um novo período de aprofundamento, normalização e agravamento destas estruturas, funcionando como um instrumento da política de genocídio negro e repressão de favelas e periferias. Esse sistema de controle se manifesta por meio da violência institucional e do super encarceramento. Mesmo os dados não sendo diretamente relacio-

---

<sup>159</sup>“Subsecretaria extraordinária de grandes eventos é criada no Rio”. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo;jsessionid>. Acessado em: 11 dez. 2018.



nados aos Jogos olímpicos, o importante é notar como a lógica securitária de repressão é atuante no contexto dos grandes eventos no Rio, e assim, segundo o “Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro”, (MEPCT, 2014, p. 33), o índice de letalidade sobre expressivamente em anos marcados por megaeventos. Em 2006, 1.030 pessoas foram assassinadas pela polícia sob alegação de autos de resistência. No ano seguinte, ano de Pan-Americano, foram 1.330 mortes, o fenômeno volta a se repetir em 2013 (Copa das Confederações), 2014 (Copa do Mundo FIFA) e se mantel relativamente alto em 2015, ano anterior aos Jogos Olímpicos. O encarceramento em massa na cidade maravilhosa sofre o impacto com a Copa do Mundo FIFA, segundo o relatório temático “Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro<sup>160</sup>”, formulado pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPC), lançado no final de 2014, apontou um aumento considerável da população carcerária, que passou de 33.267, em 2013, para 38.568, em 2014.

Após anos de queda dos registros de autos de resistência, 2014 apresenta um problema endêmico de aumento significativo desses números. A conjuntura da Olimpíada e a sua preparação traz consigo o agravamento do militarismo com a subsequente ampliação policial. Bem como no ano de 2007, os autos de resistência sobem novamente, segundo o ISP, entre 2012 e 2013, o número de autos sobe de 381 para 416 no estado, subindo novamente para 584, em 2014, e para 349 mortes na primeira metade de 2015<sup>161</sup>.

A militarização da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro no período que antecede ou pós-cede os Jogos Olímpicos é percebida por meio de megaoperações, sejam elas as ocupações militares do Exército ou da Polícia Militar. E nesse sentido, alguns fenômenos são importantes para embasar a afirmação do aumento de dispositivos de controle e o agravamento de mortes nesses períodos. Três fenômenos e acontecimentos são importantes para o entendimento da argumentação e se tornam emblemáticos dentro de um processo de militarização urbana, que por sua vez, no âmbito das favelas da cidade carioca demonstram uma conexão entre um genocídio nesses locais e uma

---

<sup>160</sup> MEPCT/RJ. “Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro: ALERJ, 2014. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Relatorio-Tematico-Megaeventos-2014.pdf>. Acessado em: 11 set. 2018.

<sup>161</sup> Dados oficiais disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/dadosoficiais.asp>. Acessado em: 10 dez. 2018.

forte militarização das logicas que permeiam esses espaços, é a periferia como inimigo interno das estruturas institucionais cariocas.

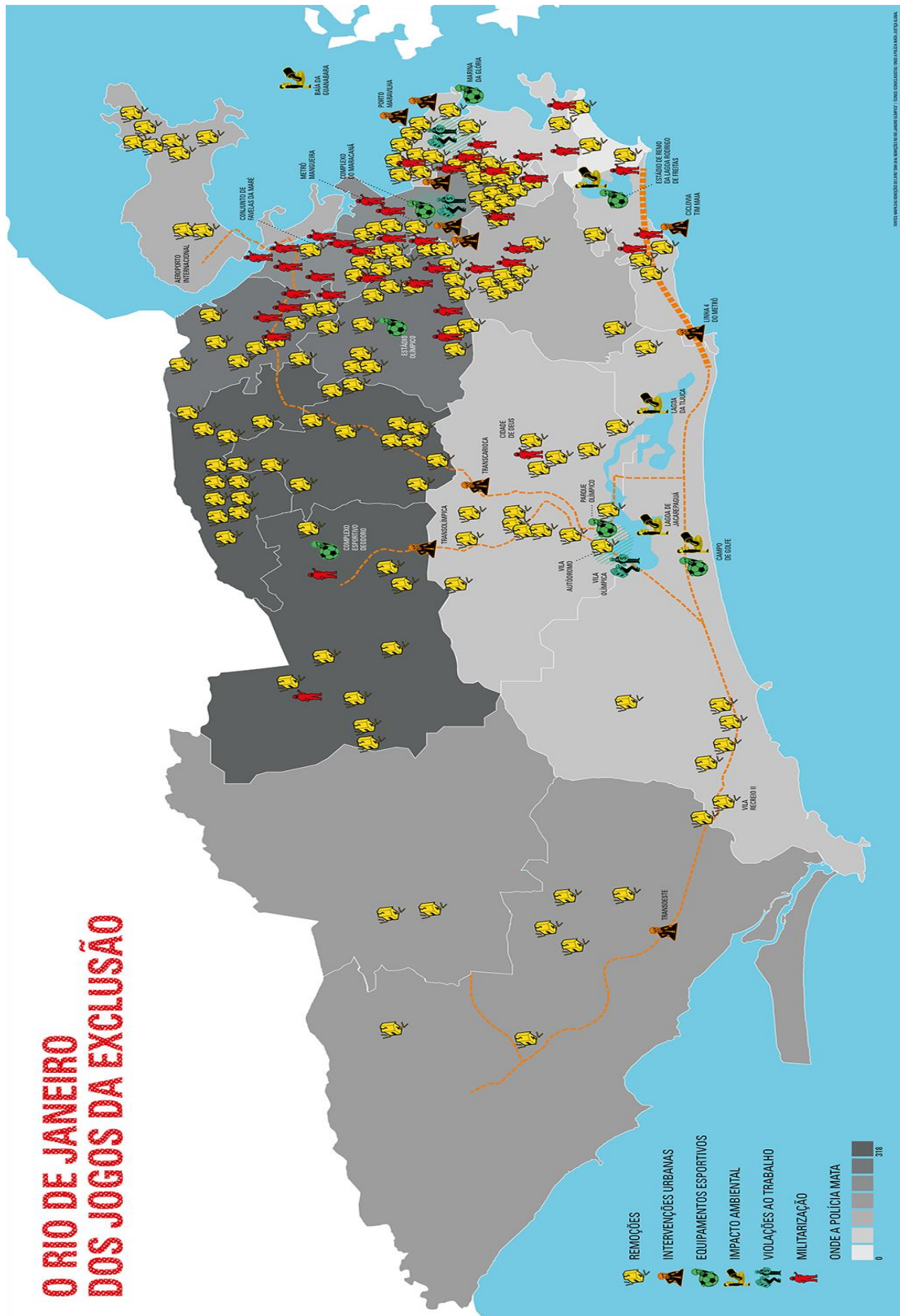
O mapa 07 demonstra a cidade do Rio de forma a evidenciar as ações do projeto de Rio 2016, das intervenções militares, executadas através do projeto para os Jogos Olímpicos. Os soldadinhos em vermelho representam os pontos de militarização, os quais compreendem os locais das unidades pacificadoras, e as ocupações militares pelas Forças Armadas, como aquela que ocorreu no Complexo da Maré e durou 15 meses custando aos cofres públicos em torno de R\$ 599 milhões de reais<sup>162</sup>, que inclusive o gasto da Prefeitura na região desde 2009 foi de R\$ 303, 63 milhões. As casinhas amarelas represam as remoções, elas consistem em um total de mais de 77 mil famílias removidas de suas casas<sup>163</sup>. Remoções as quais aconteceram durante a gestão de Eduardo Paes, é o maior processo de remoções da história do Rio. Além desses, destaca-se as operações alaranjados que representam as intervenções urbanas, as quais proveram-se pela a imagem da “cidade olímpica”. Elas estão concentradas em torno do Porto Maravilha, como pode ser observado, e ao decorrer das linhas de BRTs (Transcarioca, Transolímpica e Tranoeste).

---

<sup>162</sup> “Na Maré, ocupação militar custou o dobro dos gatos sociais nos últimos seis anos”. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/na-mare-ocupacao-militar-custou-o-dobro-dos-gastos-sociais-nos-ultimos-seis-anos/>. Acessado em: 11 ago. 2018.

<sup>163</sup> “77 mil moradores foram removidos por conta da Copa e das Olimpíadas no Rio de Janeiro, entre 2009 e 2015”. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2018/04/77-mil-moradores-foram-removidos-por-conta-da-copa-e-das-olimpiadas>. Acessado em: 11 ago. 2018.

## Mapa 07 – O Rio de Janeiro dos Jogos da Exclusão



Fonte: O Rio de Janeiro dos jogos da Exclusão – Justiça Global (2016, s/p).<sup>164</sup>

<sup>164</sup> “O Rio de Janeiro dos Jogos da Exclusão”. Disponível em: <https://medium.com/@jogosdaexclusao/o-rio-de-janeiro-dos-jogos-da-exclus%C3%A3o-104624e70>. Acessado em 11 dez. 2018.

Levando em consideração o mapeamento anterior pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, a grande ocupação do conjunto de favelas da Maré, as UPPs no Complexo do Alemão e as megaoperações em Acari. A ocupação da Maré e suas repressões, por assim dizer, ocorrem desde 2013, durante a Copa das Confederações, momento no qual a repressão às favelas e periferias passar por um processo de megaoperações como essa no Complexo da Maré.

Nesse ocorrido, os batalhões de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE), Policiamento de Choque e o de Ações com Cães realizaram a operação que durante 24 horas e deixando 1 policial e 10 moradores mortos, poucos meses depois e em meados de 2014 houve outra ocupação<sup>165</sup>, no mesmo local, pelo Exército para implementar uma UPP com resultados assustadores de mortes e apreensões<sup>166</sup>, a operação foi decorrente dos jogos da Copa do Mundo, segundo especialistas, intervenções militares nas favelas cariocas em momentos de grandes eventos são comuns e que a próxima “atenção” que o Complexo da Maré e a UPP que está lá será somente para os Jogos Olímpicos<sup>167</sup>. A ocupação do Exército foi trocada pela Polícia Militar, a operação que durou 15 meses o comando do Exército entregou 23,5 mil militares, 85% do contingente destinado à ocupação do Haiti<sup>168</sup>. A ocupação foi permeada por abordagens abusivas, manutenção de tiroteios, prisões ilegais, morte de 21 moradores, segundo Silva (2014), em artigo publicado no jornal O Globo<sup>169</sup>.

<sup>165</sup> A ocupação militar no território foi autorizada através de uma portaria normativa a de número 3461 do Ministério da Defesa em dezembro de 2013 (<https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/>), que autorizava o procedimento para a utilização do Exército em operações de segurança pública, por decisão de competência exclusiva da Presidente da República (<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-assina-decreto-que-autoriza-exercito-a-patrolhar-complexo-da-mare,1146698>), além do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro autorizar o uso de um mandado de busca e apreensão coletivo (é um mandado que não especifica residências, o qual recai em toda a região). A operação procedeu-se até 2015, resultando em um gasto de R\$ 599, 6 milhões aos cofres públicos.

<sup>166</sup> “Moradores protestam após Exército matar homem em favela da Maré no Rio”. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/moradores-protestam-apos-exercito-matar-homem-em-favela-da-mare-no-rio-12042014> acessado em: 12 dez. 2018. e “Complexo da Maré tem segunda morte após ocupação”. Disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/dsirb7h509tj/complexo-da-mare-tem-segunda-morte-apos-ocupacao-04020E98356EE4C94326?types=A&>. Acessado em: 10 dez. 2018.

<sup>167</sup> “UPP da Maré só será prioridade na Olimpíada, diz analista após morte de militar”. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141201\\_upp\\_mare\\_jp\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141201_upp_mare_jp_rm). Acessado em: 11 nov. 2018.

<sup>168</sup> “Ocupação da Forças Armadas a Maré acaba após usar 85% do efetivo do Haiti”. [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/06/26/interna\\_brasil,583315/](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/06/26/interna_brasil,583315/). Acessado em: 10 ago. 2018.

<sup>169</sup> “Ocupação na Maré: segurança aos moradores ou regime de exceção?”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-na-mare-seguranca-aos-moradores-ou-regime-de-excecao-12048129>. Acessado em: 11 ago. 2018.

Segundo o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro – Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro de junho de 2014 (p. 106-107) a Chacina do Pan e a Chacina na Maré são casos emblemáticos e de importância para o entendimento. Em 02 de maio de 2007, o governo do Estado do Rio de Janeiro foi organizado uma grande operação no Complexo do Alemão que duraria até o fim dos Jogos Pan Americanos, na qual contabilizou-se 43 pessoas mortas e 85 pessoas feridas. Essa operação foi definida pelo Governado do estado do Rio de Janeiro como uma declaração de guerra ao tráfico, realizou-se um cerco militar no entorno das dezesseis favelas que formam o Complexo, com a utilização da Força Nacional, Polícia Militar e do Batalhão de Operações Especiais.

O BOPE da PMRJ iniciou o processo de ocupação do território do Morro do Borel na manhã do 27 de abril de 2010. Nessa operação, apenas três pessoas foram presas, supostamente por conta do aviso prévio do governo estadual sobre a ocupação militar, o que teria possibilitado a migração dos comerciantes varejistas de substâncias entorpecentes para outras localidades. Essa ocupação foi acompanhada pela instalação da UPP<sup>170</sup>, da instalação de câmeras pela extensão do território, de maneira a potencializar a presença da polícia no território ocupado e estender o controle e a vigilância, alcançando todo morador, por 24 horas por dia, tratando todo a comunidade como potencialmente delinquente. Curiosamente, apesar do Coronel José Viera de Carvalho, então coordenador das unidades, afirmar que o aparato eletrônico se destina a “verificar quem chega, quem é estranho e qualquer tipo de movimento”<sup>171</sup>, não compreende isto como um atentado à privacidade antes exercida pela população.

Em 24 de julho de 2013, esta situação se repetiu desta vez no Complexo da Maré. Na ocasião agentes do Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHq) e do Batalhão de Ações com Cães (BAC), além de agentes da Força Nacional de Segurança ocuparam o complexo (COMITÊ, 2014). Hoje a Maré encontra-se ocupada pelo exército com base na Portaria Normativa nº 3461<sup>172</sup> do Ministério da Defesa de 2013, a qual prevê a utilização do Exército para operações de garantia da lei e da ordem. A Portaria foi criada por conta dos megaeventos e estende o poder de policiamento constitucionalmente previsto para os militares, podendo atuar nos seguintes casos: ações contra a realização de pleitos eleitorais afetando a votação e apuração de uma votação; ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio incluín-

---

<sup>170</sup> A unidade no Borel foi a oitava a ser instalada, em 2010.

<sup>171</sup> Polícia Militar Ocupa Morro do Borel. Disponível em: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/2167591/policia-militar-ocupa-morro-do-borel>. Acessado em: 12 out. 2018.

<sup>172</sup> Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33\\_m\\_10\\_glo\\_1\\_ed2013.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf)

do os navios de bandeira brasileira e plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileira; bloqueio de vias públicas de circulação; depredação do patrimônio público e privado; distúrbios urbanos; invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas; paralisação de atividades produtivas; paralização de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do País; sabotagem nos locais de grandes eventos; e saques de estabelecimentos comerciais. Vale lembrar que as nomenclaturas de “movimentos ou organizações” foram retiradas do normativa em virtude da repercussão que recebeu à época<sup>173</sup>.

A Presidenta Dilma Rousseff autorizou o uso das Forças Federais em 2014 no Complexo da Maré<sup>174</sup> através da instrução da GLO, assim como a ocupação do Complexo do Alemão em 2007. A ocupação na Maré pelo exército evidencia a insistência da lógica bélica como orientação para a formulação de políticas e ações governamentais em territórios periféricos, especialmente na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro. Analisando o caso do Complexo da Maré e seu conjunto de favelas, trata-se de uma região localizada entre o aeroporto internacional Tom Jobim e centro da cidade, as vias principais que ligam uma área a outra delimitam geograficamente os acessos a essas favelas – região que se mostrou crucial para a realização dos megaeventos na cidade e, portanto, se denominaram o cinturão de segurança. Interessante lembrar que o anúncio da implementação da UPP no complexo já ocorreu em 2011, durante a operação do BOPE abrangendo Parque União, Nova Holanda, Baixada do Sapateiro e Morro do Timbau – todas favelas localizadas no complexo da Maré, mas a implementação só foi realizada em 2014, através da utilização das Forças Federais como mencionado anteriormente.

O Complexo do Alemão, que atualmente conta com 15 bairros e cerca de 150 mil moradores, foi ocupado pelo Exército em dezembro de 2010 com o objetivo de facilitar a implantação da UPP no local. As denúncias de violações desde a ocupação do Exército ampliaram-se com as unidades, instaladas em 2012. Em 2013, os conflitos se intensificaram no Complexo e entre 2014 e 2015, os tiroteios passaram a ser constantes, segundo um levantamento do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Complexo do Alemão (CEPEDOCA). Segundo Lopes (2014), a ocupação do Complexo do Alemão pelo Exército mostrou como esse acontecimento modifica os termos pelas quais era tratado o processo de pacificação. É a partir dali que se cria o consenso em torno em torno da entrada das forças armadas como condição prévia para a instalação das unidades nos territórios que não contavam com sua presença. Para

---

<sup>173</sup> “Após polêmica, defesa decide alterar manual de conduta de militares”. Disponível: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/01/apos-polemica-defesa-decide-alterar-manual-de-conduta-de-militares.html>. Acessado em: 13 nov. 2018.

<sup>174</sup> “Após reunião no Planalto, governo promete tropas federais para o Rio”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/apos-reuniao-no-planalto-governo-promete-tropas-federais-para-o-rj.html>. Acessado em: 12 out. 2018.

Miagusko (2018, p. 166-167) a importância desse acontecimento vai além, porque este consenso se estabelece entre diferentes forças, incluindo o próprio Exército, que naquele momento era reticente das consequências desta participação, e também a mídia e o governo federal para fazer um cinturão de pacificação para outros territórios. Essa mudança, segundo o autor, é na qualidade política das unidades pacificadoras no sentido que a militarização como dispositivo securitário: com o Alemão, as unidades entram numa nova fase e se militarizam mais, porque passam a depender do efetivo das Forças Armadas para a manutenção.

Um dado interessante, segundo o “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro” – Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015, p 116 – 117), é a diminuição dos homicídios, porém, surge um novo dado; o aumento significativo dos desaparecimentos, ainda o documento especula que isso seja por consequência da oferta por parte do governo de recompensas aos policiais para diminuir os índices de letalidade, como pode ser visto no próprio site do Governo do Rio de Janeiro o qual afirma o investimento de R\$ 27 milhões no pagamento a 2.898 policiais militares e civis para redução desses índices<sup>175</sup>. E para corroborar com isso há vários indícios de que a ampliação de desaparecidos se contrapõe à diminuição dos homicídios, a Área Integrada de Segurança Pública (Aisp) registrou o maior percentual de pessoas desaparecidas e segundo o jornal Extra, em um levantamento<sup>176</sup>, de junho de 2013 houve 106 pessoas desaparecidas um percentual de 16,5% maior que no mesmo período do ano anterior de 2012.

A megaoperação em Acari<sup>177</sup> está dentro de uma lógica de invasões militares feitas em favelas e das suas decorrentes violações de direitos humanos, do emblemático 41º Batalhão de Polícia Militar localizado em Irajá, criado em 2010, é oriundo do 9º Batalhão de Polícia Militar de Rocha Miranda, responsáveis pelos de Irajá, Vista Alegre, Vila da Penha, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos, Turiaçu, Vaz Lobo, Madureira, Engenheiro Leal, Cavalcanti, Pavuna, Costa Barros, Barros Filho, Parque Columbia, Acari e Colégio. E segundo o relatório da Anistia Internacional (2015, p. 22) a região com maiores índices de letalidade é a região do Acari

---

<sup>175</sup> “Policiais recebem premiações por redução da criminalidade”. Disponível em:

<http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=2095262>. Acessado em: 09/21/2018.

<sup>176</sup> “Cinco das sete áreas com UP tiveram aumento nos casos de desaparecimento após ocupação das favelas”. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/cinco-das-sete-areas-com-upp-teriveram-aumento-nos-casos-de-desaparecimento-apos-ocupacao-das-favelas-9799366.html#ixzz3ihyo0ZqG>. Acessado em: 12 nov. 2018.

<sup>177</sup> “Polícia faz operação na favela de Acari”. Disponível em:

[https://odia.ig.com.br/\\_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/policia-faz-operacao-na-favela-de-acari/55ce02e099a6bc564000011d.html](https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/policia-faz-operacao-na-favela-de-acari/55ce02e099a6bc564000011d.html). Acessado em: 10 set. 2018.

se localiza, tendo sido mortos 68 pessoas em 2014 pela PM sob a figura do “auto de resistência”<sup>178</sup>, tendo sido apenas em Acari 10 dessas pessoas mortas.

Violência policial e do Exército foram direcionadas, segundo estudos indicados no “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro – Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015, p. 130- 131), no período pré-copa, a três grupos: 1) as crianças adolescentes em situação de rua; 2) os moradores de favelas, em especial aqueles que vivem sob as UPPs; 3) e os adolescentes durante os protestos que ocorreram em todo o país em 2013. As principais violações contra as crianças e adolescentes em situação de rua ocorreram através do recolhimento compulsório destes grupos durante uma operação chamada “Operação Choque de Ordem”. Tal operação se intensificou durante o contexto dos megaeventos na medida que o seu principal objetivo era fazer uma “limpeza das ruas” e preparar a cidade para os visitantes e a visibilidade para mídia. Tratou-se de uma série de ações da Secretaria Especial de Ordem Pública, onde a Guarda Municipal em conjunto com outros órgãos de fiscalização e limpeza, como o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Municipal de Limpeza Urbana, percorreram a cidade em determinados bairros, recolhendo lixo, mercadorias ilegais de ambulantes, mas também moradores de rua.

A violência policial em favelas tem um aumento decorrente do crescente número de operações policiais nestes territórios no período anterior e também durante a realização da Copa do Mundo, dos Jogos ou até mesmo da Copa das Confederações em 2013<sup>179</sup>. Existe um padrão de atuação das forças de segurança pública em favelas e territórios populares durante megaeventos esportivos que vem sendo responsável pelo processo de criminalização destas áreas e de seus moradores, incluindo crianças e adolescentes. Nesse sentido, dois meses antes do início da Copa, cerca de 1200 policiais entraram no Conjunto de Favelas da Maré como parte de ações de implementação da trigésima nona UPP no estado. A pesquisa mostrou que as violações relatadas nestes casos incluíram revistas nas casas sem autorização judicial, uso de agressão verbal e física durante o procedimento, quebra ou furto de pertences dos moradores, disparo de tiros de borracha e assédio as meninas.

---

<sup>178</sup> O auto de resistência funciona da seguinte maneira: um policial mata um suposto “suspeito”, alegando legítima defesa e que houve resistência do suspeito no ato da prisão. Para entender melhor verificar: <https://pt.globalvoices.org/2015/02/10/entenda-o-que-e-o-auto-de-resistencia-no-brasil-e-o-que-esta-sendo-feito-para-acabar-com-eles/>. Acessado em: 10 out. 2018.

<sup>179</sup> Um ano antes da Copa, no período da Copa das Confederações em 2013, nas grandes manifestações públicas que aconteceram por todo o Brasil, a violência cometida pela polícia e dirigida a adolescentes vindos do movimento estudantil de escolas e universidades teve como objetivo reprimir os protestos. A Polícia Militar chamada para conter as manifestações, além de ferir muitas pessoas, cometeu uma série de irregularidades na detenção de menores de 18 anos.



Desse ponto de vista, não há uma distinção entre normalidade e militarização, mas um continuum que torna a militarização condição permanente para a pacificação dos territórios. Mas, no nosso caso, a especificidade desse processo é produzir uma doutrina da pacificação contra uma “insurgência sem insurgentes”. É o que aponta Teixeira (2011, s/p) que, ao traçar as primeiras linhas gerais das UPPs, correlaciona uma possível “doutrina da pacificação” com a “doutrina da contra insurgência”. Vale a pena utilizar os telegramas citados pelo autor, vazados Wikileaks, contendo a correspondência de um funcionário do consulado relatando conversas com um comandante do BOPE e analisando os desafios, e comparando-as com outras cidades problemáticas em que os Estados Unidos interviram em situações de insurgências:

O Programa de Pacificação de Favelas compartilha algumas das características da doutrina e da estratégia de contra insurgência dos EUA no Afeganistão e no Iraque. O sucesso do programa dependerá, em última instância, não apenas de uma efetiva e duradoura coordenação entre a política e os governos estadual/municipal, mas também da percepção dos moradores das favelas quanto à legitimidade do Estado [...] Outro fator significativo para que o projeto seja bem sucedido é o quão respectivo serão os moradores das favelas para assumirem as suas responsabilidades cívicas, tais como pagar por serviços e taxas legítimas. O lugar-tenente do BOPE, Francisco de Paula, o qual também é resistente da favela Jardim Batan, contou-nos que muitos da sua comunidade resistem à ideia de terem que passar a pagar taxas mais elevadas por serviços como eletricidade e água, outrora providos por fontes piratas. Carvalho também disse que os seus oficiais encontraram uma confusão generalizada entre os moradores que, até agora, vinham pagando por eletricidade e TV a cabo providas por fontes clandestinas. “É muito difícil para eles ter que pagar, de uma hora pra outra, por serviços que antes eles recebiam por menos ou até mesmo de graça”, disse ele. Carvalho também se lamentou pela mentalidade dominante entre os moradores de favelas que viveram por décadas sob o controle de grupos de narcotraficantes. “Esta geração está perdida”, disse ele. “Precisamos nos concentrar nas crianças através da promoção de programas de esporte e educação.”<sup>180</sup>.

A polícia, desde seus primórdios, se organizou como instituição militar, de modo que sua força coercitiva podia ser controlada pela disciplina, canalizada pela hierarquia e dirigida a alvos específicos, e o uso de terminologias e de conceitos militares na política do Rio de Janeiro remonta do período imperial (HOLLOWAY, 1997, p. 50), assim:

A justificativa fundamental das organizações militares é concentrar, regular e dirigir forças contra o inimigo. O inimigo da polícia do Rio de Janeiro era a própria sociedade – não a sociedade como um todo, mas os que violavam as regras de comportamento estabelecidos pela elite política que criou a polí-

<sup>180</sup> COUNTER-INSURGENCY DOCTRINE COMES TO RIO’S FAVELAS, disponível em <http://wikileaks.ch/cable/2009/09/09RIODEJANEIRO329.html>. Acessado em 13 ago. 2018.

cia e dirige a sua ação. Pode-se ver esse exercício de concentração de força como defensivos, visando proteger as pessoas que fizeram as regras, possuíam propriedade e controlavam instituições públicas que precisavam ser definidas. Mas também se pode vê-lo como ofensivo, visando a controlar o território social e geográfico – o espaço público da cidade –, subjuguando os escravos e reprimindo as classes inferiores livres pela intimidação, exclusão ou subordinação, conforme as circunstâncias exigissem (HOLLOWAY, 1997, p. 50).

Segundo Patrícia Oliveira, em uma entrevista ao Instituto PACS, 2017<sup>181</sup>, defensora dos direitos humanos na Rede de Comunidades Contra a Violência, afirma que a UPP nada mais é que o Grupo de Policiamento em Áreas Especiais, o GPAE, que entrou nas favelas em 2000. O que tem de atual, segundo ela, nas unidades é o dinheiro, no caso os recursos. As unidades eram a menina dos olhos dos empresários, afinal, quando o assunto é segurança se busca recursos. Para a defensora o discurso de uma falácia nas unidades coloca terror na cabeça da população, logo, legítima a necessidade de mais recursos. É um discurso que é sempre e mais preciso investir em segurança pública, ou seja, quanto mais recursos e mobilização de aparatos, melhor.

Segundo a ONG Paz no Rio, entre 2015 e abril de 2017, 21 crianças foram atingidas por “balas perdidas” na cidade do Rio de Janeiro, das quais 20 delas foram atingidas em regiões pobres da cidade. De janeiro de 2017, foram sete crianças baleadas na cidade, de acordo com a mesma organização. Outras estatísticas a qual mostra a militarização afeta diretamente o desenvolvimento de crianças e adolescentes, no levantamento feito pela Secretaria Municipal de Educação, a pedido do jornal Extra, mostrou que dos 200 dias letivos de 2016, foram 157 com pelo menos uma escola impedida de funcionar por causa dos tiroteios. (PACS, 2017, p. 14-15).

Segundo levantamento feito pela própria PMRJ, os confrontos nessas áreas, com UPPs instaladas, passaram de 12 em 2011 para 1555 em 2016, o que representa um aumento de quase 13.746%. Em 2017, foram 120 pessoas mortas no que o Instituto de Segurança Pública classifica de “Homicídio decorrente de Oposição à Intervenção Policial”, um aumento de 967% em relação a marco de 2016, quando 61 pessoas foram mortas. (PACS, 2017, p. 34-35). Em 2017, escolas tiveram de fechar as portas 65 vezes na cidade, nos 22 primeiros dias letivos do ano. Dos 641 mil estudantes da rede municipal 115 mil ficaram ao menos um dia sem aulas normais em 2016. A região, mas afetada foi a Maré, Bonsucesso, Ramos, Cordovil e entorno, que somados representam 24.016 mil estudantes sem aula em 2016. No fim de julho de

<sup>181</sup> PACS, Instituto. Militarização do Cotidiano: um legado olímpico, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2018/03/Militariza%C3%A7%C3%A3o-do-Cotidiano-Um-legado-ol%C3%ADmpico.pdf>. Acessado em 12 ago. 2018.

2017, 10 mil agentes – 8,5 mil das Forças Armadas, 620 da Força Nacional e 1.120 da Polícia Rodoviária Federal – chegaram de “surpresa” ao Rio de Janeiro para ocupar 22 pontos da cidade sob justificativa de se combater a escalada dos índices de violência. Além disso, incursões cotidianas têm sido realizadas nas comunidades de Manguinhos, Jacarezinho e Rocinha. Nas primeiras duas, em dez dias de operações, sete pessoas perderam a vida nessas ações. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, 381 escolas fecharam pelo menos um dia no ano letivo de 2017 – 15 delas no Jacarezinho, afetando cerca de 131 mil estudantes (PACS, 2017, p. 24).

Em eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, investimentos em justiça e paz sociais foram mitigando-se o que se aprofundou ainda mais a situação do Rio de Janeiro. De 2013 para 2017 a população vivendo em situação de rua triplicou na cidade, segundo dados levantados pela própria Prefeitura. Investimentos em saneamento básico, creches, atendimento em saúde, lazer migraram para assim chamadas UPPs, em 2017, o orçamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro destinado a segurança público atingiu a casa de R\$ 12,1 bilhões, quando o dobro dos R\$ 6,6 bilhões direcionados ao orçamento com saúde.

Em 2014, a ocupação militar na Maré foi anunciada por Cabral, como uma ação de “integração das cidades”:

fomos provocados e intimidados nos últimos dois, três meses pelo poder paralelo em uma tentativa de enfraquecer uma política de segurança. É uma resposta que o povo do Rio de Janeiro e do Brasil reconhece. É uma cidade que se integra a capital. Um dia histórico. Se a entrada da policial já significou medo aos moradores, hoje significa a chegada da paz.<sup>182</sup>

Olhando para os dados do relatório a seguir, figura 04, mostra claramente um projeto de intervenção militar da periferia, talvez, como mencionou o antigo prefeito, a integração da cidades se deu por meio das armas, da criação da insegurança, da violação dos direitos humanos, da criação do inimigo interno representado no negro, periférico, favelado e suspeito.

---

<sup>182</sup> “Maré – um laboratório para o Rio”. Disponível em: <http://datalabe.org/narrativa/mare-um-laboratorio-para-o-rio/>. Acessado em: 12 nov. 2018.

Figura 04 – Dados sobre a intervenção no Complexo da Maré



Fonte: relatório “A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação da Forças Armadas na Maré” realizado pela Redes da Maré em 2017 (SILVA, 2017, s/p).

Segundo Lidiane Malanquini, coordenadora do eixo de Segurança Pública da Redes da Maré,

[...] no Brasil, e no Rio de Janeiro, não se construiu uma forma de fazer política de segurança pública que fuja do prisma da militarização. O país teve 13 GLOs só nos últimos 10 anos e agora temos uma intervenção federal. O Estado não consegue pensar segurança pública a partir da lógica cidadã, de prevenção e inteligência. A única resposta que se dá é militarizar, armar mais, via confronto bélico, repressão da criminalidade [...] <sup>183</sup>

As unidades pacificadoras se confundiam e desenfreadamente dependeram nos últimos anos das forças militares ou de controle militarizados de espaço. A ineficiência não estava mais somente ligada as ocupações militares, mas também às UPPs, pois projetos que deveriam ser à priori distintos se confundiram e se tornaram a mesma. Segundo o general Sérgio Etchegoyen- chefe do GSI demonstrou em 2017 ter clareza das consequências do empenho militar em tarefas de segurança, mesmo levando a morte 32 pessoas durante as operações de GLO;

Existem dois fatores críticos para o sucesso disso: a adesão da sociedade no Rio de Janeiro e a compreensão que a mídia terá do que será feito. Isso é fundamental porque vamos ter insucesso, vamos ter incidentes. Estamos nu-

<sup>183</sup> “Maré – um laboratório para o Rio”. Disponível em: <http://datalabe.org/narrativa/mare-um-laboratorio-para-o-rio/>. Acessado em 02 dez. 2018.

ma guerra. Vai acontecer, é previsível que aconteçam coisas indesejáveis, inclusive injustiças. Mas ou a sociedade quer ou não quer.<sup>184</sup>

Segundo Gizele Martins, no artigo intitulado “Da Palestina à Maré: a luta pelo direito à vida” (PACS, 2017, p 41-43), jornalista e comunicadora popular no Complexo da Maré, relata que os moradores da Maré vivenciaram durante a realização da Copa do Mundo, não é nada muito diferente do que os palestinos vivem em seu espaço de moradia hoje. Assim como a militarização da vida é constante e assustadora. Lá na Palestina os caças passam diariamente pela vida dos palestinos, e na Maré são os caveirões aéreos que passam também pelos favelados. Para Martins o mais triste é perceber que existe uma naturalização mundial sobre a violência que os dois diferentes povos sofrem pelos poderes estatais e militares (MARTINS, 2017, p.33).

O Complexo da Maré tem uma população de quase 200 mil pessoas. É uma favela que existe desde 1940 e que sofre constantemente com invasões de vários policiais existentes no Rio e enviados pelo próprio governo, causando transtornos às vidas locais, assassinatos, escolas fechadas, desemprego, medo, invasões de casas, o não direito e ir e vir, além de outros problemas cotidianos. Em 2014 e 2015 época da realização da Copa do Mundo, as ruas da Maré, assim como as ruas de Hebron na Palestina, a qual é atualmente tomada por tanques de guerra. Soldados por todas as ruas, as revistas eram constantes todos os moradores, até mesmo as fraldas das crianças de colo eram revistadas, escolas invadidas pelo Exército. Toda a Maré estava sob a Garantia de Lei de Ordem, a GLO, lei utilizada para a repressão da periferia durante os anos de 2014 e 2015 (MARTINS, 2017, p. 34).

Entre essas operações estão, em 2010 houve uma operação de GLO, em 2011; 4, em 2012; 3, incluindo a segurança da RIO+20, em 2013; 1, para a Copa das Confederações, em 2014; 6 Copado Mundo, em 2015; 3, em 2016; 2 incluindo as Olimpíadas do Rio. Em 2017 foram 18, três operações mais 15 etapas da Operação Furação. Em 2018 intervenção federal com 43 operações pela GLO até setembro de 2018.<sup>185</sup>

Segundo reportagem do El País, e pesquisa do Datafolha, as Forças Armadas como a instituição que os brasileiros mais confiam ficou em 37% que dizem confiar muito, 41% pouco. Já um relatório produzido pela ONG Redes da Maré em parceria com a Universidade Queen Mary, para 69,2% a presença militar não aumentou a sensação de segurança. O grau de

<sup>184</sup>“Exército é acusado de matar inocentes em operações de segurança pública.” Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/11/politica/1541976646\\_763406.html?id\\_externo\\_rsoc=W\\_BR\\_CM](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/11/politica/1541976646_763406.html?id_externo_rsoc=W_BR_CM). Acessado em: 22 dez. 2018.

<sup>185</sup> Idem.

aprovação da atuação do Exército também foi baixo: 4% avaliaram como ótima e menos de 20% como boa. Do outro lado, 13,9% avaliaram como péssima e 11,9% como ruim.<sup>186</sup>

Já em 2018, a operação batizada “O Rio quer Segurança e Paz<sup>187</sup>” mobilizou 8.500 militares das Forças Armadas, 620 da Força Nacional e 1.120 da Polícia Rodoviária Federal. O contexto dessa intervenção consiste em uma carta branca para os mandados coletivos nas favelas, algo recorrente e de praxe das Forças Armadas e Segurança e, aparentemente, essas operações não podem ser mais consideradas como exceção e sim como a regra. Contudo, as favelas permaneceram lá e aumentaram, talvez o que mudou foi a extensão das políticas de segurança engendradas nesses territórios com o objetivo de evitar o crime, sobretudo, para aumentar de sensação de segurança.

---

<sup>186</sup> *Idem.*

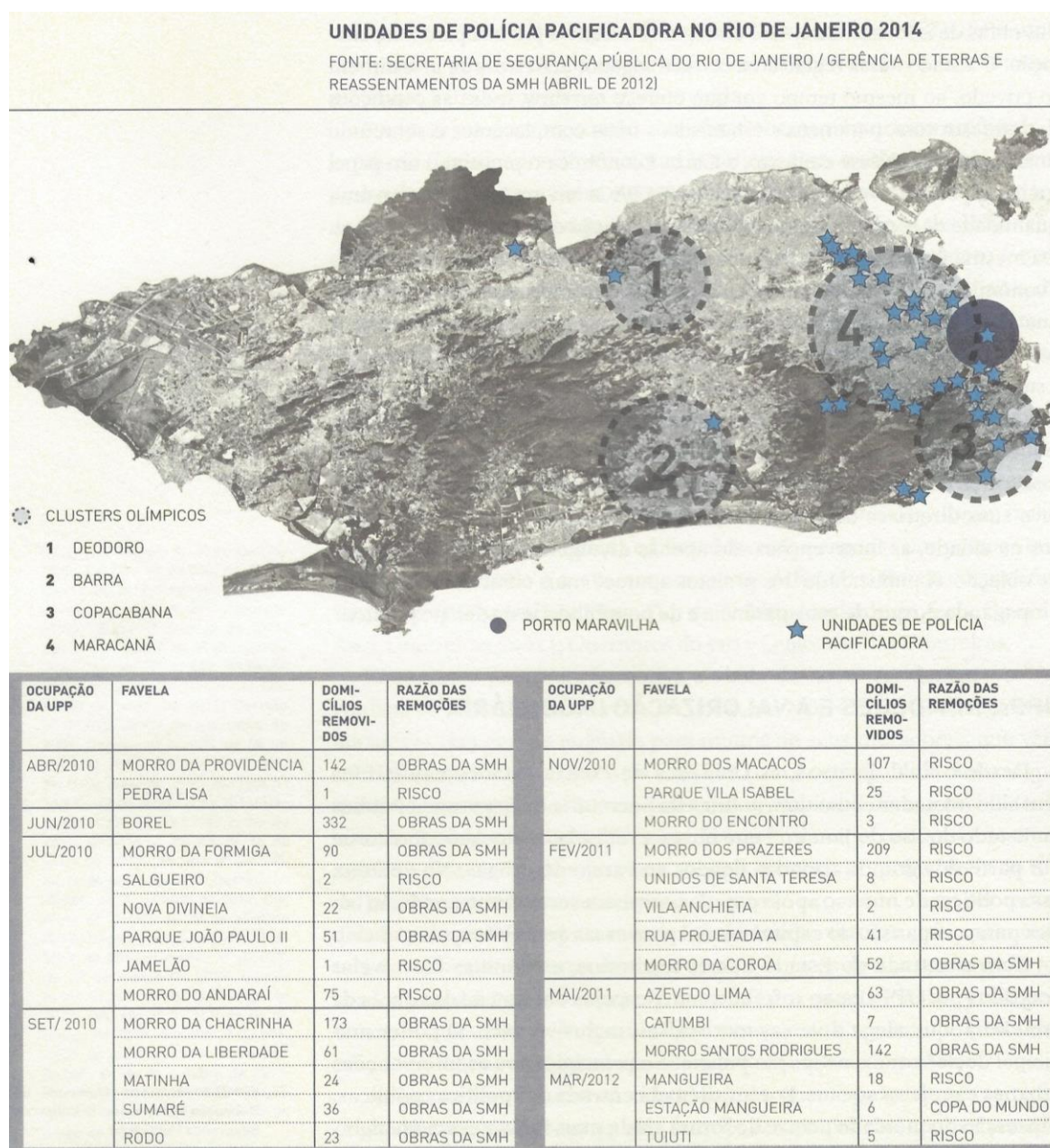
<sup>187</sup> “Forças Armadas atuam em Operação Rio Quer Segurança e Paz”. Disponível em: <http://radios.ebc.com.br/revista-brasil/2017/08/forca-nacional>. Acessado em 01 set. 2018.

#### **4 UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA: CLUSTERS OLÍMPICOS E SEUS CINTURÕES DE SEGURANÇA**

Se no primeiro e segundo capítulos os dois projetos de intervenções se convergiram para formar o que se deu como a cidade Olímpica Rio 2016. Nesse capítulo a lógica das unidades pacificadoras será o instrumento que ajudará a entender a conexão entre os projetos. As unidades alimentaram as lógicas de intervir para preparar e pacificar o Rio para receber os Jogos. Aqui as unidades se estabelecem como a grife de um modelo de cidade ordenada e pacificada, para a população e, principalmente, para o mercado. A lógica que toma conta da periferia além de ser de remoções e militarização é também a da invasão dos serviços nas favelas. Clusters olímpicos são formados nas zonas de interesses do COI, e assim, são constituídos o que chamaremos de cinturões da segurança para assegurar os Jogos e os interesses do mercado são geograficamente implementados por meio das unidades pacificadoras.

Desde o final de 2008, as UPPs têm sido adotadas como uma política da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro que busca a retirada do domínio territorial por parte dos grupos armados ligados ao varejo de drogas. No entanto, essa política, de imenso apoio popular, também serve como condição básica para a expansão do capital formal para essas áreas e seu entorno. Com a entrada do Estado nesses territórios, as famílias das favelas ocupadas por unidades estão sofrendo com despejos em função das obras da prefeitura que alega diversas motivações, inclusive risco. O poder municipal declara que a ocupação policial é o princípio para as intervenções urbanas e projetos sociais. Porém, além da entrada das políticas públicas, a inserção do mercado ocorre de forma ainda mais feroz nessas áreas e no mapa 08 pode-se observar a localização exata e estratégica das unidades pacificadoras, observa-se a presença das mesmas nas regiões que se denominou no trabalho como os clusters olímpicos, representados no mapa com os círculos em pontilhado.

Mapa 08 – Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, 2014



Fonte: (FAULHABER; AZEVEDO, 2015, p. 60).

Em 2011, o Decreto-Lei 42.787/2011 no Rio de Janeiro foi assinado, ele elenca cinco etapas para a correta implementação das UPPs: intervenção tática, estabilização, implantação, avaliação e monitoramento. A primeira etapa caracteriza pela ocupação militar, com o auxílio de tropas especializadas como o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE/PMRJ), Forças Armadas, Batalhão de Choque (BPChoque), ou uma estrutura própria, no caso um batalhão próprio, para cada local de intervenção. A segunda etapa é a estabilização, na qual são intercaladas intervenções militares e táticas com alguma interação na localidade. Na terceira etapa de implementação, há a proximidade da polícia com a comuni-



dade, nessa etapa, segundo o decreto haverá a avaliação e monitoramento desse processo (RIO DE JANEIRO, 2011, s/p).

Nesse mesmo Decreto, é criada a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), que teve como missão dirigir estrategicamente as operações do plano de implantações das Unidades de polícia pacificadora. Além desse objetivo, a sua meta é construir a gestão do projeto de “pacificação” nas favelas a partir dos seguintes conceitos de política pública: eficácia, eficiência e efetividade, sem que haja a necessidade de “reproduzir a gestão tradicionalmente militar” (RIO DE JANEIRO, 2011, s/p). Se, de um lado, há um projeto específico e a priori positivo de pacificação, por outro, ele tem sido questionado, no quesito relação entre Estado e as populações nas favelas. Pois esse modelo de pacificação, as políticas públicas chegam em segundo plano em determinadas regiões ocupadas ou até nem chegam. Essa combinação entre projeto social e policiamento tem sido questionada por pesquisadores, operadores de políticas públicas, lideranças locais e moradores. Segundo Fleury (2012), as análises nesse sentido partem do processo de militarização das favelas ou ainda da militarização do social.

As UPPs possuem um modelo internacionalizado com aspirações na política colombiana de combate ao crime e vista como modelo para as políticas de segurança pública carioca. A visita de políticos como Aécio Neves, Geraldo Alckmim e Sérgio Cabral à Colômbia reforçam esse viés. A fala oficial do governador Sergio Cabral, no Palácio Laranjeiras, a uma entrevista à revista Piauí refere-se a visita a Medellín em 2007, ajuda a comprovar que a Colômbia serviu como inspiração para o modelo que foi implementado no ano seguinte na cidade maravilhosa, em 2008. “A experiencia colombiana mostra que o enfrentamento do crime com todas as forças é a única saída para entrar nas áreas ocupadas por criminosos armados” (PINHEIRO, 2007).

A operacionalização da chamada “guerra e enfrentamento ao tráfico”, remete a uma corrida armamentista, tanto do Estado quanto pelo tráfico. Conseqüentemente, o resultado é um clima de suspeição, ambiente propício para o senso comum, generalizado, capturar um imaginário social e justificar a chamada “guerra ao crime”. O que Leite (2012, p. 378-379) chamou de “metáfora da guerra” é o resultado da estratégia de criar um padrão de atuação e abordagem policial nas favelas. O combate é ao tráfico e às facções criminosas, mas as conseqüências desse combate ocorrem para seus moradores, logo, que as intervenções e ocupações são justificadas e até legitimadas por estarem acontecendo no espaço do “inimigo”. Para a autora em territórios de permanência militar pode ser conceituado como uma “guerra aos pobres”, baseada em “territórios da pobreza” os quais são tratados como “território da violência”. Logo, a partir da “guerra ao tráfico”, legitima-se a guerra aos espaços populares, o que

justifica incursões militares e violações de direitos humanos dentro fora de qualquer consequência e de uma institucionalidade do Estado de Direito.

A compressão que as UPPs abrangem uma pequena porcentagem da cidade do Rio de Janeiro, pois logo, existem mais de mil favelas na cidade carioca e as unidades ocupam menos de 10% delas foram contempladas, somada ao peso militar em detrimento do peso social dão direção a algumas críticas em relação da ineficiência da política exercida apenas da polícia. Nesse sentido, as declarações do próprio Secretário de Segurança Pública do Estado, José Mariano Beltrame, em entrevistas ao jornal O Globo, em maio de 2011<sup>188</sup>, demonstram essa questão nitidamente, segundo o secretário:

Nada sobrevive só com segurança. Não será um policial com um fuzil, na entrada de uma favela, que vai segurar, se lá dentro das comunidades as coisas não funcionarem. É hora de investimentos sociais. Se não houver investimentos maciços na dignidade dos cidadãos, na geração de perspectivas para aquelas pessoas, não digo que o programa vá dar errado, mas não é a polícia que vai garantir o sucesso de tudo isso. A UPP criou um ambiente para a sociedade começar a pagar a dívida que todos temos com essas áreas até então excluídas. O sucesso do projeto depende de investimentos maciços, e estes não estão sendo feitos na velocidade necessária.

Declarações reveladoras, pois, a política de segurança pública é algo central para o Estado do Rio de Janeiro, e nos últimos anos a implementação das UPPs foi apresentada como a principal elaboração do Executivo estadual, que tem foco exclusivo na geografia carioca, na cidade do Rio de Janeiro, as imagens mostram o “cinturão da segurança”. A seguir mapas que ilustram esse panorama, no mapa 08 vimos a localização das unidades na cidade carioca, e nota-se uma concentração no Zona Oeste em direção ao centro histórico e ao aeroporto internacional nas proximidades das entradas para a Ilha do Governador. No mapa 09, há a localização das UPPs e das ocupações militares da PMRJ implementadas ou em processo de implementação, haja visto que o mapa é do ano de 2010 e nem todas as 38 unidades ainda estavam implementadas o que o editorial do O Globo de 2010 chamou de “cinturão da segurança”.

Consequentemente, olhando para o mapa 10, retirado do Dossiê oficial de candidatura do Rio 2016, observa-se as zonas que aconteceram as Jogo Olímpicos e Paraolímpicos, coincidência ou não os dois mapas apontam mesmas localidades. Em outras palavras os cluster

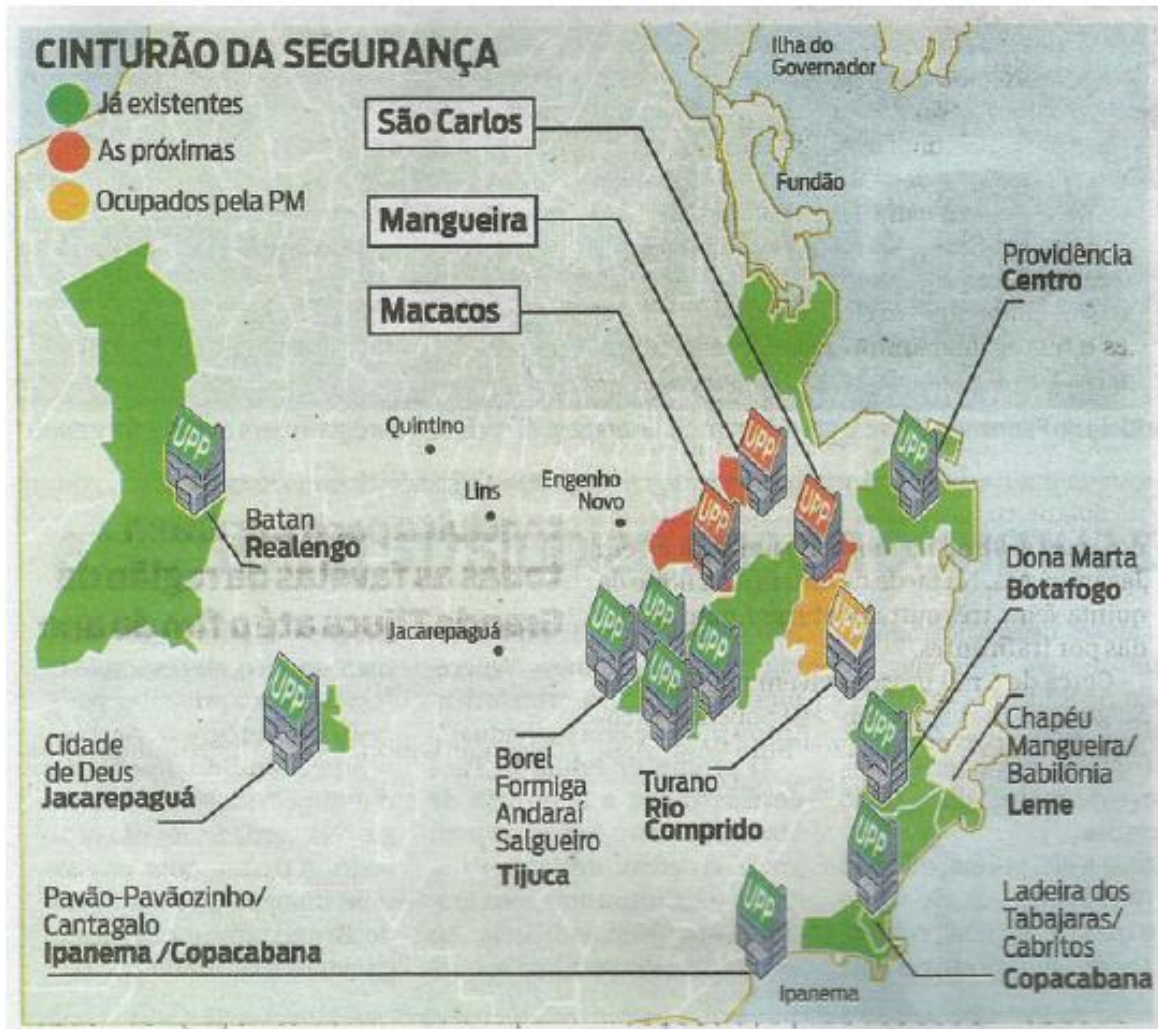
---

<sup>188</sup> BOTTARI, Elenilce; GONÇALVES, Liane. “Beltrame quer pressa em investimentos sociais pós-UPPs: ‘Nada sobrevive só com segurança’”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/beltrame-quer-pressa-em-investimentos-sociais-pos-upps-nada-sobrevive-so-com-seguranca-2764060>. Acessado em 13 nov. 2018.

olímpicos não somente estão localizados nesses locais como observados anteriormente, mas também as unidades de polícia pacificadora, as remoções e expulsões (observados nos mapas anteriores 03, 04 e 05 no primeiro capítulo do trabalho) e os cinturões da segurança construídos através de um processo de ocupação militar das favelas e militarização das regiões urbanas centrais do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Para afirmar isso observando o mapa 08 as unidades pacificadoras estão identificadas e localizadas nas regiões dos clusters olímpicos, ou seja, nas zonas de influência dos Jogos (FAULHABER; AZEVEDO, 2015, p. 60-61).

O projeto das UPPs, as ocupações militares de Forças Armadas ou dos batalhões especiais de polícia e da própria PMRJ, as intervenções urbanas no centro – Porto Maravilha - e inúmeras outras localidades e favelas na região da zona Oeste e Barra da Tijuca, os locais das estruturas esportivas e administrativas dos Jogos evidenciam: houve uma grande intervenção urbanística de reurbanização e revitalização, em conjunto às remoções e às expulsões, a militarização da periferia desempenhada pela criação das unidades pacificadoras nas favelas da cidade-sede dos mil encantos, essas intervenções militares nas ocupações militares e as grandes obras de intervenção urbana são protegidos pelos cinturões da segurança que nada mais nada menos seriam as próprias unidades pacificadoras como podem ser observadas no mapa a seguir. O mapa 09 a seguir demonstra a localização destas UPPs, além do fato de trazer as ações em curso do projeto de implementação das unidades.

Mapa 09 – Cinturão da segurança



Fonte: O Globo, 03/02/2010.

Estes cinturões da segurança cercavam os locais das zonas olímpicas, ao quais no presente trabalho denominou-se como os “clusters olímpicos”, no mapa 10 podem ser observadas essas zonas, as quais eram as localidades estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos e suas atividades administrativas. Como pode ser visto essas regiões são: Barra, Maracanã, Deodoro e Copacabana, como foi mencionado durante o primeiro capítulo do trabalho essas zonas são as localidades privilegiadas no projeto Rio 2016.

## Mapa 10 - Zonas Olímpicas



Fonte: Dossiê de Candidatura do Rio 2016<sup>189</sup>.

Em 2016, milhares de homens do exército e da Força Nacional patrulharam as ruas do Rio enquanto aconteciam os Jogos Olímpicos. A sensação geral era de segurança, enquanto que nas favelas e subúrbios a violência não cessou durante um minuto. Finalmente, no segundo semestre de 2017, o Governo Temer enviou mais uma vez militares. Segundo Jaqueline Muniz<sup>190</sup>, “gastou-se 10 milhões de reais na Rocinha para apreender algumas armas”. As UPPs estão inseridas em uma concepção militarizada de segurança pública, mesmo que unidades não se utilizem de um contingente militar oriundo da Força Armadas, os policiais da PMRJ estão dentro de uma lógica militarizada e hierarquizada, mas as unidades também se inserem em um contexto global de militarização das cidades nos mais variados sentidos.

A segurança está cada vez mais ligada à doutrina militar que enxerga as cidades como sendo espaços problemáticos, espaços que concentram atos de subversão, resistência, mobilização, dissidência e protesto. O novo urbanismo militar tende a presumir um mundo em que não existem civis, mas potências lutadoras, terroristas, insurgentes ou alvos legítimos (GRAHAM, 2011, p.16). Nesse contexto, agências de poder punitivo se remodelam de forma

<sup>189</sup> Dossiê de Candidatura do Rio 2016. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/594>. Acessado em: 12 dez. 2018.

<sup>190</sup> Idem.

muito mais militarizada e se reorganizam para operações altamente bélicas de contraterrorismo e segurança de grandes eventos.

Modelos explicitamente militares cada vez mais sustentam novas ideias em penalogia e doutrina e tecnologia policial, bem como vigilância voltadas à guerra urbana, operações militares em terreno urbano ou conflito de baixa intensidade – conceitos militares desenvolvidos o objetivo de controlar massas urbanas na periferia global – são rapidamente imitados para disciplinar no coração de metrópole imperial (GRAHAM, 2011, p. 23).

Isso resulta em ilhas transnacionais de encarceramento, tortura e morte, mas também turismo e estilo de vida das elites, em geografia fragmentadas. Logo, uma vez mais, é necessário separar as pessoas e circulações “perigosas” das “não perigosas”, mercedores de proteção e, para isso, a polícia militarizada e os militares policiados (GRAHAM, 2011, p.96) cuidam de arquipélagos em que se protegem os privilegiados, enquanto aplicam normas nos enclaves de descarte humano e encarceramento.

As geografias urbanas se tornam progressivamente militarizadas em enclaves fortificados e impenetráveis, segundo Flusty (1997) os enclaves urbanos se tornaram agitados e irascíveis, mais voltados para dentro, militarizados e com a forte tendência de demarcar suas fronteiras entre o interno e externo urbano. Esses enclaves urbanos (aqui o Projeto Porto Maravilha se encaixaria perfeitamente), produtos de um neoliberalismo transnacional, não são difíceis de serem observados, em Londres por exemplo, Paul Kingsnorth (2008) menciona que parques e passeios, praças e espaços públicos, estavam sendo comprados e fechados. Essa tendência está intimamente ligada ao crescimento da política de policiamento o qual tem como objetivo controlar a urbanidade e o acesso a espaços determinados. Por essas lógicas, Oenen (2004, p. 07) entende que o período atual está marcado por um afastamento do ideal urbano moderno de cidadania interativa e aproximando-se de uma corrida pela segurança sem precedentes.

Nas cidades em expansão do Sul global, segundo Graham (2004a), a guerra nas dinâmicas urbanas tem sido lançada contra assentamentos informais, que costumavam ser demolidos, eliminados ou cercados por fronteiras militarizadas por causa da ameaça que parecem representar ao corpo político, à saúde pública, ou à conquista do objeto da cidade de ser considerada global, de tecnologia avançada, moderna ou atraente para o mundo mais amplo. Como Wacquant (2008, p.56), ao analisar o estado do Rio de Janeiro argumenta que muitos governos possuem uma estratégia de “contenção punitiva” em relação a cidades informais, para o autor é o “gerenciamento das populações despossuídas e desonradas da cidade polarizada na

era do neoliberalismo triunfante”. As favelas do Rio operaram como espaços de descarte de excedente de uma parte da população a qual sob o capitalismo neoliberal é excluída pela militarização urbana e suas lógicas de expulsão.

Segundo Wood e Coaffee, (2006, p. 503), os “estados de emergência” acontecem em espaços internacionalizadas a partir da execução de determinados eventos internacionais como nos esportivos, políticos ou nos espetáculos de alta visibilidade. Os “rings of steel” podem ser tidos como analogias aos cinturões da segurança no Rio 2016, os anéis de aço são os rededores de centros financeiros como o de Londres e que criam uma zona segura em torno dos mesmos, assim, são cordões altamente militarizados. Segundo Graham (2016, p. 188) remontan à lembrança de Bagdá na área internacional militarizada conhecida como green zone<sup>191</sup>, criada para proteger as forças de ocupação e os jornalistas ocidentais da escalada de violência do lado de fora.

Outros exemplos dessas zonas internacionais móveis de segurança para Graham (2016, p. 188) são a batalha de Seattle em 1999, os confrontos de Gênova em 2001, as revoltas durante o Fórum Econômico Mundial em Cancun em 2003. As táticas militares nessas zonas de comando e controle para organizar as geografias que segundo Herbert (2007, p. 606) são “zonas de protesto” em que a expressão de discordância em grandes eventos é controlada com uma estratégia territorial: ela é banida de algumas áreas e confinada a outras. Zonas especiais são criadas permitindo somente acesso restrito e sem protestos. Cordões militarizados de policiais são a prevenção de manifestações e o isolamento de manifestantes em espaços isolados das lentes das câmeras e da cobertura jornalísticas, que estes grandes eventos trazem consigo.

De várias maneiras, essas operações são semelhantes àquelas que agora protegem grandes eventos esportivos como as Olimpíadas ou a Copa do Mundo, segundo Schimmel (2006, p. 160-174)<sup>192</sup>. Já segundo Warren (2006), as mobilizações políticas de massa em grandes eventos já se tornaram sinônimo de aplicação de lei marcial. Neste sentido para Gutierrez e Portefaiz (2000) é possível entender as cidades mundiais como um maquinário fluido e assim, Graham (2016, p.198), as “cidades globais são centros dominantes do poder corporativo e financeiro do complexo industrial-securitário-militar mundial da própria guerra global”.

<sup>191</sup> As “zonas verdes” imóveis a “Batalha de Seattle” em 1999, os confrontos de Gênova em 2001 e as rebeliões do Fórum Econômica Mundial em 2003 demonstram o uso de táticas militares de comando e controle para organizar as geografias dos protestos (GOULART, 2014).

<sup>192</sup> Enormes esforços de segurança, eventos olímpicos estão associados a níveis bélicos de despejos e remoções. Por exemplo, nos preparativos para os jogos de 2008, em Pequim, estimou-se que “mais de 1,25 milhão de pessoas foram forçadas a se mudar por causa da construção da estrutura olímpica; estimava-se que o número chegaria a 1,5 milhão até o fim de 2007, segundo Bryon Finoki, “Na Olympic Distraction, 17 jul. 2008.

Os inimigos internos, ou seja, as pessoas consideradas perigosas, sem valor ou fora do seu lugar, se tornaram cada vez mais descartáveis, violáveis e excluíveis à força, sejam os afro-americanos de Nova Orleans, os imigrantes ilegais, os mendigos ou os traficantes das favelas cariocas nas beiradas dos locais turísticos do Rio de Janeiro (GRAHAM, 2011, p. 95). É nesse sentido, que Alessandro Petti, a partir de sua experiência pessoal nas fronteiras dos territórios palestinos ocupados, interpreta o espaço contemporâneo a partir de duas metáforas<sup>193</sup>: a do arquipélago, constituído por um sistema de ilhas conexas em que fluxos são livres, e a do enclave, ilhas isoladas, espaços de desconexão e exceção (PETTI, 2007, p. 22)<sup>194</sup>. Os arquipélagos estariam nas colônias judaicas na Cisjordânia, no exemplo de Petti, mas também nos circuitos turísticos do Rio de Janeiro, onde o fluxo é livre apenas para os cidadãos com o poder de consumo necessário<sup>195</sup>. Os enclaves seriam os territórios palestinos ocupados, mas também, porque não, o território das favelas, zona nas quais o direito é suspenso com frequência, dando espaço ao estado policial. A desconexão dos enclaves não é uma falta de conexão, mas fruto de uma escolha política de exclusões e contenção de populações e territórios.

Hoje os espaços de suspensão nos quais os cidadãos são completamente submetidos ao poder estão sob os nossos olhos: nas salas de espera dos aeroportos, nos centros de acolhimento dos imigrantes, nos edifícios amônios das periferias, nas fabricas abandonadas transformadas em habitações temporárias para imigrantes ou nos condomínios de luxo das classes ricas, nos aldeamentos turísticos (PETTI, 2007, p.125).

No “estado de guerra global permanente” em que vivemos, uma nova proliferação da condição campo toma lugar: “lugares de suspensão onde se encerra preventivamente popula-

<sup>193</sup> Petti analisa o poder que na sociedade contemporânea se exerce no controle do território e seus fluxos. Se para Foucault a sociedade disciplinar produzia instituições normalizadoras e penetrava na natureza do corpo, na sociedade de controle, o poder invade todo o território: os espaços fluxos, materiais e imateriais, é o espaço no qual o poder exercer majoritariamente seus controles” (PETTI, 2007, p.81).

<sup>194</sup> A tese de fundo de Petti é a “cidade e o território contemporâneos estão modificando-se de acordo com um preciso desenho espacial ditado do paradigma da segurança e do controle. Tal desenho é evidente nos territórios palestinos ocupados, mas é presente, em formas diversas e com intensidades diferentes, em vários outros contextos geográficos. Ilhas residências off-shore (Dubai), aldeias turísticas (Sharm El-Sheikh), gated Community (EUA), by-pass-feeway (Los Angeles, Toronto, Melbourne), cordões sanitários (Istambul, Jacarta, Manila), centros de permanência temporária (Europa), cúpulas mundiais (G8) são apenas algumas das possíveis declinações de um modelo espacial do que denomina arquipélago-enclave” (PETTI, 2007, p.11).

<sup>195</sup> Em 2015, a PMRJ montou uma Operação Verão, revisando ônibus em pontos de acesso às praias da Zona Sul, em que policiais abordaram integrantes de grupos jovens para checar suas identidades. (LEA; MONTI, 2015). Além disso, o policiamento nas praias foi fortemente reforçado com centenas de policiais – o contingente foi acrescido de 750 agentes. (O Globo, 17/01/2015). Em uma releitura do perigosíssimo, as blitzes detiveram pessoas suspeitas “que poderiam praticar roubos na orla” (O Globo, 21 jan. 2015).



ções inimigas e perigosas, lugares de intervenções humanitárias, campos que precedem ou seguem guerras, navios nos quais se permanece preso, campos de refugiados onde se nasce e se morre em espera em retorno ao lar” (PETTI, 2007, p. 126). Assim, o novo urbanismo militar busca constituir uma nova noção de vida urbana “normal” baseada na vigilância, na criminalização dos dissidentes, no esvaziamento dos direitos civis e na securitização obsessiva da vida cotidiana para sustentar sociedades cada vez mais desiguais.

Nesse contexto, não é coincidência que a polícia dos EUA utilize na segurança pública um veículo chamado “Pacificador” (Peacemaker), o blindado M113A1 que se move com correntes de tanque e possui uma metralhadora calibre 50. O Rio de Janeiro também tem seus pacificadores – os caveirões<sup>196</sup>, embora os veículos não sejam de combate mais sim de transporte de tropas não deixam de ser instrumento de um imaginário de guerra que aterroriza as favelas. No edital de 2013, para aquisição de oito novos veículos blindados de uso policial para o transporte de tropas, e o mais interessante é a justificativa da Secretaria de Segurança Pública do Estado do RJ, a qual faz referência ao combate do terrorismo e da chegada dos megaeventos, como pode ser observado a seguir:

Estas unidades [especializadas da PCRJ e PMRJ] possuem atualmente equipamentos, armamentos, e sobretudo, veículos blindados obsoletos e/ou defasados comprometendo tanto as ações diárias, cada vez mais voltadas para a consolidação da pacificação de territórios de exclusão em comunidades antes dominadas pelo tráfico de armas e drogas, quanto àquelas envolvendo contramedidas e ataques assimétricos terroristas [...] **As demandas geradas por diversos eventos internacionais, em que o BOPE e o BPCHOQUE da PMRJ e ainda a CORE da PCERJ se fazem necessárias, como medidas de apoio tático, tanto às forças de segurança nacional quanto internacional, sobretudo no tocante ao contra terrorismo e ainda àquelas pelas demandas rotineiras** (grifo nosso), são hoje mitigados por razão dos obsoletos e desatualizados equipamentos. O Estado do Rio de Janeiro tem enfrentado ao longo das últimas décadas diversos desafios na provisão de segurança pública à sociedade. As particularidades da criminalidade da região e, mais recentemente, a responsabilidade de sediar grandes eventos como Jornada da Juventude, Copa das Confederações, 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016, exigem do Estado um grande investimento no reaparelhamento e na modernização de suas polícias (CASA CIVIL, 2013, p. 19-20).

---

<sup>196</sup> Inclusive, em 2018, 06 veículos são repassados para atuarem na cidade do Rio de Janeiro. Os blindados anfíbios denominados Urutus foram destinados ao BOPE. Os Urutus foram fabricados no Brasil na década de 1980 e foram utilizados anteriormente pelas Forças Armadas na missão de paz no Haiti. Contudo, o modelo também é exportado para países africanos como Angola e Zimbábue e Oriente Médio como Iraque e Jordânia. “Exército entrega blindados à Secretaria de Segurança do RJ”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/exercito-entrega-blindados-a-secretaria-de-seguranca-do-rj.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Outro produto da indústria da pacificação/segurança utilizado no Brasil são os drones – empregados, por exemplo, para a segurança em eventos como a Copa. Os drones serão em breve produzidos no Brasil, graças a um acordo com a empresa israelense Elbit Systems (BONIS; GOMBATA, 2013). Graham salienta que os governos, em sua preocupação crescente em promover “segurança”, buscam alcançar uma “urbanidade controlada”, a qual remete à

remoção, demonização ou encarceramento dos consumidores falhos; a instalação de novas formas de controle do acesso ao espaço; e o estabelecimento de facilidades-chaves para o lazer urbano empresarial, turismo e megaeventos esportivos (GRAHAM, 2011, p. 102).

Essa indústria pode ser entendida através de um sentimento propagado que o mundo estaria vivendo em insegurança constante. Esta sensação parece estar impregnada no imaginário político e social e se manifesta através dos mais variados discursos securitários possíveis (NEOCLEOUS, 2008, p. 02). Deste modo, a ideia de segurança passou a ser vista como um valor universal e até transcendental, alimentada por não somente um senso comum, mas também por acadêmicos, especialistas e pela indústria do entretenimento.

Para Neocleous (2008, p. 03), essa indústria da segurança pressiona um projeto de ampliação da agenda de segurança fazendo com que tudo seja visto através das lentes de um possível ameaças e de uma possível insegurança. Aqui que o fetiche da segurança ganha corpo quando há uma articulação de determinados setores e começa a ser pensada dentro do próprio sistema capitalista como uma mercadoria, e como toda mercadoria precisa ser produzida e desenvolvida dentro de uma indústria. Neste sentido, a indústria da segurança se constitui como qualquer outro meio de produção que necessita permanecer em funcionamento (NEOCLEOUS, 2000, p. 144).

A “guerra às drogas” não é propriamente uma guerra contra as drogas, é uma guerra contra pessoas bem definidas no imaginário de segurança. Os alvos preferenciais dessa guerra, travada nos morros e nos asfaltos da cidade maravilhosa, são os mais vulneráveis dentre essas pessoas. Os inimigos nessa dinâmica são os pobres, negros e marginalizados, na ocupação militar do complexo de favelas da Maré foi um desfile de militares do exército e fuzileiros navais, em 2014 por meados de abril, com suas metralhadoras e lançadores de granadas MK-19, com seus tanques, caminhões, jipes, com seu helicóptero modelo Seahawk MH16. Para o inspetor Francisco Chao, a “guerra” no Rio de Janeiro é absurda e pode ser resumida nas palavras dele:

A guerra, ao contrário do que mostram os filmes, não é heroica. Ela é suja. Ela fede. Eu participei de um filme. Participei de uma cena, que retratava a morte do herói do filme. A cena foi muito real, muito bem-feita. Foi filmada em uma favela. Mas, ao final da cena, fiquei com a sensação de que faltava alguma coisa. Faltava. O sangue cenográfico não fede. O sangue de verdade tem um cheiro muito forte. Dentre as inúmeras razões por que sou a favor do fim do proibicionismo, é que eu estou cansado dessa guerra. Eu gostaria muito que essa insanidade, que dessa guerra, que não interessa aos policiais, que não interessa à sociedade, tenha fim. Estou muito cansado disso. Estou muito cansado de ver policiais armados. Essa guerra é suja. Não tem como mexer com sujeira sem sujar as mãos.<sup>197</sup>

#### 4.1 Estatísticas do processo de militarização, violações de direitos e das UPPs

A construção do medo visa ao controle de uma população pobre que não tem qualquer direito, e quem mais sofre com isso é a população negra e periférica. Ela não paga só com a ausência de direitos conquistados por ela e pelos movimentos sociais historicamente, ela está pagando com a vida. Apenas nos três primeiros meses de 2017, foram quase 200 pessoas assassinadas pelas polícias. Muitas das favelas localizadas na Zona Norte são as que mais sofrem com constantes tiroteios e incursões policiais, por exemplo Maré, Manguinhos, Jacarezinho e outros. Exemplo disso é como a dinâmica das unidades pacificadoras tomaram um rumo bem diferente do pensando no momento da sua implementação, na Zona Norte dentro do Complexo do Alemão, no conjunto de 13 favelas, na frente do Largo do Samba foi construída uma “torre de controle”<sup>198</sup>, esta torre fica no alto do morro e tem uma visão 360° e orifícios nos quais os PM tem a possibilidade de colocar o cano da arma e abrir fogo a qualquer momento, a lógica militarizada se sobressaiu à lógica da polícia comunitária que as unidades no seu princípio tinham como objetivo.

Segundo o Dossiê “Qual o legado um ano depois dos jogos?” (INSTITUTO PASCS, 2017, p.32-33), durante os mais de dez anos, foram inúmeras as denúncias feitas por moradores de favelas. As remoções de casas que deram lugar a quadras esportivas e serviu aos interesses mobiliários e empresariais deixaram mais 77 mil pessoas expulsas de 50 favelas pela Prefeitura do Rio. A militarização passou a ser algo cada vez mais presente e constante nas

---

<sup>197</sup> Palavras ditas no Seminário “Drogas: Legalização + Controle”, promovido pela LEAP BRASIL, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), em novembro de 2014. Disponível em: <https://ponte.org/grupo-de-policiais-defende-a-legalizacao-de-todas-as-drogas/>. Acesso em 13 ago. 2018.

<sup>198</sup> “Especialistas em segurança dizem que estrutura blindado põe fim à pacificação no Alemão”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/especialistas-em-seguranca-dizem-que-estrutura-blindada-poe-fim-pacificacao-no-alemao-1-21255732>. Acessado em: 11 nov. 2018.

favelas desde 2008 com as entradas das UPPs, a presença militar em 44 favelas da Zona Sul e na Zona Oeste.

E segundo o relatório “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro”<sup>199</sup>, o Brasil é o país com maior número de homicídios do mundo, tendo registrado 56 mil mortes em 2012, das quais 50% eram jovens de 15 a 29 anos e, destes, 77% eram negros. Ainda segundo o relatório, entre 2010 e 2013, houve 1,275 vítimas letais decorrentes da intervenção policial, das quais 99,5% eram honeste, 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015, p. 05).

E nesse sentido e de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015<sup>200</sup>, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 3 horas uma pessoa foi morta pela polícia em 2014, totalizando 3.009 vítimas, o que representa um crescimento de 37,2% da letalidade em relação a 2013. O número de mortes em decorrência da intervenção militar foi de 46,6% superior ao registro por latrocínio em 2014. Ou seja, viveu-se em uma curva ascendente quando tratamos da violência policial letal, que supera em muito o cometimento de delitos violentos praticados em geral pela população que é vítima preferencial da polícia.

No Rio de Janeiro, conforme dados divulgados pelo ISP em audiência pública na Assembleia Legislativa<sup>201</sup>, foram registrados 3.265 casos de homicídios decorrentes de intervenção policial entre janeiro entre 2010 e agosto de 2015, registrados como “autos de resistência”, termo genérico utilizado para caracterizar mortes em confronto com a polícia, sendo majoritariamente arquivados pelo Ministério Público, sob a justificativa de legítima defesa de si ou de outrem, mesmo havendo evidências de uso excessivo da força. O sistema das unidades esconde muito mais do que revela, e assim:

O fato de as UPPs estarem restritas ao espaço das favelas, e de algumas favelas, já seria um indicio luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupações militares verticalizadas das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo videofinanceiro (MALAGUTI, 2012, p. 58).

---

<sup>199</sup>Anistia Internacional, 2015. Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/voce-matou-meu-filho/>. Acessado em: 23 dez. 2018.

<sup>200</sup> Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

<sup>201</sup> Disponível em: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/publicacoes/voce-matou-meu-filho/>. Acesso em 12 nov. 2018.

Para Atila Roque, presidente da Anistia Internacional no Brasil:

as UPPs se tornaram ilhas isoladas de uma experiência de proximidade que não tinha como sobreviver sem que a onda de mudança atingisse o conjunto das polícias e contasse com apoio efetivo dos demais poderes, em particular o Executivo e o Judiciário. Acabaram se tornando o que o vício do vocabulário da guerra anuncio desde o início: as unidades de ocupação militar de um suposto território inimigo, onde os direitos podem ser suspensos a polícia não distingue ninguém, onde aos olhos do Estado, representado quase sempre apenas pela polícia, ninguém e cidadão.<sup>202</sup>

Em 2008, segundo o *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro – Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro* (2014, p. 103) foi instalada a primeira unidade de Polícia Pacificadora, no Santa Marta. Apesar da grande repressão instaurada nos territórios onde as unidades pacificadoras chegaram nos dois primeiros anos do projeto não registrarão nenhuma morte de morador provocado por agentes na PMERJ referentes às unidades. No entanto, a partir de 2011, quando foi registrado um auto de resistência após uma ação de policiais da UPP correspondente à área do Povão-Pavãozinho/Cantagalo, foi inaugurada uma lista de mortes de moradores em favelas e com unidades que, em associação com as inúmeras violações de direitos que tem caracterizado as ocupações militarizadas, impede a sustentação da euforia inicial com o projeto<sup>203</sup>.

Os aplicativos; Fogo Cruzado<sup>204</sup> e o Onde Tem Tiroteio<sup>205</sup> registaram uma quantidade imensa de tiroteios na cidade, fazendo com que a capital, Baixada Fluminense e Grande Niterói se assemelhem a países em guerra. O OTT-RJ contabilizou até março de 2017 mil tiroteios<sup>206</sup>, uma média de 11 por dia. Já o aplicativo Fogo Cruzado, de primeiro de janeiro a 30 de junho foi o mais violento, com 650 tiroteios registrados. No Rio de Janeiro, o aumento de

<sup>202</sup> “Rio 2016, a militarização como legado”. Disponível em: [https://www.huffpostbrasil.com/atila-roque/rio-2016-a-militarizacao-como-legado\\_a\\_21695728/](https://www.huffpostbrasil.com/atila-roque/rio-2016-a-militarizacao-como-legado_a_21695728/). Acessado em: 19 dez. 2018.

<sup>203</sup> Dados extraídos do informe elaborado pela Justiça Global e presentes no *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro – Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro* de junho de 2014 (p. 104-105)

<sup>204</sup> O aplicativo Fogo Cruzado foi lançado pela Anistia Internacional em julho de 2016 para monitorar os tiroteios na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os dados são conferidos e cruzados com ocorrências policiais e imprensa. Ver mais: [www.fogocruzado.org.br](http://www.fogocruzado.org.br).

<sup>205</sup> Fundada em janeiro de 2016 por quatro amigos preocupados com o crescimento descontrolado da violência no Brasil, a OTT-Brasil tem como principal missão retirar todos os cidadãos das rotas dos arrastões, das falsas blitzen e das balas perdidas, com informações que são colhidas, analisadas e divulgadas num curtíssimo espaço de tempo. Mais informações sobre o aplicativo, ver em: <https://www.ondetemtiroteio.com.br/>.

<sup>206</sup> “Rio registra mil tiroteios desde o início do ano”. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/rio-registra-mil-tiroteios-desde-o-inicio-do-ano.html?loginPiano=true>. Acessado em: 11 dez. 2018.

confrontos em operações policiais, sobretudo em áreas de UPPs, fez um número expressivo de vítimas. Segundo balanço da própria PM, as trocas de tiros nessas áreas tiveram um crescimento de 13.756% em cinco anos. Se em 2011, havia 13 tiroteios anualmente, em 2016, esse quantitativo salta para assombrosos 1.555. Em comunidade de favelas controlados pelas UPPs, pelo menos uma pessoa for morta a cada dois dias, segundo dados do aplicativo Fogo Cruzado, no início de 2017.

Dados do ISP<sup>207</sup> revelam que 17 pessoas morrem por dia, nas favelas cariocas, e que entre janeiro e maio de 2017, foram registradas 2508 vítimas de homicídios, latrocínios, autos de resistência lesões seguidas de morte. Apenas em maio, foram 472 mortes por arma de fogo. Dessas, 40 foram em decorrência de intervenção policial, um aumento de 135% em relação ao mesmo período de 2015. O mês anterior ficou marcado como “abril sangrento”, já que diversos homicídios foram registrados em favelas de diferentes regiões da cidade. Em 15 dias, policiais mataram pelo menos 25 pessoas em Acari, Jacarezinho, Mangueira, Turano, Complexo do Alemão e nos morros da Coroa, São João, Macacos e Babilônia.

As sequelas invisíveis dessa situação foram detectadas por estudo feito pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ, que estima que pelo menos 550 mil pessoas dos 16 milhões de habitantes do Estado do Rio, sofram do chamado transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), causado pela violência. O levantamento aponta ainda que desse total, 214 mil estão na capital e que 97,6% dos casos de TEPT não são diagnosticados corretamente nas unidades de atendimento público<sup>208</sup>. Outra pesquisa sobre TEPT, realizada por pesquisadores da UFRJ, UNIFESP, Fiocruz e UFF, mostra que 88,7% da população do Rio de Janeiro já foi exposta a algum evento traumático ao longo da vida. Traumas que começam cada dia mais cedo. Somente em um dia, em 14 de junho, 11.552 alunos ficaram sem aula em escolas e creches municipais<sup>209</sup>.

A militarização e a policialização coercitiva nas favelas com unidades pacificadoras é evidente, somente em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, pelas mãos armadas do Estado, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes e sendo que destes eram

---

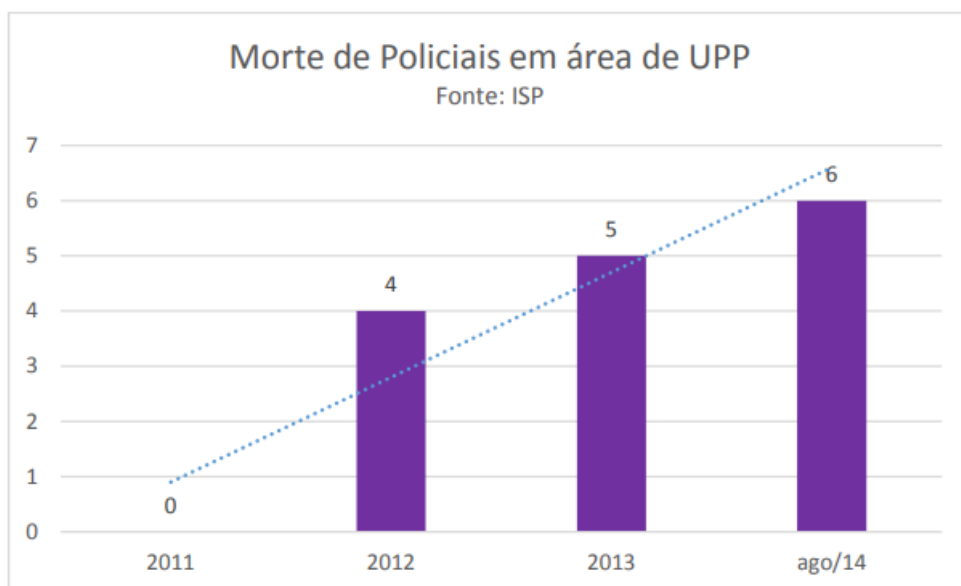
<sup>207</sup> “Violência bate recordes na “cidade olímpica”. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/violencia-bate-recordes-na-cidade-olimpica/>. Acessado em: 02 dez. 2018.

<sup>208</sup> “Cerca de 550 mil moradores do RJ sofrem de transtorno causado por traumas da violência; só 2,4% têm diagnóstico”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/cerca-de-550-mil-moradores-do-rj-sofrem-de-transtorno-causado-por-traumas-da-violencia-so-24-tem-diagnostico.ghtml>. Acessado em: 23 dez. 2018.

<sup>209</sup> “Operações policiais em favelas do Rio deixam milhares de alunos sem aula”. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-06-14/operacoes-policiais-em-favelas-do-rio-deixam-milhares-de-alunos-sem-aula.html>. Acessado em 15 nov. 2018.

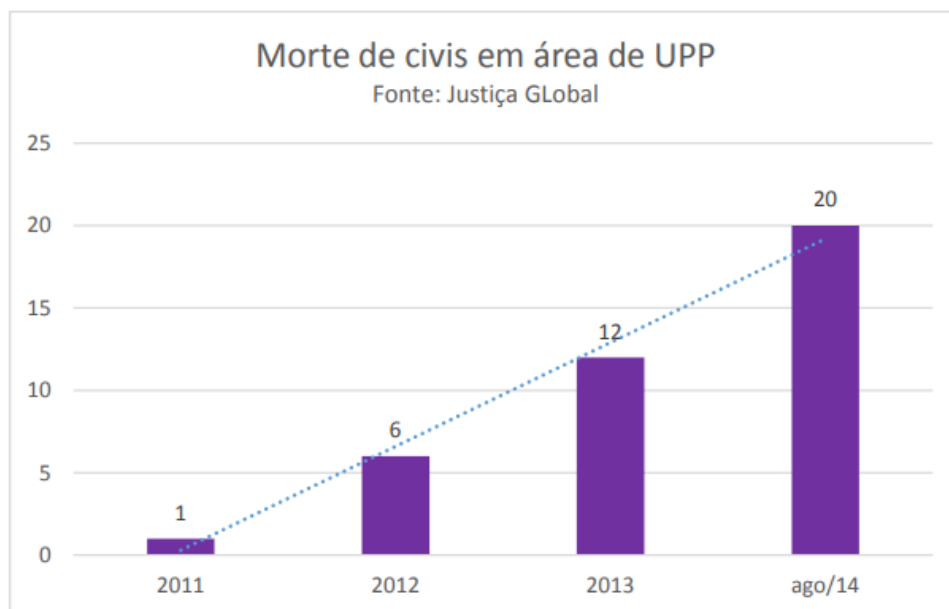
70,6% negras e na faixa etária entre 15 e 29 somam 26.854 do total. (ISP, 2013). Em 2013, ocorreu o aumento de 16,7% nas mortes por homicídio, 4.081 em 2012 e 4.761 em 2013. Entre 2011 e agosto de 2014, segundo Franco (2014, p. 101 – 102), observa-se um aumento do número de mortes de policiais (gráfico 03) em área de UPP e, também, o aumento de morte de civis nas áreas onde estão localizadas as unidades (gráfico 04). O que demonstra o conforto armado não traz a tal sonhada paz para as comunidades que fazem parte do sistema de pacificação via UPP, contudo, a paz que elas trazem é para aqueles não periféricos do asfalto carioca dos bairros favorecidos nas proximidades das comunidades.

Gráfico 03 – Morte de Policiais em áreas de UPP



Fonte: (FRANCO, 2014, p. 100).

Gráfico 04 – Morte de civis em área de UPP



Fonte: (FRANCO, 2014, p. 102)

O Rio de Janeiro é historicamente conhecido por suas altas taxas de letalidade durante operações policiais, ao longo dos anos. Os índices de violência não paravam de piorar e, em 1994, a taxa de homicídios no Estado atingiu um pico de 64,8 mortes por 100.000 habitantes, segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança. Foi nessa época que o então governador Nilo Batista assinou um convenio com o Governo de Itamar Franco na área de segurança pública. O acordo subordinava a estrutura policial do Estado ao Comando Militar do Leste. O então general Câmara Senna ficou responsável por comandar um órgão central que coordenava e planejava as ações das policiais Militar e Civil, da Defesa Civil e da Secretaria Estadual de Justiça.<sup>210</sup> E seis meses depois, Marcello Alencar (PSDB), em 1995 deflagra a Operação Rio II. Mais uma vez, o Comando Militar do Leste, chefiado na época pelo general Abdias Ramos, mobilizou 20.000 homens para levar a cabo um pacote de medidas elaboradas com o fim de conter a onda de sequestros e “ampliar as propostas para combater o crime organizado como um todo”, segundo Nelson Jobim. A ação conjunta contou com Exército, Receita Federal, Policiais Federal, Civil, Militar e Rodoviária Federal, além de Marinha e Aeronáutica.

<sup>210</sup> “A história das operações e planos de segurança no Rio: três décadas de fracassos”. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632\\_353673.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/19/politica/1519058632_353673.html). Acessado em: 23 fev. 2018.



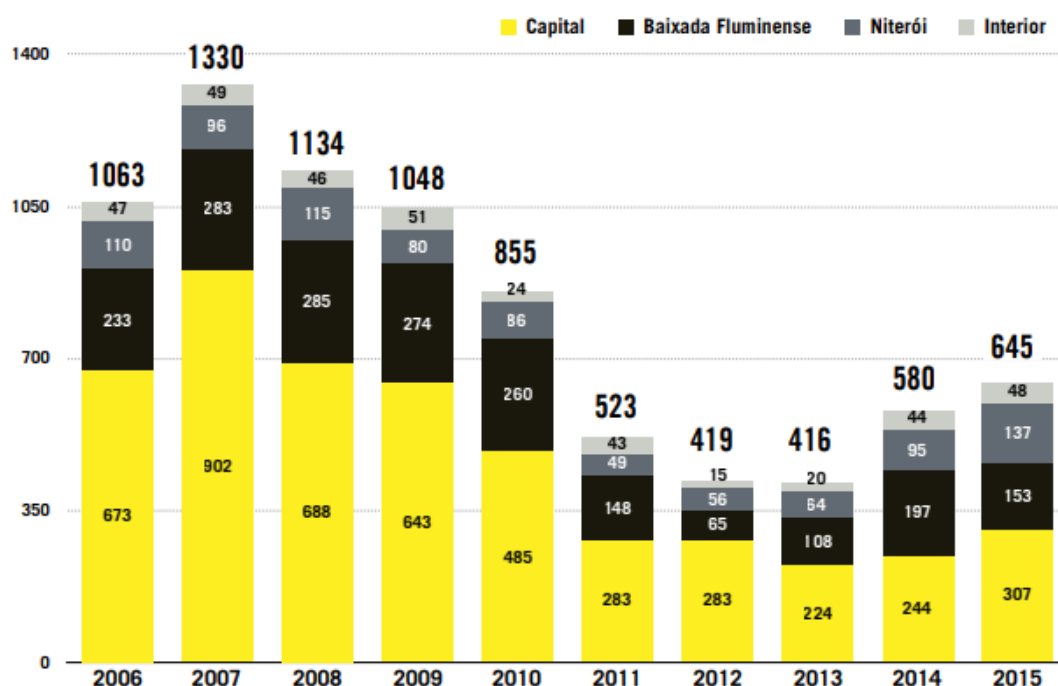
Entre 2006 e 2015, cerca de 8 mil pessoas foram mortas durante operações policiais no estado do Rio, sendo que só na capital foram mortas mais de 4.700 pessoas. Os números diminuíram entre 2007 e 2013, mas em 2014, o ano do Copa do Mundo, houve um aumento de 39,4%, no número de homicídios decorrentes de intervenções policiais no estado em comparação no ano anterior.<sup>211</sup> A tendência de aumento continuou em 2015, nesse ano, 645 foram mortas durante operações policiais no estado do Rio de Janeiro, sendo que 307 delas foram mortas na capital. Isso representa um aumento de 11,2% no estado em comparação com 2014.

Como pode ser observado no gráfico 05, o número de homicídios por intervenções policiais diminuiu significativamente de 2008 ano do início das instalações das UPPs até 2013, porém a partir de 2014, ano da Copa do Mundo no Rio, o número sobe exponencialmente. Já no gráfico 06 demonstra um aumento entre 2014 e 2015 dos homicídios decorrentes de intervenções, de 15,5% para 19,65% do total de homicídios intencionais, contando um aumento de 244 para 307 mortes.

---

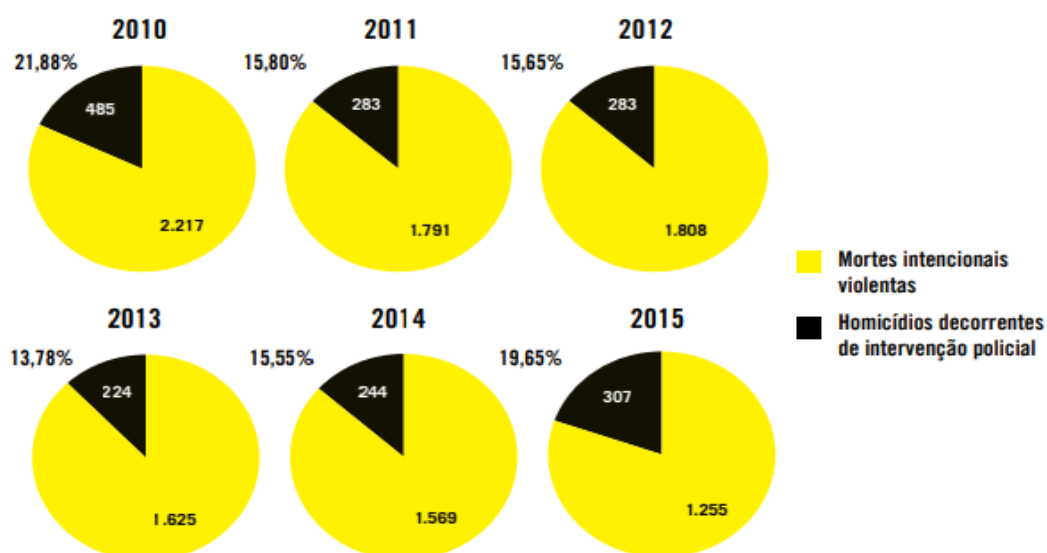
<sup>211</sup> Anistia Internacional: “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro”. Disponível em: [www.amnesty.org/en/documents/amr19/2068/2015/en/](http://www.amnesty.org/en/documents/amr19/2068/2015/en/). Acessado em: 15 dez.2018.

Gráfico 05 - Número de homicídios decorrentes de intervenções policiais por região do estado do Rio de Janeiro entre 2006 e 2015<sup>212</sup>



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ISP

Gráfico 06 - Número de mortes intencionais violentas e homicídios decorrentes de intervenções policiais na cidade do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015<sup>213</sup>



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ISP

<sup>212</sup> Dossiê “A violência não faz parte desse jogo” – Riscos de violações de Direitos Humanos nas Olimpíadas 2016.”. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Briefing-PORT.pdf>. Acessado em: 15 ago. 2018.

<sup>213</sup> Idem.

O impacto da pacificação na redução de homicídios é impressionante. Entre 2009 e 2014, a taxa de homicídio na cidade caiu em mais de 65% apesar de ter começado a subir novamente em algumas áreas entre 2015 e 2016. A diminuição de homicídios é mais significativa em áreas pacificadas e os deslocamentos da população provocados, embora presentes, são secundários. Todavia, houve um aumento de desaparecimentos, danos corporais, violência doméstica, ameaças, estupro, furto, crime relacionado a drogas, como pode ser observado na tabela 06, ou seja, quase todos os outros indicadores possíveis aumentam.<sup>214</sup>

É nesse sentido, segundo a Anistia Internacional<sup>215</sup>, entre abril e junho de 2016, comparado ao mesmo período de 2015, foi registrado um aumento percentual de 103% do número de mortes decorrentes de ações policiais, na cidade do Rio de Janeiro. Foi um crescendo de 35 pessoas em abril, 40 em maio e 49 em junho, totalizando 124 mortes nas mãos dos policiais em apenas 90 dias, mais de uma morte por dia. A maioria absoluta foram de jovens negros moradores de favelas e periferias onde o aumento das rotinas de operações policiais teve resultado direto o aumento das mortes. Por outro lado, o preço pago pelos policiais não é pequeno foram quase 50 policiais assinados até meado de junho, apenas em 2016, na maior parte dos casos fora do serviço.

---

<sup>214</sup> IGARAPÉ. “Tornando as Cidades mais seguras: Inovações em segurança cidadã na América Latina”. Agosto de 2016, Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: [https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/09/AE-20\\_Tornando-as-cidades-mais-seguras-Inovacoes-em-seguran%C3%A7a-cidada-na-America-Latina-WEB-set.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2016/09/AE-20_Tornando-as-cidades-mais-seguras-Inovacoes-em-seguran%C3%A7a-cidada-na-America-Latina-WEB-set.pdf). Acessado em: 23/12/2018.

<sup>215</sup> “Rio 2016, a militarização como legado”. Disponível em: <https://anistia.org.br/rio-2016-militarizacao-como-legado/>. Acessado em 02 ago. 2018.

Tabela 06 - Crimes antes e depois da UPP em algumas comunidades entre 2006 e 2011, segundo o ISPRJ e o IBGE

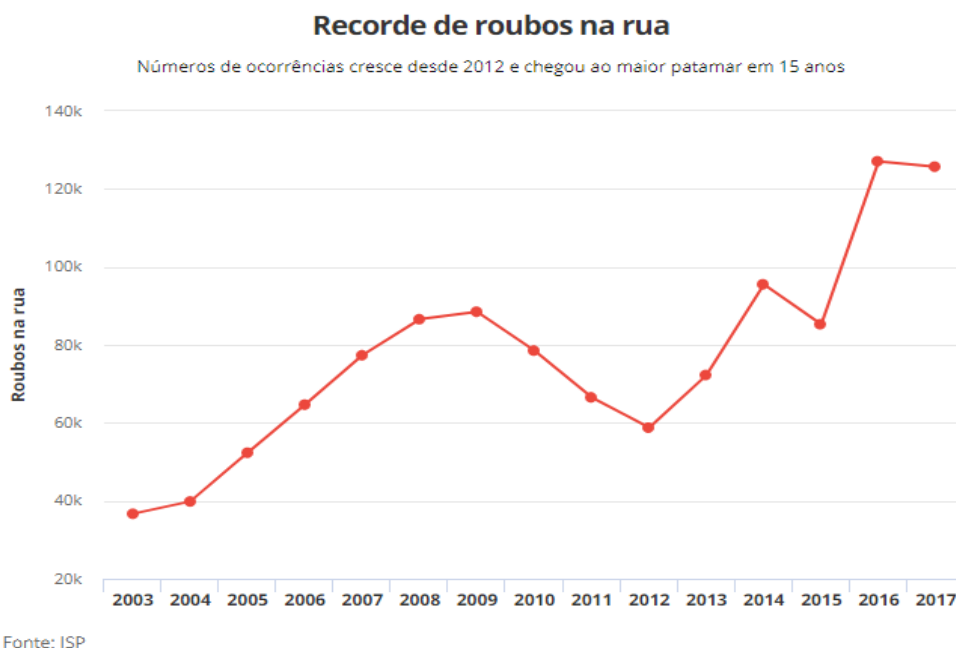
	Média de casos por comunidade		Taxa mensal (Média) por 100.000 em cada comunidade	
	Pre UPP	Post UPP	Pre UPP	Post UPP
Mortes violentas	0,94	0,25	10,03	2,21
Homicídio doloso	0,36	0,15	3,37	0,87
Mortes por policiais (autos de defesa)	0,50	0,01	5,70	0,12
Desaparecimentos	0,32	<b>0,71</b>	3,60	<b>6,92</b>
Danos corporais	3,34	<b>11,66</b>	41,33	<b>127,36</b>
Violência doméstica	2,17	<b>8,47</b>	27,12	<b>84,66</b>
Ameaças	2,30	<b>7,97</b>	29,45	<b>99,24</b>
Estupro	0,14	<b>0,37</b>	1,35	<b>4,84</b>
Roubo	5,87	2,70	61,23	20,58
Furto	3,48	<b>5,38</b>	46,46	<b>64,99</b>
Crime relacionado a drogas	1,91	<b>5,83</b>	24,13	<b>63,93</b>

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) e IBGE  
 Números em negrito e itálico indicam aumento de incidência durante o período avaliado

Em relação aos roubos de rua o crescimento foi muito significativo, e levando em consideração que esse tipo de delito é o que mais trás uma percepção de insegurança à população. Os crimes triplicaram no período, de 58,7 mil para 125,6 mil<sup>216</sup> por ano como pode ser visto no gráfico a seguir:

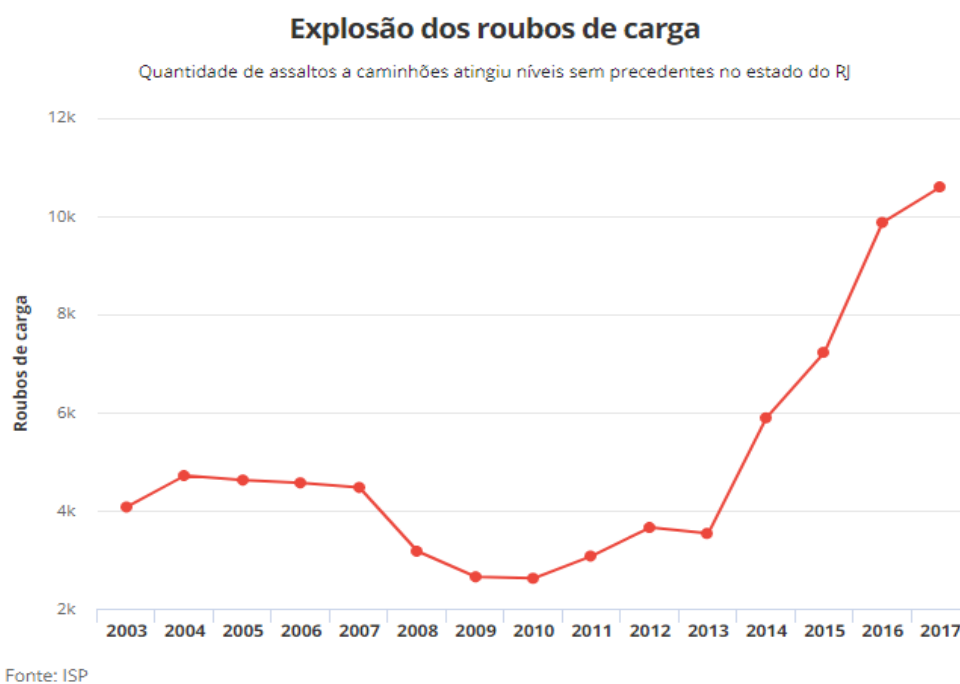
<sup>216</sup> “Crise, falência de UPPs, banalização de fuzis, violência na folia...”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/crise-falencia-de-upps-banalizacao-de-fuzis-violencia-na-fofia-veja-motivos-que-levaram-a-intervencao-federal-no-rj.ghtml>. Acessado em 12 dez. 2018.

Gráfico 07 - Recorde de roubos na rua



O número de roubo de cargas é o mais expressivo, o registro aumento em 289% ocorrências nos últimos cinco anos, de 3.656 para 10.599<sup>217</sup> como pode ser visto a seguir:

Gráfico 08 – Explosão dos roubos de Carga



<sup>217</sup> Idem.

Em consideração ao aumento do número de desaparecimentos em áreas com UPPs, Franco (2014, p. 108) ao comparar os números de desaparecidos antes e depois da implementação das UPPs, apresenta uma estimativa de crescimento na ordem de 72,7% nas favelas analisadas em relação ao ano anterior a ocupação, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 07 – Número de desaparecidos em favelas antes e depois da implementação das UPPs

UPP	ANO ANTERIOR	ANO DA INAUGURAÇÃO	ANO SEGUINTE
Santa Marta (2008)	1	0	1
Cidade de Deus (2009)	18	16	49
Batan (2009)	5	3	2
CM/Babilônia (2009)	1	2	0
Pavão-Pavãozinho (2009)	5	6	6
Tabajaras/Cabritos (2010)	4	4	3
Providência (2010)	7	5	5
Borel (2010)	2	12	9
Formiga (2010)	1	3	5
Andaraí (2010)	5	3	6
Salgueiro (2010)	2	2	3
Turano (2010)	9	4	5
Morro dos Macacos (2010)	2	3	7
São João (2011)	2	1	3
Fallet/Fogueteiro (2011)	4	2	2
Morro dos Prazeres (2011)	3	3	6
São Carlos (2011)	8	4	9
Mangueira/Tuiuti (2011)	6	4	12
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>77</b>	<b>133</b>

Fonte: (Franco, 2014, p. 108)

Já levando em consideração o gráfico 09, os policiais em serviço são responsáveis por uma percentagem significativa do número total de pessoas mortas na cidade do Rio de Janeiro. Nos últimos seis anos, esse percentual variou de cerca de 13% para mais de 21%. Em 2015, uma em cada cinco pessoas mortas na cidade morreu e decorrência de intervenções policiais. Esse número poderia ser potencialmente maior considerando que alguns casos de mor-

tes durante operações policiais são oficialmente registrados como “homicídios” genéricos e não como “homicídio decorrente de intervenção policial”. Ainda observando o gráfico 09, pode-se ver que em 2017 o aumento de mortes violentas no estado chega a 6.731, um aumento de 44% em apenas cinco anos, desfazendo a redução temporária provocadas pelo aumento do efetivo policial e as UPPs<sup>218</sup>.

Gráfico 09 - Homicídios em alta



Fonte: ISP

Os dados apresentados nessa parte do trabalho são ilustrações do processo de militarização ocasionado pelas unidades pacificadoras, processo o qual militarizou as favelas, de forma coercitiva controlou o território e os moradores, e mesmo com a melhora de alguns indicadores, demonstra-se o aumento de outros indicadores importantes que subiram significativamente no período exposto.

#### 4.2 - A lógica do mercado sob a égide das UPPs: PACificação e a invasão de serviços nos territórios reconquistados

<sup>218</sup> Idem.

Em um levantamento feito pelo Secovi-Rio<sup>219</sup> mostrou que entre abril de 2006 e dezembro de 2008, a valorização dos apartamentos de dois quartos no Botafogo foi de apenas 24,95%, enquanto de 2008 a agosto de 2011, os preços subiram 105,32% e chegaram à média de R\$ 676 mil (SECOVI, 2012, p. 127), e segundo Cardone (2012, s/p), alguns bairros obtiveram uma valorização de 100% com a instalação das UPPs. Observa-se que o impacto econômico da instalação das UPPs positivamente ao mercado imobiliário e em seus especuladores, entretanto, para os moradores da favela significa algo bem claro, a gentrificação<sup>220</sup> urbana que os empurra cada vez mais para a “periferia da periferia” da cidade carioca.

Em 2010, o Núcleo de Solidariedade Técnica (SolTec/UFRJ, de 2011) e a do Instituto de Estudos Trabalho e Sociedade (IETS), de 2010, fazem referência a um índice de aumento no preço dos imóveis em 200%, tanto para aluguel quanto para compra e venda, após a ocupada das favelas pela Polícia Pacificadora. O Jornal o Globo de 30/05/2010, no entanto faz referência nos preços de imóveis em 400% no entrono das favelas ocupadas pelas UPPs. Nesse sentido, a implantação da pacificação tem possibilitado, nos quadros das cidades como commodities, a implementação de projetos de regularização fundiária e urbanística que ocasionam na gentrificação sobretudo naquelas regiões localizadas nas regiões mais perto das regiões nobres da cidade (MELLO, 2010).

Nota-se que a implementação das UPPs implicou em importantes impactos econômicos à cidade, não apenas nos entornos das favelas pacificadas vivenciou uma alta nos preços, mas também no interior das mesmas. Para Franco (2014, p. 87), “enquanto os marcadores do entorno comemoram o retorno à ordem, dentro da favela a ordem que impera é a econômica.” Em reportagem na revista *Lé Monde Diplomatique*, (ed. 07/01/2013, p. 06), traz referências de entrevistas com moradores das favelas, os quais observaram uma pressão imobiliária que antes não existia, seguido de uma alta na especulação, segundo consta na edição um apartamento duplex no Baixo Vidigal que custava R\$ 50 mil em 2012, passou a custar depois da ocupação, em 2013/2014 em trono de R\$ 250 mil.

Ainda nessa edição da revista, o pesquisador Luiz César Queiroz Ribeiro, do Observatório das Metrôpoles, dá algumas pistas para a compreensão do fenômeno de uma certa regularização e formalização:

---

<sup>219</sup> Para ver mais, acessar: <https://www.secovirio.com.br/servicos/pesquisa-e-indicadores/>. Acessado em 02 nov. 2018.

<sup>220</sup> “Fenômeno simultaneamente físico, econômico, social e cultural. Gentrificação comumente envolve a invasão da classe média ou grupos de alto poder aquisitivo em áreas previamente ocupadas pelas classes trabalhadoras. [...] Envolve a renovação ou reabilitação física de habitações que eram geralmente deterioradas e seu melhoramento, para irem de acordo com as demandas dos novos moradores” (HAMNETT, 1991, pp. 175).



Controlar o território é também dar garantias para o capital. É preciso então regularizar e regular a ocupação dos terrenos.” O objetivo principal? “Permitir que o mercado tenha acesso a essas zonas informais e então estabelecer bases jurídicas da propriedade territorial.” Ou, para dizer com outras palavras, modernizar o país para permitir aos investidores se instalarem melhor. Assim, para favorecer futuras transações, as autoridades colocaram em ação um programa de regularização imobiliária, nessas favelas que o cadastro ignorava pura e simplesmente desde uma lei de 1937 (revogada em 1984, sem que a situação dos terrenos tenha sido realmente esclarecida). (LE MONDE, 2013, p. 07).

A necessidade da formalização desvenda alguns pontos para analisar-se de que maneira a ocupação policial, se apresenta em aspectos delicados no campo social e cultural nas comunidades, e logo também no econômico alterando a dinâmica local. Por um lado, essa lógica cai em um aspecto que melhorias em relação a uma legalização do empreendimento nas favelas pacificadas, a qual pode ser observada na fala da coordenadora Carla Teixeira em entrevista ao G1<sup>221</sup> relatou que as UPP eram uma novidade muito bacana, e que traziam a necessidade da formalização das atividades empresariais<sup>222</sup>.

Segundo Marielle Franco (2014, p. 91), o processo de militarização se dá em dois lados, do controle armado pelos grupos criminosos e pelo braço armado legal do Estado. Assim, a questão da militarização urbana seja ela qual for, na favela ela é questão central, que permanece com as UPPs, tendo em vista que a ocupação responde ao terror causado pelas chamadas incursos policiais. As unidades pacificadoras implementadas na cidade do Rio de Janeiro a partir dos anos 2008, ganham novas direções dada a construção da centralidade nas políticas de segurança pública na cidade carioca a partir de 2014, e segundo Franco, (2014, p. 91) elas passam a ser o “carro chefe” na composição de algumas “vitrines” da política carioca para segurança, indo além das afirmações da autora, essas vitrines são de exportação de características globais, 2014 com a Copa do Mundo e 2016 com os Jogos Olímpicos, os sucessos com as unidades na cidade se toraram referência internacional.

O mercado imobiliário do Rio, o qual foi impulsionado pela criação das UPPs, viu as suas conquistas caírem no ano de 2017. No levantamento feito pelo Sindicato de Habitação (Secovi Rio) entre junho de 2017 e julho de 2018 mostra que a desvalorização chegou a

<sup>221</sup>“Pacificação abre caminho para formalização nas favelas do Rio”. Disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2011/07/pacificacao-abre-caminho-para-formalizacao-nas-favelas-do-rio.html>. Acessado em 02/12/2018.

<sup>222</sup> Carla Teixeira, coordenadora do Programa de Desenvolvimento do Empreendedorismo em Comunidades Pacificadas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Rio de Janeiro (Sebrae-RJ 2013)”. (TABAK, 2011).

24,9% em ruas próximas ao Morro da Formiga na Tijuca. A valorização imobiliária pelas unidades pode ser vista como uma reconquista dos espaços urbanos desvalorizados para a acumulação de capital imobiliário. Contudo, essa valorização de imóveis parece cada dia testar seus próprios limites. Em apenas seis meses, o preço médio de um apartamento de quatro quartos em Ipanema subiu nada menos que 76,59% entre dezembro de 2009 e junho de 2010 para R\$ 477,692, segundo o Sindicato de Habitação do Rio (Secovi Rio). Fatores como a alta da renda, expansão do crédito imobiliário, crescimento do Rio, maior sensação de segurança com as UPPs e a escassez de terrenos na Zona Sul explicam o cenário extremamente aquecido. Por exemplo, as cifras dos apartamentos novos, levantamento da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário do Rio de Janeiro (adem-RJ) mostra que o preço médio do metro quadrado de um apartamento de dois quartos lança em Botafogo subiu 29,6% entre fevereiro de 2009 e julho deste ano, a R\$ 4.880,50 (O Globo, 13/07/2010, p. 21).

E por fim, as favelas pacificadas representam novos mercados para commodities e negócios forais, incluindo grandes empresas multinacionais que rapidamente colonizam esses territórios recém “reconquistados”. Um estudo publicado pelo Banco Mundial reconhece os benefícios para a iniciativa privada do programa das UPPs. Segundo o relatório, o Rio de Janeiro está presenciando a abertura de um mercado antes inacessível com enorme potencial econômico. As favelas pacificadas oferecem acesso a um importante mercado consumidor, bem como outras vantagens estratégicas significantes, com isenções tributárias, acesso à terra a preços baixos em regiões, centrais da cidade e força de trabalho mais barata (ARIANO; GOLDBERG; KIM, 2014, p.53).

O Banco Mundial aplaude o papel fundamental do setor privado na iniciativa do programa de UPPs. O relatório ainda defende a iniciativa privada pelo desenvolvimento econômico e social nas áreas pacificadas, mencionando as oportunidades encontradas pelas empresas como Coca-Cola, Souza Cruz, Santander, Protec & Gamble e Natura. Nessa direção, com as unidades implementadas e operando, iniciou-se o processo de regularização de informalidades da favela pela substituição dos “gatos” pelo acesso regular à luz e à TV a cabo, bem como à água. Uma das maiores beneficiárias das pacificações é a Light, empresa concessionária de luz do estado do Rio de Janeiro. Apenas no morro Dona Marta, o número de famílias atendidas saltou 73 antes da UPP para 1.594 com início da regulamentação do serviço, gerando um aumento de 5.436% no valor cobrado pela empresa (LIMA, 2012). Também subiram o morro

empresas de TV a cabo como a Embratel e a SKY, bancos como o Bradesco Expresso e lojas de eletrodomésticos como Casas Bahia e Casa & Vídeo<sup>223</sup>.

Nesse sentido, logo ativada as UPPs, os policiais esforçam-se para oferecer atividades solidárias que beneficiem os moradores e os auxiliem a desfazer a desconfiança que guardam pela PM. As atividades de interação entre polícias e a comunidade vai de aulas de violão à hidroginástica para os idosos. Entretanto, esses moradores não são somente beneficiados com serviços voluntários, eles também presenciam uma invasão de serviços, como por exemplo o recapeamento de ruas, dragagens de rios e uma série de outros serviços<sup>224</sup>.

A invasão de serviços públicos nas comunidades outrora impedidos pelo tráfico, pavimento o caminho para outra invasão; a dos serviços privados e suas regulamentações. Por iniciativa da Associação do Rio de Janeiro foi criado um Conselho Empresarial de Parcerias Pró-Formalidade, integrado por representantes da Secretaria da Fazenda, Secretaria de Segurança e de Ordem Pública, do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, do SEBRAE, da Light, da CEDAE, do Vivacred (empresa de microcrédito da ONG Viva Rio), da NET (televisão a cabo), além do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (SINDIGAS), do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, entre outros membros. Uma grande articulação de dá entorno desse momento, os efeitos da pacificação já podem ser notados nas favelas pacificadas, no sentido da regulamentação dos serviços básicos de luz, água e gás.

O programa de pacificação das favelas através das unidades pacificadoras e da militarização da periferia não se limita somente a uma lógica belicista e coercitiva, ela também vai pelo caminho da economia através da urbanização para o desenvolvimento. Assim, o PAC-Favelas foi concebido em paralelo com as exigências do planejamento estratégico e de marketing urbano os quais ditaram a adaptação de uma cidade capaz de sediar megaeventos globais como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A “crise da segurança pública” aliou-se ao “problema da favela” (BANCO MUNDIAL, 2012). Nesse sentido, um aspecto da sintaxe maior da pacificação das favelas ora em construção. O termo pacificação remete ao programa de segurança pública das unidades pacificadoras, as quais consistem na ocupação permanente de certas favelas estrategicamente localizadas, nas quais foram implementadas as UPPs. Nesse processo, as comunidades são inicialmente ocupadas pelas forças de elite da PM, ou pelas

---

<sup>223</sup>“Empresas sobem o morro”. Disponível em:

[https://istoe.com.br/162270\\_EMPRESAS+SOBEM+O+MORRO/](https://istoe.com.br/162270_EMPRESAS+SOBEM+O+MORRO/). Acessado em: 04/12/2018.

<sup>224</sup> “Alemão terá ‘invasão de serviços públicos’, promete prefeito do Rio”. Disponível em:

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-contr-a-o-crime/noticia/2010/11/alemao-tera-invasao-de-servicos-publicos-promete-prefeito-do-rio.html>. Acessado em: 12/11/2018.

forças de pacificação, composta por soldados dos Exército ou por agentes da Força Nacional. Uma vez garantindo o controle territorial, as forças especiais dão lugar a policiais militares recém-formados, que se tornam os representantes da lei e da ordem. As favelas pacificadas tornaram-se locais privilegiados para investimentos públicos e privados em programas sociais, bem como para a ampliação da provisão de serviços públicos e a formalização dos serviços e empresas existentes (BANCO MUNDIAL, 2012; CANO, 2012).

A formalização dos serviços públicos tem suas vantagens, pois implica na melhoria da prestação e em direitos aos consumidores. No entanto, os custos oneram demasiadamente população a população e as queixas quanto à arbitrariedade associada à falta de transparência na medição do consumo, à desconfiança e à insegurança financeira provocada pela cobrança considerada abusiva são frequentes. (OST, 2012, p.55). Segundo Ost (2012, p. 48), na favela Santa Marta, a primeira a ser pacificada, muitos moradores se sentiram prejudicados pela maior inserção do Estado e os aumentos dos custos da regularização dos serviços de luz e água, bem como a formalização dos empreendimentos voltados ao turismo.

O sistema de Firjan e a SEBRAE também subiram o morro com uma série de projetos para a formalização das empresas e estímulo ao empreendedorismo. As UPPs permitiram o aumento da oferta de trabalho, projetos e serviços públicos e cursos profissionalizantes. Quando voltadas para a juventude, o objetivo dessas iniciativas é substituir o apelo representado pela vida no tráfico pela imagem de jovem empreendedor. Entretanto, moradores afirmam que os cursos oferecidos pelas instituições não condizem com os anseios da população, estando voltados, sobretudo, a subempregos.

Além de serem mercados consumidores, as unidades tornam as próprias favelas commodities (FREEMAN, 2012, p. 119), o que se evidencia pelo boom do turismo favelas<sup>225</sup>, pelos novos hostles e sua gourmetização estrangeira<sup>226</sup>, nesses casos as favelas se colocam em produtos alternativos para serem consumidos. Segundo Ost (2012, p. 64), os poucos espaços sociais de convívio das favelas são privatizados por interesses associados ao aumento da circulação de pessoas com maior poder aquisitivo, nacional e internacionalmente.

Freeman crítica que a falta do projeto de pacificação está em seguir a lógica da governança neoliberal e que ao invés de uma estratégia de segurança para a cidade como um todo, é uma estratégia voltada aos megaeventos, às construtoras, à especulação imobiliária e às empresas que veem nas favelas mercados em potencial. O autor ainda afirma que as favelas no

---

<sup>225</sup> “Cinco favelas que atraem turistas no Rio”. <https://oglobo.globo.com/rio/cinco-favelas-que-atraem-turistas-no-rio-14031060>. Acessado em 01 nov. 2018.

<sup>226</sup> “A vida real das favelas para turistas ver”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/a-vida-real-das-favelas-para-turista-ver-19681303>. Acessado em 02 dez. 2018.

Rio de Janeiro são territórios que se externalizam dos principais circuitos globais da acumulação de capital e se desvalorizam em diferentes tempos, fazendo-se disponíveis para possíveis revalorização e recolonização (FREEMAN, 2012, p. 121-122).

A pacificação e a ocupação abriram o caminho para as UPPs que se constituem em ocupações permanentes dessas áreas faveladas, instituindo uma “cultura do estado de polícia”, arquitetada numa operação militar e publicitária. Visto em:

A Pacificação à serviço da educação: crianças se divertem no Urutu, o blindado do Exército empregado na colônia de férias da Força de Pacificação do Morro do Alemão. Idealizada pela Forças Armadas, a colônia de férias que termina hoje reuniu 320 crianças selecionadas por suas boas notas na escola. Elas participaram de atividades esportivas e culturais.<sup>227</sup>

Ou ainda, como a lógica militarista das relações na sociedade pode se enraizar até os jovens e adolescentes, seria algo como uma pacificação desde a juventude:

Promotoria pede suspensão de guarda-mirim com estilo militar: O Ministério Público Federal de Santa Catarina pediu a suspensão das atividades de uma guarda-mirim onde adolescentes formam esquadrões, dão ordem de acordo com a hierarquia, pintam o rosto como militares e usam uniformes como símbolos semelhantes aos do Bope [...] Unidades de Polícia Conciliadoras: treinados na Justiça, PMs de UPPs substituem tribunais do tráfico e fazem mediação de conflitos [...].<sup>228</sup>

A distribuição geográfica das unidades de pacificação não deixa tantas dúvidas assim, elas privilegiam os locais de turismo e estratégicos da cidade maravilha – a Zona Sul em particular e as áreas onde parte dos eventos esportivos serão realizados. A programa das UPPs se encontra com um projeto ambicioso de “reurbanização” das favelas, o chamado de “cinturão olímpico” formado pelas favelas com UPPs e seguem de perto as prioridades do novo grande programa chamado de Morar Carioca. O objetivo era a urbanização de todas as favelas até 2025, mas com prioridade as áreas que receberão eventos relacionados aos Jogos Olímpicos (CAVALCANTI, 2013, p. 197).

Para Cavalcanti (2013, p. 197), o PAC selou um pacto entre o setor empresarial na gestão da cidade, com o estabelecimento de parcerias público-privadas que parecem ilimitados ao projeto. A tese que autora utiliza e sustenta é o acoplamento entre intervenções em larga do PAC e as UPPs a qual articula uma gramática de controle social das favelas, que constitui a política de remodelação urbana prevista pelo projeto do Rio como cidade olímpica: é a

<sup>227</sup> O Globo, Rio de Janeiro, 11 de julho de 2011, p. 02.

<sup>228</sup> Folha de São Paulo, São Paulo, 19 de julho de 2011, p c5.

gramática da PACificação. Os efeitos dessa combinação da urbanização com a militarização e do novo patamar alcançado por ambos os tipos de intervenção o qual abre uma série de disputas, oportunidades e desafios (CAVALCANTI, 2013, p. 197). Ou seja, as intervenções da PAC-Favelas não são novas em si mesmas, contudo, sua justaposição com o programa das unidades pacificadoras no Rio de Janeiro aponta para uma experiência em escala sem precedentes. Não há uma característica que singulariza as intervenções – o modo como o programa opera a inscrição da favela na paisagem da cidade. A justaposição das obras de urbanização com os discursos e as performances da pacificação propaga uma mensagem poderosa.

O relatório vazado pelo Wikileaks, o qual pode ser visto e analisado por Hearne 2009, escrito pelo Principal Officer do Consulado Geral dos EUA no Rio de Janeiro revela que as UPPs se inspiram nas táticas de contra insurgência aplicadas pelos estadunidenses nas guerras do Iraque e do Afeganistão. O relatório comenta que a entrada da polícia na favela aconteceu eficientemente e cresce o interesse econômico nas pacificações que poderiam incorporar, segundo Valente (2014, p. 221), até R\$ 38 bilhões provindos das favelas na economia formal da cidade. Como pode ser observado do seguinte fragmento retirado dos telegramas, no qual o Principal Officer refere-se ao processo de pacificação como táticas de contra insurgência, mas também que através da conquista das “mentes e corações” abrir-se-ia uma possibilidade enorme colocar milhares de pessoa para o mercado econômico formal da cidade:

Like counter-insurgency, the population is the true center of gravity, and the program's success will ultimately depend not only on effective and sustained coordination between the police and state/municipal governments, but on favela residents' perception of the legitimacy of state. One of the principal challenges in this project is to convince favela populations that the benefits of submitting to state authority (security, legitimate land ownership, access to education) outweigh the costs (taxes, utility fees, civil obedience). As with American counter-insurgency doctrine, we should not expect results overnight. If the program is limited to Governor Cabral's 2010 reelection campaign or constitutes little more than an initiative crafted to bolster Rio de Janeiro's 2016 bid for the Olympics, as some critics have charged, it offers little chance of success. If, however, the program wins over "hearts and minds" in the favelas, and continues to enjoy genuine support from the governor and the mayor, bolstered by private enterprise lured by the prospects of reintegrating some one million favela residents into mainstream markets, this program could remake the social and economic fabric of Rio de Janeiro.<sup>229</sup>

---

<sup>229</sup> RIODEJANEIRO329, COUNTER-INSURGENCY DOCTRINE COMES TO RIO'S FAVELAS, disponível em <http://wikileaks.ch/cable/2009/09/09RIODEJANEIRO329.html>. Acessado em: 11 dez. 2018.

Nesse mesmo sentido, em um evento realizado com centenas de empresários e personalidades da mídia, no Havard Club de Nova Iorque, o ex-Governador Sérgio Cabral empreendeu-se em vender a importância econômica das UPPs, declarando que “esse combate à criminalidade não é apenas essencial para a manutenção da ordem e para a melhoria da qualidade de vida da população do estado, mas também um fator importante para o desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro”<sup>230</sup>. Segundo Teixeira (2011, s/p), multinacionais se instalaram em favelas pacificadas em busca de lucrar com a dinâmica e a promessa de segurança para lutar. A Procter & Gamble, por exemplo, se instalou na favela Cidade de Deus, a qual recebeu UPP em 2009, com a prerrogativa de redução do IPTU e de ISS. A Philips por sua vez consultou Secretaria de Segurança do Rio para saber se haveria instalação de uma UPP no morro do Dendê, na Ilha do Governador, pois a empresa estava com interesse de instalar uma fábrica na região<sup>231</sup>.

Ademais, em 2013, nos anos de auge do sistema de pacificação das unidades, ela foi “vendida” para o Haiti como modelo de sucesso, havia a promessa da implantação do modelo no país haitiano para o processo de pacificação dos chamados “guetos”. O acordo estabeleceu-se na vinda dos policiais haitianos ao Rio de Janeiro para obtenção de informações sobre as unidades e da rotina de relacionamento dos policiais com moradores<sup>232</sup>. Além das unidades o Brasil também exportou através do Exército na Missão de Paz das Nações Unidas composto por 20 homens de elite intitulados como o Destacamento de Operação de Paz (Dopaz), esses homens utilizavam fuzis americanos M4 e andavam nas ruas com os rostos cobertos e sem identificação nos uniformes. Esse grupo foi levado ao Haiti em 2005 no momento dos conflitos armados entre as gangues e serviu como instrumento para o comando brasileiro no país. Essas unidades de elite eram formadas por militares que possuem os cursos de Comando e Forças Especiais, o curso de Comandos é semelhante ao do BOPE, da PMRJ, dos Seals da Marinha norte-americana. Para o comandante à época general Sergio Schingel – “missão da ONU buscou maior presença militar nas zonas de maior risco [...] para assumir o controle

---

<sup>230</sup> “Cabral mostra a transformação da segurança pública no Rio a investidores estrangeiros, em Nova Iorque”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/cabral-mostra-transformacao-da-seguranca-publica-no-rio-investidores-estrangeiros-em-nova-2907844>. Acessado em: 11 nov. 2018.

<sup>231</sup> “Após anos de esvaziamento pacificação atrai empresas para áreas próximas a favelas.” Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-anos-de-esvaziamento-pacificacao-atrai-empresas-para-areas-proximas-favelas-2911516>. Acessado 14 nov. 2018.

<sup>232</sup> “Haiti deve receber Unidade de Polícia Pacificadora nos moldes do Rio”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/haiti-deve-receber-unidade-de-policia-pacificadora-nos-moldes-do-rio.html>. Acessado em 11 nov. 2018.

dessas áreas, atuando quadra por quadra, rua por rua, com o objetivo de prender e expulsar as gangues locais”<sup>233</sup>.

A escolhas dessas duas empresas ajudam a exemplificar as decisões baseadas na presunção das vantagens estratégicas que a instalação das unidades pacificadoras traz para o seu entorno e como isso está sendo cogitado pelas empresas. Mas essa pacificação não é somente para trazer uma sensação de segurança, ela também é possibilidade de retirar da sombra as comunidades e arrecadar impostos da periferia. Isso é o “banho de loja”<sup>234</sup> nas favelas como o atual prefeito carioca, Crivella, propagou na ocupação das favelas em 2017 mostra o desejo de transformar um milhão de consumidores clandestinos em clientes formais dos serviços básicos prestados pelo estado ou pelas consorciadas.

Dos mesmos telegramas vazados pelo Wikileaks, tem-se o seguinte trecho num tópico intitulado “Economia da pacificação de favelas”:

Além dos fatores de segurança envolvidos com o programa de pacificação existem também interesses econômicos significativos em jogo. Alguns economistas previram, no caso de todas as favelas passarem para a autoridade do estado do Rio, um aumento de 90 milhões de reais em novas taxas sobre serviços e propriedade, os quais afluíram para o governo municipal. O presidente da companhia provedora de energia elétrica no Rio, a Light, estiou que a economia do Rio de Janeiro poderia crescer em cerca de 39 Bilhões de reais mediante ao crescimento da Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), a Light perde, pelo menos, 200 milhões de dólares por ano em decorrência [do consumo] de energia clandestina nas favelas. [...].<sup>235</sup>

O trecho dos documentos vazados demonstra a relação entre as ocupações e a lógica do mercado e da invasão dos serviços públicos e privatizados. Seguindo nos telegramas, o Principal Officer do Consulado Geral à época menciona as dificuldades de implantação de projeto de pacificação e conseqüentemente de contra insurgência:

Um dos principais desafios deste projeto é convencer a população que os benefícios em se submeter à autoridade estatal (segurança, propriedade legítima da terra, acesso à educação) superam os custos (taxas, contas, obediência civil). Assim como para a doutrina de contra insurgência americana, não de-

<sup>233</sup> “Dopaz: conheça a tropa de elite que o Brasil levou para pacificar as favelas violentas do Haiti”. Disponível em: [https://g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/dopaz-conheca-a-tropa-de-elite-que-o-brasil-levou-para-pacificar-as-favelas-violentas-do-haiti.ghtml#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&amp\\_tf=Fonte%3A%20%251%24s](https://g1.globo.com/google/amp/mundo/noticia/dopaz-conheca-a-tropa-de-elite-que-o-brasil-levou-para-pacificar-as-favelas-violentas-do-haiti.ghtml#referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&amp_tf=Fonte%3A%20%251%24s). Acessado em 11 fev. 2019.

<sup>234</sup> “‘Banho de loja’ na Rocinha, sugerido por Crivella, agrada moradores”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/banho-de-loja-na-rocinha-sugerido-por-crivella-agrada-moradores-21867835>. Acessado em: 14 nov. 2018.

<sup>235</sup> Idem



vemos esperar por resultados do dia para a noite. [...] Se, contudo, o programa conquistar “mentes e corações” nas favelas e continuar a gozar de apoio genuíno do governados e do prefeito, amparados pelas empresas privadas seduzidas pela perspectiva de reintegrar um milhão de moradores das favelas para os mercados formais, então este programa poderá refazer o tecido econômico e social do Rio de Janeiro...<sup>236</sup>

Interessante notar que o grande contingente das pessoas da periferia carioca que virariam um exército de consumidores e pagadores de impostos, é a normalização dos serviços e também a pacificação que encontra a economia. Nesse sentido, Freeman (2012, p.98) aponta que a pacificação nas favelas do Rio de Janeiro é uma parte necessária para uma acumulação primitiva<sup>237</sup> do capital, pois, os territórios das favelas, com penetração limitada do capital, representam uma possibilidade de escoamento do superávit através do que Harvey (2004, p. 34) chamou de “acumulação por desapossamento”, ou “acumulação por espoliação”. O Argumento espacial de Harvey é que o capitalismo precisa de um território externo no qual ele possa expandir suas fronteiras através da acumulação por desapossamento, seja na forma de colonialismo ou imperialismo.

Segundo Valente (2016, p. 162), na política de pacificação, o estado usa seu poder de repressão militarizado para “pavimentar” um caminho para a exteriorização do território das favelas da atividade econômica baseada no mercado. Freeman (2012, p. 106) também constrói uma argumentação em volta da pacificação das favelas do Rio de Janeiro no contexto dos megaeventos é essencial às estratégias de acumulação neoliberal: 1) para a promoção dos jogos no seu marketing; 2) para construir e preparar a cidade para os megaeventos; 3) para a valorização imobiliária; e 4) para conversão das favelas em commodities e mercados para esses commodities.

Para Batista (2012, p. 60), “segurança pública só existe quando ela decorre de um conjunto de projetos públicos e coletivos que foram capazes de gerar serviços, ações e atividade no sentido de romper com a geografia das desigualdades no território usado”. A institucionalização de uma “gestão” policial de territórios conduzidos pelas unidades pacificadoras reúne uma política de segurança pública militarizada a uma política de reestruturação urbana num contexto em que é cada vez maior o peso de estratégias de mercado na condução da política e

---

<sup>236</sup> Idem.

<sup>237</sup> A formulação marxista da acumulação “primitiva” de capital relega a acumulação baseada na violência, na depredação e na fraude antes do sistema capitalista. Mas Harvey (2006, p.24), defende o papel permanente e a persistência de práticas predatórias de acumulação de capital no interior da história geográfica da acumulação primitiva, o que ele denomina de acumulação por desapossamento.

na administração do espaço urbano (BARREIRA, 2013, p. 136), nas palavras de Britto (2013):

[...] as UPPs veiculam não só um padrão de segurança pública, mas também uma proposta de intervenção urbana, em um contexto de crise urbana ou crise do “planejamento urbano” (uma das determinações da crise estrutural do capitalismo), no qual o ‘planejamento’, na verdade, converteu-se em “planejamento” de uma “cidade-empresa” – uma cidade não apenas voltada para os grandes negócios empresariais, mas também administrada propriamente como uma grande empresa. Nesse cenário, sobressa o papel dos megaeventos esportivos e culturais, sorvedouros sequiosos de recursos públicos e baluartes do empresariamento urbano em voga (BRITO, 2013, p. 81).

As unidades são uma tentativa de resgatar a imagem de uma cidade ordenada, feliz e exótica enquanto tratativa das favelas, o tema torna-se a ordem urbana e o cenário é a iminência dos megaeventos, assim:

uma análise da distribuição espacial das intervenções “pacificadoras torna visível a natureza instrumental dessa concepção de enfrentamento da criminalidade violenta e sua estreita relação com o novo plano de segurança para os megaeventos catalisadores do novo urbanismo. Tais intervenções não se limitam, é claro, a uma ação temporária que vise garantir a segurança durante os eventos. Ela articula à expansão do sistema de vigilância estatal sobre as “comunidades” com base no policiamento permanente e nos programas sociais de administração da pobreza, além de estimular processos de valorização imobiliária nas áreas abrangidas pelas UPPs (BARREIRA, 2014, p.146).

A pacificação atende a diversos interesses econômicos e é justificada por um discurso da expansão de direitos que relativiza aos olhos do público toda a violência que envolve. Não é a primeira vez que anunciam uma “guerra” na cidade maravilhosa símbolo do Brasil no exterior pela sua beleza e exuberância. Como é observado a atual política de segurança pública tem sido apresentado como uma solução alternativa às tradicionais operações policiais militarizadas nas favelas, o que se passou a ser chamado de pacificação. E logo, as UPPs foram moldadas para contrapor, cuidadosamente, o modelo anterior e para ressaltar e criticar os métodos que acabaram incrementado a violência ao invés de reduzi-la.

Esse Plano Estratégico elaborado previa a construção da infraestrutura necessária para a candidatura da cidade à sede das Olimpíadas de 2004, transparecendo a lógica de concorrência para a atração de capital internacional. Foi também a TUBSA que redigiu a proposta de

candidatura à sede, nos moldes do modelo de Barcelona<sup>238</sup>. Esse projeto de cidade tem sua tradução na segurança pública através da UPPs. De acordo de Malaguti:

[...] o projeto das UPPs faz parte desse projeto de cidade que precisa parecer único, necessário, imprescindível, um uníssono que precisa muito do esplendor do estado de polícia com seus símbolos: quem pacifica são as caveiras da camisa preta. As falhas ou inconseqüências, as mortes e a violências só aparecem nas entrelinhas (MALAGUTI, 2012, p. 98).

Nesse mesmo sentido, Barreira (2013, p.147), recorda que o processo de pacificação:

[...] tem se revelado para além de simples contenção de conflitos, um meio de consolidar a concepção de cidade que administradores públicos e “promotores de vendas” desenvolveram ao longo de duas décadas; mas a “pacificação” é sobretudo um elemento decisivo na esperada mudança da imagem da cidade. Ela se associa à criação dos cenários atrativos requeridos pelo urbanismo competitivo.

Wacquant (2017, p. 212-215) demonstra que o neoliberalismo dentro de lógica das cidades, é um projeto ideológico, de prática de governo, de desenvolvimento de políticas de segurança ativas e punitivas centradas nas categorias situadas nas margens da nova ordem e moral que se estabelece sob o império conjunto do capital financeiro e do assalariamento flexível. Essa nova ordem se configuraria como uma demanda de controle das populações subalternizadas, de maneira que se coloca como primordial o ataque ao problema crime, das desordens urbanas e das perturbações da ordem pública sem que, deliberadamente, sejam levadas em considerações suas causas. Para isso, é preciso renovar a capacidade do Estado e submeter as populações e os territórios tidos como problemáticos à norma penal.

A proliferação de normas pode ser vista/exemplificada, segundo Pinheiro, (2016, p. 72), na Resolução Conjunta SESEG/SEDEC nº 135<sup>239</sup> – dando simplificação aos procedimentos como mandado de busca e apreensão coletiva e genérico<sup>240</sup>, e o auxílio de recursos tecnológicos, como a instalação de câmeras nas ruas das favelas militarmente ocupadas, que visam ao maior controle e punição sobre o cometimento de crimes ainda que impliquem em flexibilização ou agressão a direitos e garantias consecutivas. Para Malaguti (2003, p. 56), lembra

<sup>238</sup> Rio de Janeiro, o impacto dos megaeventos. In Cidade Rebelde e Espaços de Esperança (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mJOcQfpPrBw>. Acessado em 23 ago. 2018.

<sup>239</sup> Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=265890>.

<sup>240</sup> “Justiça expede manda coletivo e polícia pode fazer buscas em todas as casas do Parque União e da Nova Holanda”. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/justica-expede-mandado-coletivo-policia-pode-fazer-buscas-em-todas-as-casas-do-parque-uniao-da-nova-holanda-12026896.html>. Acessado em 22 ago. 2018.

que os órgãos judiciais, na América Latina, são militarizados e as agências não judiciais atuam à margem de qualquer controle, impondo penas, violando domicílios e fichando a população.

Para Castro (2015, p. 156) controle social e produção de obediência são as mesmas dinâmicas e deste logo aqueles que obedecem não precisam temer a autoridade. A vida conforme a normatividade estabelecida a qual se supõe perfeito, ou pelo menos ideal, traduz-se na máxima felicidade, enquanto a fuga desse quadro mental e social equivale à delinquência. Para Foucault (2014, p. 135-136):

o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também, igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode se ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, com as técnicas, segundo a rapidez que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos políticos de obediência). (...) Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.

Assim, o controle social incide em um determinado território a partir da disciplina coercitiva nos corpos com intuito de fabricação de corpos dóceis, passíveis de normatização, fruto de uma dominação hierárquica. O adestramento é, deste modo, fundamento do controle dos corpos. É nesse sentido que “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor.” Foucault continua, “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame” (FOUCAULT, 2014, p. 167).

O controle social dos territórios de favelas e periferias do Rio de Janeiro, portanto, tem como objetivo controlar a sua população com a finalidade de se apropriar do espaço em benefício de um modelo de cidade que privilegia a manutenção da ordem. Para receber turistas do mundo inteiro é necessário constituir uma imagem de cidade organizada, seguro e higienizada pelo combate aos inimigos internos e suas criminalidades (PINHEIRO, 2016, p. 76). Obviamente, nos territórios de favela, onde o uso da violência é constante, há o agigantamento do Estado de Polícia, que a partir da imposição da força. Para Foucault (2008, p.457), que se destaca sobre o fundo de uma tentativa de disciplina geral, de regulamentação geral dos indivíduos e do território, na forma de uma polícia que tem um modelo essencialmente urbano. O

sonho disciplinar que se encontra por trás da polícia são o comércio, a cidade, a regulamentação e a disciplina, sendo a polícia “a governamentalidade direta do soberano como soberano”.

Para Malaguti (2003, p. 36), o nível simbólico e ideológico é o principal front de luta pela cidadania na cidade do Rio de Janeiro, onde o medo e a desqualificação do outro se comam às campanhas de descrédito do Estado e das classes políticas, logo, para a autora:

O bandido vai se consumado na figura de um jovem negro, funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda. [...] São camelôs, flanelinhas, pivetes e estão por toda parte, até em suposto arrastões na praia. Não merecem respeito ou tregua, são os sinais vivos, os instrumentos do medo da vulnerabilidade ou torturados. Quem ousar incluí-los na categoria cidadã estará formando fileiras com o caos e a desordem, e estará formando fileiras com o caos e a desordem, e será também temido e execrado.

A ocupação militar permanente das favelas no Rio de Janeiro traduz-se na elevação do direito penal do inimigo à política oficial de tratamento dispensado à miséria. Sob o discurso de pacificação, o Estado mantém sob o controle armado a população que o capital já considerava sobrando (OLIVERIRA, 2013, p. 67). Ou seja, a UPP reformula a máxima do governo Washington Luis, para quem “a questão social é um caso de polícia”, atrelando a maior prestação de serviços públicos à militarizado do território e imposição de uma nova ordem, aprofundando as desigualdades e as segregações socioespaciais do Rio de Janeiro. Esta penalização das questões sociais traduz-se em um ataque à capacidade de resistência às opressões impostas pelo sistema capitalista, na medida em que:

o reduzir os conflitos a um problema penal, despolitizando-os, o Estado, como comitê de organização do domínio de grande capital, seleciona os agentes sociais conforme suas irrelevância na reprodução das relações sociais, o que invariavelmente recai sobre as opressões étnicas (negros, árabes, índios), o local de moradia (pobres da periferia) ou as formas de atuação (movimentos sociais), imobilizando o potencial de oposição contra o sistema de todos esses agentes (MENEGAT, 2016, p.50).

Malaguti (2012) chama atenção para o modelo de cidade que une a segurança e da necessidade para vender a imagem da cidade na disputa por investimento. Para tanto, é necessário passar a mensagem de que a cidade está “pacificada” e mantém a violência urbana sob controle. A socióloga cita um depoimento de Cleonice Dias, líder comunitária da Cidade de Deus, que afirma:

nós, que somos da comunidade, sabemos que a UPP está ligada a uma satisfação pública para o Rio de Janeiro e o Brasil de que o Estado tem o controle das comunidades. Querem dizer que haverá segurança porque nós, pobres, estaremos controlados, e que podem vir todos os investimentos para os megaeventos. (apud MALAGUTI, 2012, p. 59).

Para Brito (2013, p.81), as UPPs conduzem uma “gestão” policial dos territórios, condensando política de segurança pública, em uma perspectiva militarizada, e polícia de intervenção urbana através do paradigma “da segurança como porta de entrada para a cidadania”. A conexão entre a política de ocupação militar e a política de intervenção urbana se evidencia, por outro lado, pela seletividade da implantação do projeto das unidades. De 2008 a 2014 foram implementadas 38 unidades, formando um cinturão de segurança abrangendo a região Central do Rio, a Zona Norte – nas proximidades do Maracanã - próximos a Vila Olímpica na Zona Oeste e comunidades da Zona Sul (local de residência da classe média e classe média alta da cidade), como visto no mapa da localização estratégicas das unidades pacificadoras em favelas nas proximidades da realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e pontos de alta circulação como vias que ligam a região central do Rio ao aeroporto internacional Tom Jobim.

Segundo Cano (2016)<sup>241</sup>, as autoridades governamentais tomaram ações pensando estrategicamente na localização das unidades pacificadoras, logo,

O governo preferiu continuar com o planejamento que visa a algumas áreas da cidade. Eu acho que o que está por trás desde planejamento é uma visão, um projeto mais amplo para a cidade do Rio de Janeiro, como um centro internacional de turismo e de negócios. Para esse projeto o que acontece na Zona Oeste é quase irrelevante e é por isso que os UPPs estão onde elas estão hoje, infelizmente.

Essa implementação das UPPs dentro de uma geografia específica, ou seja, dentro de localidades na cidade maravilhosa, revela uma maior conexão com os interesses da especulação imobiliária, com a preparação da cidade para desempenhar o seu papel de grande vitrine mundial da realização dos megaeventos e com a abertura de novas locais de investimento para o capital do que qualquer outra garantia a população residente nas favelas cariocas. O site oficial das UPP é categórico em afirmar que “imóveis antes desvalorizados devido à violência, são valorizados em 50%”<sup>242</sup>. Empreendedores abrem novas frentes de comércio inovador pela

<sup>241</sup> GONZALEZ, Claudio. Entrevista com Ignacio Cano: “A crise das UPPs é parte de uma crise mais ampla”. Disponível: <http://www.revistaprincipios.com.br/artigos/130/capa/2915/entrevista-com-ignacio-cano-a-crise-das-upps-e-parte-de-uma-crise-mais-ampla.html>. Acessado em: 22/12/2018.

<sup>242</sup> Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/faq>. Acessado em: 11 nov. 2018.

política de incentivo econômico, através de microcrédito, demonstrando que a política de segurança pública aplicada nestes territórios está atrelada ao modelo de cidade em curso em uma conjuntura de realização de megaeventos na cidade.

A segurança para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, o então prefeito do Rio Eduardo Paes mencionou que não havia dúvidas que a cidade carioca era competente em sediar eventos, visto o seu know how para tal, contudo,

Me preocupo com isso [segurança] todo dia. Me preocupo até as Olimpíadas e depois das Olimpíadas. Acho que o tema da segurança pública é um tema **permanente** (grifo nosso) para a cidade do Rio. As Olimpíadas ... o Rio já mostrou [que consegue], mesmo nos momentos mais violentos, Rio 92, enfim. Fingir que fez segurança durante um evento, o Rio sempre fez.<sup>243</sup>

O objetivo das UPPs nas favelas cariocas é diminuir e controlar o sentimento de insegurança e vulnerabilidade e não necessariamente vencer a “guerra às drogas”. Para conquistar a confiança internacional na sede da Copa do Mundo em 2014, e das Olimpíadas em 2016, era preciso retornar simbolicamente o controle do cotidiano, demonstrando a capacidade do poder público de dominar o crime organizado. Segundo Barreira (2013, p. 145). “pacificar a cidade” significa apenas acabar com a visibilidade da violência do tráfico de drogas e eliminar os conflitos armados em áreas de alta renda que concentram atrativos para os consumidores vindo de fora. Segundo Pinheiro (2016, p. 136), a mudança no tratamento estatal das favelas tem ligação mais próxima com a realização dos megaeventos esportivos e a garantia de lucro para o mercado da especulação imobiliária do que com a garantia de direitos dos moradores.

#### 4.3 – A falência das UPPs (?): um sonho que vê seu fim

As UPPs no Rio parecem já não ter mais serventias. Após quase dez anos de projeto, começam agora a passar por mudanças drásticas. Segundo o comandante-geral da PM, coronel Wolney Dias, a extinção de quase metade das unidades pacificadoras ainda depende de alguns estudos, mas aponta para uma reformulação profunda do sistema, desde sua implementação. Segundo o comandante: “Vários fatores têm de ser levados em consideração: o momento que vivemos, a questão financeira para manutenção do projeto. Aquelas [UPPs]

<sup>243</sup> Passada crise com o COI, Paes diz que obras do Rio 2016 estão “na mão”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/passada-crise-com-o-coi-paes-diz-que-obras-da-rio-2016-estao-na-mao.html>. Acessado em: 21 dez. 2018.

em que não haja um domínio territorial maior talvez possam ter reavaliadas a sua manutenção ou não”<sup>244</sup>. Essa reformulação vem em um momento de questionamento da eficácia do modelo e de aumento dos índices de violência na capital fluminense. A plataforma digital colaborativa Fogo Cruzado, já contabilizou, até 2017, 4.000 mil trocas de tiros o que equivale a 13 tiroteios por dia. O Rio não via tantos crimes com mortes violentas desde 2009, primeiro ano de funcionamento das UPPs. Segundo dados do ISP, ligado ao governo estadual, foram 37,6 casos por 100.000 habitantes – um total de 6.248 ocorrências – em 2016, a maior taxa em sete anos. A situação só está piorando, no primeiro trimestre de 2017, a letalidade violenta aumentou 26% em relação ao mesmo período de 2016 e as mortes em operações policiais, 85%.<sup>245</sup>

Em 2018, a Secretária de Segurança do Rio de Janeiro anunciou o fechamento de 13 unidades até o fim daquele ano, além de cortes no orçamento de manutenção das unidades. Entre elas estão a Batam, Manguerinha, Vila Kenndey, Cidade de Deus e Camarista Méier. A revisão das unidades é uma das políticas anunciadas no início da Intervenção Federal<sup>246</sup> na segurança<sup>247</sup>. Para Robson Rodrigues da Silva, coronel da reserva da Polícia Militar do rio de Janeiro para o Nexo Jornal<sup>248</sup>, o corte de US\$ 5,4 milhões para US\$ 10 mil em verba para a manutenção do programa de pacificação é uma perda significativa de recursos para a manutenção das unidades.

Ainda em 2015 começou a abater uma crise sobre o sistema das unidades pacificadoras e em 07 de março desse ano o então governador do Rio Luiz Fernando Pezão se pronuncia em relação a essa crise e o sistema;

---

<sup>244</sup> “No Rio, 18 das 38 UPPs poderão ser extintas pelo comando da PM”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/02/02/no-rio-18-das-38-upps-poderao-ser-extintas-pelo-comando-da-pm.htm>. Acessado em: 11 nov. 2018.

<sup>245</sup> “A falência das UPPs”. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/a-falencia-das-upps/>. Acessado em: 22 nov. 2018.

<sup>246</sup> A Intervenção Federal foi decretada pelo então presidente Michael Temer e aprovado pelo Congresso em fevereiro de 2018. Ela teve como justificativa o comprometimento em “comprometimento da ordem pública”. A diferença entre uma GLO antes aplicadas à cidade do Rio é que ao invés de somente o emprego das Forças Armadas na segurança pública, durante a intervenção federal toda a segurança fluminense sai da esfera estadual e fica sob o comando do interventor militar, ou seja, não se trata apenas do emprego de militares, mas sim de uma gestão federal militarizada. “Congresso aprova decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43079114>. Acessado em 12 nov. 2018.

<sup>247</sup> “Secretaria anuncia fim de mais 13 UPPs no Rio até o fim do ano”. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/secretaria-anuncia-fim-de-mais-13-upps-no-rio-ate-o-fim-do-ano>. Acessado em: 02 dez. 2018.

<sup>248</sup> “Como ficam as UPPs após corte de verbas e perda de autonomia”. FÁBIO, André Cabette. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/12/15/Como-ficam-as-UPPs-ap%C3%B3s-corte-de-verbas-e-perda-de-autonomia>. Acessado em: 11 dez. 2018.



É inegável que a gente teve problemas com as UPPs. Queremos retomar esse processo, mais, de ver como o Estado, a prefeitura e o governo federal podem se somar para entrar nessas comunidades com serviços, e tirar das costas da PM uma série de coisas que não têm nada a ver com segurança pública.<sup>249</sup>

O que o governador mencionou foi em relação a UPP Social<sup>250</sup>, programa que demandou a reformulação das ações sociais das favelas ocupadas e pacificadas. A inclusão cidadã e social desse projeto não vingou, visto que, imposição de sociabilidade através de armas em um modelo militarizado de gestão de espaços e territórios ocupados é questionável. Desde o início das UPPs, o número oficial de mortes em alegados confrontos com policiais no estado aumentou pela primeira vez em 2014, quando foram registrados 582 homicídios decorrentes de intervenção policial, e os autos de resistência representam uma alta de 40% em relação a 2013<sup>251</sup>.

Ao movimento foi expandido de forma desenfreada e a toque de caixa. Entre 2010 e 2013, o número de UPPs quase triplicou, saltando de 13 para 36. Segundo Rodrigues ex-coronel da PM o programa já precisava e ainda precisa de reformas estruturais, “para ter pacificação, precisa ter todo o sistema junto, uma articulação institucional muito forte. Exigiu-se demais das estruturas anacrônicas e militarizadas de uma corporação que há muito tempo precisa ser modernizada e não foi. Tudo isso fez falta nos momentos mais adiantes”.<sup>252</sup>

A percepção dos policiais que trabalhavam nas unidades pacificadoras não é nada

<sup>249</sup> “Pezão: ‘Tivemos problemas com UPPs, mas queremos retomar esse processo’”. Disponível em: <http://www2.sidneyrezende.com/noticia/246395+pezao+e+inegavel+que+tivemos+problemas+com+upps+mas+queremos+retomar+esse+processo>. Acessado em: 20/12/2018.

<sup>250</sup> Para complementar o projeto de pacificação, o projeto de UPP Social veio para complementar com a implantação de serviços e equipamentos urbanos, bem como ações voltadas para a assistência à saúde e à educação. Elas foram lançadas em 2010 e tinham como objetivo “promover o desenvolvimento social, incentivar o exercício da cidade, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a integração plena da cidade”. Em 2011, instituiu-se formalmente a UPP Social Carioca, havendo o lançamento de projetos como o Morar Carioca<sup>250</sup>. Esse projeto, articulado com o programa de habitação, não é novo. Em 1993, o Programa Favela-Bairro surge como uma importante mudança na perspectiva das políticas públicas direcionadas às favelas (FREIRE, 2005). Segundo, Cunha e Mello (2011, p. 376), essa unidade pacificadora social retoma a princípios que nortearam o Favela-Bairro, na medida em que pretende promover uma integração não apenas espacial das favelas ao tecido urbano, mas também nos âmbitos sociais e econômicos. A integração das comunidades à morfologia urbana e social da metrópole carioca tenha como horizonte a extensão da qualidade dos serviços oferecidos, ou seja, a integração das favelas ao asfalto, para constituir a “cidade formal” ou a “cidade real”.

<sup>251</sup> “Rio teve mais de 3.250 autos de resistência entre 2010 e 2015, diz ISP”. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/rio-teve-mais-de-3250-autos-de-resistencia-entre-2010-e-2015-diz-isp.html>. Acessado em: 09 dez. 2018.

<sup>252</sup> Idem.

elogiosa, segundo a pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CeSec, 2015)<sup>253</sup> – a cada dez, cinco policiais das UPPs criticam a formação para o trabalho recebida da própria PM. A maior parte desses policiais considera importante continuar portando um fuzil - 92% deles, arma que não combina com moradores em relação ao trabalho feito pela UPP– 46% acham que a maioria dos moradores tem sentimentos negativos (com medo, desconfiança ou raiva) e 44% consideram que a população local tem sentimentos positivos (simpatia, admiração, aceitação), enquanto que 10,3% acham que a indiferença é o sentimento predominante. Do total de entrevistado, 33,2% estão parciais ou totalmente identificado com do projeto, enquanto que 51,3% são neutros e 15,5% são parciais ou totalmente resistentes. Uma das principais queixas é de que um policial de UPP não é considerado dentro da corporação um policial “de verdade” exatamente porque o policiamento comunitário não tem valor sem si, sendo preterido pelo confronto armado.

De acordo com um estudo da CeSec, o qual entrevistou 2.479 moradores, entre agosto e outubro de 2016, segundo Bianchi (2017)<sup>254</sup>, denominado “UPP: última chamada – visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela PMRJ” – indica que 66% dos moradores consideram que a UPP é um “projeto falido”. Ao mesmo tempo, 59,7% defendem a manutenção das unidades desde que houvesse mudanças. Inclusive, segundo os pesquisadores o momento de descrédito “reforça a sensação de que as ações foram projetadas para durar até as Olimpíadas e que a política de confronto, reforçada a retórica da guerra às drogas, voltou a ser a tônica da política de segurança pública no Estado”.

O estudo “Os donos do morro” (CANO; BORGES, RIBEIRO, 2012), indicou que a escolha da maioria das unidades privilegiou localidades com maior IDH e alvo de visitas turísticas e não aquelas com altos índices de criminalidade. Os homicídios diminuiram 75% e em 50% o número de roubos. Entretanto, os outros crimes tiveram aumento exponencial, como lesões dolosas, ameaças e crimes relativos a drogas (que contemplam apreensões de tráfico, consumo, cultivo e compartilhamento). Os desaparecimentos também aumentaram 92%, o que pode mascarar o número de homicídios nessas localidades.

---

<sup>253</sup> Boletim segurança e cidadania – novembro de 2015. MUSUMECI, Leonarda. “Eles nos detestam”. Tropeços do policiamento de proximidade em favelas – resultados da pesquisa UPP: o que pensam os policiais, 2014. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/03/boletim19elesnosdetestam.pdf>. Acessado em: 23 dez. 2018.

<sup>254</sup> “Rio: nas favelas, quase 70% veem falência de UPPs, mas maioria quer permanência”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/22/rio-nas-favelas-quase-70-veem-falencia-de-upps-mas-maioria-quer-permanencia.htm>. Acessado em: 10/12/2018.

Segundo um policial da UPP do Parque Proletário<sup>255</sup>, em entrevista para O Globo:

[...] é o fim. Para nós, já era esperado. O programa ganhou força, há alguns anos, por causa dos grandes eventos que o Rio sediaria, como a Copa do Mundo e a Olimpíada. A festa acabou, o dinheiro também. Hoje, traficantes armados com fuzis passam na nossa frente e não podemos fazer nada [...] há mais de 200 bandidos na comunidade. A gente não pode criar problemas para eles.

As ações militares sinalizam para resultados pífios e em geral são estratégias para fazer a gestão da pobreza numa das cidades mais desiguais do país. Desta forma e sob essa ótica, objetiva-se garantir, pela força, um exército político que, contudo, não possui legitimidade. Essas estratégias de intervenção foram patentes a cada incursão das forças policiais da exceção, como foi o caos da prisão de mais de 150 pessoas em um pagode sob a justificativa de se tratar de uma festa de milicianos (Folha de S. Paulo, 22/04/2019). A intervenção, portanto, decorre de uma tendência de militarização da segurança pública, e está prestando a violar direitos de cidadania, sobretudo, quando coloca as populações dos morros e periferias em Estado de sítio, sendo comuns as tentativas ilegais de revista sistemática, invasão de domicílios, prisões arbitrárias e até mesmo identificação em massa não autorizada pela lei<sup>256</sup>.

Além disso, alguns outros pontos podem ser levantados em relação a falência das UPPs na cidade maravilhosa. Nesse sentido o programa das unidades optou aos longos dos anos por um sistema de ações ostensivas e de enfiamento e preteriu métodos de investigações, assim, o programa se intensifica nas suas ações militarizadas e de repressão, como Paula Poncini para o G1 menciona: “Trava-se uma guerra sem fim, um tiroteio sem fim, sem se pensar em repressão qualificada, sem inteligência. A Polícia Civil poderia estar atuando mais

<sup>255</sup> “Com orçamento de R\$ 10 mil para manutenção em 2018, UPPs agonizam”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/com-orcamento-de-10-mil-para-manutencao-em-2018-upps-agonizam-22189084>. Acessado em: 12 dez. 2018.

<sup>256</sup> “Apesar da intervenção federal no Rio ser algo inédito desde a promulgação da Constituição de 1988, não é a primeira vez que as Forças Armadas realizam operações na área de segurança pública do estado. Os decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) foram usados por todos os ex-presidentes desde Fernando Collor, para permitir patrulhamento do Exército durante grandes eventos, como a ECO-92 e recentemente Copa do Mundo e Olimpíadas, ou para auxiliar as forças de segurança estaduais na tentativa de conter a violência de facções criminosas. Os índices de violência, como a taxa de homicídios, no entanto, sempre retornaram aos mesmos patamares. Um exemplo do desperdício de recursos públicos se deu, por exemplo, entre abril de 2014 e junho de 2015, quando o complexo de favelas da Maré, zona norte do Rio, permaneceu ocupado por militares do Exército, ao custo estimado de R\$ 600 milhões, sem produzir efeitos positivos na violência da região. Em 2017, foi a vez de Temer bancar R\$ 10 milhões em uma invasão na Rocinha que resultou numa pequena apreensão de armas.” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/23/intervencao-militar-na-seguranca-do-rio-atinge-os-mais-pobres-e-nao-resolve-violencia/>. Acesso em: 23 abri. 2018.

intensamente”<sup>257</sup>. Ou como Alba Zaluar comenta: “Evidentemente, o novo patamar do crime organizado mostra que é preciso mais investigação da Polícia Federal e das Forças Armadas porque tem sérias implicações com segurança nacional para conter novos movimentos que vão surgindo.”<sup>258</sup>.

A crise política que o estado do Rio de Janeiro passa pelos últimos anos é vista na segurança pública carioca. “A crise do estado se combinou com a crise estrutural, UPPs decaindo há muitos anos, nada foi feito. Há problema graves de corrupção na Polícia Militar do Rio, nada foi feito. E estamos com os mesmos problemas há 20 anos”, segundo Silvia Ramos ao G1.<sup>259</sup> A crise econômica e falência institucional do estado, também assolam o Rio nos últimos anos, e assim segundo Daniel Cirqueira:

“Acho que existem dois elementos. O primeiro tem a ver com a crise econômica. Nessa situação, a violência é tratada por dois canais. O estado vai ter dificuldade para atender as políticas públicas ... Por outro lado, essa mesma crise afeta as condições que geram as tensões sociais. Tem mais desemprego e menos oportunidades. [...] Existe um Rio antes e outro depois das Olimpíadas. Antes, tinha bastante dinheiro do governo federal. E depois a fonte secou de uma hora para outra”.<sup>260</sup>

Dessa maneira também se observa uma falência do modelo de UPPs impulsionadas pela falta de investimentos e ações sociais conjugadas. “As unidades de polícia pacificadora poderiam ter tido maior êxito. Há uma ausência de decisão em relação à política pública. Era previsto que se não houvesse avaliação e monitoramento desse programa, recursos organizacionais, materiais, isso ia ter fragilidade” segundo Paula Poncini.<sup>261</sup>

E talvez o ponto mais importante apontado pelos especialistas é o uso e a dependência das Forças Armadas, que além disso é de alto custo e pouco resultado efetivo no combate ao crime, mas por outro lado, ela tem uma grande visibilidade na mídia e na construção das percepções de (in)segurança.

O próprio comandante do Exército já deu inúmeras declarações dizendo que é inadequada tecnicamente e politicamente usar as Forças Armadas numa rotina de segurança pública. Isso não se faz em lugar nenhum nas democracias.

<sup>257</sup> “Falência das UPPs e mais sete pontos: como o Rio chegou ao novo capítulo da guerra do tráfico na Rocinha”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/falencia-das-upps-e-mais-sete-pontos-como-o-rio-chegou-ao-novo-capitulo-da-guerra-do-trafico-na-rocinha.ghtml>. Acessado em: 11 abril. 2018.

<sup>258</sup> Idem

<sup>259</sup> Idem

<sup>260</sup> Idem

<sup>261</sup> Idem

Aliás, na maior parte das democracias, os exércitos são proibidos, são vetados de atuarem em atividades domésticas, exatamente para não produzir instabilidade no exercício do governo de um determinado país, de uma determinada cidade, de um determinado estado. – Jacqueline Muniz

Com os projetos das UPPs em decadência, as operações policiais de caráter paliativo voltaram aos noticiários com altos índices de tiroteios e mortes de moradores das favelas e policiais e, assim, chega-se em 2018, com uma Intervenção Federal que, embora de caráter inédito, tem muitas semelhanças com as outras medidas tomadas ao longo das três décadas passadas. Essa intervenção na cidade maravilhosa é reflexo de uma lógica militarizada, da crise financeira, escalda da violência e decadência e prisões de nomes de sua classe política, logo, mesmo especialistas não afirmando com todas as palavras a Intervenção Federal no Rio é Militar. Para Cano “é mais um passo na direção de sempre. Sacraliza o mito de que a solução passa pelo Exército, que a militarização é a solução”.<sup>262</sup> Em outras ocasiões, as Formas Armadas atuaram conjunto com as polícias Militar e Civil e sob ordens do Governo do Estado. Exemplo disso, foi o contingente de soldados que já estava no Rio de Janeiro, episódio recente e notório foram os quase 10.000 homens das Forças durante 2014 e 2015 no Complexo da Maré e o que custou 600 milhões de reais para os cofres públicos.

Exemplos de operações militares nos morros cariocas são a ocupação no Complexo do Alemão em 2010, na Maré em 2014-2015, ou em Jacaré, Rocinha e Cidade de Deus<sup>263</sup>. Para o coletivo Movimentos – 15 jovens das favelas e periferias do Brasil:

nenhuma dessas intervenções trouxe paz e segurança para os moradores das favelas e periferias. Ao contrário, trouxe invasões de casas, violência, tortura, roubos e estupros. Intervenções militares custam caro, não são sustentáveis ao longo do tempo e, quanto mais tempo duram, mais violações de direitos fazem.<sup>264</sup>

Os moradores apontam uma série de violações praticadas pelos militares à Ouvidoria da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, entre os relatos estão roubos, invasões de casa,

---

<sup>262</sup> Idem.

<sup>263</sup> Vinda do Papa Francisco em 2013 para a Jornada Mundial da Juventude. Policiamento da Eco-92 – conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/forcas-armadas-ja-atuaram-na-seguranca-do-rj-em-outras-situacoes-veja-quais.ghtml>. Acessado em: 23 dez. 2018.

<sup>264</sup> “Sou da favela, quero ser parte do debate sobre a guerra às drogas”. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/07/politica/1504800465\\_660787.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/07/politica/1504800465_660787.html). Acessado em: 15 mar. 2018.

agressões físicas e até estupros cometidos pelas Forças Armadas.<sup>265</sup> Segundo Pedro Strozenberg – ouvidor-geral – o resultado não é surpreendente em si pela violência, mas pelas pequenas violações que se tornaram comum e natural, segundo ele:

não é a novidade, uma surpresa em termos do que encontrou, uma surpresa em termos do que encontrou, a surpresa são os componentes de crueldade, a dinâmica e sistemática dos fatos. Além discutirmos sobre diferenças as comunidades, mas o que mais acontece em qualquer um dos 30 tipos de violações acontecem em qualquer uma delas. Esses casos mais violentos são em geral os mais estacados, um dos resultantes que falamos do trabalho é que a letalidade, o maior e mais grave problema, ela encobre e sombreia essa quantidade de violações cotidianas.<sup>266</sup>

As unidades pacificadoras não faliram porque o tráfico retornou à cena, as unidades ao longo do tempo perderam poder e descaíram. Os problemas apontados são inúmeros como visto anteriormente, mas a expansão irresponsável do projeto, o abandono do policiamento de proximidade junto à comunidade, a redução do controle interno do programa, redução do investimento em inteligência e investigação, e sobremaneira a subordinação da política de segurança à agenda econômica, esportiva e eleitoral são os principais elementos da decadência do sistema UPP no Rio de Janeiro. Foram-se os Jogos Olímpicos, ficam as unidades em crise, e um panorama do estado carioca em falência político-econômica.

---

<sup>265</sup>Para elaboração do documento, pesquisadores visitaram 15 comunidades da capital fluminense. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14Qy6yleYpugnSF3MrBpKhIpu0QmiyYV9/view>. Acesso em: 12 dez. 2018.

<sup>266</sup>“Policiais estupraram meninas durante intervenção no Rio, aponta relatório da Defensoria Pública.” Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538454557\\_419749.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_CC](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538454557_419749.html?id_externo_rsoc=FB_CC). Acessado em: 20 dez. 2018.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade do Rio de Janeiro presenciou, a partir de 2009, a formação, diretamente ou indiretamente, de consensos entre os principais atores à época. Convergências da conjunta político-econômica do período e interesses se uniram para ditar os próximos anos da cidade e, principalmente, como seriam as execuções dos planos de ação para o projeto Rio 2016. Atores dos diferentes níveis e alcances convergiram no intuito de criar uma cidade que além de ser sede das Olimpíadas e apta a receber os circuitos internacionais, também, firmar-se-ia no período de 2009 a 2016 como um projeto de cidade global de vitrine a qual pretendia unir as intervenções urbanísticas como legados de desenvolvimento e as intervenções militares como legados de ordem e segurança. Essa cidade global de vitrine é a construção de uma cidade de imagem internacional que há tempos rondava o imaginário referente ao Rio.

A escolha do Rio para sediar as Olimpíadas de 2016 culmina uma busca empreendida no Brasil desde a década de 1990, baseada na crença – compartilhada com outros países – de que megaeventos esportivos poderiam catalisar o investimento de recursos públicos na melhoria das cidade e, por consequência, na vida dos cidadãos. Com sua capacidade de mobilizar recursos materiais e simbólicos, o esporte, num mundo dominado pela lógica do mercado, acaba por ser muitas vezes o fator determinante no planejamento das cidades. Nesse sentido, o “modelo Barcelona”, conhecido mundialmente, utilizou o planejamento estratégico por meio de eventos internacionais para uma readequação urbana. Esta concepção, utilizada no final da década de 1980 e início de 1990, influenciou diversos países e cidades, dentre eles, o Rio de Janeiro. Diversos consultores catalães vieram para o Brasil na década de 1990 com o intuito de difundir os “modelos” espanhóis para a realidade brasileira. Este planejamento estratégico, que se utiliza do marketing urbano em suas ações, foi então inserido como forma de adequar o planejamento urbano brasileiro a níveis internacionais. Assim, o planejamento de mercado foi sendo inserido nos novos planos diretores e moldando-os a fim de competir em um mundo globalizado de fluxos financeiros intensos e voláteis e de intensas e rápidas transformações. Tais transformações podem ser vistas claramente nos textos do primeiro plano diretor estratégico da cidade do Rio de Janeiro.

O projeto Porto Maravilha se configurou como o maior destaque dentre as intervenções que ocorreram no Rio e exemplo desse movimento. O porto foi um projeto do amanhã, moderno, revitalizado, com área ao seu entorno reurbanizada, um grande exemplo que custou alguns bilhões de reais para servir de grife para a vitrine que se manter-se-ia na cidade. Por trás de toda a legitimação de melhorias e desenvolvimento que estariam

relacionados às obras de construção desse porto renovado, escondeu-se dinâmicas de violações de direitos humanos dos moradores da região. Violações essas que transpassam qualquer entendimento de justiça social, elas se estabeleceram dentro de uma lógica de expulsão e remoções de moradias indesejáveis, as quais, inclusive, muitas vezes foram justificadas por estarem “em risco”, ou seja, estavam inseguras para as famílias que ali residiam e para a cidade como um todo por estarem no caminho do progresso. Essas expulsões além de atenderem a um projeto olímpico, dentro das zonas olímpicos as quais denominamos de clusters olímpicos; regiões privilegiadas nas quais foram essenciais para a execução das atividades e projetos relacionados aos Jogos, elas também atenderam a um projeto de militarização da periferia.

O Rio 2016 contou com uma lógica privatista dos espaços. O Porto Maravilha viu o seu entorno tornar-se privado, removeu-se os moradores das ocupações de terrenos que há muito tempo abandonados dos poderes públicos municipal, estadual ou da união, simplesmente, para serem repassados à iniciativa privada. Ademais, a especulação imobiliária chegou em seu ápice no período, a localização das obras dos clusters olímpicos se estabeleceram em regiões já privilegiadas econômica. E para somar a tudo isso os gastos para realização dessa lógica foi ao final onerado pelo poder público, em outras palavras, os gastos públicos superaram os gastos privados, refutando o discurso inicial de autoridades cariocas pelos quais as obras olímpicas seriam majoritariamente arcadas pela iniciativa privada.

Perspectiva de legados, em infraestruturas urbana, melhoria do meio ambiente ou projeção internacional da cidade anfitriã foram os principais argumentos para tornar a candidatura um bem inquestionável. A euforia, no entanto, não prevaleceu. A experiência de outras cidades mostrou que as estimativas quanto aos impactos sobre o desenvolvimento econômico local foram sobrestimadas e os custos sociais ignorados em troca de compensações que nem sempre se concretizaram. Ao final, o legado perceptível é o deslocamento de uma população de baixa renda devido ao aumento de custos de imóveis, o déficit público e equipamentos esportivos ociosos e onerosos construídos com dinheiro público o qual poderia ser aplicado diretamente em melhorias da educação, da saúde, do transporte e da habitação.

A grife na periferia além das promessas de legados olímpicos à população, também viveu com o aumento da militarização de seus entornos. Militarização a qual foi empregada por meio das ocupações militares e a implementação das unidades pacificadoras e por uma lógica de monitoramento e vigilância, além é claro da repressão. E neste processo criou-se uma percepção de inimigo interno à cidade carioca, o qual se constitui primeiramente com a



periferização dos moradores, depois com a criação das (in)seguranças ao tráfico, as milícias e por fim se naturaliza como um apanhado de inseguranças que deve ser pacificada, ordenada e combatida. Conseqüentemente, reações do Rio o berço do purgatório da beleza e do caos eliminam espaços urbanos – as favelas - logo, a militarização se constituiu um urbicídio, além da eliminação de inimigos internos.

As discussões de segurança que ficaram restritas à política externa por algum tempo se emergem em espaço urbanos e a militarização se torna clara no Rio de Janeiro, no contexto dos Jogos Olímpicos, formando um processo muito mais complexo e multidimensional. Em aspectos de processos globais de militarização e segurança, o contexto dos Jogos evidenciou um fenômeno de uma industrial de segurança a qual se estabeleceu em torno das inseguranças urbanas e internacionais que transpassam as cidades contemporâneas. Processo que auxiliou na criação de uma dinâmica de mercantilização do solo urbano e de um combate a um inimigo.

As dinâmicas e entendimentos das intervenções e suas remoções encontram com uma lógica global de expulsões e diferentes interesses econômicos. E nesse sentido, um projeto de pacificação desempenhado pelas unidades pacificadoras nos morros do Rio demonstra a união desses fenômenos. Nesse sentido, a missão das UPPs de pacificar sempre foi eterna, a recuperação dos territórios empobrecidos dominados pelo tráfico e milícias e o intuito de levar a paz às comunidades orientou o projeto de pacificação. A ocupação militar da cidade está ligada diretamente à preparação para os megaeventos, dentro de uma linha de argumentação na qual diz que a implementação das Unidades de Polícia Pacificadoras foi de criar um cinturão de segurança para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos, privilegiando as áreas turísticas, os corredores de acesso ao aeroporto internacional e aos bairros da cidade que receberam diretamente os equipamentos olímpicos. Estes cinturões foram criados no âmbito da lógica de ocupação militar pelas Forças Armadas na qual foi se repetindo nas favelas do Rio antes, durante e após o evento estavam no perímetro dos clusters olímpicos, ou seja, nas zonas olímpicas de interesse do COI.

As unidades pacificadoras encarnaram um mecanismo de controle social que veio a acrescentar à violência e à espoliação histórica existentes nas periferias cariocas. Elas criaram um cinturão de segurança e corretor turísticos entre a Zona Sul e Centro da cidade, a viabilização do projeto Porto Maravilha, a valorização imobiliária do entorno das favelas pacificadas e a regularização dos serviços prestados. Esses cinturões estão intimamente ligados aos clusters olímpicos, as zonas de interesses olímpicos, tudo ao seu entorno foi pacificado e reconfigurado, seja pela militarização ou pela reurbanização.

A política de segurança carioca é orientada por uma retórica belicista, e consequentemente, foi reforçada para garantir o sucesso do projeto do Rio como cidade aberta há novas transformações. Porém, no meio desse caminho havia uma pedra, inclusive uma enorme pedra, para a política carioca; as favelas, de características estereotipadas na violência e de um suposto vácuo da presença do Estado, incrustadas no meio da cidade cartão-postal brasileira. Para “superar” esse empecilho no crescimento e na boa imagem da cidade, nos circuitos de interesses socioeconômicos internacionais, o governo carioca foi estudar a cidade colombiana de Medellín, exemplo de um modelo experimental de ocupação permanente em áreas de conflito entre grupos insurgentes, paramilitares e as Forças Armadas colombianas e assim as unidades pacificadoras foram idealizadas.

Na cidade do Rio de Janeiro após o alinhamento dos poderes federal, estadual e municipal, a favorável conjuntura econômica e a vitória na escolha do Rio como cidade-sede das Olimpíadas, faltava pacificar as áreas da cidade para receber os Jogos. Não somente isso, mas também o fluxo do capital imobiliário e de serviços vindos a reboque da exposição internacional da cidade, inflacionando o mercado imobiliário da periferia e dos locais de intervenção, o afastamento da população economicamente vulnerável desses locais em decorrência do aumento de custo de vida proveniente da ação de pacificação e da invasão de serviços, o “banho de loja” se mostrou viável pós-unidades e principalmente legitimada pelos legados olímpicos.

As UPPs foram um modelo testado no contexto das Jogos Olímpicos e dentro das favelas cariocas. O sistema de pacificação foi exportado para outros países como modelo de segurança pública de sucesso. A cidade global de vitrine é exemplificada nessa dinâmica, as unidades pacificadoras são exportadas juntamente com a reurbanização de sucesso dos locais de periferia e perigosos; esta é a vitrine do amanhã. Visto que esses fenômenos se transformam em uma equação dependente, ou seja, as intervenções urbanísticas dependem das intervenções militares para solidificar o ápice da promessa de desenvolvimento deixado pelos legados olímpicos. As unidades pacificadoras foram estabelecidas pouco antes da cidade do Rio de Janeiro entrar na “rota” dos eventos internacionais, além disso, no início da campanha do Rio-2016 elas já faziam parte de um marketing para o projeto Cidade Olímpica de sucesso, como um produto a ser exportado. O objetivo disso era o de oferecer a imagem de um ambiente seguro e fez com que as unidades avançassem, rapidamente, de simples experiências locais à condição de um projeto mais abrangente e articulado com o novo momento de projeção da cidade e de suas dinâmicas e instituições de segurança.

Por conseguinte, a cidade foi eleita para sediar a abertura e a final da Copa do Mundo

de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, megaeventos catalizadores de recursos públicos e de grandes projetos imobiliários e turísticos privados. Restava, evidentemente, “pacificar” as áreas da cidade para receber os jogos, o fluxo do capital imobiliário e de serviços vindos a reboque da exposição internacional da cidade, inflacionar os valores imobiliários já existentes, inclusive nas favelas, com o afastamento da sua população economicamente mais vulnerável em decorrência do aumento do custo de vida proveniente da “pacificação” e da “invasão de serviços”, aumentar a capacidade de consumo e de endividamento dos residentes de favelas – tudo isso com a incrível capacidade de deixar espaço suficiente para a reprodução da miséria, da informalidade, criminalidade e insegurança. Assim, chegou-se na tacada de mestre da pacificação da periferia, a qual constitui um modo de tornar a cidade maravilhosa em um “produto de exportação”, um verdadeiro modelo de segurança pública, o qual alinha processos de reurbanização e invasão da prestação de serviços com intervenções militares.

## REFERÊNCIAS

AAS, Katja Franko. (In)security-at-a-distance: rescaling justice, risk and warfare in a transnational age, **Global Crime** Vol. 13, No. 4, November 2012, p. 235–253.

ACUTO, M. Global Cities, Governance and Diplomacy. *The Urban Link*, 12b, 2013.

\_\_\_\_\_. “City Diplomacy”, in Kerr, P. et al. (2015), **SAGE Handbook of Diplomacy**. Sage.  
APPADUARI, Arjun. *Fear os Small Numbers, Na Essay on the Geography os anger* Duke University Press, 2006.

ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 1987.

ABRAHAMSEN, Rita. WILLIAMS, Michael C. Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics. **International Political Sociology**, 2009, v. 3, p. 1-17. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/227605964\\_Security\\_Beyond\\_the\\_State\\_Global\\_Security\\_Assemblages\\_in\\_International\\_Politics1](https://www.researchgate.net/publication/227605964_Security_Beyond_the_State_Global_Security_Assemblages_in_International_Politics1). Acesso em: 11 nov. 2018.

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGIER, Michel. Between War and City: Towards an Urban Antropology of Refugge Camps, **Etnography**, v. n. 3, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24048113>. Acesso em: 11 dez. 2018.

ANISTIA INTERNACIONAL, **Brazil: Faces behind the statistics - report challenges long standing impunity in Rio**. Declaração pública, 10 de março de 2009. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/documents/AMR19/006/2009/fr/>. Acessado em: 20/11/2017

ANISTIA INTERNACIONAL, **Informe 2008 da Anistia Internacional** (Índice: POL 10/001/2008), entrada sobre o Brasil, p. 74. Disponível em [www.amnesty.org/en/documents/pol10/001/2008/en/](http://www.amnesty.org/en/documents/pol10/001/2008/en/). Acesso em 11 dez. 2018.

ANISTIA INTERNACIONAL, **“Você matou meu filho! Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio**, Rio De Janeiro, 2015. Disponível em: [https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho\\_Anistia-Internacional-2015.pdf](https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Voce-matou-meu-filho_Anistia-Internacional-2015.pdf). Acesso em 10 dez. 2018.

AMAR, Paul. **The security archipelago**. Durham/London: Duke University Press, 2013.

ARIANO, Maria; GOLDBER G. Michael; KIM, Kwang. **How Fins Cope with Crime and Violence: Experiences from around the World**. Washington: The World Bank, 2014.

ARTEAGA, N. Security metamorphosis in Latin America. In V. Bajc & W. Lint (Eds.), **Security and everyday life**, New York: Routledge, 2011, p. 236-257

ARANTES, Otília, Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas, in ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia, **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, 3a ed., Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Bringing th State Back into the favelas os Rio de Janeiro: Understanding Changes in Community Life After the UPP Pacification Process**, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexo entre reestruturaçãp urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de (orgs.) **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 127-167.

\_\_\_\_\_. **Para além da ocupação de territórios. Notas sobre o discurso da “Pacificação” e seus críticos**, 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/marcos-barreira/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRITO, Felipe. Consideração sobre a regulação armada de territórios cariocas. In BRITO Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (Orgs.). **Até o último homem: .** São Paulo, Boitempo, 2013, p. 70-144.

BECK, Ulrich. **O que é a globalização? Equívocos do globalismo: respostas à globalização**, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34. 2010.

BEVAN, Robert. **The Destruction of Memory: Architecture at War** (London, Reaktion Books, 2006).

BRENNER, Neil; THEODORE, Nik. **Spaces of Neoliberalism: urban restructuring in North América and Western Europe**. Nova Iorque: Blackwell Publishing, 2002.

\_\_\_\_\_. ET AL. **Cities for People, Not for Profit**. In: BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. **Cities for People, Not for Profit: critical urban theory and the right to the city**. London: Routledge, 2012.

BISHOP, Ryan. **The vertical order has come to an end**, s/d.

BILLARD, G., Chevalier, J., & Madoré, F. **Ville fermée, ville surveillée: la sécurisation des espaces résidentiels en France et en Amérique du Nord**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.

BOTTURA, Ana Carla de Lira. **O paradigma da cidade global e as Olimpíadas do rio de Janeiro**. Oculum Ens, v. 11, n. 1, pp. 119-135, 2014. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/2286>. Acesso em: 11 nv. 2018.

BOOTH, Robert; HOPKINS, Nick. London 2012 Olympics: **G4S failures prompt further military deploymente**. The Guardian, London, 24. jul. 2013. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/uk/2012/jul/24/london-2012-olympics-g4s-military>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BONIS, Gabriel; GOMBATA, Marsílea. **Brasil amplia uso de drones em suas operações**. Carta Capital, São Paulo, 17 dez. 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/uso-de-drones-se-amplia-no-brasil-5885.html>. Acesso em: 11 nov. 2018.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CE-BRAP**, n. 45, jul. 1996, pp. 152-166. Disponível em: [http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%20C2%BA%2045,%20julho%201996.%20\(pp.152-166\)\\_0.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/CASTELLS,%20Manuel%20%20BORJA,%20Jordi.%20As%20cidades%20como%20atores%20pol%C3%ADticos.%20Novos%20Estudos.%20CEBRAP%20N.%20C2%BA%2045,%20julho%201996.%20(pp.152-166)_0.pdf) Acesso em: 11 dez. 2018.

CAVALCANTI, Mariana. **À espera. Em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’**. DILEMAS: Revista dos Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 6, n° 2 – 2013, p. 191-228.

CASTRO, Lola Anyar de. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

CANO, Ignacio (Coord.). Os Donos do Morro: Uma Avaliação Exploratória do Impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: **LAU/UERJ e Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2012.

CANESTRO, Nathan. Homeland Defense: Another Nail in the Coffin for Posse Comitatus, **Washington University Journal of Law and Policy**, n.12, 2003, p. 99-144.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio, Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Revista Novos Estudos** n° 47, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMARGO, Paula de O. **As Cidades, A Cidade: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro**. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Dissertação de Mestrado Profissional. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. **Horizontes antropol.** [online], vol.19, n.40, 2013.

\_\_\_\_\_. **Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil**, E-paper, Fundação Heinrich Böll Brasil, jun. de 2016. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/seguranca-publica-megaeventos-brasil\\_bruno-cardoso.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/seguranca-publica-megaeventos-brasil_bruno-cardoso.pdf). Acesso em: 11 dez. 2018.

CASA CIVIL (Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro). **Pregão presencial de âmbito internacional n° 1/2013**. Rio de Janeiro, 2013.

CARDONE, Monique. **Rio: imóveis tem valorização superior a 100% em bairros com UPPs**. R7, 14 abr. 2012.

CALDER, K. & FREYTAGS, M. Global Political Cities as Actors in Twentyfirst Century International Affairs, **Review of International Affairs**, Volume 29, Number 1, Winter-Spring 2009, pp. 79-96. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/269254>. Acesso em: 16 nov 2018.

CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana, **As novas lógicas de fortificação residencial nas periferias metropolitanas de Belo Horizonte: quais impactos sobre a segregação social?** – *Urbe* revista brasileira de Gestão Urbana – 2015, maio/ago 7(2), 195-210.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Remilitarização da segurança pública: a Operação Rio**. Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 141-168, 1996.

CHADE, Jamil. FIFA confirma lucro recorde na Copa, mas esconde números. **Estadão**, São Paulo, mar. 2015. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-confirma-lucro-recorde-com-a-copa-mas-esconde-numeros,1654731>. Acesso em 13 nov 2018.

CLANCEY, Greg. Vast Clearings: Emergency Technology, and America De-Urbanization, 1930-1945, **Cultural Politics**, v2, n.1, 2006, p. 49-76.

COMPANS, Maria Julieta Nunes de Souza Rose, Espaços urbanos seguros a temática da segurança no desenho da cidade. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS** V.11, N.1 / MAIO 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n1p9>

COWEN, Deborah. National Soldiers and the War on Cities, **Theory and Event**, v.10, n. 2, 2007.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos**. Maio de 2013. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: [https://issuu.com/justicaglobal/docs/dossie\\_comitepopularcoparj\\_2013](https://issuu.com/justicaglobal/docs/dossie_comitepopularcoparj_2013). Acessado em 11 nov. 2018.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO - Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. . Jun. 2014 – Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: [https://www.rio2016.com/transparencia/sites/default/files/dossie\\_de\\_candidatura\\_v1\\_0.pdf](https://www.rio2016.com/transparencia/sites/default/files/dossie_de_candidatura_v1_0.pdf). Acessado em: 23 dez. 2018.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê sobre as violações do direito ao esporte e à cidade**. Setembro de 2015. Disponível em: [https://issuu.com/franribeiro/docs/dossie\\_violacoesesporte\\_rio2015](https://issuu.com/franribeiro/docs/dossie_violacoesesporte_rio2015). Acessado em: 11 dez. 2018.

CUNHA, Neiva Viera da. MELLO, Marco Antônio da Silva, Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** - Vol. 4 - no 3 - jul/ago/set 2011, pp. 371-401. Disponível em:

CURTIS, Simon, **Global Cities and Global Order**, Oxford University Press, 2016.

DAVIS, Mike, **The Urbanization of Empire: Megacities and the Law of Chaos**, Social Text, v. 22, n. 4, 2004.

DALRYMPLE, Theodore. The Barbarians at the Gate of Paris, **City Journal**, 2002, p. 63-73.

DELEUZE, Gilles. **Postscript on the Societies of Control**, October, n. 59, 1992, p. 03-07.

DOSSIÊ RIO OLÍMPICO. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/594>. Acesso em: 11 dez. 2018.

ESLAVA, L. Istanbul vignettes: observing the everyday operation of international law, **London review of international law**, vol.2(1), pp. 03-47, 2014.

FAULHBER, Lucas. AZEVEDO, Lena. **Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei et al, **Quem tem medo de quem nas cidades de hoje? Políticas de segurança pública em tempos neoliberais**, Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM [En línea], 34 | 2017.

FLEURY, Sonia. **Militarização do social como estratégia de Integração**. Sociologias, ano 14, n° 30, Porto Alegre, mai/ago 2012.

FLUSTY, Steven. Bulding Paranoi” in Nan Ellin (ORG), **Architecture of Fear** (Princeton, Princeton University Press, 1997), p.47-59.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população** – Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. De Raquel Ramalhante, 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FIX, Mariana. **Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma cidade**. Caderno CRH, v2, n. 55 (2009).

FRANCO, Marielle. **UPP- A Redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense – UFF, 2014, Niterói, Rio de Janeiro.

FREIRE, Letícia de Luna. **Tecendo as redes do programa Favela-Bairro em Acari**. Dissertação (mestrado). Departamento de Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro., 2005

FREEMAN, James. **Neoliberal Accumulation Strategies and the Visible Hand of Police Pacification in Rio de Janeiro**. REU, Sorocaba, v.38, n1, p. 95-126, jun. 2012.



FRIDMAN, Fania. SIQUEIRA, Eduardo Cezar. **Uma cidadela global no Rio de Janeiro**. Revista Rio de Janeiro, n. 9, p. 23-40, jan./abr. 2003.

GUANAIS, Frederico Campos e FISCHER, Tânia. **Entre planos, projetos e estratégias o caso do Rio sempre Rio**, Revista Organização e Sociedade, 1999. Disponível: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10393>.

GALIZA, Helena; VAZ, Lilian Fessler; Silva, Maria Lais Pereira da. **Grandes Eventos, Obras e Remoções na Cidade do Rio de Janeiro, do Século XIX ao XXI** In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MEGA-EVENTS AND CITY, II, Rio de Janeiro, 2014.

GIULIANOTTI, Richard; KLAUSER, Francisco. **Security Governance and Sport Megaevents: Toward an Interdisciplinary Research Agenda**. Journal of Sport and Social Issues XX(X) 1–13. 2009.

GIDDENS Anthony, **Modernidade e identidade pessoal**. Oeiras, Celta Editora, 1994.

GORMAN, Siobhan. **Satellite-Surveillance Program to Begin Despite Privacy Concerns**, Wall Street Journal, out. 2016.

GRAHAM, S. **Postmortem city: towards urban geopolitics**. City, v. 8, n. 2, p. 165- 196, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Cities Under Siege: The New Military Urbanism**. London/New York: Verso, 2011.

\_\_\_\_\_. O bumerangue de Foucault: o novo urbanismo militar, in KUCINSKI, Bernardo et alli., **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**, São Paulo, Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo - SP. Editora Boitempo, 2016.

GUTIERREZ, Laurent; PORTEFAIX, Valerie, Mapping HK (Hong Kong, Map Books, 2000).

GOULART, Gustavo. **Justiça decreta prisão preventiva dos 13 detidos por vandalismo, na véspera da Copa**. O Globo, Rio de Janeiro, 18 jul. 2014.

HARVEY, David. **From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism**. Geografiska Annaler, Estocolmo, 1989, 71b, p. 3-17.

\_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço & Debates, São Paulo, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

\_\_\_\_\_. The City as a Body Politic. In Jane Scheider e Ida Susser (orgs). **Wounded Cities: Destruction and Reconstruction in a Globalizer World**, Nova York, Berg, 2003a.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. 1. Ed. São Paulo: Loyola, 2003b.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **The Right to the City**. *New Left Review*, 53, 2008, p. 23 - 40.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João. Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERBERT, Steve. The Battle of Seattle' Revisited: Or, Seven Views of a Protest-Zoning State, *Political Geography*, n. 26, 2007, p. 601-619.

HAMNET, Chris. The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New Series, vol. 16, No. 2, pp. 173-189, 1991.

HEARNE, Dennis. **Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro. Counterinsurgency Doctrine Comes to Rio's Favelas**. Set. 2009.

HOULGATE, Kelly. **Urban Warfare Transforms the Cops**. The Naval Institute: Proceedings, no. 2004.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: Repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOLMQVIST, Caroline. War/Space: shifting spatialities and the absence of politics in contemporary accounts of war. **Global Crime**, 13:4, 2019-234, 2014.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS, **Dossiê Qual o legado um ano depois dos jogos?** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/olimpiadas-do-rio-um-ano-depois>. Acesso em: 12 nov. 2018.

INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL – PACS, **Dossiê - Militarização do cotidiano: um legado olímpico** – Rio de Janeiro – dezembro de 2017.

IPEA. **Atlas da Violência**. Edição 2017, Rio de Janeiro, RJ, jun. 2017.

JUDD, D. **Promoting tourism in US cities**. *Tourism Management*, v. 16, n. 3, p. 175-187, mai. 1995.

JUSTIÇA GLOBAL - **Guia para Jornalistas e Comunicadores – Violações de direitos na cidade olímpica**. Justiça Global. 2016, Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: [https://issuu.com/justicaglobal/docs/guia\\_portugues](https://issuu.com/justicaglobal/docs/guia_portugues). Acesso em: 1 nov. 2018.

KIPTFER, Stefan; GOONEWARDENA, Kanishka, **Colonization and the new imperialism: On the Meaning of Urbicide Today**, Johns Hopkins University Press, v. 10, nº 2 2007.

KINGSNORTH, Paul. **Cities for Sale**. *The Guardian*, London, 29 mar.2008.

KIMBERLY, Schimmel, **Deep Play: Sports Mega-Events and urban social conditions in the US** – *The sociological review*, v. 54, n.2, p.160-174, 2006.

KLAUSER, F. FIFA Land 2006: Alliances between security politics and business interests for Germany's city network. In **Architectures of fear** (pp. 173-188). Barcelona, Spain: Centre of Contemporary Culture, 2008.

KÖHLER, André Fontan, Políticas de renovação e regeneração urbana em Liverpool, Inglaterra: A construção de uma distopia urbana através de parcerias público-privadas. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n1p67>. **R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, mai, 2008, V.16, N.1, p.67-84. Acesso em: 11 dez. 2018.

KRASKA, P. (ed.), **Militarizing the American Criminal Justice System**. Chicago: Northwestern University Press, 2001.

LARRINGA, Miguel de. DOUCET, Marc G. Security sector reform and the war: police assemblages of liberal international interventions. In: **War, Police and Assemblages of Intervention: Perspectives on War-Police Assemblages**, edited by Jan Bachmann, et al., Taylorand Francis. ProQuest Ebook Central, 2014.

LEFEBVRE, H. The Right to the City. In: LEFEBVRE, H. **Writings on Cities**. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1996. p. 63 - 184.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Favelas pacificadas para a nova burguesia brasileira** Jan. 2013. Disponível em: Acesso em: 15 fev. 2014

LEA, Gabriela; MONTI, Renata. No primeiro dia de reforço na Operação Verão, mais de 60 pessoas são levadas para a delegacia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/no-primeiro-dia-de-reforco-na-operacao-verao-mais-de-60-pessoas-sao-levadas-para-delegacias-15083348>. Acesso em: 14 nov 2018.

LEITE, M. P. **Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo .6, n. 2. Ago/Set 2012.

\_\_\_\_\_. Gestão das “margens” no Rio de Janeiro: sobre dispositivos e agenciamentos em curso em algumas favelas cariocas, **39º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 2015.

\_\_\_\_\_. Entre a paz e a guerra: Unidades de Polícia Pacificadoras e gestão dos territórios de favela no rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Vol. 7 – n 4 – 2014.

LIMA, Ludmila de. **Light já reduziu em 90% “gatos” de energia em cinco comunidade com UPPs**. O Globo, Rio de Janeiro, 2 jan. 2012.

LOPES, V. E. **O foco de todo o mal: Estado, mídia e religião no complexo do Alemão**. Dissertação do Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 171, 2014.

LOPES, Rodrigo. **A Cidade Intencional: O Planejamento Estratégico de Cidades**. Rio de Janeiro, Ed. Mauad, 1998.

LOADER, Ian & PERCY, Sarah, **Bringing the ‘outside’ in and the ‘inside’ out: crossing the criminology/IR divide**, *Global Crime*, 13:4, 213-218, 2012.

MALAGUTI, Vera Batista. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. (org.) **Paz Armada**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MARTINS, Gizele, **Da Palestina à Maré: a luta pelo direito à vida, in: Militarização do cotidiano: um legado olímpico**. IPACS, Rio de Janeiro, 2017.

MASCARENHAS, G. **Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos**. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.

MAIA, César. **César Maia Comenta Fatos que Atingiram a Centralidade Cultural do Rio**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <http://www.cesarmaia.com.br/2009/05/teste259/>. Acesso em: 12 mai 2013.

MATTOS, C. A. Globalización, negocios inmobiliarios y transformación urbana. In: **Gobernar la ciudad. Nueva Sociedad**, n.212. Buenos Aires, Argentina, nov-dez 2007, p.82-96.

MBEMBE, Achille. “Necropolitics”, **Public Culture**, v.15, n1, 2003.

MEPCT/RJ. **Megaeventos, Repressão e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: ALERJ, 2014. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2014/12/Relatorio-Tematico-Megaeventos-2014.pdf>. Acessado em: 11/12/2018.

MELLO, Marco Antônio da Silva. **Cidades: Commodities para consumo?** *Jornal da UFRJ*, Ano 6, n. 53, pp. 13-16, 2010.

MENEGT, Marildo. **O Olho da barbárie**. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

MELLO, Patrícia Campos. **Paramilitares americanos treinam policiais brasileiros para a Copa**. *Folha de São Paulo*, Rio de Janeiro, 21 abr. de 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1443261-paramilitares-americanos-treinam-policiais-brasileiros-para-a-copa.shtml>

MENDES, Thiago. **Rio, cidade-sede de um modelo global de militarização**. Instituto Pacs. Site Medium, acessado em 02/09/2018. Disponível em: <https://medium.com/@pacsinstituto/rio-cidade-sede-de-um-modelo-global-de-militariza%C3%A7%C3%A3o-7b1918c389d7>, Mar. 10 de 2017.

MELGAÇO. Lucas. **Securização urbana: da psicofera do medo à tecnofera da segurança** (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELGAÇO, Lucas. BOTELLO, Nelson Artega – **Introdução: a securização das cidades latino-americanas**. *Urbe. Revista brasileira de Gestão Urbana*, 2015 maio/ago – 149-153.

MÉNDEZ, Pierre Mesnard y. **Capitalismo Means? Needs War, Socialism and Democracy**, v. 22, n.2, 2002.

MIAGUSKO, E. A pacificação vista da Baixada da Fluminense: violência. Mercado político e militarização, In: **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. ORG: FARIAS, Juliana. 1 ed. – Rio de Janeiro – RJ: Mórula, 2018.

MIKLOS, Manoela. PAOLIELLO, Tomaz. Fragile Cities: a Critical perspective on the repertoire for new urban humanitarian interventions. **Contexto Internacional**, vol. 39(3) Sep/Dec 2017 <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390300005>, 545 – 568.

MUÑOZ, Francesc. **Urbanización: paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2008.

NASSER, Reginaldo Mattar. As cidades e as “novíssimas guerras”: a militarização do espaço urbano. In: MELO E SOUZA, Andre; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracolossi (ogs.). **Do 11 de setembro à guerra ao terror reflexões sobre o terrorismo no século XXI**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014. p. 272–294.

NEOCLEOUS, Mark. Security as Pacification. En Mark Neocleous & George S. Rigakos (Eds.), **Anti- Security** (p. 23-56). Ottawa: Red Quill Books. 2011a.

\_\_\_\_\_. A Brighter and Nicer New Life: Security as Pacification. **Social & Legal Studies**, 2011b.

\_\_\_\_\_. **The Fabrication of Social Order: A Critical Theory of Police Power**. London: Pluto Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Security, Commodity, Fetishism. **Critique**, v. 35, n. 3. Dec. 2007, p. 339-355.

\_\_\_\_\_. **Critique of Security**. Edinburg: Edinburgh University Press. 2008.

OENEN, Gijs va. **Lagushing in Securityscape**. Open, n. 6, 2004.

OLIVEIRA, F. L. A metáfora cidade-empresa no planejamento estratégico de cidades. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 1, p. 141-162, jan.-jul, 1999.

OLIVEIRA, Pedro. Golpes de vista. In: BRITO, Felipe, OLIVEIRA Pedro Rocha de (orgs.) **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 23-77.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNHABITAT – **World Cities Report 2016**, Nairobi, Keynia.

OST, Sabrina Marinho. **O mercado sobe a favela: um estudo sobre o Santa Marta pós-UPP. 2012**. Dissertação de Mestrado em Administração – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

OPERAÇÃO Verão: **PM inicia revista em ônibus para evitar arrastões nas praias da Zona Sul**. O Globo, Rio de Janeiro, 17 jun.2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/forcas-de-seguranca-iniciam-operacao-verao-em-dia-de-praia-lotada-23154110>

OZCAN, Gulden e RIGAKOS, George S. **Pacification. The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Globalization**, First Edition. 2014.

PASQUATTO, Geise Brizotti. **A utilização do Marketing Urbano no Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro**. Revista Nacional de Gerenciamentos de Cidades, v. 04, n. 24, 2016, pp. 114-127.

PETERS, Ralph. **The future of Armored Warfare**, Parameters, v.27, n. 3, 1997.

PECRJ. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1995.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2013.

PINHEIRO, Laíze Gabriela Benevides. **O Ocupa Borel e a militarização da vida**. Lumen Juris – Rio de Janeiro, 2016.

PINTO, João Roberto Lopes. **Donos do Rio**, 2013. Instituto Mais democracia. Disponível em [http:// maisdemocracia.org.br/blog/2013/07/16/donos-do-rio/](http://maisdemocracia.org.br/blog/2013/07/16/donos-do-rio/). Acessado em: 11/12/2018.

PINHEIRO, Daniela. **Mano dura e obras públicas**. Revista Piauí. Ed. 14, novembro de 2007. Disponível em: Acesso em: 25 mar. 2018.

PETTI, Alexandro. **Arcipelaghi e enclave: Architettura dell'ordinamento spaziale contemporâneo**. Milenp: Bruno Mondadori Editori, 2007.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Planejamento e intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro: a utopia do plano estratégico e sua inspiração catalã. Biblio. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona: Universidad de Barcelona**, Vol. XV, nº 895 (13), 05 nov. 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-895/b3w-895-13.htm>. Acesso: 13 mai. 2014.

RAU, M. **Prevención de la Delincuencia. Prevención de la Delincuencia Mediante el Diseño Ambiental**, 2003.

RIO ESTUDOS. **A Cidade que será a mais linda metrópole do mundo**. In: Rio Estudos, n. 155, 2005. p. 01-10. Disponível em: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2012/03/a-cidade-que-serc3a1-a-mais-linda-metropole-do-mundo.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

RIO DE JANEIRO. 2011. Governo do Estado. Atos do Executivo. **Decreto Nº 42.787 de 06 de janeiro de 2011**. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (IUPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 07 de janeiro de 2011.

\_\_\_\_\_. 2013. Governo do Estado. **Decreto-lei nº 44.177 de 2 de abril de 2013**. Dá nova redação ao Decreto N. 42.787 de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro, e determina outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 29 de abril de 2013.

ROLNIK, R. (2015). **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, Boitempo.

ROBERTSON, Roland, **Globalisation. Social theory and global culture**. Londres, Sage, 1992.

\_\_\_\_\_. **Globalização: teoria social e cultural global**. Petropolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Sofia José. **As cidades como atores das relações internacionais**, Editora Obervare, UAL – Universidade de Coimbra, 2017, p. 16-39.

SANTORO, Paula Freire, **O desafio de planejar e produzir expansão urbana com qualidade**. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n1p91> R. B. Estudos Urbanos e Regionais v. 13, n. 1 / mai. 2011.

SAVINI, F. e AALBERS, M. **The de-contextualisation of land use planning through financialisation: Urban redevelopment in Milan**. *European Urban and Regional Studies*. United Kingdom, v. 23, n. 4, 2015, pp. 1-17.

SAMATAS, Minas. **Surveilling the 2004 Athens Olympics in the aftermath of 9/11**, (pp. 55-71), in BENNETT, Colin; HAGGERTY, Kevin (orgs.). *Security Games: surveillance and control at Mega-Events*. Routledge, Oxon & New York, 2011.

SÁNCHEZ, F. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes**. In: *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, n. 1, mai-nov. Campinas: ANPUR, 1999. pp.115-132.

\_\_\_\_\_. MOURA, R. **Cidades modelo: espelhos de virtudes ou reprodução do mesmo?** *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 95-114, ago.-dez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra. 1997.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas e ação polícia**. *Revista Social Política*. Curitiba, 16, p. 31-49, jun. 2001a.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana). FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. 2001b.

SASSEN, Saskia. **Globalization and its discontents**. New York: New Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **As Cidades na Economia Mundial**, São Paulo: Studio Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. **The global city: New York, London, Tokyo.** New Jersey, Princeton University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Sociology of Globalization.** New York: Columbia University, 2007.

\_\_\_\_\_. **The global city: Introducing a concept**, Brown Journal of World Affairs, Volume XI, Nº 2. 2005

\_\_\_\_\_. **When the city itself becomes a technology of war.** Theory, culture & society, v. 27, n. 6, p. 33-50, 2010.

SHORT, John. Urban Imagineers. In Andrew E. Jonas e David Wilson. **The Urban Growth Machines: Critical perspectives two decades later.** Nova York, State University of New York Press, 1999.

STRANGE, S. **The Defective State, Daedalus**, Vol. 124, nº2, What future for the state? Spring, 1995, pp. 55 – 74, 1995.

SOJA, Edward, **Borders Unbound; Globalization, Regionalism and the Postmetropolitan Transition**, London, Ashgate, 2005, p. 40.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Cidades, globalização e determinismo econômico.** Cidades, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p. 123-142, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **A “reconquista do território”, ou: Um novo capítulo na militarização da questão urbana**, 2010. Acessado em: <http://passapalavra.info/2010/12/32598>, 23/08/2017.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, **A produção do espaço urbano: agentes escalas e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011.

SOZZO, Máximo. **Polícia, governo e racionalidade: incursões a partir de Michel Foucault.** Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro, ano 17, n. 19/20, p. 511-554, 1º e 2º semestres de 2012.

Sumário Executivo Rio 2016. Sumário executivo RIO 2016. Acesso em 22 de novembro de 2015. Disponível em: [http://www.rio2016.org.br/sumarioexecutivo2016/rio2016\\_pt.pdf](http://www.rio2016.org.br/sumarioexecutivo2016/rio2016_pt.pdf). Acessado em: 11/12/2018.

SILVA, Eliana Sousa. **A Ocupação da Maré pelo Exército brasileiro- percepção de moradores sobre a ocupação das forças armadas na Maré.** Redes da Maré. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://redesdamare.org.br/media/livros/Livro\\_Pesquisa\\_ExercitoMare\\_Maio2017.pdf](http://redesdamare.org.br/media/livros/Livro_Pesquisa_ExercitoMare_Maio2017.pdf). Acessado em: 12/11/2018.

TAYLO, Peter, **World City Network: A Global Urban Analysis** (Londres, Routledge, 2004).



TEIXEIRA, E. A. **A Pacificação de favelas no Rio de Janeiro: a contrainsurgência?** Alterinfos, [S.I.], 14 mar. 2011. Disponível em: <http://www.alterinfos.org/spip.php?article4961>. Acesso em 12 dez. 2018.

UN-HABITAT. **Enhancing urban safety and security: global report on human settlements**. United Nations Human Settlements Programme, 2007.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 75-103.

\_\_\_\_\_. Planejamento urbano democrático no Brasil. In: ERBA, Diogo Alfonso et al. **Cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro: Ministério das Cidades, pp. 133-141, 2005

\_\_\_\_\_. **Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro**. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), vol. 14, 2011.

\_\_\_\_\_. **Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?** In: Brasil em jogo: o que fica da copa e das olimpíadas? Boitempo, São Paulo -SP, 2016.

VALENTE, Júlia. **“Polícia Militar” é um oxímoro: a militarização da segurança pública no Brasil**. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP, Marília, ed. 10, p. 204-224, dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **UPPs: observações sobre a gestão militarizada de territórios desiguais**. Revista Direito e Práxis, vol. 5, nº 9, p. 207-225, 2014

\_\_\_\_\_. **UPPs: governo militarizado e a ideia de pacificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

VALLADARES, L. P. **Passa-se uma casa: análise de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zarah, 1980.

WARREN, Robert. **The Military Siege of Urban Space as the Site of Local and Global Democratic Practice**, Berlin, 2006.

WACQUANT, Lóïc. Rumo à militarização da marginalização urbana. **Discursos Sediosos – crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro, ano 11m n. 15/16, p. 203-220, 1º e 2º semestres de 2007.

\_\_\_\_\_. The militarization of urban marginality lessons from the Brazilian metropolis, **International Political Sociology**, v. 2, n. 1, 2008.

WOOD, David Murakami; COAFFE, Jonathan. **Security is Coming Home: Rethinking Scale and Constructing Resilience in the Global Urban Response to Terrorist Risk**, *International Relations*, v. 20, n. 4, 2006. P. 503-517.

ZAMORANO, C., & Capron, G. **Privatization of security and the production of space in Mexico City: challenges for urban planning.** International Journal of E-Planning Research, 2(4), 2013, 59-74.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela. Rio de Janeiro.** Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ZEIN, Ruth Verde. De Volta à Cidade Maravilhosa: a renovação do Rio de Janeiro busca superar a degradação urbana. **Revista Projeto Design.** Rio de Janeiro, edição n. 201, 1996.